Relatório Final

Título do Projeto: Mulheres na pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas.	
Instituição responsável pelo projeto: Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- FAPUR	
Endereço da Instituição executora – UENF: Av. Alberto Lamego, 2000, CCH/ sala 101, Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ.	
Telefone: (22) 98804-0513 (48)98423-6293	
Coordenador do projeto: Silvia Alicia Martínez	
Período de abrangência deste relatório: De 18/04/2017 a 20/02/2020	Data de envio deste relatório: 24/02/2020

EQUIPE

Bolsistas do Projeto
Braullio da Paz Fontes – IC/UENF
Carolina dos Santos Oliveira Viana – IC/UENF
Daniel de Oliveira d'El Rei Pinto – Georreferenciamento
Diana de Sales Glória Silva – IC/UENF
Diego Carvalhar Belo – Pós-Doc/UENF
Fernanda Pacheco da Silva Huguenin – Pós-Doc/UENF
Gilberto Azeredo Gomes – IC/UENF
Jéssika Rodrigues de Paula – IC/UFF
Luceni Medeiros Hellebrandt – Pós-Doc/UENF
Luiza Tavares da Silva Fernandes – IC/UENF
Marcela Ribeiro da Silva – IC/UENF
Marco Antonio Couto Marinho – Pós-Doc/UENF
Mariana Alcantara Vetromille – IC/IFF
Mariana Sena Lopes – IC/UENF
Mariana de Oliveira Pollhmann – IC/UENF
Mayara Silva de Almeida – IC/IFF
Natalia Lobo Guimarães– IC/UENF
Pedro Henrique Bonfim Leal – IC/UENF
Pollyanna Paes Guimarães Braz – IC/UENF
Sarah Magalhães Ferreira do Amaral – IC/UENF
Síntyque Lemos de Morais Servulo – IC/UENF
Suelen Ribeiro de Souza – Doutoranda/UENF
Victor Cesar Torres de Mello Rangel – Pós-Doc/UENF

Pesquisadores Contrapartida
Deisimara Barreto P. Gomes Moraes – Mestranda/UENF
Geraldo Marcio Timóteo – Prof. UENF
Joseane de Souza – Prof. UENF
Leandro Garcia Pinho – Prof. UENF
Liandra Peres Caldasso – FURG
Luis Antonio Rivera Escriba – Prof. UENF
Marcelo Carlos Gantos– Prof. UENF
Marcia Moreira de Araujo – Pós-Doc/UENF
Nayara Felicíssimo do Amaral – IC/UENF
Roberto Dutra Torres Junior – Prof. UENF
Tatiana Walter – FURG

Analista de Negócios
Cíntia Rodrigues Bach – UENF
Michelle Nascimento Weissmann da Silva

Objetivo Específico1

Realizar revisão bibliográfica teórica, conceitual e histórica do conflito social e socioambiental, do racismo ambiental e da condição feminina na pesca no Brasil.

Resultados Esperados A1.1

Construção do marco-teórico que vai orientar a pesquisa empírica e as categorias do banco de dados.

Coordenação das atividades: Luceni Hellebrandt, Marco Antonio Couto Marinho e Roberto Dutra.

Colaboradores: Deisimara Barreto P. Gomes Moraes, Geraldo Marcio Timóteo, Joseane de Souza, Leandro Garcia Pinho, Marcelo Carlos Gantos, Marco Antonio Couto Marinho, Luceni Hellebrandt, Mariana Sena Lopes, Silvia Alicia Martinez, Síntyque Lemos de Morais Servulo, Suelen Ribeiro de Souza e Tatiana Walter.

Atividade A1.1.1 – Levantamento da bibliografia nacional e internacional sobre conflitos sociais, condição feminina, racismo ambiental e relações de gênero na pesca.

Resultados obtidos: As bases teóricas orientadoras do desenvolvimento de uma pesquisa são cruciais para que se atinja resultados satisfatórios. Assim, no período inicial do projeto "Mulheres na Pesca", ocorreu a seleção de bibliografia adequada ao escopo do projeto, resultando em uma lista da bibliografia utilizada. A lista da bibliografia consta nos documentos apresentados anteriormente, a saber: Conflitos Sociais – 1º Relatório de Resultados Semestral (abrangência: 18/04/2017 à 31/10/2017); Condição Feminina e Relações de Gênero na Pesca – 1º Relatório Complementar de Resultados (abrangência: 01/11/2017 à 28/02/2018); Racismo Ambiental – Relatório Semestral de Resultados (abrangência: 01/03/2018 à 31/08/2018). A metodologia utilizada para a seleção deste material foi também descrita no 1º Relatório Complementar de Resultados (abrangência: 01/11/2017 à 28/02/2018).

Produtos gerados: Os produtos oriundos da atividade de levantamento bibliográfico foram compilados e disponibilizados para a equipe do projeto e demais pessoas interessadas nos temas estudados. As compilações serviram de base para as atividades A.1.1.2, A.1.1.3 e A.1.1.4 e ficaram organizadas na forma dos seguintes produtos: - Apostila de textos sobre conflitos sociais; - Pasta virtual (armazenada no Dropbox) com textos sobre gênero e pesca; - Ementa de disciplina ofertada junto ao Programa de

Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro sobre estudos de gênero e mulheres. Os produtos estão apresentados no 1º Relatório Complementar de Resultados (abrangência: 01/11/2017 à 28/02/2018).

Atividade A1.1.2 – Identificação, estudo sistemático e discussão em grupo das principais ideias e vertentes teóricas sobre os temas acima.

Resultados obtidos: Os encontros frequentes com a equipe do projeto fomentaram reflexões sobre a proposta da pesquisa, tendo como base as compilações descritas na Atividade A.1.1.1. Assim, foram possíveis definições conjuntas sobre as teorias e metodologias assumidas para o desenvolvimento do trabalho de campo, visando o objetivo do projeto.

Produtos gerados: Grupo de estudos para discussão da bibliografia selecionada (Atividade A.1.1.1), de forma a operacionalizar o resultado esperado para as Atividades A.1.1.3 e A.1.1.4. A descrição do funcionamento dos grupos conta no 1º Relatório Complementar de Resultados (abrangência: 01/11/2017 à 28/02/2018).

Atividade A1.1.3 – Escolha das principais definições conceituais e hipóteses que vão constituir o marco-teórico / metodológico.

Resultados obtidos: Entendimento conjunto e alinhamento da equipe para os conceitos base orientadores do projeto "Mulheres na Pesca".

Produtos gerados: Definições conceituais apresentadas em 3 relatórios, a saber: 1º Relatório de Resultados Semestral (abrangência: 18/04/2017 à 31/10/2017) - Conflito social, Desigualdade social multimensional, Reconhecimento social, Luta por reconhecimento, Diferenciação societal; 1º Relatório Complementar de Resultados (abrangência: 01/11/2017 à 28/02/2018) – Gênero, Divisão sexual do trabalho, Trabalho doméstico, Invisibilização das mulheres na atividade pesqueira; Relatório Semestral de Resultados (abrangência: 01/03/2018 à 31/08/2018) - Conflito socioambiental, Racismo ambiental.

Atividade A1.1.4 – Discussão dos critérios semânticos de classificação da informação do banco de dados relacional.

Resultados obtidos: A partir das Atividades A.1.1.2 e A.1.1.3 foi possível identificar critérios de classificação que orientaram a forma de classificar a informação obtida nas atividades de pesquisa do projeto.

Produtos gerados: Um quadro, apresentado no Relatório Semestral de Resultados (abrangência: 01/03/2018 à 31/08/2018), que gerou uma lista de categorias conceituais com variáveis para o banco de dados. Os critérios classificatórios foram organizados em formas de campos, a saber: Campo Político; Campo Econômico; Campo Sociocultural; Campo Sociodemográfico; Campo Ambiental; Campo Pesqueiro.

Resultados Esperados A1.2

"Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil".

Coordenação das atividades: Luceni Hellebrandt e Silvia Martínez.

Colaboradores: Carolina dos Santos Oliveira Viana, Cíntia Rodrigues Bach, Deisimara Barreto Peixoto Gomes Moraes, Gilberto Azeredo Gomes, Jéssika Rodrigues de Paula, Marco Antônio Couto Marinho, Mariana Sena Lopes, Mariana Alcantara Vetromille, Síntyque de Morais Servulo, Geraldo Marcio Timóteo, Joseane de Souza, Marcelo Carlos Gantos, Roberto Dutra, Suelen Ribeiro de Souza e Tatiana Walter.

Atividade A1.2.1 – Organização e realização de um seminário convidando especialistas nacionais que pesquisam o tema da mulher pescadora.

Resultados obtidos: A organização e realização de um seminário com pessoas que desenvolvem pesquisas relacionadas ao tema de interesse do projeto "Mulheres na Pesca" foi essencial para a formação da equipe, orientando direções de desenvolvimento para a pesquisa.

Produtos gerados: Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil – realizado na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, entre os dias 12 a 14 de setembro de 2017, com a participação de 76 pessoas, discutindo o panorama das pesquisas sobre mulheres e pesca sem diferentes regiões brasileiras. A descrição detalhada do seminário consta no 1º Relatório de Resultados Semestral (abrangência: 18/04/2017 à 31/10/2017). Cabe destacar que o seminário gerou ainda, como produto, a publicação em formato de livro, denominada "Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil",

lançado oficialmente no II Seminário Mulheres na Pesca, ocorrido em junho de 2019. A descrição desta publicação (Atividade 5.2.2) consta no Relatório Complementar de Resultados (abrangência: 01/03/2019 à 31/05/2019).

Objetivo Específico 2

Seleção e formação da equipe de pesquisadores bolsistas.

Resultados Esperados A2.1

Seleção da equipe para trabalho de campo, por meio de edital (indicador: equipe selecionada).

Coordenação das atividades: Cíntia Rodrigues Bach e Silvia Alicia Martínez.

Colaboradores: Diego Carvalhar Belo, Geraldo Marcio Timóteo, Joseane de Souza, Leandro Garcia Pinho, Marcelo Carlos Gantos, Marco Antonio Couto Marinho, Michelle Nascimento, Roberto Dutra, Luceni Hellebrandt.

Atividade A2.1.1 – Análise de currículo e entrevista

Atividade A2.1.2 – Contratação de bolsistas

Atividade A2.1.3 – Contratação de celetistas

Resultados obtidos: (A2.1.1, A2.1.2 e A.2.1.3) Os processos seletivos para bolsas se deram por meio de 6 (seis) editais ao decorrer do projeto, sendo um deles direcionado para bolsas de pós-doutorado voluntário. Nestes processos seletivos foram aprovados e convocados 13 (treze) bolsistas de iniciação cientifica, distribuídos em perfis distintos, 4 (quatro) bolsistas de pós-doutorado, 2 (dois) bolsistas de pós-doutorado na qualidade de voluntário e 1 (uma) bolsista de doutorado. Estes bolsistas não permaneceram nesse quantitativo ao longo de todo o projeto, tendo sido substituídos alguns por motivos de desistência, e outros por não corresponderem às expectativas do projeto, por falta de envolvimento. Já o processo seletivo para contratação de celetista foi realizado por meio de análises de currículos, priorizando por candidatos com experiência em processo de gestão de projetos. Para substituição de

celetista deu-se preferência a uma bolsista de apoio técnico do projeto, por considerar importante para alinhar o conhecimento adquirido ao longo da pesquisa com os processos burocráticos de planejamento e, ainda, pela formação acadêmica adequada para o perfil da vaga.

Produtos gerados: Seleção e contratação de bolsistas e celetistas.

Resultados Esperados A2.2

Formação da equipe completa de trabalho.

Coordenação das atividades: Luceni Hellebrandt, Roberto Dutra, Silvia Alicia Martínez e Suelen Ribeiro de Souza.

Colaboradores: Carolina dos Santos Oliveira Viana, Cíntia Rodrigues Bach, Daniel de Oliveira d'El Rei Pinto, Deisimara Moraes, Diego Carvalhar Belo, Gilberto Azeredo Gomes, Jéssika Rodrigues de Paula, Marco Antonio Couto Marinho, Marcelo Carlos Gantos, Mariana Sena Lopes, Mariana Alcantara Vetromille, Mayara Silva de Almeida, Silva Alicia Martínez, Síntyque de Morais Servulo, Joseane de Souza, Marcelo Carlos Gantos.

Atividade A2.2.1 – Seleção e elaboração de material didático.

Atividade A2.2.2 – Realização de grupos de estudo temáticos.

Atividade A2.2.3 – Formação em metodologias quantitativa e qualitativa, em registros audiovisuais e em cartografia georreferenciada.

Resultados obtidos: (A2.2.1, A2.2.2 e A2.2.3) Foi elaborada uma coletânea de textos sobre conflitos socioambientais, gênero e pesca, os quais foram primordiais para enriquecer as discussões dos grupos de estudos temáticos.

Para compor a formação em registros audiovisuais alguns bolsistas participaram da disciplina "Tópicos especiais em Metodologias (TEM) - Métodos de Pesquisa e Imagem em Ciências Humanas". Ao final da disciplina, realizou-se uma experiência prática afim de registrar momentos espontâneos do dia a dia das pescadoras ou trabalhadoras da pesca.

Durante a execução do projeto houveram diversas formações de equipe, conforme abaixo:

- Formação metodológica sobre pesquisa bibliográfica através do uso do Portal de Periódicos da CAPES para identificar textos em português sobre "gênero e pesca"
- Workshop com os bolsistas sobre regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e preenchimento do currículo Lattes
- Workshop do Software Avenza Maps
- Workshop: Metodologias de Pesquisa - Parte I
- Workshop: Introdução à fotografia
- Workshop: Metodologias de Pesquisa - Parte II
- Workshop: Georreferenciamento
- Workshop: Introdução ao uso do SPSS na Pesquisa social
- Formação em Produção Audiovisual (Parte I)
- Formação em Produção Audiovisual (Parte II)
- Workshop em Introdução ao uso do SPSS

Produtos gerados: Equipe completa capacitada.

Objetivo Específico 3

Caracterizar as condições de vida das mulheres pescadoras com base em dados secundários de variados repositórios.

Resultados Esperados A3.1

Caracterização demográfica e socioeconômica da população dos municípios selecionados e da população pesquisada.

Coordenação das atividades: Joseane de Souza, Marco Antonio Couto Marinho e Diego Carvalhar Belo.

Colaboradores: Braullio da Paz Fontes, Gilberto Azeredo Gomes, Pollyanna Paes Guimarães Braz, Roberto Dutra Torres Junior, Tatiana Walter, Mariana de Oliveira Pollhmann e Natalia Lobo Guimarães, estas últimas voluntárias.

Atividade A3.1.1 – Levantamento de informações demográficas (sexo, idade, cor) no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2010) e na base de dados do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte (2015-2016).

Resultados obtidos: Para produzir uma caracterização demográfica e socioeconômica da população dos municípios selecionados e da população pesquisada foram realizadas atividades como: Reuniões de planejamento com a equipe envolvida para definição do processo de levantamento dos dados e para traçar as estratégias de controle da informação produzida. Foi realizado o levantamento de dados demográficos e socioeconômicos em fontes como os Censos Demográficos do IBGE/ 1991, 2000, 2010. Foram realizadas análises e levantamentos de dados das populações pesqueiras na Base de Dados do Projeto de Educação Ambiental -PEA Pescarte 2015-2016 (essa análise foi minuciosa e necessária, visto que tratava-se de um repositório novo, até então nunca manipulado pela equipe e complexo, com diferentes respondentes e unidades de pesquisa divididos em blocos temáticos). Foram realizadas as escritas de relatórios-preliminares contendo os primeiros achados a partir dos quais foram desenvolvidas análises preliminares e os testes na forma de apresentação dos dados levantados. Os resultados preliminares foram ponto de novas discussões, de reuniões entre a equipe responsável para determinar a melhor maneira de sistematização das informações e para a compilação final dos dados na forma de indicadores, tabelas, gráficos analíticos e pirâmides etárias. Por fim, foram realizadas atividades de checagens, testes de consistência que se tratam de conferências conjuntas dos dados levantados como método/meio necessário para gerar a validação dos resultados alcançados.

Após revisões feitas pelo Pescarte em seu banco de dados, viu-se a necessidade de realizar novas checagens e testes de consistência, e assim percebeu-se que algumas variáveis tiveram valores alterados. Neste sentido, decidiu-se realizar uma revisão nas informações referentes ao banco de dados do Pescarte que está em anexo neste relatório. Nas reuniões realizadas para revisão dos dados, a equipe chegou à

conclusão de que era necessária incluir nesta nova versão, em nota, ao final de cada tabela e gráfico, os filtros utilizados em cada variável, bem como os respondentes de cada uma delas, que no questionário Pescarte varia conforme os blocos temáticos.

Produtos gerados: Como produtos, se apresentam os dados consolidados a partir de uma análise demográfica e socioeconômica das populações dos municípios selecionados considerando aspectos como tamanho do território, densidade demográfica e as consequências econômicas dos processos de desenvolvimento associados à indústria do petróleo, ao mercado imobiliário e ao turismo, e seus impactos na composição demográfica e econômica da região estudada. As análises tiveram como base a distribuição da população por idade, sexo e cor-raça, e foram subsidiadas por indicadores produzidos pela equipe tais como: *População Total; Taxa anual de crescimento populacional*; *Densidade demográfica; Grau de urbanização; Idade média da população*; *Razão de sexo; Razão idoso/criança.* (Anexo 1). Ademais, as informações geradas subsidiaram ainda a construção das fichas dos municípios e das comunidades pesqueiras que compõem o mapa dos conflitos socioambientais. Informações de cunho socioeconômico e demográfico das populações residentes em cada município e daquelas que compõem as comunidades de pesca artesanal estão compiladas nas fichas como parte da caracterização dos municípios estudados.

Atividade A3.1.2 – Levantamento de informações socioeconômicas (escolaridade, situação no mercado de trabalho e rendimento).

Resultados obtidos: Do mesmo modo que na Atividade 3.1.1 foram realizadas reuniões de planejamento com a equipe envolvida para definição do processo de levantamento dos dados e para traçar as estratégias de controle da informação produzida. Foi realizado o levantamento de dados demográficos e socioeconômicos em fontes como os Censos Demográficos do IBGE/ 1991, 2000, 2010 e a análise e levantamento de dados das populações pesqueiras na Base de Dados do Projeto de Educação Ambiental -PEA Pescarte 2015-2016, realizada a escrita de relatórios preliminares, de revisões, checagens e testes de consistência até atingir a consolidação do dado. Além das fontes citadas utilizou-se dados disponibilizados na publicação 'Finanças dos Municípios Fluminenses' (2015), o mais recente da série que traz um repositório de informações relativas ao ano de 2014 para todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Produtos gerados: Análises do contexto sócio econômico dos municípios por meio de indicadores macroeconômicos como PIB total, PIB setorial, o PIB per capita, Coeficiente de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDH-. Também consta uma análise feita a partir do indicador Nível e Dependência, que expressa a dependência relativa dos municípios em relação às receitas advindas da economia do petróleo. São também apresentados os dados das populações residentes nas comunidades, por municípios de estudo, segundo o nível de escolaridade, a situação perante o mercado de trabalho e as faixas de rendimento auferidas pelas pessoas ocupadas (Anexo 2).

A partir destes dados têm-se como resultados **Sete (7)** Fichas de municípios e **vinte e cinco (25)** Fichas de comunidades que compõem o mapa dos conflitos socioambientais.

Atividade A3.1.3 – Elaboração de indicadores (simples e/ou compostos).

Resultados obtidos: Foram realizadas as escritas de relatórios preliminares, de revisões, de checagens e testes de consistência das informações.

Produtos gerados: indicadores utilizados nas análises do contexto sócio econômico dos municípios tais como: População Total; Taxa anual de crescimento populacional; Razão de sexo; Densidade demográfica; Grau de urbanização; Razão idoso/criança*;* PIB total; PIB setorial; o PIB per capita; Coeficiente de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDH. Também consta uma análise feita a partir de um indicador que produzimos sobre o Nível e Dependência que expressa a dependência relativa dos municípios em relação às receitas advindas da economia do petróleo (Anexo 3).

Resultados Esperados A3.2

Análise dos processos de seletividade no mercado da pesca de cada município a partir da base de dados Pescarte (2015-2016).

Coordenação das atividades: Diego Carvalhar Belo, Joseane de Souza e Marco Antonio Couto Marinho.

Colaboradores: Braullio da Paz Fontes, Pollyanna Paes Guimarães Braz, Roberto Dutra Torres Junior, Mariana de Oliveira Pollhmann e Natalia Lobo Guimarães, estas últimas voluntárias.

Atividade A3.2.1 – Identificação das ocupações principais e secundárias, quando for o caso, que homens e mulheres exercem no mercado da pesca.

Resultados obtidos: Os resultados preliminares foram ponto de novas discussões, de reuniões entre a equipe responsável para determinar a melhor maneira de sistematização das informações e para a compilação final dos dados na forma de tabelas analíticas. Por fim, foram realizadas atividades de checagens, testes de consistência que se tratam de conferências conjuntas dos dados levantados como método/meio necessário para gerar a validação dos resultados alcançados.

Após revisões feitas pelo Pescarte em seu banco de dados, viu-se a necessidade de realizar novas checagens e testes de consistência, e assim percebeu-se que algumas variáveis tiveram valores alterados. Neste sentido, decidiu-se por realizar uma revisão nas informações referentes ao banco de dados do Pescarte que está no anexo deste relatório. Nas reuniões realizadas para revisão dos dados, a equipe chegou à conclusão de que era necessária incluir nesta nova versão, em nota, ao final de cada tabela e gráfico, os filtros utilizados em cada variável, bem como os respondentes de cada uma delas, que no questionário Pescarte varia conforme os blocos temáticos.

Os dados anunciam importantes características das populações pesqueiras no que se refere à distribuição das ocupações principais e secundárias exercidas por homens e por mulheres que se encontram ocupados no mercado da pesca. Ainda que as mulheres possam desempenham funções desempenhadas pelos homens, elas se ocupam predominantemente em atividades de pré e pós captura, relacionadas às etapas de beneficiamento do pescado tais como Marisqueiro (a), Descascador(a), Filetador(a), Catador(a), enquanto os homens concentram-se mais na etapa de captura do pescado visto pela ocupação "Pescador(a) (camarada)' e em outras mais valorizadas do mercado pesqueiro como 'Dono de Barco que não pesca', 'Mestre(a)' (Anexo 4).

Produtos gerados: Dados consolidados a partir de uma análise da condição feminina na pesca, evidenciando o rol que as mulheres ocupam na atividade e as desigualdades estruturais que impedem que as oportunidades sejam as mesmas para homens e mulheres.

Atividade A3.2.2 – Identificação dos rendimentos auferidos por homens e mulheres no mercado da pesca, por idade e por ocupação.

Resultados obtidos: Foram realizadas as escritas de relatórios-preliminares contendo os primeiros achados a partir dos quais foram desenvolvidas análises preliminares e os testes na forma de apresentação dos dados levantados. Os resultados preliminares foram ponto de novas discussões, de reuniões entre a equipe responsável para determinar a melhor maneira de sistematização das informações e para a compilação final dos dados na forma de tabelas analíticas. Por fim, foram realizadas atividades de checagens, testes de consistência que se tratam de conferências conjuntas dos dados levantados como método/meio necessário para gerar a validação dos resultados alcançados.

Após revisões feitas pelo Pescarte em seu banco de dados, viu-se a necessidade de realizar novas checagens e testes de consistência, e assim percebeu-se que algumas variáveis tiveram valores alterados. Neste sentido, decidiu-se por realizar uma revisão nas informações referentes ao banco de dados do Pescarte que está no anexo deste relatório. Nas reuniões realizadas para revisão dos dados, a equipe chegou à conclusão de que era necessária incluir nesta nova versão, em nota, ao final de cada tabela e gráfico, os filtros utilizados em cada variável, bem como os respondentes de cada uma delas, que no questionário Pescarte varia conforme os blocos temáticos.

Os resultados indicam que, embora mulheres e os homens possam desempenhar mesmas ocupações, recebem rendimentos desiguais, sendo que as mulheres ocupadas no mercado da pesca atingiram rendimento médio mensal de R$504,19 reais, já os homens auferiram mais que o dobro, cerca de R$1.225,70 reais, o que na prática significa uma diferença de 2,4 vezes o valor declarado pelas mulheres. Sendo que a diferença de valores de rendimento pode ser visto no desempenho das mesmas ocupações, a maior diferença de valor encontrada foi na ocupação de 'Mantenedor(a) de barco' onde homens auferiram 4,7 vezes o valor médio auferido pelas mulheres, seguida da ocupação 'Mantenedor(a) de petrechos de pesca' na qual essa diferença foi de 3,6. (Anexo 5)

Produtos gerados: Dados consolidados a partir de uma análise da condição feminina na pesca evidenciando o rol que as mulheres ocupam na atividade e as desigualdades estruturais que impedem que as oportunidades sejam as mesmas para homens e mulheres. **Sete (7)** Fichas de municípios e **vinte e cinco (25)** Fichas de comunidades que compõem o mapa dos conflitos socioambientais.

Atividade A3.2.3 – Análise da divisão social do trabalho, no mercado de trabalho da pesca, por gênero.

Resultados obtidos: Foram realizadas as escritas de relatórios-preliminares contendo os primeiros achados a partir dos quais foram desenvolvidas análises preliminares e os testes na forma de apresentação dos dados levantados. Os resultados preliminares foram ponto de novas discussões, de reuniões entre a equipe responsável para determinar a melhor maneira de sistematização das informações e para a compilação final dos dados na forma de tabelas analíticas. Por fim, foram realizadas atividades de checagens, testes de consistência que se tratam de conferências conjuntas dos dados levantados como método/meio necessário para gerar a validação dos resultados alcançados.

Após revisões feitas pelo Pescarte em seu banco de dados, viu-se a necessidade de realizar novas checagens e testes de consistência, e assim percebeu-se que algumas variáveis tiveram valores alterados. Neste sentido, decidiu-se por realizar uma revisão nas informações referentes ao banco de dados do Pescarte que está no anexo deste relatório. Nas reuniões realizadas para revisão dos dados, a equipe chegou à conclusão de que era necessária incluir nesta nova versão, em nota, ao final de cada tabela e gráfico, os filtros utilizados em cada variável, bem como os respondentes de cada uma delas, que no questionário Pescarte varia conforme os blocos temáticos.

Os resultados indicam variações importantes nos tipos de acordo realizado nas embarcações entre mulheres e os homens, evidenciando clivagens por gênero no que se refere ao desempenho da atividade no mercado pesqueiro. Apresentando análises sobre o acesso aos documentos principais do exercício da atividade, e também os dados sobre o exercício de outra atividade laboral exercida no período de proibição da pesca. Enfim, os dados corroboram as premissas teóricas que abordam questão da seletividade por sexo como um dos problemas clássicos do mercado de trabalho brasileiro, sobre o acesso a direitos sociais como uma importante dimensão da desigualdade de gênero a ser considerada na análise que buscou por meio dos dados levantados abordar aspectos estruturantes da divisão social do trabalho, no mercado de trabalho da pesca, por gênero. Ademais, as informações geradas subsidiaram ainda a construção das fichas dos municípios e das comunidades pesqueiras que compõem o mapa dos conflitos socioambientais. (Anexo 6)

Produtos gerados: Dados consolidados a partir de uma análise da condição feminina na pesca evidenciando o rol que as mulheres ocupam na atividade e as desigualdades estruturais que impedem que as oportunidades sejam as mesmas para homens e mulheres. **Sete (7)** Fichas de municípios.

Atividade A3.2.4 – Análise da divisão sexual do trabalho no mercado da pesca e no domicílio, a partir da base de dados do PEA Pescarte.

Resultados obtidos: Foram realizadas as escritas de relatórios-preliminares contendo os primeiros achados a partir dos quais foram desenvolvidas análises preliminares e os testes na forma de apresentação dos dados levantados. Os resultados preliminares foram ponto de novas discussões, de reuniões entre a equipe responsável para determinar a melhor maneira de sistematização das informações e para a compilação final dos dados na forma de tabelas analíticas. Por fim, foram realizadas atividades de checagens, testes de consistência que se tratam de conferências conjuntas dos dados levantados como método/meio necessário para gerar a validação dos resultados alcançados.

Após revisões feitas pelo Pescarte em seu banco de dados, viu-se a necessidade de realizar novas checagens e testes de consistência, e assim percebeu-se que algumas variáveis tiveram valores alterados. Neste sentido, decidiu-se por realizar uma revisão nas informações referentes ao banco de dados do Pescarte que está no anexo deste relatório. Nas reuniões realizadas para revisão dos dados, a equipe chegou à conclusão de que era necessária incluir nesta nova versão, em nota, ao final de cada tabela e gráfico, os filtros utilizados em cada variável, bem como os respondentes de cada uma delas, que no questionário Pescarte varia conforme os blocos temáticos.

Assim sendo, reconhecendo que o mercado da pesca artesanal está diretamente relacionado ao universo das relações familiares, da economia doméstica, para a análise da divisão sexual do trabalho no mercado da pesca e no domicílio foram levantados e sistematizados os dados do bloco gênero da Base de Dados PEA-Pescarte 2015-2016 onde foi possível a produção de análises sobre a situação do quotidiano do domicílio e sobre a questão da inserção das mulheres no mercado da pesca e sua inclusão/exclusão na esfera política - especialmente nas associações e organizações profissionais - no modo como ocorre a participação feminina nessas organizações.

Enfim, os dados permitiram identificar aspectos relevantes da divisão sexual do trabalho a partir das desigualdades de gênero no contexto das populações pesqueiras, reconhecendo se tratar de ramo de atividade econômica que não representa um projeto individual do(a) pescador(a), e sim um projeto de vida econômico sustentado pela estrutura familiar, onde a mulher ocupa papel central. (Anexo 7)

Produtos gerados: Dados consolidados a partir de uma análise da condição feminina na pesca evidenciando o rol que as mulheres ocupam na atividade e as desigualdades estruturais que impedem

que as oportunidades sejam as mesmas para homens e mulheres. **Sete (7)** Fichas de municípios e **vinte e cinco (25)** Fichas de comunidades que compõem o mapa dos conflitos socioambientais.

Resultados Esperados A3.3

Análise de conflitos vinculados à condição feminina no mercado de trabalho da pesca, a partir da base de dados Pescarte (2015-2016). (Anexo 8)

Coordenação das atividades: Diego Carvalhar Belo, Joseane de Souza e Marco Antonio Couto Marinho.

Colaboradores: Braullio da Paz Fontes, Mariana de Oliveira Pollhmann e Natalia Lobo Guimarães, estas últimas voluntárias.

Atividade A3.3.1 – Análise, na perspectiva de gênero, da percepção sobre a participação feminina no mercado da pesca.

Resultados obtidos: Para produzir uma caracterização demográfica e socioeconômica da população dos municípios selecionados e da população pesquisada foram realizadas atividades como: Reuniões de planejamento com a equipe envolvida para definição do processo de levantamento dos dados e para traçar as estratégias de controle da informação produzida. Foi realizado o levantamento de dados demográficos e socioeconômicos em fontes como os Censos Demográficos do IBGE/ 1991, 2000, 2010. Foram realizadas análises e levantamentos de dados das populações pesqueiras na Base de Dados do Projeto de Educação Ambiental -PEA Pescarte 2015-2016 (essa análise foi minuciosa e necessária, visto que tratava-se de um repositório novo, até então nunca manipulado pela equipe e complexo, com diferentes respondentes e unidades de pesquisa divididos em blocos temáticos). Foram realizadas as escritas de relatórios-preliminares contendo os primeiros achados a partir dos quais foram desenvolvidas análises preliminares e os testes na forma de apresentação dos dados levantados. Os resultados preliminares foram ponto de novas discussões, de reuniões entre a equipe responsável para determinar a melhor maneira de sistematização das informações e para a compilação final dos dados na forma de indicadores, tabelas, gráficos analíticos e pirâmides etárias. Por fim, foram realizadas atividades de checagens, testes de consistência que se tratam de conferências conjuntas dos dados levantados como método/meio necessário para gerar a validação dos resultados alcançados.

Após revisões feitas pelo Pescarte em seu banco de dados, viu-se a necessidade de realizar novas checagens e testes de consistência, e assim percebeu-se que algumas variáveis tiveram valores alterados. Neste sentido, decidiu-se por realizar uma revisão nas informações referentes ao banco de dados do Pescarte que está no anexo deste relatório. Nas reuniões realizadas para revisão dos dados, a equipe chegou à conclusão de que era necessária incluir nesta nova versão, em nota, ao final de cada tabela e gráfico, os filtros utilizados em cada variável, bem como os respondentes de cada uma delas, que no questionário Pescarte varia conforme os blocos temáticos. (Anexo 9)

Produtos gerados: Como produtos, foram apresentados os dados consolidados a partir de uma análise demográfica e socioeconômica das populações dos municípios selecionados considerando aspectos como tamanho do território, densidade demográfica e as consequências econômicas dos processos de desenvolvimento associados à indústria do petróleo, ao mercado imobiliário e ao turismo, e seus impactos na composição demográfica e econômica da região estudada. As análises tiveram como base a distribuição da população por idade, sexo e cor-raça, e foram subsidiadas por indicadores produzidos pela equipe tais como: *População Total; Taxa anual de crescimento populacional*; *Densidade demográfica; Grau de urbanização; Idade média da população*; *Razão de sexo; Razão idoso/criança.* (Anexo 1). Ademais, as informações geradas subsidiaram ainda a construção das fichas dos municípios e das comunidades pesqueiras que compõem o mapa dos conflitos socioambientais. Informações de cunho socioeconômico e demográfico das populações residentes em cada município e daquelas que compõem as comunidades de pesca artesanal estão compiladas nas fichas como parte da caracterização dos municípios estudados. **Sete (7)** Fichas de municípios e **vinte e cinco (25)** Fichas de comunidades que compõem o mapa dos conflitos socioambientais.

Resultados Esperados A3.4

Construção da estrutura do banco de dados (Anexo 10)

Coordenação das atividades: Diego Carvalhar Belo, Joseane de Souza e Marco Antonio Couto Marinho.

Colaboradores: Braullio da Paz Fontes, Mariana de Oliveira Pollhmann e Natalia Lobo Guimarães, estas últimas voluntárias.

Atividade A3.4.1 – Construção de um banco de dados com as variáveis e indicadores utilizados na caracterização das condições de vida da população estudada.

Resultados obtidos: Do mesmo modo que na **Atividade 3.1.1**, foram realizadas reuniões de planejamento com a equipe envolvida para definição do processo de levantamento dos dados e para traçar as estratégias de controle da informação produzida. Foi realizado o levantamento de dados demográficos e socioeconômicos em fontes como os Censos Demográficos do IBGE/ 1991, 2000, 2010 e a análise e levantamento de dados das populações pesqueiras na Base de Dados do Projeto de Educação Ambiental -PEA Pescarte 2015-2016, realizada a escrita de relatórios preliminares, de revisões, checagens e testes de consistência até atingir a consolidação do dado. Além das fontes citadas utilizaram-se dados disponibilizados na publicação 'Finanças dos Municípios Fluminenses' (2015), o mais recente da série que traz um repositório de informações relativas ao ano de 2014 para todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Produtos gerados: análises do contexto sócio econômico dos municípios por meio de indicadores macroeconômicos como PIB total, PIB setorial, o PIB per capita, Coeficiente de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDH-. Também consta uma análise feita a partir do indicador Nível e Dependência, que expressa a dependência relativa dos municípios em relação às receitas advindas da economia do petróleo. São também apresentados os dados das populações residentes nas comunidades, por municípios de estudo, segundo o nível de escolaridade, a situação perante o mercado de trabalho e as faixas de rendimento auferidas pelas pessoas ocupadas (Anexo 2). **Sete (7)** Fichas de municípios e **vinte e cinco (25)** Fichas de comunidades que compõem o mapa dos conflitos socioambientais.

Objetivo Específico 4

Elaborar um banco de dados dos conflitos e um mapa com georreferenciamento de informações levantadas.

Resultados Esperados A4.1

Relação com os principais conflitos socioambientais envolvendo mulheres vinculadas à pesca.

Coordenação das atividades: Daniel de Oliveira d'El Rei Pinto, Diego Carvalhar Belo, Luceni Hellebrandt e Silvia Alicia Martinez.

Colaboradores: Cíntia Rodrigues Bach, Deisimara Barreto P. Gomes Moraes, Fernanda Pacheco da Silva Huguenin, Marcelo Carlos Gantos, Marcia Moreira de Araujo, Mariana Sena Lopes, Mayara Silva de Almeida, Nayara Felicíssimo Amaral, Sarah Magalhães Ferreira do Amaral, Silvia, Suelen Ribeiro de Souza e Victor Cesar Torres de Mello Rangel.

Atividade A4.1.1 – Apuração dos conflitos junto a informantes-chave, a partir dos dados e informações coletadas, identificados na etapa anterior. (Primeira visita a campo).

Resultados obtidos: Foram levantadas informações junto a informantes-chave em uma rodada de campo exploratória. Tal atividade foi descrita no Relatório Semestral de Resultados (abrangência: 01/09/2018 à 28/02/2019) e permitiu gerar, como resultado, uma lista prévia de conflitos a serem selecionados, de acordo com o propósito do projeto "Mulheres na Pesca" (Atividade A.4.1.2) e aprofundados no trabalho de campo (Atividade A.4.2.1).

Produtos gerados: Entrevistas com informantes-chave (pessoas com conhecimento prévio do contexto pesqueiro local e/ou da situação de mulheres envolvidas na atividade pesqueira local). Tais entrevistas foram gravadas e transcritas, gerando uma listagem indicativa de conflitos socioambientais (Atividade A.4.1.2) a serem aprofundados junto às pessoas envolvidas na atividade pesqueira artesanal em trabalho de campo aprofundado e direcionada a cada município integrante do projeto (Atividade A.4.2.1).

Atividade A4.1.2 – Seleção dos conflitos mais relevantes por município.

Resultados obtidos: A partir da Atividade (A.4.1.1) foi elaborada uma lista prévia de conflitos socioambientais de interesse para aprofundamento no projeto "Mulheres na Pesca". Tal lista serviu de base para a etapa de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos nos conflitos (Atividade A.4.2.1).

Produtos gerados: Os produtos gerados com esta atividade são o "Quadro 1 - Listagem preliminar dos principais conflitos envolvendo as mulheres relacionadas à cadeia da pesca, por município", apresentado no Relatório Semestral de Resultados (abrangência: 01/09/2018 à 28/02/2019) e o "Quadro 1 – Listagem dos principais conflitos envolvendo as mulheres relacionadas à cadeia da pesca, por município",

apresentado no Relatório Complementar de Resultados (abrangência: 01/03/2019 à 31/05/2019). Cabe destacar que houve um aprimoramento do quadro, de um relatório para outro. Como esta listagem era indicativa dos conflitos, a partir de informações de informantes-chave (Atividade A.4.1.1), serviu como base para o aprofundamento dos conflitos socioambientais vivenciados pelas mulheres da atividade pesqueira dos municípios de abrangência do projeto. O produto final, referente aos conflitos identificados e aprofundados, descritos na cartografia, é apresentado em "Resultado Esperado A.4.3. Descrição, caracterização e registro dos casos de conflito mais representativos de cada município".

Atividade A4.1.3 – Georreferenciamento dos conflitos mais relevantes identificados em A412. (Primeira visita a campo nos sete municípios)

Resultados obtidos: Todo o levantamento realizado contou com o georreferenciamento através de dispositivos móveis, entretanto houve uma percepção por parte da equipe da manifestação subjetiva dos conflitos vividos pelas mulheres da pesca na área de estudo. Estes se materializam, muitas das vezes, mais subjetivamente nas relações de poder do que marcados no território. Isso nos levou a reflexão sobre a forma como cartografar os conflitos.

Sendo assim a finalização dessa etapa acompanhou o fechamento das análises das entrevistas, para que todas as localidades tivessem seus conflitos descritos/georreferenciados. Ao final das discussões foram definidos e georreferenciados os conflitos com suas respectivas categorias.

Produtos gerados: Conflitos georrefenciados conforme tabela a seguir:

TABELA 1: Conflitos Socioambientais Georreferenciados

Conflito	Município	Longitude	Latitude
Dessecação da Lagoa do Campelo	São Francisco De Itabapoana	-41,188829	-21,65918765
Degradação do Rio Paraíba do Sul	Campos Dos Goytacazes	-41,30556923	-21,75524355
Documentação (Farol)	Campos Dos Goytacazes	-41,0493601	-22,04255843
Conflitos da Lagoa de Cima	Campos Dos Goytacazes	-41,50867687	-21,7609548
Conflitos da Lagoa Feia	Campos Dos Goytacazes	-41,34278388	-21,9982023
Degradação Ambiental Bacia do Macaé	Macaé	-41,78689202	-22,32615327
Impactos Indústria do Petróleo	Macaé	-40,92547795	-22,68156102

Construção Porto de Barreto	Macaé	-41,72230751	-22,32484136
Degradação a Lagoa de Araruama	Cabo Frio	-42,10785881	-22,88639486
Impacto da Indústria do Petróleo	Cabo Frio	-41,08966802	-23,10085815
Conflito com a Pesca Industrial	Cabo Frio	-42,00922212	-22,90337655
Degradação Ambiental do Rio São João	Cabo Frio	-42,02109367	-22,56968802
Mudanças no território pesqueiro de Barra do Furado	Quissamã	-41,13579018	-22,0942102
Cercamento de Lagoa	Quissamã	-41,39987897	-22,06432494
Degradação Ambiental do rio Paraíba do Sul: Acidente Cataguazes	São Francisco De Itabapoana	-41,04915593	-21,59439617
Degradação Ambienta do Rio Itabapoana	São Francisco De Itabapoana	-41,04413535	-21,25572505
Degradação Ambiental do Mangue	São Francisco De Itabapoana	-41,04932085	-21,60473437
Reconhecimento Legal das Catadoras de Ostras	São Francisco De Itabapoana	-41,02677539	-21,42825715
Implantação e Operação do Porto do Açu	São João Da Barra	-41,01210271	-21,85535978
Degradação Ambiental do Rio Paraíba do Sul	São João Da Barra	-41,01831677	-21,61827147
Documentação	São João Da Barra	-41,05083608	-21,63957434
Defeso Errado	São João Da Barra	-41,03783616	-21,73102598
Degradação da Lagoa de Araruama	Arraial Do Cabo	-42,18029582	-22,92117404
Impacto da indústria do Petróleo	Arraial do Cabo	-41,91152535	-23,06911925
Documentação	Arraial Do Cabo	-42,02413741	-22,96170552
Indústria do Turismo	Arraial do Cabo	-42,01866577	-22,97122324

Fonte: Elaboração própria do Projeto Mulheres na Pesca

Resultados Esperados A4.2

Aprofundamento da compreensão dos conflitos mais relevantes identificados na etapa anterior.

Coordenação das atividades: Diego Carvalhar Belo e Luceni Hellebrandt.

Colaboradores: Cíntia Rodrigues Bach, Daniel de Oliveira d'El Rei Pinto, Deisimara Barreto P. Gomes Moraes, Fernanda Pacheco da Silva Huguenin, Marcelo Carlos Gantos, Marcia Moreira de Araujo, Mariana Sena Lopes, Mayara Silva de Almeida, Nayara Felicíssimo Amaral, Sarah Magalhães Ferreira do Amaral, Silvia Alicia Martínez, Suelen Ribeiro de Souza e Victor Cesar Torres de Mello Rangel.

Atividade A4.2.1 – Realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos nos conflitos e registro fotográfico com autorização dos sujeitos depoentes. (Segunda visita a campo nos sete municípios).

Resultados obtidos: As entrevistas semiestruturadas ocorreram de forma aprofundada em um trabalho de campo mais extenso, nos quais as/os pesquisadoras/es do projeto permaneceram em curtas campanhas de campo nos municípios de abrangência do projeto. Todas estas campanhas, com datas e descrição das atividades realizadas, foram reportadas nos documentos denominados Recibo de Diárias/ Relatório de Viagem. Foram realizadas mais de 100 (cem) entrevistas, que duravam de 30 minutos a 1 hora, aproximadamente, com metodologias e instrumentos de investigação adequados ao propósito do projeto, conforme pode ser verificado nos documentos Relatório Semestral de Resultados (abrangência: 01/03/2018 à 31/08/2018) e Relatório Semestral de Resultados (abrangência: 01/09/2018 à 28/02/2019). Todas as entrevistas foram registradas com fotografias, mediante autorização por escrito das pessoas entrevistadas e resultaram em um aprofundamento para melhor compreensão dos conflitos previamente identificados na Atividade A.4.1.2. As entrevistas foram transcritas pela equipe de bolsistas de Iniciação Científicas. Após a transcrição, as entrevistas eram revisadas, confrontando o áudio com o que foi transcrito para identificação de possíveis erros e trechos inaudíveis. Todas as entrevistas transcritas forma arquivadas para disponibilização da equipe de pesquisadores do projeto.

Produtos gerados: Conjunto de áudio de entrevistas, arquivadas e transcritas; Transcrições de entrevistas; Banco de Imagens (Atividade A.4.5.1).

Resultados Esperados A4.3

Descrição, caracterização e registro dos casos de conflito mais representativos de cada município.

Coordenação das atividades: Marcelo Carlos Gantos e Silvia Alicia Martínez

Colaboradores: Diego Carvalhar Belo, Fernanda Huguenin, Luceni Hellebrandt, Marcia Moreira de Araujo, Suelen Ribeiro de Souza, Marcela Ribeiro da Silva, Mariana Sena Lopes, Mayara Silva de Almeida, Nayara Felicíssimo do Amaral e Sarah Magalhães Ferreira do Amaral.

Atividade A4.3.1 – Seleção dos casos a serem descritos, caraterizados e documentados em profundidade, com registro audiovisual de depoimentos (Terceira visita a campo nos sete municípios).

Resultados obtidos: Após a transcrição integral das 141 entrevistas realizadas nos sete municípios, passou-se à etapa de análise das entrevistas, municipalmente. Nessa análise chegou-se, conforme explicado na Atividade 4.2.1, à determinação de quais seriam os conflitos mais representativos e que seriam registrados por meio de filmagem em cada município, tarefa que constituiu o objetivo da terceira rodada de campo. Além disso, na medida das possibilidades, se selecionaram quais seriam as trabalhadoras da pesca a serem entrevistadas novamente para filmagem, seja porque eram mais expansivas e conseguiriam expressar de forma interessante o problema a ser registrado, seja porque tinham um relato mais completo da situação. Notou-se que, em termos gerais, as trabalhadoras de São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, e algumas de Campos dos Goytacazes são muito menos expansivas do que as dos outros municípios. No caso da comunidade de Barrinha, em SFI, na edição do vídeo do conflito houve que usar a voz gravada em áudio e autorizada anteriormente porque as catadoras de ostras se recusaram a serem filmadas. Nesse caso, quem foi filmada para relatar o conflito é a Presidente do Quilombo de Barrinha, Sra. Lídia. Situação parecida aconteceu em Atafona, SJB.

Por ocasião do Relatório Semestral de Resultados (abrangência: 01/03/2019 a 01/05/2019), essa atividade havia sido concluída em seis dos municípios, faltando conclusão no mais extenso deles, o Município de Campos. Anunciou-se também naquele relatório a necessidade de voltar a São João da Barra para localizar antigas catadoras de caranguejos que não haviam sido encontradas nos primeiros campos. O relato destas mulheres seria de grande importância para retratar a mudança socioambiental da região de Atafona, incluído o mangue.

Esse processo foi cumprido, concluindo essa etapa ainda em novembro de 2019, com a totalidade dos casos. Portanto, os vinte e quatro (vinte e quatro) conflitos socioambientais identificados a partir da análise dos depoimentos das trabalhadoras da cadeia produtiva da pesca entrevistadas, que moram em 25 (vinte e cinco) comunidade nos sete municípios, descritos, caraterizados e documentados em profundidade, com registro audiovisual de depoimentos, seguem explicitados abaixo.

Importante também é esclarecer que estes conflitos não são os únicos, mas foram os mais representativos da(s) comunidades, naquele momento histórico e com esse grupo envolvido.

TABELA 2: Lista de conflitos identificados por município

Município	Categorias de conflitos (5)	Conflitos identificados (25) e documentados por meio de filmagem
Arraial do Cabo	Degradação ambiental de rios e lagoas	Poluição da Lagoa de Araruama em Arraial do Cabo
	Disputa por territórios e recursos hídricos	A indústria do turismo e os impactos na pesca artesanal em Arraial do Cabo
	Grandes empreendimentos	Impactos da operação da Indústria de Petróleo e Gás em Arraial do Cabo
	Identidade e reconhecimento profissional	Reconhecimento profissional e identificação das trabalhadoras da pesca artesanal de Arraial do Cabo
	Pesca Inadequada	"Os grandes barcos" e o impacto para a pesca artesanal
Cabo Frio	Degradação ambiental de rios e lagoas	Poluição da Lagoa de Araruama
	Degradação ambiental de rios e lagoas	Poluição, assoreamento e alteração do ecossistema do Rio São João
	Pesca inadequada	As trabalhadoras da pesca em desacordo com o período do defeso
	Grandes empreendimentos	Impactos da operação da indústria de Petróleo e Gás em Cabo Frio
	Grandes empreendimentos	Os "grandes barcos industriais" no caminho da pesca artesanal
Campos dos Goytacazes	Degradação ambiental de rios e lagoas	Assoreamento, poluição e perda da biodiversidade do Rio Paraíba do Sul, Campos dos Goytacazes
	Degradação ambiental de rios e lagoas	Dessecamento Lagoa do Campelo
	Disputa de território e recursos hídricos Degradação ambiental de rios e lagoas Pesca Inadequada	Turismo, Poluição e Pesca Predatória em Lagoa de Cima
	Degradação ambiental de rios e lagoas Disputa por territórios e recursos hídricos	Aterramentos e gestão de comportas da Lagoa Feia
	Identidade e reconhecimento profissional	Identidade e reconhecimento profissional das marisqueiras de Farol de São Thomé
Macaé	Degradação ambiental de rios e lagoas	Poluição e salinização do rio Macaé
	Grandes empreendimentos	Impactos da construção do Terminal Portuário de Macaé (TEPOR)
	Grandes empreendimentos	Impactos da operação da indústria de Petróleo e Gás em Macaé

Apoio

"A realização do Projeto **Mulheres na Pesca** é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa **Chevron**, conduzido pelo **Ministério Público Federal – MPF/RJ**, com implementação do **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio**".

Quissamã	Degradação Ambiental de rios e lagoas	Mudanças no território pesqueiro de Barra do Furado
	Disputa de território e recursos hídricos	Cercamento da Lagoa Feia
São Francisco de Itabapoana	Degradação ambiental de rios e lagoas	Degradação do Rio Paraíba do Sul do manguezal em Gargaú
	Degradação Ambiental de rios e lagoas	Impactos no Rio Itabapoana afetando Lagoa Feia do Itabapoana
	Identidade e reconhecimento profissional	Identidade e reconhecimento profissional das catadoras de ostras do Quilombo de Barrinha.
São João da Barra	Degradação Ambiental de rios e lagoas	Transformação do manguezal
	Grandes empreendimentos	Implantação e operação do Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açu (CLIPA)
	Identidade e reconhecimento profissional	Reconhecimento profissional e identificação das trabalhadoras da pesca artesanal de São João da Barra

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Projeto.

Para a descrição de cada caso em forma aprofundada, foram elaboradas fichas individuais por cada um dos conflitos, que foram denominadas **Fichas de Conflito**. Essas fichas foram elaboradas levando em consideração a Ficha elaborada pelo projeto parceiro, coordenado por Tatiana Walter, da FURG, também financiado pelo FUNBIO e denominado *"Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro"*, de modo que pudessem serem aproveitadas as informações para incorporação naquele projeto.

Depois de vários encontros para discussão e análise, a ficha adquiriu o seguinte formato:

QUADRO 1: Estrutura da Ficha de Conflito

Nome do conflito	Nome de identificação do conflito.
Categoria do conflito	Classificação do conflito identificado em uma das cinco categorias: Degradação ambiental de rios e lagoas; Grandes empreendimentos; Identificação e Reconhecimento Profissional; Disputa de territórios e recursos pesqueiros; Pesca inadequada.
Município	Identificação do município em que o conflito ocorre.

Comunidade(s)	Identificação e georreferenciamento da(s) comunidade(s) pesqueira(s) em que o conflito ocorre.
Impactos Socioambientais	Lista de impactos socioambientais derivados do conflito identificado.
Atores Envolvidos	Identificação dos atores sociais envolvidos no conflito, especificando informações referentes a: Povos tradicionais afetados; Grupo de mulheres na pesca; Atividade econômicas geradoras de conflitos; Entidades que contribuem para o acirramento do conflito (responsáveis pelos impactos); Entidades que têm sido parceiras e atuam na defesa dos grupos afetados; Entidades omissas diante dos conflitos identificados.
Dinâmicas do Conflito	Síntese contendo o histórico e a dinâmica do conflito identificado, baseada tanto em referências bibliográficas, como nas entrevistas realizadas no trabalho de campo do projeto "Mulheres na pesca".
Vídeos e fotos	Material audiovisual produzido durante o projeto "Mulheres na pesca", referente ao conflito identificado.
Referências Bibliográficas	Fontes consultadas para o preenchimento da ficha.
Autoria	Nome(s) da(s)/o(s) pesquisadora(s)/or(es) responsável(eis) pela síntese das informações referente ao conflito identificado.
Como citar	Formatação nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas de como cada "ficha de caracterização do conflito" deve ser referenciada em outros trabalhos.

Fonte: Elaboração própria com base no instrumento.

A elaboração de cada uma das fichas demandou, por parte da equipe, análise aprofundado e longas adaptações até a adoção do formato final.

Produtos gerados: 25 Fichas de Conflito, 62 entrevistas em profundidade, com registro audiovisual de depoimentos (entrevistas filmadas).

Atividade A4.3.2 – Edição do material e arquivamento digital das entrevistas e dos registros audiovisuais.

Resultados obtidos: Finalizando a etapa de filmagem, deu início a fase de edição dos vídeos para adotarem a formatação final. Essa etapa, chamada de *decupagem* das imagens filmadas, somou-se à de elaboração do roteiro de edição do vídeo, e demandou muito trabalho por parte dos coordenadores de campo, que tinham que indicar aos editores o tema do vídeo, a sequência das imagens, e o som, quando foi necessário, sem ter experiência anterior nesse campo. Também demandou pensar na concepção dos vídeos, com as vinhetas e as informações gerais do projeto que deviam conter. Houve nesse momento

decisões importantes a tomar de forma conjunta, como em qual local entravam os nomes das entrevistadas, as informações técnicas, etc.

Os vídeos estão armazenados no canal do YouTube: Mulheres na pesca. Podendo entrar de duas formas diferentes: 1) pela cartografia, clicando no lugar indicado na Ficha de Conflitos; 2) diretamente pelo canal do YouTube, no link *https://www.youtube.com/channel/UCOhFcIEuyt127uzWNXghpIQ*.

Por outro lado, continuou-se nessa etapa alimentando o Banco de Imagens, com as fotos desta terceira rodada de campo. Tomou-se a decisão de selecionar as fotos mais representativas de cada filmagem, para não superlotar o Banco de Imagens com fotografias repetitivas. Em síntese, buscando no Banco de Imagens pela TAG "filmagem", das 1205 fotografias que constam no Banco de Imagens, aparecem 42 fotografias.

Produtos gerados: 25 vídeos, um para cada conflito identificado (ver listagem na Atividade A4.3.1), inseridos na Cartografia ou pesquisáveis pelo Canal do YouTube do Projeto Mulheres na Pesca.

42 fotografias referentes a esta etapa de pesquisa inseridas no Banco de Imagens no Site do Projeto.

Resultados Esperados A4.4

Construção do banco de dados.

Coordenação das atividades: Diego Carvalhar Belo e Joseane de Souza.

Colaboradores: Fernanda Huguenin, Luceni Hellebrandt, Mariana Sena Lopes, Nayara Felicíssimo do Amaral, Silvia Alicia Martínez e Suelen Ribeiro de Souza.

Atividade A4.4.1 – Preenchimento do banco de dados.

Resultados obtidos: Esta atividade foi dividida em duas etapas, conforme consta na Tabela de Indicadores. A primeira etapa, já concluída desde janeiro de 2019, consistiu na elaboração de um banco de dados de variáveis quantitativas. Para construção do Banco de dados quantitativo, se utilizam dados secundários extraídos do Censo IBGE 2010 e do Banco de dados do Projeto PEA-Pescarte (2015-2016), já analisados no Anexo do Relatório Semestral de Resultados (abrangência: 01/03/2018 à 31/08/2018). (pp. 22-62). O Banco de dados foi organizado em dois arquivos Excel, um contendo tabelas de dados do Censo IBGE 2010 e outro com tabelas de dados do Projeto PEA-Pescarte. Para construção do banco de dados com as variáveis do Projeto PEA-Pescarte, foram elaboradas tabelas com dados agregados dos

sete municípios, enquanto no Banco de dados do Censo IBGE 2010, optou-se por desagregar os dados por cada município que compõe o projeto. A opção feita no Banco de dados das informações do Pescarte deve-se ao fato de existirem no conjunto de dados do Pescarte uma série de inconsistências que inviabilizariam uma análise de todos os dados por municípios. Junto com a construção do Banco de dados, foi elaborado um glossário descrevendo as variáveis que foram abordadas em cada um dos bancos de dados (Censo IBGE 2010 e Projeto PEA-Pescarte).

A segunda etapa é referente à construção de um Banco de dados qualitativo, que de trechos extraídos das entrevistas semiestruturadas realizadas no âmbito da **Atividade A4.2.1**. Esta etapa, inicialmente pensada para subsidiar a análise das entrevistas e construção das fichas de conflitos socioambientais, foi postergada para uma etapa posterior à finalização da **Atividade A4.1.2** (Seleção dos conflitos mais relevantes por município), pois chegou-se à conclusão de que seria mais operacional cada coordenador de campo realizar a análise das entrevistas e identificar nelas os padrões de resposta que indicam os conflitos socioambientais mais relevantes de cada município. Após este exercício, com as fichas de conflitos socioambientais, finalizadas procedeu-se a operacionalização do banco de dados qualitativo. Tal banco consiste em um arquivo Word (Anexo **11**) com uma tabela analítica, contendo os trechos das entrevistas que identificam o conflito. As informações do banco de dados qualitativo foram compiladas nesta tabela, divididas por municípios, categorias dos conflitos e nomes de cada conflito identificado.

Produtos gerados:

- Um (1) banco de dados, em formato Excel, contendo tabelas de indicadores demográficos e socioeconômicos, extraídos do Censo do IBGE de 2010, referentes à população total dos municípios de abrangência.

- Um (1) banco de dados, em formato Excel, contendo tabelas de indicadores demográficos, socioeconômicos e de caracterização da atividade pesqueira, extraídos do Banco de dados do PEA Pescarte, referentes à população de pescadoras/res artesanais dos municípios de abrangência. No banco de dados do PEA Pescarte, foram incluídas informações acerca do universo feminino, com dados cruzados entre os indicadores socioeconômicos e demográficos com a variável sexo, para revelação das diferenças entre gêneros presentes na pesca artesanal.

- Dois (2) glossários descritivos, um referente às variáveis utilizadas para a composição do Banco de dados do Censo IBGE 2010 e outro relativo às variáveis utilizadas para a composição do Banco de

dados do PEA Pescarte, anexo ao Relatório Semestral de Resultados (abrangência: 01/09/2018 à 28/02/2019).

- Um (1) banco de dados qualitativo, contendo informações acerca dos conflitos socioambientais identificados nas entrevistas semiestruturadas. (Anexo 11)

Resultados Esperados A4.5

Construção do banco de imagens.

Coordenação das atividades: Luis Antonio Rivera Escriba.

Colaboradores: Diana de Sales Glória Silva e Pedro Henrique Bonfim Leal.

Atividade A4.5.1 – Preenchimento do banco de imagem.

Resultados obtidos: Conforme consta no Relatório Semestral de Resultados (abrangência: 01/03/2019 a 01/05/2019), a estrutura do Banco de Imagens, para ser finalizada por completo, dependia da estabilidade na incorporação de dados novos, para poder estabelecer quais seriam os filtros e as palavras chaves de busca a serem incorporadas. Nesse mesmo relatório constam as decisões técnicas assumidas a respeito de níveis de acesso, marca d´agua do projeto, códigos de identificação das imagens, entre outros aspectos. São exemplos de palavras-chave ou TAGs de busca: mulheres na pesca, devolutivas, Atafona. Ou seja, palavras significativas da informação que quer ser alcançada.

O Banco de Imagens foi finalizado, e nele constam 1205 imagens, tanto dos Seminários organizados como das 4 (quatro) rodadas de campo.

Produtos gerados: 1 Banco de Imagens do Projeto Mulheres na Pesca com 1205 fotografias, catalogadas e disponibilizadas.

Resultados Esperados A4.6

Elaboração final da Cartografia.

Coordenação das atividades: Daniel de Oliveira d'El Rei Pinto e Luis Antonio Rivera Escriba.

Colaboradores: Diana de Sales Glória Silva, Diego Carvalhar Belo, Fernanda Huguenin, Luceni Hellebrandt, Pedro Henrique Bonfim Leal e Suelen Ribeiro de Souza.

Atividade A4.6.1 – Elaboração da identidade visual do mapa, das representações cartográficas e da Home Page.

Resultados obtidos: A identidade visual do mapa e a Home Page do projeto ganharam forma no ano de 2018, sendo que a justificativa do seu planejamento e as secções que compõem a Home Page foram explicitadas no Relatório Semestral de Resultados (abrangência: 01/03/2018 a 31/08/2018). Entretanto, por ser um processo dinâmico sujeito a aperfeiçoamentos, no último Relatório Semestral de Resultados (abrangência: 01/03/2019 a 01/05/2019), explicitou-se que foram sendo realizadas algumas modificações, tanto na estética quanto no que diz respeito à acessibilidade, para aperfeiçoamento da Home Page. Na última etapa do projeto eles foram finalizados por completo, podendo ser observados em: www.mulheresnapesca.uenf.br. Entretanto, considera-se que a Home Page será atualizada na medida das possibilidades, podendo sofrer alguma alteração de conteúdo no futuro.

Sobre a identidade visual do mapa, foi elaborada uma espécie de 'capa' com ilustrações das diversas atividades que executam as mulheres que atuam na cadeia produtiva da pesca artesanal, com os municípios estudados em destaque, assim como com algum outro elemento gráfico importante, como as plataformas de petróleo que impactam a região.

Clicando em qualquer dos municípios do estudo, entra-se na cartografia propriamente dita.

Sobre as representações gráficas das categorias dos conflitos, foi uma tarefa que envolveu discussão da equipe como um todo, para alcançar o impacto esperado e que seja representativo da cada uma das categorias. Estas representações não foram elaboradas pela equipe, mas escolhidas em dois Sites com acesso livre e gratuito: a) *http://www.flaticon.com* e b) *http://www.icons8.com.br*.

Produtos gerados:

Uma Home Page, com identidade e características próprias, como se observa na Figura 1;

Um mapa com identidade visual própria, como se ilustra na Figuras 2, 3 e 4;

Um conjunto de ícones dos conflitos da cartografia (Figura 5).

FIGURA 1: Identidade inicial da Home Page do Projeto

Fonte: Home Page do Projeto.

FIGURA 2: Capa do Mapa do Mapa do Projeto Mulheres na Pesca

Fonte: Home Page do Projeto.

FIGURA 3: Mapa do Mapa do Projeto Mulheres na Pesca, com o menu das camadas

Fonte: Home Page do Projeto.

FIGURA 4: Mapa do Mapa do Projeto Mulheres na Pesca, com o menu dos filtros

Fonte: Home Page do Projeto.

FIGURA 5: Representações cartográficas das cinco categorias de conflito identificadas (ícones)

Pesca inadequada	
Degradação ambiental de rios e lagoas	
Grandes empreendimentos	
Disputa pelo território e recursos hídricos	
Identificação e reconhecimento profissional	

Fonte: Arquivo do Projeto Mulheres na Pesca.

Atividade A4.6.2 – Sistematização dos dados sob a forma cartográfica.

Resultados obtidos: Foi feita uma pesquisa por dados geoespaciais de fontes secundárias que pudessem auxiliar na análise e entendimento da dinâmica territorial no âmbito do projeto. A busca por dados concentrou-se nas seguintes instituições: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA-RJ), Agência Nacional do Petróleo (ANP), além de dado da Base de dados do projeto Pescarte.

Somam-se a estes, os dados obtidos em campo pela equipe do Projeto Mulheres na Pesca: Comunidades Visitadas e Conflitos Socioambientais Georreferenciados.

Após longo trabalho de compilação seleção e adequação, tanto dos dados secundários como dos dados obtidos em campo, chega-se como resultado às seguintes camadas:

- Dados Município (IBGE)
- Massa d'água (INEA)
- Dados Censo (IBGE)

- Unidades de Conservação (INEA-RJ)
    - PROTEÇÃO INTEGRAL
    - USO SUSTENTÁVEL
- Campos de Produção (ANP)
- Dutos (INEA-RJ)
- Comunidades visitadas
- Aproveitamento Hidrelétrico (Aneel)
- Desembarque Pesqueiro (FIPERJ)
- Conflitos
    - Grandes Empreendimentos
    - Degradação Ambiental de Rios e Lagoas
    - Pesca Inadequada
    - Documentação e identificação profissional
    - Disputa por território e recursos hídricos

Ainda, esses dados podem ser filtrados. Os filtros são três: 1) Municípios; 2) Categorias de conflito; e 3) Artes de pesca. Esses filtros servem para selecionar o que se almeja, fazendo cruzamento entre eles e com as camadas.

Por outro lado, além das **Fichas dos municípios** explicitadas na **Atividade A4.3.1** do presente relatório também foram produzidas **Fichas de caracterização dos municípios** e **Fichas de caracterização das comunidades**, com as seguintes informações:

QUADRO 2: Ficha de caracterização dos municípios

Principais aspectos históricos do município
Aspectos sociodemográficos da população geral (dados IBGE)
Aspectos sociodemográficos da população pesqueira por sexo (dados Pescarte)
Caracterização da atividade pesqueira por sexo (dados Pescarte)
Bibliografia

Fonte: Acervo do Projeto Mulheres na Pesca.

Sobre as **Fichas de caracterização das comunidades**, elas foram elaboradas para cada uma das comunidades visitadas que constam da cartografia, contendo dados primários, colhidos no campo, como a localização da comunidade, número de entrevistados e artes de pesca, entre outros, somados a dados secundários.

QUADRO 3: Ficha de caracterização das comunidades

Comunidade (Latitude / Longitude)
Número de entrevistadas
Número de Moradores da comunidade Pesqueira, por sexo
Colônia
Locais de pesca
Artes de pesca
Embarcação
Atividades das Mulheres
Espécies Capturadas
Entidade de pesca
Conflitos
Outras Informações
Referências bibliográficas

Fonte: Acervo do Projeto Mulheres na Pesca.

Produtos gerados: Camada de informações validadas, filtros validados, 7 Fichas de caracterização dos municípios validadas, 25 Fichas de caracterização das comunidades validadas.

Atividade A4.6.3 – Digitalização dos dados cartográficos.

Resultados obtidos: Como todo processo se deu em meio digital, esta etapa acompanha a anterior.

Produtos gerados: Camada de informações validadas e digitalizadas.

Atividade A4.6.4 – Disponibilização eletrônica da cartografia

Resultados obtidos: Inicialmente os dados estavam sendo disponibilizados na plataforma Carto DB. Entretanto, ao tomar forma, o projeto exigiu maior flexibilidade, sobretudo na configuração do layout, disponibilização das fichas dos conflitos e da aplicação dos filtros que permita ao usuário uma navegação fluida e objetiva. Sendo assim, para disponibilização dos dados sobre a forma cartográfica, foi utilizada uma combinação entre a plataforma MAPBOX e técnicas de programação.

Os dados foram disponibilizados na Home Page do Projeto no endereço *https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php*.

A figura abaixo ilustra a disponibilização dos dados sob a forma cartográfica na Home Page do Projeto.

FIGURA 6: Disponibilização da cartografia

Fonte: Home Page do Projeto.

Produtos gerados: WebGIS* disponibilizado na Home Page do Projeto no endereço *https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php*

*Entende-se por WebGIS como uma ferramenta que permite aos usuários consultarem informações espaciais georreferenciadas e tabulares de um determinado lugar de forma interativa. O sistema possibilita realizar análises

e produção de material cartográfico por meio da manipulação de diferentes dados e informações, de acordo com o seu interesse.

Objetivo Específico 5

Elaborar uma síntese analítica.

Resultados Esperados A5.1

Análises textuais para compor o mapa dos conflitos socioambientais relacionados à pesca e envolvendo relações de gênero em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas.

Coordenação das atividades: Leandro Garcia Pinho e Silvia Alicia Martínez.

Colaboradores: Diego Carvalhar Belo, Fernanda Pacheco da Silva Huguenin, Luceni Medeiros Hellebrandt, Marcelo Carlos Gantos, Marcia Moreira de Araujo e Suelen Ribeiro de Souza.

Atividade A5.1.1 – Discussão em grupo de cada caso documentado a fim de estabelecer parâmetros de análise.

Resultados obtidos: Observa-se que nos sete municípios da região, a categoria mais impactada é Degradação ambiental de rios e lagoas, com 11 (onze) incidências, representando 45,8 % dos casos, seguida de Problemas de identificação e identidade profissional com quatro (4) incidências, sendo que Pesca inadequada, Disputa pelo território e recursos hídricos e Grandes empreendimentos, tiveram três (3) incidências cada uma.

Produtos gerados: Capítulo de livro: MARTINEZ, Silvia Alicia *et al.* Mapeamento e caracterização de conflitos socioambientais no Norte Fluminense e nas Baixadas Litorâneas privilegiando o olhar das trabalhadoras da pesca artesanal. *In:* WALTER, Tatiana *et al.* (Orgs.) **Avaliação de Impactos Ambientais.** 2020. No prelo.

Versão preliminar de livro contendo os resultados principais do Projeto Mulheres na Pesca.

Atividade A5.1.2 – Elaboração de análises a serem levadas à discussão com a equipe coordenadora e de pesquisadores para aperfeiçoamento e validação.

Resultados obtidos: A seguir se apresenta uma Análise dos Conflitos socioambientais que afetam as trabalhadoras da pesca artesanal em municípios do Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas, elaborada a partir das entrevistas realizadas no bojo do projeto Mulheres na Pesca, após dois anos de pesquisa em campo nos municípios de São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã, Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Em termos gerais, tal como descrito na **Atividade A4.3.1** do presente relatório, foram encontrados 25 conflitos socioambientais. Na figura 7, apresenta-se a localização de todos eles no território pesquisado

FIGURA 7: Localização georreferenciada dos 25 conflitos identificados nos sete municípios.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, ANP
e levantamentos de campo, utilizando o QGIS.

Dando continuidade ao descrito na **Atividade A5.1.1**, se apresenta uma síntese das cinco categorias de conflitos, que congregam 25 casos documentados e que compõem a Cartografia. É importante sempre

lembrar que na pesquisa se priorizou o olhar das trabalhadoras da atividade pesqueira, daí a originalidade da mesma, mas sem abandonar o aprofundamento teórico nos estudos científicos disponíveis.

Assim, é possível observar que, das 25 comunidades visitadas nos sete municípios da região pesquisados, e dos 25 conflitos socioambientais identificados nas entrevistas com as trabalhadoras da cadeia da pesca artesanal, o conflito que tem mais incidência na região é *Degradação ambiental de rios e lagoas*, aparecendo 9 (nove) vezes e representando 36 % dos casos. O segundo conflito mais identificado foi *Grandes empreendimentos*, aparecendo em 5 (cinco) casos, representando o 20 % dos conflitos identificados, sob o olhar das trabalhadoras da pesca. Seguido por *Identificação e reconhecimento profissional* e *Disputa por territórios e recursos hídricos* com quatro (4) casos cada um. Finalmente, o conflito que foi denominado *Pesca inadequada* teve uma incidência de três (3) casos.

1. DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E ALTERAÇÃO DOS MODOS DE VIDA

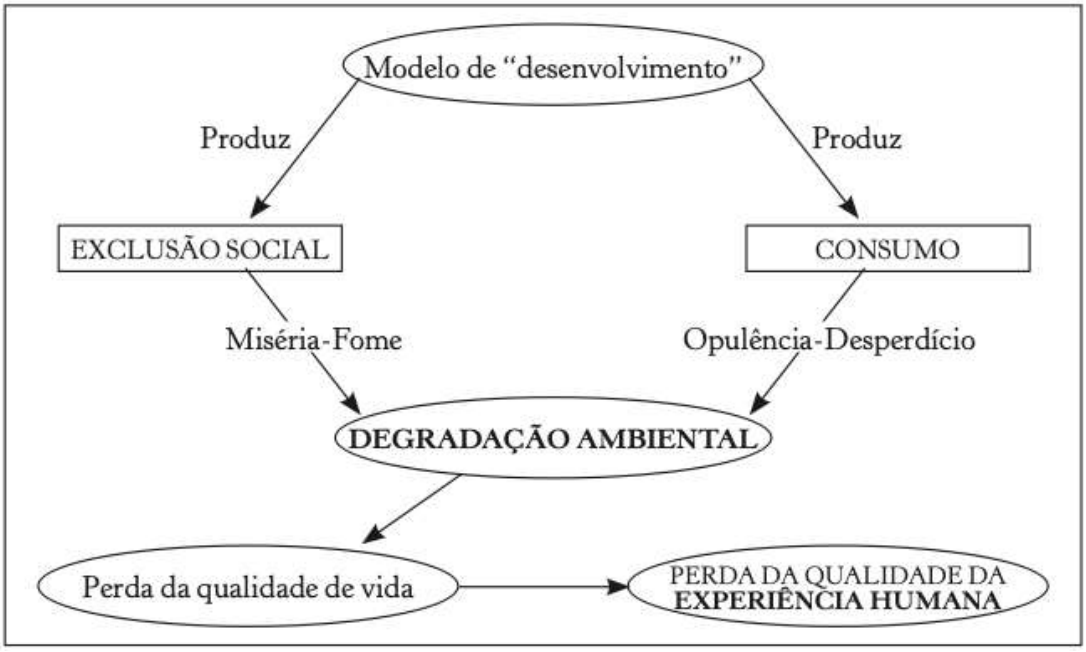
Um ambiente saudável é essencial à reprodução de um modo de vida baseado na atividade pesqueira artesanal. Alterações sistêmicas no ambiente ocorrem, de acordo com Pinto e Coronel (2015), acompanhando nossa evolução enquanto seres sociais, ao utilizarmos novos meios, tecnologias e técnicas, visando o desenvolvimento.

A partir da década de 1960, com a publicação de "Primavera Silenciosa" de Rachel Carson (1969), a questão ambiental passa a incorporar as discussões sobre o crescimento econômico. A preocupação com os recursos naturais entra na agenda pública com a publicação de "Os Limites do Crescimento" (1972) e assim uma série de documentos e medidas passam a considerar os impactos que o modelo de desenvolvimento vivido até então tem sobre as vidas de humanos e não humanos. Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento publica o relatório "Nosso Futuro Comum", no qual ficam expostas as responsabilidades dos países desenvolvidos e em desenvolvimento face à degradação ambiental e, neste contexto, inicia-se a relacionar a condição de pobreza ao ambiente degradado, ocorrendo na forma de um "círculo vicioso", nas palavras de Waquil; Finco; Mattos (2004).

Na figura abaixo, apresentada em um texto de Pitton (2009), a autora utiliza um modelo de análise sistêmica para explicitar como se dá a relação do modelo de desenvolvimento, gerando degradação ambiental e impactando na qualidade de vida das populações. Segundo a autora:

> O binômio produção/consumo termina gerando maior pressão sobre os recursos naturais (consumo de matérias-primas, água, energia etc.), causando mais degradação ambiental que se reflete […] na perda da qualidade de vida, por condições inadequadas de moradia, poluição em todas as suas expressões, enfim, em todas as intervenções desastrosas nos mecanismos que sustentam a vida na Terra. (PITTON, 2009, p. 94)

FIGURA 8: Modelo de Análise sistêmica do contexto socioambiental de Dias G.F. 2000



Fonte: Pitton, 2009

No Brasil, a Constituição Federal faz destaque no artigo 225 o fato de que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações." (BRASIL, 1988). Contudo, Pinto e Coronel (2015) reforçam que no contexto brasileiro "a degradação ambiental é uma questão que vem se agravando no decorrer dos anos [e] tem suas causas ligadas a alguns aspectos tais como clima, pobreza, impactos do agronegócio e questões socioeconômicas" (PINTO e CORONEL, 2015, p. 273).

A partir deste entendimento, tornou-se necessário caracterizar o conceito de degradação ambiental de acordo com a proposta do projeto "Mulheres na pesca", de forma a construir uma categoria

de conflito denominada “degradação ambiental de rios e lagoas”. Será iniciada esta caracterização baseando-a na discussão teórico-conceitual estabelecida por autores precedentes, para concluir a categoria conceitual a partir dos conflitos socioambientais mapeados, discutidos e validados por meio de trabalho de campo e construção de fichas de caracterização de conflito desenvolvidas pelo projeto.

Discussão teórica do conceito

Em termos legais, o conceito de “degradação ambiental” é definido no artigo 3º da Lei no 6.938/1981, Política Nacional do Meio Ambiente, como uma “alteração adversa das características do meio ambiente”, de tal maneira que prejudique a saúde, a segurança e o bem-estar da população, crie condições prejudiciais às atividades sociais, afete desfavoravelmente a biota, prejudique condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente ou, por fim, lance rejeitos ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos (BRASIL, 1981). Contudo, esta definição utiliza o conceito de “degradação ambiental” como sinônimo da expressão “degradação da qualidade ambiental’, ao mesmo tempo em que também equipara, em sinônimo, a “degradação da qualidade ambiental” com o conceito de poluição (MARTINEZ et al, 2020).

Conforme discutem Meneguzzo e Chaicouski (2010) e Sanchez (2008), o termo “degradação ambiental” é comumente associado, de modo errôneo, a outros conceitos como “impacto ambiental” e “poluição”. Para Sanchez (2008), a confusão entre os termos é reforçada pela legislação brasileira que criou definições tautológicas e imprecisas. Da mesma forma, Roth e Garcias (2009), demonstram a ambiguidade dos termos ao esclarecem que até a década de 1980 o conceito de degradação ambiental era utilizado como sinônimo de poluição.

Segundo Roth e Garcias (2009), todo impacto ambiental sofrido pelo meio ambiente e que restrinja a sua capacidade de recuperação (retorno à condição original) gera uma área degradada. A degradação é, assim, efeito de um impacto ambiental negativo, e o espaço que sintetiza os efeitos desta degradação é denominado “área degradada” (SANCHEZ, 2008). Na concepção de Brown e Lugo (1994), as terras são descritas como degradadas quando as condições do solo e/ou a riqueza biótica foram reduzidas pela atividade humana ao ponto de sua capacidade de satisfazer os usos particulares ter sido diminuída. Em outros termos, um ambiente se encontra degradado quando sua capacidade de

resiliência foi comprometida, isto é, quando não possui mais a capacidade de recuperação do seu estado original (BROWN; LUGO, 1994).

Meneguzzo e Chaicouski (2010), ao discorrerem sobre impacto ambiental, lembram que há possibilidade de que o impacto cause resultados positivos, trazendo um primeiro ponto para pensarmos um afastamento entre os termos "degradação ambiental" e "impacto ambiental". A ABNT (2004) define o termo "impacto ambiental" como "qualquer modificação do meio ambiente, adversa ou benéfica, que resulte, no todo ou em parte, dos aspectos ambientais da organização" (p. 2).

Mesmo com este destaque diferenciador, os autores admitem que o conceito de impacto ambiental dado no artigo 1º da resolução nº 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) (BRASIL, 1986) pende mais à conotação negativa, reforçando a semelhança confusa com o termo "degradação ambiental". Na definição do CONAMA, impactos ambientais são caracterizados enquanto

> [...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matérias ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:
> I. a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
> II. as atividades sociais e econômicas;
> III. a biota;
> IV. as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
> V. a qualidade dos recursos ambientais. (BRASIL, 1986)

Nota-se uma diferença essencial na definição da ABNT com relação à resolução do CONAMA, posto que para a ABNT o conceito de impacto ambiental tem uma dimensão neutra, podendo ocorrer na forma negativa ou positiva. Em outras palavras, os impactos ambientais não trazem somente malefícios, podem ser também benéficos, dependendo de sua configuração.

Já o conceito de "degradação ambiental", usado de forma abrangente e genérica, possui um caráter negativo (MENEGUZZO, 2006; MENEGUZZO; CHAICOUSKI, 2010), que denota "qualquer alteração adversa dos processos, funções ou componentes ambientais, ou como uma alteração adversa da qualidade ambiental" (SANCHEZ, 2008, p. 27). Sobre a origem da degradação ambiental, Sanchez destaca que:

> A lei não evidencia se o causador da degradação é o ser humano em si, uma consequência de atividade antrópica ou até mesmo um fenômeno natural como um raio que atinge determinada floresta e acaba por destruir a mesma por meio de um incêndio. O que fica explícito neste conceito é que a degradação ambiental caracteriza-se como um impacto ambiental negativo (2008, p. 27).

Na mesma linha argumentativa de Sanchez (2008), Lima e Rongaglio (2001) reforçam que o ser humano é o único agente causador da degradação. Assim sendo, os processos naturais podem causar modificações nas características do meio ambiente, mas jamais degradam a sua qualidade. Contribuindo para esta discussão teórico-conceitual, Moraes e Jordão (2002, p. 371) apontam que há dois tipos de impactos exercidos pelo homem: "o consumo de recursos naturais em ritmo mais acelerado do que aquele no qual eles podem ser renovados pelo sistema ecológico [e a] geração de produtos residuais em quantidades maiores do que as que podem ser integradas ao ciclo natural de nutrientes" (MORAES e JORDÃO, 2002, p. 371).

Já Lemos (2001) apresenta a degradação ambiental como a destruição, deterioração ou desgaste do meio ambiente, destacando que há efeitos que não são imediatamente visíveis na população que por ela fica impactada. Nas as palavras do autor:

> Esse entendimento está concordando com a definição dada pela United Nations Environmental Program (UNEP), segundo a qual a degradação do meio ambiente implica redução potencial da disponibilidade de ativos produtivos por um ou por uma combinação de processos atuando sobre os recursos naturais. Estes processos incluem erosões provocadas pela água (chuvas torrenciais, por exemplo) ou pelos ventos, ou mesmo sedimentações que também podem ser provocadas por estes mesmos agentes (água e vento), redução no longo prazo da diversidade da vegetação e da fauna naturais, salinização e sodificação do solo (UNEP, 1999).
>
> Todos estes impactos podem ter a colaboração ou mesmo a indução da ação antrópica, por meio das práticas de desflorestamento, agricultura predatória, utilização da cobertura vegetal como fonte de energia e incorporação de terras marginais no processo de produção agropastoril. A resultante da interseção desses vetores é um processo de depredação da base de recursos naturais, corroborada, em grande parte, pelo crescimento global da população, que induz um incremento da taxa de migração rural-urbana.
>
> Os efeitos não diretamente visíveis são a perda da autoestima por parte das pessoas e a degradação do ser humano, ator maior e epicentro de qualquer processo de desenvolvimento que se pretenda ético, sustentável e socialmente justo. (LEMOS, 2001, p. 409)

No âmbito das pesquisas desenvolvidas no projeto "Mulheres na pesca" a formulação da categoria de conflito socioambiental denominada "Degradação ambiental de rios e lagoas" enquadra o conjunto de conflitos associados a impactos ambientais nos corpos hídricos, provocadas ou intensificadas a partir da ação antrópica e com consequências negativas às populações de comunidades pesqueiras.

No total, foram identificados e descritos em fichas de caracterização 9 conflitos socioambientais com características que permitem classificá-los sob a categoria de "degradação ambiental de rios e lagoas". Eles ocorrem nos municípios de São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Macaé, Cabo Frio e Arraial do Cabo, conforme pode ser verificado na Figura 9:

FIGURA 9: Mapa da Categoria "Degradação ambiental de rios e lagoas"

Fonte: Elaboração projeto "Mulheres na Pesca" a partir
de dados do IBGE, ANP e levantamentos de campo, utilizando o QGIS.

Alguns exemplos de ações antrópicas identificadas na pesquisa como geradoras dos conflitos socioambientais de degradação ambiental de rios e lagoas são: a) processo de urbanização e periferização; b) despejo de esgoto in natura de origem doméstica e industrial nos rios e lagoas; c) despejo de agrotóxicos utilizados em lavouras em rios e canais; d) despejo de rejeitos químicos, decorrentes de acidentes industriais; e) desmatamento da vegetação ciliar e de manguezais; f) construção de barragens, represas e canais de desvio de água; g) obras de retificação e drenagem, comumente associadas às intervenções executadas nas décadas de 1970 e 1980 pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

A partir destas ações ocorreram diversos impactos ambientais que resultaram na redução dos estoques pesqueiros, impondo limites à continuidade da pesca artesanal e alterando modos de vida das mulheres investigadas na área estudada. Os principais impactos ambientais observados foram a perda da biodiversidade local, os processos de eutrofização, o assoreamento de lagoas e rios, dessecamento de lagoas, a supressão de áreas de procriação e alimentação de peixes e a suspensão ocasional do abastecimento de água.

2. GRANDES EMPREENDIMENTOS: IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE COMPLEXOS LOGÍSTICOS PORTUÁRIOS E DO COMPLEXO INDUSTRIAL PETROLÍFERO

A categoria de conflito “Grandes Empreendimentos” engloba as disputas pelas áreas marinhas entre os povos tradicionais, especialmente as/os pescadoras/es artesanais, e indústria de exploração de petróleo e gás, na região Norte Fluminense e nas Baixadas Litorâneas.

A criação do termo “grandes empreendimentos” alude ao período histórico de emergência e consolidação das políticas desenvolvimentistas, iniciadas na década de 1950, que favoreceu o desenvolvimento dos

> [...] grandes projetos que comportavam empreendimentos de grande porte e que foram elaborados como meio para a implementação da infra-estrutura necessária para a industrialização e, ainda, como uma forma de levar o “desenvolvimento” às regiões em que foram instalados. (BORTOLETO, 2001, p. 53).

A expressão “grandes projetos” ou “grandes empreendimentos” começou a ser utilizada de modo recorrente a partir da década de 1970 quando foram implementados projetos de investimentos com dimensões técnicas e financeiras maiores que os executados nas décadas anteriores (PIQUET, 1998, p.98, apud CARVALHO; ARRUDA, 2017).

De acordo com Bezerra (2014), o termo “grandes empreendimentos”, também denominado de “grandes projetos industriais” ou “projeto de larga-escala”, são caracterizados por empreendimentos empresariais de elevado investimento financeiro e pela mobilização de um grande contingente de capital e de mão-de-obra. Em razão dos elevados investimentos, seus impactos nos territórios onde são construídos são também bastante expressivos (BEZERRA, 2014).

José de Souza Martins (1993) utiliza o termo “projetos econômicos de envergadura” para se referir a empreendimentos econômicos que abarcam hidrelétricas, rodovias, portos, planos de colonização e que possuem grande impacto social e ambiental, mas que não têm as populações locais e tradicionais como as principais beneficiárias. Ao contrário do discurso oficial que apresenta os grandes projetos como essenciais ao desenvolvimento do país (BORTOLETO, 2001, p. 55), Martins (1993) ressalta o caráter excludente destes empreendimentos, que nascem do pressuposto da remoção das populações locais e até (de modo inconfessável) do seu aniquilamento, visto que tais populações passam a representar um entrave à implementação do empreendimento (MARTINS, 1993, p. 62).

Além disso, os grandes projetos causam danos seríssimos para o estilo de vida e a atividade produtiva das populações tradicionais que vivem no entorno do empreendimento como, por exemplo, as comunidades pesqueiras.

Bortoleto (2001), corroborando com a ideia do caráter excludente destes empreendimentos, ressalta que sua implementação é uma apropriação do território pelo centro hegemônico da economia nacional, sem a participação das “regiões sedes”, reforçando, na visão deste autor e de outros, as desigualdades já existentes.

Posto isto, foram encontradas no campo de estudo dois grandes tipos de empreendimentos que afetam a sustentabilidade da pesca artesanal:

1) a construção e operação de complexos logísticos portuários, notadamente: o do Porto do Açu, em São João da Barra; o da Barra do Furado, em Quissamã; e o do Porto do Barreto, que está em fase de construção, em Macaé;

2) indústria do Petróleo, que tem sua base operacional em Macaé, mas que possui estruturas offshore (plataformas marítimas) espraiadas por todo o litoral, atingindo os municípios contíguos, como Cabo Frio e Arraial do Cabo.

FIGURA 10: Mapa da Categoria Grandes empreendimentos

Fonte: Elaboração projeto "Mulheres na Pesca" a partir
de dados do IBGE, ANP e levantamentos de campo, utilizando o QGIS.

De forma sintética, os impactos à pesca artesanal mais notórios, identificados em todos os casos de grandes empreendimentos são a criação de áreas de exclusão da pesca, os impactos à fauna e flora marinha e os deslocamentos compulsórios/expulsão de famílias para as áreas periféricas.

No caso dos complexos portuários, a construção destes empreendimentos provoca mudanças nos territórios pesqueiros, ao se instalarem em áreas de pesca costeira e/ou de viveiros naturais, como é o caso do Porto do Açu, construído sobre uma área de procriação de camarão.

Os complexos portuários acarretam uma diminuição da atividade pesqueira, por dificultar o acesso aos antigos pesqueiros e por estar diretamente ligada aos processos de assoreamento de canais e salinização de corpos hídricos. Os empreendimentos adjacentes que se instalam nas áreas portuárias (frigoríficos, cais, estaleiros, indústrias) modificam a paisagem ao realizarem dragagens sem planejamento, arrancando a vegetação e aterrando pesqueiros. Outro impacto constante é o aumento do trânsito de navios que se tornam invasores nas áreas tradicionais de pesca, gerando acidentes com as embarcações de pesca, descarte de óleo e poluição ambiental. De resto, estes empreendimentos afetam a sobrevivência de modalidades de pesca. No caso específico do Porto da Barra do Furado, a sua instalação acarretou o desaparecimento da "pesca de buraco", - com o aterramento dos buracos – modalidade de pesca que era desenvolvida por crianças. No Porto do Barreto, em Macaé, sua construção irá acarretar o desaparecimento da pesca de beira, por ser uma modalidade desenvolvida na área que está planejada a construção deste empreendimento. Além disso, no caso do Porto do Barreto, a obra está sobreposta à área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Santana e na área de influência indireta do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (INEA, 2014)

No caso da indústria petrolífera, as estruturas offshore (plataformas marítimas) construídas em alto-mar geram áreas de exclusão da pesca no seu em torno, em um raio de 500 metros, provocando o deslocamento da atividade pesqueira para áreas mais distantes da costa; este fato causa uma sobrecarga de trabalho e aumento dos gastos com infraestrutura dos bacos que deverão se descolar a distâncias maiores. Ademais, as plataformas reúnem cardumes de peixes que são atraídos pelo despejo de restos de alimentos e pela criação de recifes artificiais nas estruturas submersas. O aumento do trânsito de navios petroleiros de pesca acaba por gerar novas áreas de exclusão, na medida em que este fato cria sobreposição das rotas entre as embarcações da indústria e as de pesca.

De modo complementar, as diferentes fases de produção da indústria petrolífera acarretam impactos nocivos à pesca artesanal (levantamento; perfuração; exploração e produção). Na fase de levantamento, as atividades de prospecção e sísmica provocam a desorientação dos cardumes de peixes, mudança nas rotas, mortandade e queda temporária nos estoques pesqueiros. Na atividade de perfuração

dos poços, a sísmica se torna uma atividade frequente no mar, podendo provocar acúmulo de óleo, causa da mortandade de diversas espécies de peixes. Na fase de exploração e produção os conflitos com os pescadores são mais constantes, devido a sobreposição das rotas dos navios rebocadores com a das embarcações pesqueiras e da criação de áreas de exclusão de pesca. Além de que, a atividade de exploração provoca constantes episódios de derramamento de óleos no mar, que compromete a biodiversidade marinha e consequentemente a pesca artesanal, em decorrência da interrupção temporária da atividade e da redução dos estoques pesqueiros (SEVÁ, 2013).

3. IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO PROFISSIONAL

O problema da identificação e do reconhecimento profissional das mulheres envolvidas na cadeia produtiva da pesca artesanal é o modo mais conspícuo de constatação de sua invisibilidade, pois expõe de modo inequívoco o modo como a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo (KERGOAT, 2009) estruturam e mantêm desigualdades de gênero tanto "desde dentro" (MOTTA-MAUÉS, 1999), quanto externamente, seja na produção acadêmica de conhecimento (ALENCAR, 1993), seja na proposição e implantação pelo Estado de políticas sociais.

Embora os relatos que manifestam queixas quanto às dificuldades de obtenção dos documentos relativos à formalização da atividade pesqueira estejam presentes nas falas de homens e mulheres, são elas as mais vulneráveis à insegurança jurídica decorrente de uma legislação que tem sido mais excludente do que omissa em relação às trabalhadoras. A distinção entre pescadoras/es e trabalhadoras/es de apoio à pesca disposta em leis, decretos e portarias federais desde a segunda década do século XXI[1] passou a orientar a política de seguridade social, isto é, o seguro desemprego também conhecido como defeso, a partir de uma perspectiva que resume a pesca à atividade de captura, em prejuízo de outras etapas, como a produção e os reparos de apetrechos, ou o beneficiamento e o processamento de produtos.

De acordo com o trabalho de Hellebrandt (2017), é principalmente na pré e na pós captura que a mão de obra feminina pode ser encontrada nas sociedades pesqueiras. No entanto, ao considerar que,

[1] Ver, por exemplo, as leis nº 11.959/09 e nº 13.1134/15; os decretos nº 8.424/15, nº 8.425/15 e nº 8.967/17; e as portarias nº 1.275-SEI/17 e nº 2.546/17.

para ser artesanal, a pesca dever ser exercida em regime de economia familiar[2] e, ao mesmo tempo, privilegiar apenas a captura como a única atividade que identifica quem trabalha, a legislação vigente exclui essencialmente as mulheres da obtenção do mais importante documento de reconhecimento profissional, o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), sendo este documento também fundamental para acessar o defeso[3], além de outros programas sociais. Em outras palavras, o Estado brasileiro promove, por meio de dispositivos legais, desigualdades de gênero no mundo do trabalho ao não identificar a categoria das/os trabalhadoras/es de apoio à pesca por meio do registro e ao negar-lhes inserção na política social do seguro desemprego.

Assim, se encontraram quatro (04) casos expoentes da problemática no âmbito do projeto, que juntos compõem a categoria de conflito socioambiental intitulada **identificação e reconhecimento profissional**. Embora os dados apontem para uma compreensão ampla e complexa da invisibilidade do trabalho feminino na pesca, sobretudo quanto à questão do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo/doméstico (HIRATA; ZARIFIAN, 2009) (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009) a partir da perspectiva interna dos grupos sociais observados, é no contexto externo, isto é, na relação com as instituições estatais, que os relatos colhidos tratam de conflitos em nada latentes.
Seguem a seguir uma breve síntese dos casos analisados.

a) Identidade e reconhecimento profissional das catadoras de ostras do Quilombo de Barrinha

O quilombo de Barrinha está localizado no município de São Francisco de Itabapoana, próximo à praia de Manguinhos, local onde as mulheres exercem a atividade de catação de ostras, além de

[2] A redação dada pela lei nº 11.718/08 ao artigo 11, VII, da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, define *in verbis*: "entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes".
[3] Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), "o defeso é a paralisação temporária da pesca para a preservação das espécies, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes. Nesse período é garantido por Lei (Lei n° 10.779, de 25 de novembro de 2003, alterada pela Lei n° 13.134, de 14 de junho de 2015) ao Pescador profissional artesanal o pagamento de seguro-defeso, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, que é o seguro-desemprego especial, pago ao pescador." Disponível em http://www.agricultura.gov.br/assuntos/aquicultura-e-pesca/periodo-defeso. Retirado em 17/02/2020.

prestarem serviços domésticos intermitentes em casas de veraneio de turistas da região. Apesar de terem suas terras reconhecidas pela Carta de Palmares, as catadoras não têm acesso à documentação da pesca, assim como não se enquadram na categoria de trabalhadoras rurais ou domésticas. A falta de reconhecimento as torna socialmente vulneráveis, sobretudo pela ausência de garantia de direitos previdenciários, além das condições precárias de trabalho e renda.

b) Reconhecimento profissional e identificação das trabalhadoras da pesca artesanal de São João da Barra

As mulheres que exercem a atividade de descasque de camarão e de filetagem do peixe na praia de Atafona e na Barra do Açu, localizadas no município de São João da Barra, são consideradas pela legislação federal como trabalhadoras de apoio à pesca e, portanto, estão excluídas da obtenção do RGP, o que também as impede de requer o benefício do defeso no período do ano em que a pesca das espécies é interrompida. Além disso, a falta de documentação as impede de pleitear financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para fins de escoamento dos produtos. Portanto, a ausência de formalização das trabalhadoras, em virtude da ausência de reconhecimento profissional, é uma questão identitária que acarreta problemas não apenas relativos aos direitos sociais, mas também na questão dos empreendimentos econômicos.

c) Identidade e Reconhecimento Profissional das "Marisqueiras" de Farol de São Thomé

As “marisqueiras” de Farol de São Thomé, praia localizada no município de Campos dos Goytacazes, não possuem o RGP, em virtude da atividade classificada como “apoio à pesca” na legislação federal. São trabalhadoras que descascam camarão e evisceram, limpam e filetam o peixe da produção local. Embora a prefeitura tenha criado desde os anos 2000 um programa social de transferência de renda (conhecido popularmente como “defeso municipal de água salgada”) para contemplar trabalhadoras/es envolvidos na cadeia produtiva da pesca artesanal que, por razões diversas, não têm acesso ao defeso do governo federal, as “marisqueiras” do Farol se mobilizam anualmente para acessar a política. O mau uso do programa promove constantes tensões na relação com o poder público

municipal, fomentando também conflitos internos à comunidade pela manipulação da identidade profissional das trabalhadoras a fim da promoção de alianças políticas locais.

d) Reconhecimento profissional e identificação das trabalhadoras da pesca artesanal de Arraial do Cabo

As mulheres presentes na pesca artesanal em Arraial do Cabo realizam atividades classificadas como "apoio à pesca" e "pesca" propriamente dita, segundo a legislação federal. Aquelas que trabalham nas etapas pré e pós captura enfrentam o problema de reconhecimento já relatado, isto é, a exclusão da obtenção do RGP, que decorre na falta de acesso aos direitos previdenciários, bem como às políticas de financiamento público para empreendimento econômico de escoamento da produção. Por outro lado, as mulheres envolvidas na captura, assim como os homens, enfrentam, desde 2014, dificuldades quanto à emissão de novos RGPs pelo governo federal em virtude de medidas administrativas.

Na Figura 11, observa-se a localização das trabalhadoras da pesca artesanal que compõem a categoria de conflito socioambiental **identificação e reconhecimento profissional.**

FIGURA 11: Mapa da Categoria Identificação e reconhecimento profissional

Fonte: Elaboração projeto "Mulheres na Pesca" a partir
de dados do IBGE, ANP e levantamentos de campo, utilizando o QGIS.

Para concluir entende-se que a desvalorização do trabalho feminino na pesca e também no contexto rural, tomado por "leve" ainda que igual ao desempenhado pelos homens (PAULILO, 2004), resulta em sua invisibilidade social frente à própria família e aos demais membros da comunidade. Entretanto, os dados obtidos pelo presente projeto tratam de uma invisibilidade instituída de fora para dentro, isto é, por dispositivos legais que tornam oficiais a classificação de complementares, auxiliares, secundárias ou simples "ajuda" as atividades desempenhadas pelas mulheres nas sociedades pesqueiras estudadas. Sem dúvida, a legislação brasileira hodierna acerca da pesca artesanal cumpre antes à

promoção das desigualdades de gênero que os direitos e garantias fundamentais relativas ao trabalho e fundados nas concepções de igualdade formal e material.

4. DISPUTA DE TERRITÓRIOS E RECURSOS HÍDRICOS E OS IMPACTOS NA PESCA ARTESANAL DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE E DAS BAIXADAS LITORÂNES

A categoria "disputa de territórios e recursos hídricos" tem duas bases conceituais em evidência. A primeira ampara-se na discussão dos conceitos de espaço e território atrelados à disputa de poder entre atores sociais. Segundo Miranda (2013), autores da geografia humana, como Claude Raffestin e Milton Santos, articulam as relações sociais de poder ao ambiente físico, de forma que quando "o espaço é apropriado pelos atores sociais, concreta ou simbolicamente, ele torna-se um território" (p. 145).

Nas palavras do autor citado, "a territorialização é uma realidade produzida pelas relações de classes e pelo lugar social, criando e recriando possibilidades de conquista de parte do território" (MIRANDA, 2013, p. 153), o que também nos permite discuti-la como processos de exclusão social e espacial:

A desterritorialização representaria o desaparecimento de territórios em virtude de tragédias naturais ou de disputas entre grupos sociais ou com o Estado, para a redefinição das atividades de um território que termina por deslocar a população (MIRANDA, 2013, p. 153).

Além das relações de poder, a disputa de território implica em visões diferenciadas sobre as formas de utilização e exploração dos recursos naturais, explicitando as diferenças culturais dos grupos sociais.

Ademais, podem-se identificar diversos territórios, tais como: "territórios indígenas, [...] quilombolas e [...] pesqueiros [...], conhecidos, nomeados, defendidos, delimitados e manejados pelos pescadores em sua faina pesqueira." (CARDOSO, 2003a, p. 120). Sendo assim,

> Os territórios pesqueiros, construídos pelos pescadores a partir do trabalho e da apropriação da natureza, podem ser delimitados mesmo na fluidez do meio aquático. Sobre eles os pescadores exercem algum tipo de domínio e são objetos de disputas e conflitos à medida que estruturas de produção na pesca de escalas diferenciadas se sobrepõem. (CARDO-SO, 2003b, p. 11).

A segunda base conceitual versa acerca da disputa pelos recursos naturais, especificamente, os hídricos. Para Little (2001) “os recursos naturais formam parte do domínio social. Isto quer dizer que matérias existentes na natureza somente se tornam recursos quando um grupo social as define como tal e fornece um uso específico para elas”. A apropriação e uso dos recursos naturais está intimamente ligado aos conhecimentos das populações tradicionais.

Os conflitos identificados em campo (HELLEBRANDT, 2019; HUGUENIN, 2019a, 2019b; SOUZA, 2020) ocorrem por uma disputa de território físico e natural, mas também cultural. Atores sociais, com diferentes modos de vida, relacionados às diferentes atividades econômicas, disputam o território para exercerem suas atividades produtivas, numa desigual relação de poder, como destacado na Figura 12.

FIGURA 12: Mapa da Categoria Disputa pelo território e Recursos Hídricos

Fonte: Elaboração projeto “Mulheres na Pesca” a partir de
dados do IBGE, ANP e levantamentos de campo, utilizando o QGIS.

Conflitos socioambientais identificados: a disputa pelo território e recurso hídrico

A categoria se refere a disputa pelo território marinho e lagunar e pelas diversas formas de apropriação do recurso hídrico, sendo causado pelo conflito entre a indústria do turismo, fazendeiros e as/os trabalhadoras/es da pesca artesanal. Os conflitos identificados, nesta categoria, estão relacionados a desterritorialização das populações pesqueiras de seus ambientes de pesca artesanal. Sendo assim, identificou-se quatro casos, a saber: i) Aterramentos e gestão de comportas da Lagoa Feia; ii) Cercamento da Lagoa Feia em Campos dos Goytacazes; iii) Turismo, poluição e pesca predatória em Lagoa de Cima; iv) A indústria do turismo e os impactos na pesca artesanal em Arraial do Cabo.

Em linhas gerais a maior incidência do conflito socioambiental foi na área lagunar, haja vista que na área marinha o comprometimento da atividade pesqueira, deriva de outras atividades econômicas, como a indústria do petróleo, gás e minério; e a pesca industrial.

Nos conflitos socioambientais "Aterramentos e gestão de comportas da Lagoa Feia" em Campos dos Goytacazes (HUGUENIN, 2019a) e Cercamento da Lagoa em Quissamã (HELLEBRANDT, 2019), as autoras explicam o processo de dessecamento da lagoa, bem como a disputa pelo recurso hídrico entre os fazendeiros locais e as/os trabalhadoras/es da pesca artesanal.

A Lagoa Feia, território em disputa nestes conflitos, é a segunda maior lagoa de água doce do Brasil e a maior do estado do Rio de Janeiro, com uma bacia de drenagem de 1.844 km² que ocupa 46% do território de Campos dos Goytacazes, se estendendo para os municípios limítrofes de Santa Maria Madalena, São Fidélis, Conceição de Macabu e Quissamã, entre outros não limítrofes (HUGUENIN, 2019a; HELLEBRANDT, 2019).

O desvio da água, por meio da construção de diques privados para atender as demandas dos agricultores e pecuaristas na região; a poluição do corpo hídrico; e, o cercamento da lagoa causam impactos sobre disponibilidade de água; o assoreamento e poluição de recurso hídrico; a mudança na hidrodinâmica do estuário; a perda de biodiversidade e a diminuição do estoque pesqueiro; e o impedimento de ir e vir / acessar a Lagoa para a pesca, com risco de vida devido às cercas eletrificadas.

As intervenções nos cursos hídricos da Baixada Campista, região onde a Lagoa Feia se localiza, ocorrem desde a década de 1970, relatada por pesquisadores e pela mídia local. Sendo assim, as obras de dragagens, retificação de rios e córregos, drenagens de brejos e abertura de canais realizadas, pelo hoje extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), por toda a Baixada Norte

Fluminense deixaram "o legado do desaparecimento ou do dessecamento de lagoas da região, cujos efeitos até o presente têm sido o conflito socioambiental entre populações pesqueiras, privadas dos recursos hídricos, e ruralistas, que ampliaram suas propriedades à custa da incorporação de terras, sobretudo, a partir da construção de diques" (HUGUENIN, 2019a).

Pode-se observar que em menos de um século, a Lagoa diminuiu o espelho d'água de 370 km² para 160 km² em razão das intervenções antrópicas, principalmente, a construção do Canal das Flechas, em 1949, "cujo objetivo era o de escoar as águas da bacia hidrográfica para o oceano a partir de um canal de 13km de extensão e 120m de largura, substituindo os rios Onça, Novo, do Ingá, do Barro Vermelho, do Fundo e Iguaçu, antes responsáveis pelo sistema natural de escoamento" (HUGUENIN, 2019a).

Na Lagoa Feia, os conflitos socioambientais passam, então, a ser motivados mais pelo uso da água que pela incorporação de terras à custa do dessecamento. Assim, o aumento da poluição hídrica pela redução da oferta de água para os canais, que são também receptores de lixo e de esgoto das áreas urbanas de Campos dos Goytacazes, torna a pesca inviabilizada pelo desequilíbrio ambiental, sobretudo: 1) a partir do fechamento de comportas no Canal das Flechas, que altera o fluxo hídrico entre a Lagoa e o Oceano; e 2) em razão do aumento de vegetações como "taboas" e "aguapés", indicativas da presença de matéria orgânica, isto é, poluentes, que dificultam o trânsito das embarcações e o manejo de redes. Segundo o relato da entrevistada:

> [...] Não entra água do mar pra cá, na Lagoa. Por que, se entrasse, o peixe entrava junto, sabe como? Por causa da comporta. A comporta fechada não entra. Tem lá no Canal das Flechas, tem uma comporta. Então, quando ela joga água pra lagoa, vem tainha, vem robalo, vem carapeba, vem tudo... Agora, não jogando, não vem! O rio que vem pra Lagoa Feia é o Ururaí, [mas] está tudo entupido. Então, o peixe fica tudo acuado pra lá – J.R.B, vendedora, Ponta Grossa dos Fidalgos.

Segundo Huguenin (2019a) a herança deixada pelo DNOS, isto é, a diminuição do espelho d'água, é recebida pelas/os pescadoras/es a partir de problemas com a gestão das comportas, que está atualmente sob a administração do Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

Os conflitos pela água apontam para pelo menos dois principais grupos sociais com diferentes demandas. De um lado, os proprietários rurais que, ao construírem diques e barragens, além de

aumentarem suas terras, dirigem o uso do recurso hídrico para a irrigação. De outro, a comunidade pesqueira, que sofre com a redução da Lagoa, sua poluição e com a escassez de peixes

A questão do cercamento da Lagoa Feia, que atinge diretamente as pessoas que vivem da atividade pesqueira na comunidade de Beira de Lagoa em Quissamã, é apenas um dos aspectos da situação conflituosa entre pescadoras(es) e donos de propriedades rurais, na disputa pelo território e pelo recurso hídrico tão necessário a ambas atividades.

O controle sobre o território da Lagoa Feia por parte de fazendeiros atinge as pessoas da comunidade de Beira de Lagoa que desenvolvem atividades pesqueiras também através de da forma de barreira física, impedindo o acesso destas pessoas à Lagoa. No trabalho de campo do projeto "Mulheres na Pesca" foi possível perceber que há uma dinâmica que necessita de uma negociação entre pescadoras e fazendeiros, para acessar a Lagoa Feia, conforme descrito nos relatos de nossas interlocutoras:

> Para entrar nessa lagoa ninguém tem entrado nela, ninguém tem entrado na lagoa, ninguém tem, ai para passar dentro do que é dos fazendeiros que eles tomaram conta de tudo que ai pra gente não poder passar eles botam cadeado nas cercas, cerca elétrica, e maior sufoco para a gente poder entrar de madrugada na lagoa se quando panhava o peixe, tinha que levar aquelas coisas toda na cabeça o maior sufoco menina para a gente tirar um peixinho da lagoa, ai os fazendeiros não deixam entrada para ninguém, depois fica acusando todo mundo de ladrão, não querem dar a chave para ninguém ai o que eu acho. - G. A. R.; pescadora e comerciante.

No conflito socioambiental "Turismo, Poluição e Pesca Predatória em Lagoa de Cima" (HUGUENIN, 2019b), aos principais impactos para a pesca artesanal são: assoreamento e poluição de recurso hídrico; aterramento de nascentes e fontes d'água; poluição de recurso hídrico; especulação imobiliária; impactos sobre a infraestrutura de serviços públicos; dano à área protegida ou unidade de conservação; loteamentos irregulares; perda da biodiversidade; pesca predatória.

A Lagoa de Cima está situada a 28 km do centro da cidade de Campos dos Goytacazes. É abastecida pelos rios Imbé e Urubu, além de três pequenos córregos. Possui um espelho d'água de 15 km² e profundidade aproximada de 04 metros. A Lagoa de Cima é representada no noticiário local como um local paradisíaco para a diversão, ao mesmo tempo, que se relata os inúmeros problemas de infraestrutura.

Diversas atividades econômicas são desenvolvidas no entorno da Lagoa de Cima, tais como o cultivo de cana-de-açúcar, a pecuária, a pesca artesanal e o turismo, este último presente principalmente

na comunidade de São Benedito, fomentado por melhorias feitas pela prefeitura a partir dos anos 1990, tais como pavimentação, fixação de linhas do transporte coletivo e inclusão na agenda de atrações culturais durante as temporadas de verão.

Huguenin (2019b), relata que embora a pesca não seja mais a atividade principal em Lagoa de Cima, ela mantém sua importância e tradição, envolvendo famílias que há gerações exercem a atividade. A autora explicita a questão do conflito socioambiental de gênero que se materializa no território, diretamente ligado ao não reconhecimento profissional das trabalhadoras da pesca, registrando as impressões das pesquisas acadêmicas acerca da atividade pesqueira na região.

De fato, esta perspectiva pode ter algum significado, considerando o contexto machista no qual a sociedade brasileira se insere e reproduz, segundo Huguenin (2019b). No caso das sociedades pesqueiras, papéis masculinos e femininos referentes ao trabalho podem ser enfatizados a partir das distinções de gênero. No entanto, é necessário desnaturalizar os discursos nativos que reforçam a desigualdade e buscar as estratégias que, se não subvertem estereótipos, os acionam como artifícios. O relato a seguir, extraído das entrevistas realizadas no âmbito do Projeto Mulheres na Pesca em Lagoa de Cima, expressa a "camuflagem" utilizada por mulheres pescadoras como tática para vencer o medo do preconceito ou mesmo de uma violência sexual:

> A gente vai mais como homem. Quem olha de longe às vezes nem acredita que têm duas mulheres no barco pescando. A gente põe boné, prende o cabelo, bota calça comprida. Quem olha de longe, a impressão que tem é que são dois homens, que ninguém quer acreditar que duas mulheres tá lá no Imbé pescando sozinha. Mas a gente nunca dormiu lá sozinha. A gente vai e quando vai outro barco a gente dorme. E quando não vai a gente pescava, aí quando dava umas 10h da noite, a gente voltava – A.S.N, Conceição da Barra (Barra do Ururaí).

Por outro lado, o discurso acadêmico pode também reforçar desigualdades de gênero, sobretudo a questão da invisibilidade feminina na pesca, a partir da replicação do discurso público das comunidades em pesquisas acadêmicas. Neste sentido, embora alguns autores admita a participação feminina na pesca em Lagoa de Cima, também elabora um panorama das atividades desempenhadas segundo a divisão sexual do trabalho. Assim, enquanto os homens seriam responsáveis exclusivos pela captura, despesca e comercialização, as mulheres se ocupariam dos serviços da casa, sendo funções de ambos a limpeza e o beneficiamento do pescado, assim como o reparo dos equipamentos. Entretanto,

essa divisão pode ser relativizada ou mesmo contestada a partir das entrevistas realizadas, como destacado por Huguenin (2019).

Se, por um lado, as mulheres na pesca vivenciam o problema da invisibilidade do seu trabalho, aparentemente menos interna que externa às comunidades de Barra de Conceição e São Benedito, outros problemas socioambientais em Lagoa de Cima são por elas denunciados: 1) a sobrepesca decorrente da presença de pescadores profissionais e amadores vindos de outras comunidades; 2) a destruição de equipamentos e a poluição provocadas pelo turismo; 3) os impactos de atividades econômicas desenvolvidas no entorno da Lagoa, tais como o aterramento e o uso de agrotóxico pela agropecuária, assim como explosões causadas pela mineração em pedreiras; e 4) o surgimento de espécies exóticas.

Os problemas apontados pelas trabalhadoras da pesca de Lagoa de Cima revelam que, apesar da criação da Área de Proteção Ambiental em 1992, a prefeitura não tem sido capaz de proteger o ecossistema lagunar de ameaças prescritas na própria legislação.

O conflito socioambiental com a "indústria do turismo em Arraial do Cabo" tem causado impacto ambiental na atividade pesqueira, como poluição de recursos hídricos; poluição sonora; diminuição do estoque pesqueiro; exclusão de área de pesca.

Arraial do Cabo teve historicamente sua economia pautada na atividade pesqueira, no entanto, tal dinâmica vem sendo modificada: pela extração de sal desde o início década de 1950, com a implantação da Álcalis [fechada em 2006], que absorveu em grande parte mão de obra da pesca artesanal, além de ter recebido um número expressivo de migrantes para a região; pelo desenvolvimento da atividade turística, favorecida pela construção da Ponte Rio-Niterói, neste mesmo período; pela atividade de exploração de petróleo e gás na região, iniciada no campo de exploração "Polvo", em 2007, e ampliada em 2011 com o campo "Pelegrino", sendo incluído na "Zona de produção principal de petróleo do Estado do Rio de Janeiro", elevando a renda proveniente dos royalties do petróleo de R$ 400 mil para R$ 3,5 milhões.

Segundo Souza (2020) as mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca em Arraial do Cabo participam de todas as etapas, inclusive na captura marítima, que acontece em uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável, criada em 1997, a Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, que tem como objetivo "proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais [...]" (BRASIL, 2019).

As Reservas extrativistas marinhas formam parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelecido pela Lei n.º 9.985 de 2000, podendo ser regidas pelas três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

A pesca artesanal no município possui um caráter tradicional com a presença de embarcações de pequeno porte, como por exemplo, canoas e caícos a remo, na área costeira. No entanto, essa atividade coexiste com a presença das embarcações de turismo como, por exemplo, as escunas e os Jet Ski (SOUZA, 2020).

Os recursos naturais e extrativistas de Arraial do Cabo, incluído a área marítima e Lagunar - Lagoa de Araruama[4] -, e a beleza cênica da região possibilitaram o desenvolvimento de várias atividades, incluindo o turismo. Ao longo do ano a cidade e região recebe inúmeros grupos de turistas de todas as partes do mundo, chegando a duplicar a população fixa em épocas de clima quente e em feriados prolongados. O *boom* do turismo e a especulação imobiliária substituíram as atividades econômicas tradicionais, como a pesca artesanal e o extrativismo de conchas (calcário) (BERTUCCI *et al.*, 2016).

Os impactos socioambientais da indústria do turismo na região são apresentados pelas trabalhadoras da pesca artesanal nas entrevistas para o Projeto Mulheres na Pesca, como a questão da poluição sonora, relatada pela pescadora da Praia Grande.

> Esses barcos [turismo] ficam pra lá e pra cá, o barulho, o motor... então quando ele vem que chega na entrada do::: da praia lá e tem esse barulho o peixe para e ele desvia e encontra um sossego né porque lá atrás o que que ele vai achar? Um barquinho, o pessoal parado, ele não fica, não fica. C.M.J., pescadora, Praia Grande.

Além dos impactos na área marítima, como apresentado, o turismo desenfreado, como relatado pelas entrevistadas, leva os turistas para a região da Lagoa de Araruama, com um intenso trânsito de embarcações, atrapalhando diretamente a atividade de captura das mulheres, como se observa no trecho da entrevista.

> Uma problemática muito grande, que acontece na Lagoa, muito Jet Ski, agora nesse período de férias. Eles invadem a Lagoa, muitos sem documentação e causam um

[4] Conferir BELO, 2019; SOUZA, BELO, 2019.

> problema muito grande, porque várias redes de pescadores na Lagoa já foram arrebentadas por causa de Jet Ski. E já houve também desafios com as pescadoras, que são mulheres, passa o Jet Ski e porque você é mulher, o caro se acha no direito de virar pra mulher e falar assim: ah, pode sair daqui que nossa hora de lazer, ai pescadora diz: não, aqui é minha área de trabalho, eu sou pescadora artesanal daqui, então quem tem que sair daqui não sou eu, são vocês, que vocês tem um limite pra poder se aproximar. G.L.S., pescadora, Monte Alto/Figueira.

Destaca-se também que as trabalhadoras da pesca relataram a dificuldade de sobrevivência da pesca, principalmente pela migração das/os trabalhadoras/es para a área de turismo, impactando a manutenção da tradição pesqueira na região.

Por fim, observa-se que, de certa forma, que os conflitos socioambientais, aqui sintetizados, podem se encaixar em outras categorias, pois os impactos causados pelas diversas atividades econômicas são de diversas naturezas, como por exemplo, a degradação ambiental dos ecossistemas lagunares, intensificando o processo de eutrofização da Lagoa de Cima, Lagoa Feia e Lagoa de Araruama (BELO; SOUZA, 2019; SOUZA, 2019).

5. PESCA INADEQUADA

A categoria "pesca inadequada" refere-se à duas ordens de conflitos socioambientais verificados nos municípios estudados, que versam sobre os impactos socioambientais causados pela pesca industrial nas áreas tradicionais de pesca artesanal e pelo processo de "desencaixe"[5] (GIDDENS, 1991) da gestão pesqueira, no que concerne às decisões tecnicistas que estipulam a data do defeso, em relação às realidades locais.

Destarte, nos ambientes onde estes conflitos foram verificados, a sobrepesca é o efeito adverso mais comumente associado à pesca inadequada. Neste sentido, Caddy e Griffiths (1996) definem a sobrepesca como a captura de uma ou todas as classes de idade de peixes que é de tal modo elevada que reduz a biomassa da população, o potencial de desova e a capacidade de captura no futuro a níveis inferiores aos de segurança. Segundo Dias Neto (2010), a sobrepesca é sinônimo de sobrexploração, sobrexplotação e sobreuso. A sobrepesca é um tipo de pesca predatória por ser realizada em excesso e

[5] Segundo Giddens (1991), o conceito de desencaixe alude a processos em que os espaços sociais se desconectam das práticas e realidades locais.

principalmente na época da desova, limitando a capacidade do ambiente de reposição (AGOSTINHO, 2008).

O conflito com a fixação da data do defeso é associado à categoria "pesca inadequada", pois embora o defeso seja uma medida de proteção das espécies na fase reprodutiva, o desacordo entre a data fixada e o período exato da desova gera uma situação de sobreexplotação. Neste sentido, a prática da pesca em períodos do defeso, que pode levar à sobreexplotação, é uma consequência do "desencaixe" entre o Estado e os seus sistemas peritos[6] e as necessidades e expectativas locais de comunidades tradicionais.

Segundo Medeiros (2009), as decisões que estabelecem a data do defeso têm o intuito exclusivo de privilegiar os interesses econômicos da pesca industrial, sem, contudo, proteger efetivamente os estoques pesqueiros. Neste sentido, Pezzuto (2001) considera que decisões tecnocráticas que fixam a data do defeso não levam em consideração a época mais adequada, o conhecimento ecológico que as pescadoras/es possuem sobre os sistemas ecológicos e os efeitos socioeconômicos sobre as comunidades artesanais menos capitalizadas.

Para exemplificar o que foi exposto, uma das reclamações mais frequentes das trabalhadoras da pesca, entrevistadas pelo projeto Mulheres na Pesca, versa sobre os critérios de fixação das datas do defeso que não corresponderiam, na ótica destas mulheres, à época correta da desova do pescado. Ademais, este foco de conflito tenciona os próprios pescadores a não acreditarem no defeso como medida de gestão para proteção das espécies e, deste modo, em alguns casos, a desrespeitar o período de proibição da pesca. Em outras palavras, o desacordo entre o saber técnico e o conhecimento ecológico nativo pode gerar desrespeitos às normas de suspensão da atividade, estimulando práticas de pesca clandestina como foi denunciado por pescadoras entrevistadas na pesquisa de campo. Tal prática pode exercer pressão maior sobre os estoques pesqueiros e gerar sobrepesca, por condicionar várias espécies a uma situação de sobreexplotação, comprometendo a capacidade de renovação dos estoques.

A prática de pesca no período do defeso está ainda associada às inconsistências na política de seguro-defeso quanto à regularidade dos pagamentos. Sendo assim, a pesca no período do defeso acaba sendo, em alguns casos, uma medida de sobrevivência para a maioria das/os trabalhadoras/res da pesca

[6] Sistemas peritos se referem a sistemas de excelência técnica e competência profissional que organizam as grandes áreas materiais e sociais (GIDDENS, 1991), tais como a área de gestão e ordenamento pesqueiro.

que não recebem o seguro-defeso ou que sofrem com atrasos no pagamento do benefício. Por certo, há relatos recorrentes nos campos de estudo que o seguro defeso demora cerca de dois a três meses para ser pago. Em comunidades com poucas alternativas econômicas, a pesca na época do defeso acaba sendo a única opção de sobrevivência, quando o benefício não é pago.

Por outro lado, segundo os depoimentos oferecidos pelas trabalhadoras da pesca, a política que estipula o defeso não tem efetivamente protegido os estoques, na medida em que são pescadas grandes quantidades de peixes ovados nos períodos em que a pesca está oficialmente liberada. Este fato é relatado pelas entrevistadas como sendo a evidência mais notória de que o defeso não está sendo fixado no período coerente com o conhecimento ecológico das/os pescadoras/res artesanais.

As trabalhadoras da pesca pedem, em entrevista, que as datas de fixação do defeso sejam adequadas às condições de reprodução das espécies, levando em consideração as diferenças regionais. Elas consideram esta exigência como uma medida de proteção e manutenção das comunidades pesqueiras, que dependem da sustentabilidade dos recursos para sua reprodução socioeconômica.

Outro importante foco de conflito com a fixação da data do defeso ocorre na pesca na Lagoa de Araruama. Como já mencionado anteriormente, a lagoa de Araruama possui um defeso único, que uniu o defeso de peixes com o de crustáceos, criando uma sobreposição dos meses de paralisação (de agosto a outubro) de duas espécies que possuem períodos de reprodução diferentes. Toda a pesca, seja de vara, linha ou rede está proibida para todas as espécies neste período do ano. Segundo relatos das trabalhadoras da pesca da comunidade da Praia do Siqueira, os meses estipulados para paralisação contemplam a época de desova da tainha, mas não é o ideal para o camarão, pois outubro é o mês de safra deste crustáceo.

Além do mês de outubro corresponder à safra do camarão, antes da abertura da pesca o camarão migra para o mar e retorna apenas em larva para aproveitar as condições ecossistêmicas da lagoa para se desenvolver e retornar ao mar. Com a fixação do defeso do camarão nos meses de agosto a outubro, os pescadores ficaram proibidos de aproveitar a rota do camarão e captura-los antes da migração para o mar.

Diante do exposto, as/os trabalhadoras/es da pesca da Praia do Siqueira reivindicam a separação do defeso das duas espécies, estabelecendo para os crustáceos a paralisação durante os meses de abril a junho e para os peixes de agosto a outubro.

Posto isto, a presença das frotas de pesca industrial em áreas tradicionais da pesca artesanal é outro foco de conflito que envolve a categoria "pesca inadequada" e fator preponderamente no aumento dos níveis de esforços de captura que influi na sobreexplotação dos recursos pesqueiros. Desde a emergência de um setor industrial da pesca[7], as áreas ocupadas tradicionalmente pela pesca artesanal ou de pequena escala foram alvo de frotas de navios armadores e de empresas de pesca, acirrando a competição pelos recursos pesqueiros, fator que submeteu estes ambientes a uma condição de sobrepesca.

Neste sentido, cabe mencionar que o conceito de pesca industrial é definido no artigo 8º da Lei nº 11.959, de junho de 2009, como uma modalidade de pesca comercial "praticada por pessoa física ou jurídica e envolve pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceira por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial" (BRASIL, 2009). Portanto, a pesca industrial difere da pesca artesanal por possuir vínculo empregatício e exercer suas atividades em embarcações pesqueiras de armadores de pesca (BRASIL, 2012). Sendo assim, a pesca industrial é uma modalidade de pesca empresarial-capitalista (DIEGUES, 1983).

Segundo os depoimentos coletados nas entrevistas, a presença de grandes embarcações é um fator de impacto na sustentabilidade da atividade pesqueira, na medida em que elas acirram a disputa pelos recursos pesqueiros e invadem áreas tradicionais da pesca artesanal, além de possuírem maior poder de captura e tecnologia muito superior à dos barcos artesanais. Os equipamentos tecnológicos mais utilizados na pesca industrial são a ecossonda, o sonar, o *power block* e as redes de fio sintético etc. (AGOSTINHO, 2008). Equipamentos como os sonares acarretam, na visão das trabalhadoras da pesca, escassez de pescado nas áreas tradicionais de pesca, pois o equipamento ao emitir uma onda sonora, afugenta os peixes da costa, afetando a disponibilidade dos mesmos para as pescadoras e pescadores artesanais, que atuam principalmente na área costeira.

A presença dos barcos industriais nas áreas tradicionais de pesca artesanal, segundo as trabalhadoras da pesca, acarreta a escassez do pescado, pela capacidade de captura que estas

[7] O setor da atividade pesqueira no Brasil sofreu profundas mudanças a partir de 1962 com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), extinta na década de 1980. A criação deste órgão visava a implementação de políticas de crédito para subsidiar a formação de uma indústria de base no setor (DIEGUES, 1983). Segundo Diegues (1983), o objetivo do governo na época, período da ditadura militar, era de modernização do setor com o fomento de uma atividade empresarial capitalista.

embarcações possuem e pelo uso de técnicas de pesca predatórias como o cerco e o arrasto. Segundo a literatura especializada, o uso de técnicas de arrasto é extremamente predatório, visto que a rede cava o substrato carregando consigo tudo que encontra. Isto provoca uma desorganização dos habitats de diversas espécies de animais marinhos e carrega uma grande quantidade de peixes que são descartados pelas embarcações industriais (AGOSTINHO, 2008).

Ademais, o uso de malhas inadequadas acaba por provocar a captura incidental de indivíduos juvenis ou adultos em fase de reprodução, modificando a estrutura da pesca artesanal nos municípios onde o conflito ocorre (Cabo Frio e Arraial do Cabo).

Deste modo, o avanço das traineiras para região costeira gera um problema de sobrepesca, por impactar na reprodução das espécies de peixes. Além disso, a presença das traineiras na costa é uma transgressão às normas impostas pelo IBAMA quanto à restrição ao uso da técnica de arrasto em regiões próximas ao litoral, que foram delineadas na Portaria nº 43 de 1994, no artigo 1º que proíbe "a pesca de arrasto pelos sistemas de portas e parelhas por embarcações maiores de 10 TAB (dez toneladas de arqueação bruta) nas áreas costeiras do Estado do Rio de Janeiro, a menos de 2 (duas) milhas da costa (BRASIL, 1994).

O desrespeito aos limites imposto para atuação da pesca industrial é favorecida pela fragilidade na fiscalização em decorrência, como demonstra a pesquisa campo, do esvaziamento dos órgãos de controle ambiental. O caso notório é da Resex Mar de Arraial do Cabo, que possui sua capacidade de fiscalização da área comprometida em virtude das mudanças ocorridas dentro do ICMBIO (troca de gestão) e do reduzido quadro de funcionários, como relatado pelas trabalhadoras da pesca entrevistadas. Elas e os demais trabalhadores da pesca fazem frequentemente denúncias ao órgão compete, mas infelizmente não se traduzem em ações efetivas para eliminar os grandes barcos.

FIGURA 13: Mapa da Categoria Pesca inadequada.

Fonte: Elaboração projeto "Mulheres na Pesca" a partir
de dados do IBGE, ANP e levantamentos de campo, utilizando o QGIS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT – Associação Brasileira De Normas Técnicas. **NBR ISO 14004:2004 – Sistemas de Gestão Ambiental: Diretrizes Gerais sobre Princípios, Sistemas e Técnicas de Apoio**. Rio de Janeiro, ABNT, 2004.

AGOSTINHO, Valmor. **Aspectos jurídicos da pesca predatória e a lei de crimes ambientais**. Monografia (bacharelado em Direito). Bigaçu/SC: Unversidade do vale do Itajaí, 2008.

ALENCAR, Edna F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; FIÚZA DE MELO, Alex (Org.). Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia. Belém: MPEG, 1993.

BELO, Diego Carvalhar. Poluição da Lagoa de Araruama em Cabo Frio. In: MARTÍNEZ, Silvia Alicia (coordenadora). **Projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais dos municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas**. 2019. Disponível em: https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php.

BERTUCCI, Thayse Cristina Pereira; SILVA, Edson Pereira; MARQUES JR, Aguinaldo Nepomuceno; MONTEIRO NETO, Cassiano. Turismo e urbanização: os problemas ambientais da Lagoa de Araruama – Rio de Janeiro. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIX, n. 4, octubre-diciembre, 2016, pp. 43-64.

BEZERRA, Marcos Otávio. "Grandes Empreendimentos", pertencimento local e gestão de acesso ao trabalho. **Repocs**, v.12, n.23, jan/jun de 2015.

BORTOLETO, Eliane Mundim. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. **GEOGRAFARES**, Vitória, n. 2, jun. 2001. Disponível em: http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1140. Acesso em 05 de julho de 2019.

BRASIL **CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA**. Resolução 001/1986. Brasília, 1986.

BRASIL **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de junho de 2009** (artigo 8º). Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm

BRASIL. **Relatório Parametrizado - Unidade de Conservação: Reserva Extrativista Marinha Arraial Do Cabo**. Data: 24/11/2019 Disponível em: http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUc=251. Acessado em 24 de novembro de 2019.

BRASIL. **PORTARIA IBAMA N° 43-N**, 11 DE ABRIL DE 1994. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/1994/p_ibama_43_1994_areaexclusaopescaarrasto_rj.pdf

BRASIL. Câmara dos deputados. **Pesca e aquicultura no Brasil**, 2012. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-daconle/tema2/2012_19860.pdf

BROWN, Sandra.; LUGO, Ariel. E. Rehabilitation of tropical lands: a key to susteining developing. **Restoration Ecology**, v. 2, p. 97-111, 19, 1994.

CADDY, John F.; GRIFFITHS, Robert C. **Recursos marinos vivos y su desarrollo sostenible: perspectivas institucionales y medio ambientales**. Roma: FAO, 1996. 191 p. (Documento Técnico de Pesca, 353).

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Da Apropriação da Natureza a Construção de Territórios Pesqueiros. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 14, p. 119-125, 2003a. Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1698. Acesso em 14 de julho de 2019.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Territórios Pesqueiros: Conflitos e Possibilidades para a Gestão da Pesca. In: 9 Encuentro de Geografos de América Latina, 2003, Mérida. **9 Encuentro de Geografos de América Latina** - CD Room. Mérida: IGEOGRAFIA/UNAM, 2003b. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/07.pdf. Acesso em 14 de julho de 2019.

CARVALHO, Carina Giovana Cipriano; ARRUDA, Ângelo Marcos. Grandes projetos no desenvolvimento urbano e regional. Um olhar sobre o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira em Porto Velho RO. **Revista Vitruvius**, ano 18, agosto de 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.) Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FREIRE, Eloísa Helena. Direito à água: conflitos e disputas na Região do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro. In: **Anais do ENANPUR**, XVII, São Paulo, 2017.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991, 177 p.

HELLEBRANDT, Luceni. **Cercamento da Lagoa**. In: MARTÍNEZ, Silvia Alicia (coordenadora). Projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais dos municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas. 2019. Disponível em: https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php.

HELLEBRANDT, Luceni. Mulheres da Z3 - o camarão que "come" as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca. Tese (doutorado). Universidade Federal

de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2017.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.) Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HUGUENIN, Fernanda Pacheco. **Aterramentos e gestão de comportas da Lagoa Feia.** In: MARTÍNEZ, Silvia Alicia (coordenadora). Projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais dos municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas. 2019a. Disponível em: https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php.

HUGUENIN, Fernanda Pacheco. **Turismo, poluição e pesca predatória em Lagoa de cima.** In: MARTÍNEZ, Silvia Alicia (coordenadora). Projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais dos municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas. 2019b. Disponível em: https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php.

INEA. **Relatório de impacto ambiental do Terminal Portuário de Macaé**. Rio de Janeiro: Masterplan consultoria de projetos e meio ambiente, 2014. Disponível em: http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdi3/~edisp/inea0027544.pdf

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.) Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LEMOS, J. J. S. Níveis de Degradação no Nordeste Brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. 3, p. 406-429, 2001.

LIMA, Myrian Del Vecchio. de.; RONCAGLIO, Cynthia. Degradação Socioambiental Urbana, Políticas Públicas e Cidadania. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: Cidade e ambiente urbano. Curitiba: Ed. UFRP, 2001. n. 3.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel. (organizador). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LUCENA, Fabrícia Gomes de. **Recursos hídricos no território: os conflitos socioambientais por acesso à água no Município de São José do Egito, Sertão do Pajeú-PE**. 2015. 97 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

MARTINEZ, Silvia Alicia *et al.* Mapeamento e caracterização de conflitos socioambientias no Norte Fluminense e nas Baixaixadas Litorâneas privilegiando o olhar das trabalhadoras da pesca artesanal. *In:* WALTER, Tatiana *et al.* (Orgs.) **Avaliação de Impactos Ambientais.** 2020. No prelo.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993, p. 179.

MEDEIROS, Rodrigo Pereira. **Possibilidades e obstáculos à co-gestão adaptativa de sistemas pesqueiros artesanais: estudo de caso na área da Baía de Tijucas, litoral centro-norte do estado de Santa Catarina, no período de 2004 a 2008**. 337 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

MENEGUZZO, Isonel Sandino. **Análise da degradação ambiental na área urbana da Bacia do Arroio Gertrudes, Ponta Grossa, PR.: uma contribuição ao planejamento ambiental.** 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciência do solo). Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, 2006.

MENEGUZZO, Isonel Sandino.; CHAICOUSKI, Adeline. Reflexões acerca dos conceitos de degradação ambiental, impacto ambiental e conservação da natureza. **Geografia**, Londrina, v. 19, n. 1, p.181-185, 2010.

MIRANDA, Roberto de Sousa. Ecologia política e processos de territorialização. **Sociedade e Estado**, Brasília. v. 28, n. 1, p. 142–161, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/se/v28n1/08.pdf. Acesso em 12 de julho de 2019.

MORAES, Danielle Serra de Lima; JORDAO, Berenice Quinzani. Degradação de recursos hídricos e seus efeitos sobre a saúde humana. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 36, n. 3, p. 370-374, June 2002 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102002000300018&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Feb. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102002000300018.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca de homem/peixe de mulher (?):repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. Etnográfica, 1999.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Revista Estudos Feministas. Vol. 12 N. 1 (janeiro - abril), 2004. p. 229 - 252.

PEZZUTO, Paulo Ricardo. Projeto de "análise e diagnóstico da pesca artesanal e costeira de camarões na região sul do Brasil: subsídios para um ordenamento." **BJAST**, n. 5, p. 35-38. 2001.

PINTO, Nelson Guilherme Machado; CORONEL, Daniel Arruda. Degradação Ambiental nos Municípios do Rio Grande do Sul e Relação com os Fatores de Desenvolvimento Rural.**Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 53, n. 2, p. 271-288, June 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032015000200271&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Feb. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005302005.

PITTON, Sandra Elisa Contri. Prejuízos ambientais do consumo dob a perspectiva geográfica. *In:* CORTEZ, ATC., and ORTIGOZA, SAG., orgs. *Da produção ao consumo*: impactos socioambientais

no espaço urbano [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 146 p. ISBN 978-85-7983-007-5. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. v. 29. São Paulo: Ática, 1993.

RAINHA, Felippe Andrade; NASCIMENTO, Nara Oliveira do; LEONCIO, Rhanna Cristina C.; BUCH, Carolina Lourival. Território e políticas públicas: contradições e luta dos pescadores artesanais pela garantia de seus direitos. In: SILVA, Catia Antonia da. (org.). **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. 1.

ROTH, Caroline das Graças; GARCIAS, Carlos Melo. Construção Civil e a Degradação Ambiental. **Desenvolvimento em Questao,** 7, 2009, p. 111-128.

SABOIA; Andrey Luna; SILVA, Danielle Rodrigues. Conflitos por recursos hídricos no Estado do Ceará. In: **Anais Congresso brasileiro de geógrafos** , VII, Vitória-ES, 2014.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental**: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SANTOS, Milton**. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SEVÁ, F, A. O. (2013). Riscos e prejuízos sociais e ambientais da indústria petrolífera. Uma introdução sobre o panorama no Brasil até 2011. In: Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (org.). 50 anos da refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-Sal. 1ª edição. Rio de Janeiro: Fase, solidariedade e educação, pp. 31-72. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/50-Anos-da-refinaria-de-Caxias-RJ-e-a-Expans%C3%A3o-Petrol%C3%ADfera-no-Brasil.pdf

SOUZA; Suelen Ribeiro de; BELO, Diego Carvalhar. Poluição da Lagoa de Araruama em Arraial do Cabo. In: MARTÍNEZ, Silvia Alicia (coordenadora). **Projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais dos municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas**. 2019. Disponível em: https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php.

SOUZA; Suelen Ribeiro. Impactos da indústria do turismo na pesca artesanal em Arraial do Cabo. In: MARTÍNEZ, Silvia Alicia (coordenadora). **Projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais dos municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas**. 2020. Disponível em: https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php.

WAQUIL, Paulo D.; FINCO, Marcus V. A.; MATTOS, Ely J.. Pobreza rural e degradação ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 42, n. 2, p. 317-340, June 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

20032004000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Feb. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032004000200007.

Produtos gerados: Artigos, capítulo e apresentações conforme será explicitado na **Atividade A5.2**

Resultados Esperados A5.2

Elaboração, submissão e publicação de artigos científicos, capítulos de livros e coletânea de capítulos com os principais resultados das análises.

Coordenação das atividades: Luceni Medeiros Hellebrandt e Silvia Alicia Martínez.

Colaboradores: Diego Carvalhar Belo, Daniel de Oliveira d'El Rei Pinto, Deisimara Barreto P. Gomes Moraes, Fernanda Pacheco da Silva Huguenin, Marcelo Carlos Gantos, Marcia Moreira de Araujo, Mariana Sena Lopes, Mayara Silva de Almeida, Nayara Felicíssimo Amaral, Sarah Magalhães Ferreira do Amaral e Suelen Ribeiro de Souza.

Atividade A5.2.1 – Escolha dos principais temas e subtemas a serem trabalhados nos artigos e capítulos.

Resultados obtidos: Além dos temas vinculados às cinco grandes categorias de conflitos, a saber: Grandes Empreendimentos; Degradação Ambiental de Rios e Lagoas; Pesca Inadequada; Documentação e reconhecimento profissional; e Disputa por território e recursos hídricos, outros temas que vem sendo trabalhados em trabalhos, capítulos de livro e artigos são:

- produção científica sobre a mulher que atua na cadeia produtiva artesanal: balanço dos cinco últimos anos em Banco de Dados de Teses e dissertações da CAPES;
- invisibilidade da mulher que atua na cadeia produtiva da pesca artesanal;
- diversidade de artes de pesca utilizadas pelas trabalhadoras da pesca artesanal nos municípios da região;
- saúde da trabalhadora da pesca artesanal;
- a trabalhadora da pesca artesanal e o acesso à escolarização;
- discriminação de gênero da mulher que atua da pesca artesanal;
- diversidade de atividades que exercem as trabalhadoras da pesca artesanal nos municípios da região.

Produtos gerados: Artigos, capítulos, dissertação de mestrado, monografia de final de curso conforme mencionado nas atividades A6.2.1 e A6.4.1 e descrito na planilha de impacto, anexa a este relatório.

Atividade A5.2.2 – Elaboração e envio de artigos e capítulos de livro, em sua maioria de autoria coletiva

Resultados obtidos: Além das produções acadêmicas descritas nas atividades A6.2.1 e A6.4.1 foi elaborado e publicado o livro denominado "Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil", o qual foi fruto do primeiro seminário do projeto, ocorrido em setembro de 2017, e que conta com 15 (quinze) capítulos distribuídos ao longo da coletânea.

Produtos gerados: 1 (uma) coletânea produzida coletivamente, 46 (quarenta e seis) trabalhos acadêmicos submetidos, assim distribuídos: 2 (dois) artigos, 21 (vinte e um) resumos, 3 (três) produtos audiovisuais, 18 (dezoito) trabalhos completos, 2 (duas) publicações em revistas científicas.

Foi produzido, também, um capítulo de livro, como consta na atividade A5.1.1:

Capítulo de livro: MARTINEZ, Silvia Alicia *et al.* Mapeamento e caracterização de conflitos socioambientais no Norte Fluminense e nas Baixadas Litorâneas privilegiando o olhar das trabalhadoras da pesca artesanal. *In:* WALTER, Tatiana *et al.* (Orgs.) **Avaliação de Impactos Ambientais.** 2020. No prelo.

Resultados Esperados A5.3

Relatórios analíticos (parcial e final).

Coordenação das atividades: Cíntia Rodrigues Bach e Silvia Alicia Martínez

Colaboradores: Diego Carvalhar Belo, Fernanda Pacheco da Silva Huguenin, Joseane de Souza, Luceni Hellebrandt, Marcela Ribeiro da Silva, Mariana Sena Lopes e Suelen Ribeiro.

Atividade A5.3.1 – Elaboração de relatórios parcial e final.

Resultados obtidos: Foram elaborados e apresentados 5 (cinco) relatórios parciais, e, o relatório final

- 1 º Relatório semestral de resultados – período de abrangência: 18/04/2017 à 31/10/2017
- 1 º Relatório complementar de resultados– período de abrangência: 01/11/2017 à 28/02/2018

- Relatório semestral de resultados – período de abrangência: 01/03/2018 à 31/08/2018
- Relatório semestral de resultados – período de abrangência: 01/09/2018 à 28/02/2019
- Relatório semestral de resultados – período de abrangência: 01/03/2019 à 31/05/2019
- Relatório final– período de abrangência: 18/04/2017 à 20/02/2020

Produtos gerados: 6 (seis) relatórios

Objetivo Específico 6

Divulgar e discutir os resultados alcançados.

Resultados Esperados A6.1

Seminário na Universidade para apresentar e discutir as sínteses analíticas e lançamento do mapa dos conflitos socioambientais relacionados às mulheres na pesca em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas.

Coordenação das atividades: Silvia Alicia Martinez.

Colaboradores: Deisimara Barreto P. Gomes Moraes, Diana de Sales Glória Silva, Diego Carvalhar Belo, Fernanda Pacheco da Silva Huguenin, Geraldo Marcio Timóteo, Joseane de Souza, Leandro Garcia Pinho, Luis Antonio Rivera Escriba, Marcela Ribeiro da Silva, Marcelo Carlos Gantos, Marcia Moreira de Araujo, Mariana Sena Lopes, Mayara Silva de Almeida, Nayara Felicíssimo do Amaral, Pedro Henrique Bonfim Leal, Sarah Magalhães Ferreira do Amaral e Suelen Ribeiro de Souza.

Atividade A6.1.1 – Organização, divulgação e realização do seminário.

Resultados obtidos: Conforme antecipado no Relatório Complementar de Resultados (abrangência: 01/03/2019 à 31/05/2019), nos dias 18 e 19 de junho de 2019 foi organizado o II Seminário Mulheres na Pesca, agora para discussão dos resultados da pesquisa, na Sala de Multimídia do Centro de Ciências do Homem (CCH), da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Para tal fim, foram convidados palestrantes especialistas nos assuntos tratados no Mulheres na Pesca para validação

dos mesmos pela academia, especialmente vinculados às cinco grandes categorias identificadas. Ver programação no Anexo **12)**

A divulgação do evento foi por meio das redes sociais, com uma semana de antecedência (Figura 14), assim como nos Programas de Pós-Graduação da UENF.

FIGURA 14: Divulgação do II Seminário Mulheres na Pesca

Fonte: Facebook do Projeto Mulheres na Pesca.

A inscrição ao Seminário foi realizada pelo sistema Sympla - Plataforma Online de Eventos, sendo registradas 59 inscrições. Já no Seminário, assinaram presença 40 pessoas no dia 18/06/2019 e 44 pessoas no dia 19/06/2019, totalizando 84 participações, constituindo uma presença bastante significativa em se tratando de um tema muito específico.

Conforme também antecipado no Relatório Complementar de Resultados (abrangência: 01/03/2019 à 31/05/2019), o seminário teve por finalidade realizar o Lançamento da Cartografia, além de discutir e validar parte dos resultados da pesquisa e divulgar os trabalhos dos membros da equipe.

FIGURA 15: Pró-reitora de Pesquisa da Instituição, Diretor do Centro de Ciencias do Homem da UENF e a Coordenadora do Projeto Mulehres na Pesca na Mesa de Abertura do evento, 2019

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Após a Abertura do evento, no dia 18/06/19, primeiramente se apresentou a **Cartografia**, seguida do de apresentações **de seis trabalhos dos alunos de ICs** vinculados ao projeto.

FIGURA 16: Parte das alunas de IC do projeto apresentando seus trabalhos, UENF, 2019.

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Na sequência, aconteceu a 1ª mesa de discussão temática, abordando o tema **Conflito: registro na pesca e direitos previdenciários,** com as **debatedoras** Cátia Antônia da Silva (UERJ) e Sana Gimenes Rodrigues (Doutora em Sociologia Política). No mesmo dia também houve a abertura da Exposição Audiovisual: *Mulheres na atividade pesqueira no Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas* com as imagens produzidas pela equipe até o momento, que ficou pelos dois dias do evento, que aconteceu na Sala de Exposições contigua ao local do Evento, no CCH da UENF. No dia 19/06/2019 se sucederam duas mesas temáticas: **Degradação ambiental de rios e lagoas e Impactos de grandes empreendimentos no ambiente marítimo,** com Aristides Arthur Sofiatti (UFF-Campos) e Ednilson Gomes de Souza Junior (Doutorando em Políticas Sociais-UENF) coo mediadores da primeira mesa e Carlos Abraão Moura Valpassos (UFF-Campos) e María Gabriela Scotto (UFF-Campos) mediando a última mesa. No debate, foi chamada para compor a mesa a pesquisadora Alba Simão, da UFF Niterói.

FIGURA 17: Mesa de debates no II Seminário Mulheres na Pesca, UENF, 2019

Fonte: Acervo da Pesquisa.

FIGURA 18: Mesa de debates no II Seminário Mulheres na Pesca, UENF, 2019

Fonte: Acervo da Pesquisa.

FIGURA 19: Mesa de debates no II Seminário Mulheres na Pesca, UENF, 2019

Fonte: Acervo da Pesquisa.

O Evento finalizou com o Lançamento do Livro: *Mulheres na atividade na pesca no Brasil,* fruto do I Seminário Mulheres na Pesca. (ver registro fotográfico na Atividade vinculada **Atividade A6.3.1.**

Produtos gerados:

II Seminário Mulheres na Pesca, Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2019.

1 Exposição Audiovisual: *Mulheres na atividade pesqueira no Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas.*

Lançamento do Livro: *Mulheres na atividade na pesca no Brasil*

Resultados Esperados A6.2

Publicação de artigos científicos, material fotográfico e audiovisual em congressos e revistas científicas especializadas.

Coordenação das atividades: Cíntia Rodrigues Bach, Luceni Hellebrandt, Marcelo Carlos Gantos e Silvia Alicia Martínez

Colaboradores: Daniel de Oliveira d'El Rei Pinto, Deisimara Barreto P. Gomes Moraes, Diana de Sales Glória Silva, Diego Carvalhar Belo, Fernanda Pacheco da Silva Huguenin, Geraldo Marcio Timóteo, Joseane de Souza, Leandro Garcia Pinho, Leandro Garcia Pinho, Liandra Peres Caldasso, Luis Antonio Rivera Escriba, Marcela Ribeiro da Silva, Marcelo Carlos Gantos, Marcia Moreira de Araujo, Marco Antonio Couto Marinho, Mariana Sena Lopes, Mayara Silva de Almeida, Nayara Felicíssimo do Amaral, Pedro Henrique Bonfim Leal, Roberto Dutra Torres Junior, Sarah Magalhães Ferreira do Amaral, Síntyque Lemos de Morais Servulo, Suelen Ribeiro de Souza e Tatiana Walter.

Atividade A6.2.1 – Elaboração e preparação para envio e submissão de artigos científicos, material fotográfico e audiovisual.

Resultados obtidos: Durante o decorrer do projeto foram submetidos 46 (quarenta e seis) trabalhos acadêmicos, distribuídos em apresentação oral, banner, mostra fotográfica, apresentação oral de palestras, conforme demonstrado na planilha de impacto, anexa a esse relatório.

Na produção audiovisual contamos com 25 (vinte e cinco) vídeos conforme descrito e detalhado abaixo, e, também uma cartografia interativa (disponível no site do projeto https://www.mulheresnapesca.uenf.br/projeto.php)

TABELA 3: Produções audiovisuais

Município	Categorias de conflitos (5)	Conflitos identificados (24) e documentados por meio de filmagem	Vídeos realizados
Arraial do Cabo	Degradação ambiental de rios e lagoas	Poluição da Lagoa de Araruama em Arraial do Cabo	**Poluição da Lagoa de Araruama em Arraial do Cabo** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Suelen Ribeiro de Souza Colaboradores: Diego Carvalhar Belo, Mariana Sena Lopes; Mayara da Silva Almeida. Produção: GAO Produções Audiovisuais Abril 2019 Duração: 04:50 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=qU5Bfb3fjZk
	Disputa por territórios e recursos hídricos	A indústria do turismo e os impactos na pesca artesanal em Arraial do Cabo	**A indústria do turismo e os impactos na pesca artesanal em Arraial do Cabo** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Suelen Ribeiro de Souza Colaboradores: Diego Carvalhar Belo, Mariana Sena Lopes; Mayara da Silva Almeida. Produção: GAO Produções Audiovisuais Abril 2019 Duração: 06:07min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=pFrbpAzVnMk
	Grandes empreendimentos	Impactos da operação da Indústria de Petróleo e Gás em Arraial do Cabo	**A indústria do Petróleo e os impactos na pesca artesanal de Arraial do Cabo** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Suelen Ribeiro de Souza Colaboradores: Diego Carvalhar Belo, Mariana Sena Lopes; Mayara da Silva Almeida. Produção: GAO Produções Audiovisuais Abril 2019 Duração: 05:36 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=0ayJshUmgOk
	Identidade e reconhecimento profissional		**Reconhecimento profissional e identificação das trabalhadoras da pesca artesanal de Arraial do Cabo** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Suelen Ribeiro de Souza

			Colaboradores: Diego Carvalhar Belo, Mariana Sena Lopes; Mayara da Silva Almeida. Produção: GAO Produções Audiovisuais Abril 2019 Duração: 8:29 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=2JgTf2B4dJk
	Pesca Inadequada	"Os grandes barcos" e o impacto para a pesca artesanal	**Os "grandes barcos" e o impacto para a pesca artesanal de Arraial do Cabo** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Suelen Ribeiro de Souza Colaboradores: Diego Carvalhar Belo, Mariana Sena Lopes; Mayara da Silva Almeida. Produção: GAO Produções Audiovisuais Abril 2019 Duração: 04:30 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=aGAXSs2PaCk
Cabo Frio	Degradação ambiental de rios e lagoas	Poluição da Lagoa de Araruama	**Poluição da Lagoa de Araruama** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Diego Carvalhar Belo Colaboradores: Suelen Ribeiro de Souza, Mariana Sena Lopes; Mayara da Silva Almeida. Produção: GAO Produções Audiovisuais Abril 2019 Duração: 06:36 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=z6wyaK9DKoA
	Degradação ambiental de rios e lagoas	Poluição, assoreamento e alteração do ecossistema do Rio São João	**Poluição, assoreamento e alteração do ecossistema do Rio São João** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Diego Carvalhar Belo Colaboradores: Suelen Ribeiro de Souza, Mariana Sena Lopes; Mayara da Silva Almeida. Produção: GAO Produções Audiovisuais Abril 2019 Duração: 04:30 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=OThWz3IcsmE
	Pesca inadequada	As trabalhadoras da pesca em desacordo com o período do defeso	**As trabalhadoras da pesca em desacordo com o período do defeso** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Diego Carvalhar Belo Colaboradores: Suelen Ribeiro de Souza, Mariana Sena Lopes; Mayara da Silva Almeida.

			Produção: GAO Produções Audiovisuais Abril 2019 Duração: 05:34 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=zNL4TOz6jU8
	Grandes empreendimentos	Impactos da operação da indústria de Petróleo e Gás em Cabo Frio	**Impactos da operação da indústria de Petróleo e Gás em Cabo Frio** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Diego Carvalhar Belo Colaboradores: Suelen Ribeiro de Souza, Mariana Sena Lopes; Mayara da Silva Almeida. Produção: GAO Produções Audiovisuais Abril 2019 Duração: 03:00 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=qlTazvGlSNQ
	Grandes empreendimentos	Os “grandes barcos industriais” no caminho da pesca artesanal	**Os “grandes barcos industriais” no caminho da pesca artesanal** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Diego Carvalhar Belo Colaboradores: Suelen Ribeiro de Souza, Mariana Sena Lopes; Mayara da Silva Almeida. Produção: GAO Produções Audiovisuais Abril 2019 Duração: 02:31 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=Y1vH7PlYr20
Campos dos Goytacazes	Degradação ambiental de rios e lagoas	Assoreamento, poluição e perda da biodiversidade do Rio Paraíba do Sul, Campos dos Goytacazes	**Assoreamento, poluição e perda da biodiversidade do Rio Paraíba do Sul, Campos dos Goytacazes** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Fernanda Pacheco Huguenin Colaboradores: Diego Carvalhar Belo e Nayara Amaral Produção: SV Produções Setembro de 2018 a fevereiro 2019 Duração: 09:04 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=Vpi1xJpg3iM
	Degradação ambiental de rios e lagoas	Dessecamento Lagoa do Campelo	**Dessecamento Lagoa do Campelo** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Fernanda Pacheco Huguenin Colaboradores: Diego Carvalhar Belo e Nayara Amaral Produção: SV Produções Setembro de 2018 a Junho 2019 Duração: 06:27 min. https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php

			https://www.youtube.com/watch?v=cpUfvUyFtRQ
	Disputa de território e recursos hídricos Degradação ambiental de rios e lagoas Pesca Inadequada	Turismo, Poluição e Pesca Predatória em Lagoa de Cima	**Turismo, Poluição e Pesca Predatória em Lagoa de Cima** Roteiro e direção: Fernanda Pacheco Huguenin e Gustavo Oviedo Produção: SV Produções e GAO Produções Audiovisuais Setembro de 2018 a fevereiro de 2020 Duração: https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php
	Degradação ambiental de rios e lagoas Disputa por territórios e recursos hídricos	Aterramentos e gestão de comportas da Lagoa Feia	**Aterramentos e gestão de comportas da Lagoa Feia** Roteiro e direção: Fernanda Pacheco Huguenin e Gustavo Oviedo Produção: GAO Produções Audiovisuais Setembro de 2018 a outubro de 2019 Duração: https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php
	Identidade e reconhecimento profissional	Identidade e reconhecimento profissional das marisqueiras de Farol de São Thomé	**Identidade e reconhecimento profissional das marisqueiras de Farol de São Thomé** Roteiro e direção: Fernanda Pacheco Huguenin e Gustavo Oviedo Produção: GAO Produções Audiovisuais Setembro de 218 a outubro de 2019 Duração: 10:03 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=ysS7YRumEYw
Macaé	Degradação ambiental de rios e lagoas	Poluição e salinização do rio Macaé	**Poluição e salinização do rio Macaé** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Diego Carvalhar Belo Colaboradores: Suelen Ribeiro de Souza, Mayara da Silva Almeida. Produção: GAO Produções Audiovisuais Abril 2019 Duração: 04:15 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=cQgtu-2gFKw
	Grandes empreendimentos	Impactos da construção do Terminal Portuário de Macaé (TEPOR)	**Impactos da construção do Terminal Portuário de Macaé (TEPOR)** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Diego Carvalhar Belo Colaboradores: Suelen Ribeiro de Souza, Mayara da Silva Almeida. Produção: GAO Produções Audiovisuais Abril 2019 Duração: 05:01 min

			https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=ClOd9TGqFiA
	Grandes empreendimentos	Impactos da operação da indústria de Petróleo e Gás em Macaé	**Impactos da operação da indústria de Petróleo e Gás em Macaé** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Diego Carvalhar Belo Colaboradores: Suelen Ribeiro de Souza, Mayara da Silva Almeida. Produção: GAO Produções Audiovisuais Abril 2019 Duração: 03:32 https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=LCQG4Mmnx-g
Quissamã	Degradação Ambiental de rios e lagoas	Mudanças no território pesqueiro de Barra do Furado	**Mudanças no território pesqueiro de Barra do Furado** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Deisemeara Barreto Peixoto Gomes Moraes e Luceni Hellebrandt Colaboradores: Suelen Ribeiro de Souza e Marcelo Gantos Produção: SV Produções Novembro 2018 Duração: 05:57 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=VEpRcBAvG3o
	Disputa de território e recursos hídricos	Cercamento da Lagoa	**Cercamento da Lagoa Feia** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Deisemeara Barreto Peixoto Gomes Moraes e Luceni Hellebrandt Colaboradores: Suelen Ribeiro de Souza e Marcelo Gantos Produção: SV Produções Novembro 2018 Duração: 05:05 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=hmLoRppw4TA
São Francisco de Itabapoana	Degradação ambiental de rios e lagoas	Degradação do Rio Paraíba do Sul do manguezal em Gargaú	**Degradação do Rio Paraíba do Sul do manguezal em Gargaú** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Luceni Hellebrandt e Vitor Sendra Colaboradores: Diego Carvalhar Belo, Silvia Alicia Martinez e Suelen Ribeiro Produção: SV Produções Julho de 2018 a Janeiro 2019

			Duração: 10:22 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=vy66xtB2_gE
	Degradação Ambiental de rios e lagoas	Impactos no Rio Itabapoana afetando Lagoa Feia do Itabapoana	**Impactos no Rio Itabapoana afetando Lagoa Feia do Itabapoana** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Luceni Hellebrandt e Vitor Sendra Colaboradores: Diego Carvalhar Belo, Cintia Bach e Suelen Ribeiro Produção: SV Produções Junho a Dezembro 2018 Duração: 07:53 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=wOXV1N4O3LI
	Identidade e reconhecimento profissional	Identidade e reconhecimento profissional das catadoras de ostras do Quilombo de Barrinha.	**Identidade e reconhecimento profissional das catadoras de ostras do Quilombo de Barrinha.** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Marcia Moreira de Araújo Produção: SV Produções Março a agosto 2019 Duração: 06:32 min https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=9EgDmuBpPKs
São João da Barra	Degradação Ambiental de rios e lagoas	O Pontal de Atafona e suas transformações	**O Pontal de Atafona e suas transformações** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Suelen Ribeiro de Souza Colaboradores: Mariana Sena Lopes e Fernanda Huguenin Pacheco. Produção: GAO Produções Audiovisuais Janeiro 2020 Duração: 08:31 min. https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=nkaNdx2GDLA
	Grandes empreendimentos	Implantação e operação do Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açu (CLIPA)	**Implantação e operação do Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açu (CLIPA)** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Suelen Ribeiro de Souza Colaboradores: Mariana Sena Lopes; Silvia Alicia Martinez. Produção: SV Produções Fevereiro a abril de 2019 Duração : 15:30m https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=LzRUMo1b-Pc

	Identidade e reconhecimento profissional	Reconhecimento profissional e identificação das trabalhadoras da pesca artesanal de São João da Barra	**Reconhecimento profissional e identificação das trabalhadoras da pesca artesanal de São João da Barra** Coordenadora: Silvia Alicia Martinez Roteiro e direção: Suelen Ribeiro de Souza Colaboradores: Mariana Sena Lopes; Silvia Alicia Martinez. Produção: SV Produções Fevereiro de 2019 Duração: 04:33 min. https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php https://www.youtube.com/watch?v=YdimL7iLyoU

Fonte: Elaboração própria com base em dados do projeto

Produtos gerados: Conjunto de artigos, fotos e vídeos divulgados.

Resultados Esperados A6.3

Publicação e lançamento em evento específico com debatedor externo de coletâneas com capítulos de livros oriundos da pesquisa.

Coordenação das atividades: Silvia Alicia Martinez.

Colaboradores: Leandro Garcia Pinho, Luceni Medeiros Hellebrandt e Suelen Ribeiro de Souza.

Atividade A6.3.1 – Organização das coletâneas e do evento de lançamento, debate e divulgação.

Resultados obtidos: A primeira coletânea de artigos foi finalizada e publicada em papel. Uma versão da mesma foi anexa ao Relatório Complementar de Resultados (abrangência: 01/03/2019 à 31/05/2019). Uma versão digital do livro encontra-se no Site do Projeto: https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/Mulheres_na_Atividade_Pesqueira_no_Brasil.pdf.

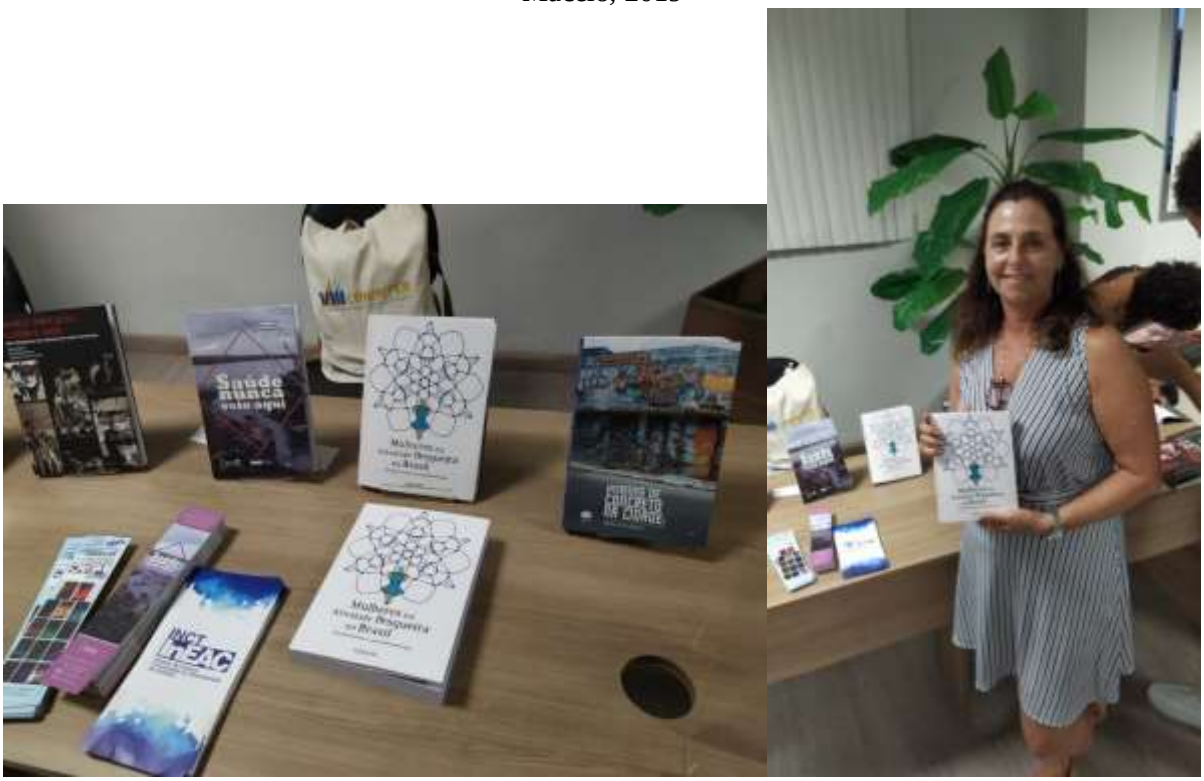
O lançamento da versão digital aconteceu no II Seminário Mulheres na Pesca.

FIGURA 20: Lançamento da versão digital do Livro “Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil”, UENF, 19/06/2019

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Além disso, a versão da coletânea publicada em papel foi lançada no dia 29 de outubro de 2019, por ocasião do VIII CONINTER, que aconteceu na cidade de Maceió.

FIGURAS 21 e 22: Lançamento do Livro "Mulheres na atividade Pesqueira no Brasil", no VIII CONINTER, Maceió, 2019



Fonte: Acervo da Pesquisa.

Uma segunda produção (livro) planejada e em elaboração, contendo os resultados da investigação, lamentavelmente não foi possível de ser finalizada no lapso temporal relativa ao projeto.

Resultados Esperados A6.4

Participação em eventos científicos.

Coordenação das atividades: Cintia Rodrigues Bach e Silvia Alicia Martínez

Colaboradores: Braullio da Paz Fontes, Carolina dos Santos Oliveira Viana, Daniel de Oliveira d'El Rei Pinto, Deisimara Barreto P. Gomes Moraes, Diana de Sales Glória Silva, Diego Carvalhar Belo, Fernanda Pacheco da Silva Huguenin, Geraldo Marcio Timóteo, Gilberto Azeredo Gomes, Jéssika Rodrigues de Paula, Joseane de Souza, Leandro Garcia Pinho, Liandra Peres Caldasso, Luceni Medeiros Hellebrandt, Luis Antonio Rivera Escriba, Marcela Ribeiro da Silva, Marcelo Carlos Gantos, Marcia

Moreira de Araujo, Marco Antonio Couto Marinho, Mariana Alcantara Vetromille, Mariana Sena Lopes, Mayara Silva de Almeida, Nayara Felicíssimo do Amaral, Pedro Henrique Bonfim Leal, Pollyanna Paes Guimarães Braz, Roberto Dutra Torres Junior, Sarah Magalhães Ferreira do Amaral, Síntyque Lemos de Morais Servulo, Suelen Ribeiro de Souza, Tatiana Walter e Victor Cesar Torres de Mello Rangel

Atividade A6.4.1 – Elaboração e submissão de artigos científicos em congressos relevantes da área (Participação).

Resultados obtidos: Durante o decorrer do projeto tivemos 41 (quarenta e uma) participações em eventos científicos, sendo as mesmas distribuídas em apresentações oral, banner, palestras e mostra fotográfica, conforme demonstrado na planilha de impacto anexada a esse relatório.

Produtos gerados: 41 (quarenta e uma) participações apresentadas.

Resultados Esperados A6.5

Devolutivas com os comunitários.

Coordenação das atividades: Diego Carvalhar Belo, Fernanda Huguenin, Luceni Hellebrandt, Silvia Alicia Martínez e Suelen Ribeiro de Souza.

Colaboradores: Marcela Ribeiro da Silva, Mariana Sena Lopes e Sarah Magalhães Ferreira do Amaral.

Atividade A6.5.1 – Visitas às comunidades para devolver os resultados.

Resultados obtidos: O retorno dos dados às comunidades visitadas, como uma das atividades pós pesquisa que deve ser considerada e planejada desde a concepção da mesma, começa a se firmar timidamente como um grande desafio no âmbito das ciências humanas[8], permeado pela lógica da reciprocidade para com as comunidades (KNAUTH, MEINERZ, 2015) e também entendido como parte da responsabilidade do pesquisador (ANJOS; SANTOS; BOERY, BOERY, 2016).

[8] Diferentemente de pesquisas científica que visam à compreensão de determinada realidade, quando se trata de pesquisa em extensão universitária, como geralmente a própria pesquisa demanda "intervenção" na realidade pesquisada por meio do contato com as comunidades, essa prática é mais corriqueira (LOCATELLI; LEVI, AMANTE).

As atividades de levar às comunidades os resultados alcançados nas pesquisas também envolvem toda uma outra discussão vinculada à questão da ética em pesquisa, sendo que a área das ciências humanas vem relutando a aceitar as resoluções aprovadas, por serem provenientes principalmente da área biomédica (Resoluções CNS Nº 196/96, Nº 466/2012, Nº 510/2016, e não considerarem as especificidades da área. Ou seja, o mal estar gira em torno da inadequação de trasladar simplesmente para a área da pesquisa científica em todos os campos e áreas de conhecimento determinações pensadas *para e por* a área biomédica ou médica (SANTOS, 2017; KNAUTH, MEINERZ, 2015; DINIZ, 2008; ANJOS; SANTOS; BOERY, BOERY, 2016).

Na trilha da responsabilidade do pesquisador para com as atividades pós pesquisa é possível entender esse movimento de retorno do conhecimento produzido às comunidades ouvidas como um dever e um posicionamento ético-político (KNAUTH, MEINERZ, 2015; BOURBUIGNON, 2007; ANJOS; SANTOS; BOERY, BOERY, 2016).

Outro ponto importante a ser considerado diz respeito *às formas* que podem adquirir essas atividades de retornar os conhecimentos gerados aos grupos pesquisados. Os exemplos encontrados na literatura são variados, como seminários (CUNHA; LIMA; SILVA, GOIABEIRA 2017); elaboração de material de comunicação social, apresentação de resultados a gestores e profissionais da área envolvida; visita à casa das participantes (KNAUTH, MEINERZ, 2015).

Sem polemizar a respeito das questões éticas que partem de áreas de conhecimento diferentes, nesta pesquisa se entende o aproximar os resultados da pesquisa às comunidades como um compromisso ético político.

A partir da experiência acumulada em pesquisa e intervenção com populações vulneráveis afetadas pela indústria de P&G em municípios do estado do Rio de Janeiro[9], o Projeto Mulheres na Pesca, desde sua gênese tem sido desenhado para a produção de conhecimentos que pudessem contribuir em três campos: a) o campo acadêmico; b) o campo das políticas públicas e dos tomadores de decisão (gestão pesqueira; gestão pública (municipal, estadual ou nacional); licenciamento ambiental, entre outros); e c) das

[9] Ver MARTINEZ, S.; VIANA, 2016.

próprias comunidades, oferecendo uma ferramenta para as próprias mulheres e homens das comunidades envolvidas.[10]

Portanto, o formato do planejamento deste importante momento da pesquisa havia sido pensado na forma de visita às comunidades, mas sem grande detalhamento inicial. Afinal, acabou constituindo uma "Quarta rodada de visitas às comunidades".

Experiência piloto

No mês de julho de 2019, parte da equipe desenvolveu uma Devolutiva que serviu depois como Estudo Piloto. Por ocasião de uma festa na comunidade em Arraial do Cabo, foram levados os resultados parciais da pesquisa, apresentados e validados por todos.

A devolutiva foi realizada em local fechado com infraestrutura técnica e a apresentação dos resultados foi realizada usando a própria cartografia, projetada na parede com equipamentos de Datashow e um amplificador de som e computador levados pela equipe.

A mesma foi acompanhada de um lanche para oferecer às mulheres participantes.

Como ainda o projeto não havia sido concluído e a cartografia ainda não estava completamente finalizada, houve o compromisso de voltar à mesma comunidade posteriormente.

[10] É importante destacar, outrossim, que os resultados condensados na Cartografia, representam uma leitura da realidade, que certamente não é a única, já que ela está mediada pela compreensão das/os pesquisadoras/es da equipe, das trabalhadoras da cadeia produtiva da pesca artesanal e dos informantes chave entrevistadas e da literatura consultada.

FIGURA 23: Convite da Primeira Devolutiva – Experiência Piloto

Fonte: Facebook do Projeto

Planejamento das Devolutivas

Essa reunião serviu também como Estudo Piloto porque permitiu pensar no dimensionamento da equipe que se devia envolver para a realização das tarefas em cada Reunião de Devolutiva (mobilização das convidadas; responsável pelo Checklist dos equipamentos e objetos necessários, seja para a apresentação como para o registro da atividade; elementos necessários para o oferecimento do lanche; material para a apresentação). Permitiu pensar também na forma que devia adquirir, como se relata a seguir.

Formato

Após essa experiência, o grupo decidiu que não seria adequado propor um único formato de reunião de Devolutiva, e que esta teria que se adequar às particularidades de cada região, pela dificuldade de reunir pessoas de comunidades distantes em um único local, até porque o projeto não havia planejado no orçamento a contratação de veículo para transportar as pessoas.

A partir dessa constatação, se adotaram quatro (4) modelos de Devolutivas.

Primeiro modelo: Decidiu-se que nos locais em que as trabalhadoras da pesca tivessem algum tipo de venda, bar ou restaurante esse local deveria ser priorizado para a reunião, porque por outro lado também

se beneficiaria na venda dos seus produtos. Nas duas devolutivas seguintes, realizadas no município de Quissamã, se adotou essa dinâmica, assim como na localidade de Mundeus, em Campos dos Goytacazes. Este modelo apresentou algum tipo de problemas, como barulho em excesso em alguns momentos para as conversas ou pouco envolvimento das pescadoras responsáveis pelo bar/restaurante, devido à necessidade de dar atenção aos fregueses. Cabe advertir, entretanto, que esses contratempos não invalidaram as atividades.

FIGURA 24: Devolutiva na comunidade de Beira da Lagoa, Quissamã

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Segundo modelo: na comunidade ou conjunto de comunidades que houvesse acessibilidade a um local fechado, como escola, salão da igreja, ou semelhante, seria realizado um pedido para uso do local com antecedência, para ali realizar a atividade com o lanche.

"A realização do Projeto **Mulheres na Pesca** é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa **Chevron**, conduzido pelo **Ministério Público Federal – MPF/RJ**, com implementação do **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio**".

Figura 25 – Devolutiva na Colônia de Pesca de Cabo Frio

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Figura 26 – Devolutiva no IFRJ, Arraial do Cabo

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Terceiro modelo: visita às casas das pessoas. Nas localidades afastadas, ou para chegar às pessoas que tinham mais dificuldade de se locomover até um local combinado, optou-se por realizar uma visita individual, que pelas características das moradias, se tornaram encontros familiares.

Figura 27 - Devolutiva na casa de Denise, Açu, SJB

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Figura 28 – Devolutiva na residencia de Valéria, Gargaú, SJB

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Figura 29 – Devolutiva na casa da pescadora da comunidade de Chavão, Cabo Frio

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Quarto modelo: uma última modalidade foi a devolutiva na UENF. A decisão foi motivada pela atividade atual da ex catadora de caranguejos Marina, que não se dedica mais à atividade por ser aluna de Doutorado da UENF. No dia da devolutiva na sua comunidade se encontrava pesquisando na universidade. Portanto, foi marcado um outro dia para mostrar o vídeo, combinando de ser na própria UENF.

Figura 30 – Devolutiva na UENF

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Folheto para acessar o site e tutorial passo-a-passo.

Também depois daquela experiência piloto, e antes do início das reuniões em espaços abertos, o grupo sentiu a necessidade de produzir dois materiais, para fins das Devolutivas:

1) Um folheto explicativo, com todas as informações do Site e como acessá-las, contendo também o endereço web do projeto e do YouTube, impressos em gráfica.
2) Um tutorial do site, explicando tanto todas as informações que nele se encontram como as camadas e as fichas da cartografia. Esse tutorial era importante para podermos mostrar a cartografia sem necessidade de Internet.

Na imagem abaixo pode-se observar como eram realizadas as explicações uma vez entregue o folheto:

Figura 31 – Gestora de cooperativa lendo o folheto na Devolutiva.

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Brinde

Outra decisão também foi a de levar um pequeno "brinde" (de baixo custo) com a identidade do projeto para entregar às mulheres que brindaram seu conhecimento e memórias à pesquisa. Assim, foi produzido um copinho, que também foi usado no Seminário de validação dos resultados, relatado em **A6.1.1**.

Figura 32 – Copinho entregue nas reuniões

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Validação da cartografia e dos vídeos, questionamentos e estranhamentos masculinos: resultados das Reuniões de Devolutivas

Resulta importante frisar que as apresentações dos dados das pesquisas nas reuniões de devolutiva despertaram variadas reações por parte das envolvidas, e até nas comunidades.

a) As reuniões de devolutiva e seu papel na validação dos resultados.

Na grande maioria das oportunidades, principalmente após assistir o(s) vídeo(s), as trabalhadoras da pesca continuavam dando detalhes sobre o problema que o(s) mesmo(s) abordaba(m), reafirmando as informações que haviam dado anteriormente. Em casos de reuniões que congregavam outras pessoas para além das entrevistadas, o vídeo servia para reavivar o debate, envolvendo mais trabalhadoras na conversa. Foi possível perceber a vontade de contar detalhes das situações vividas, (re)vividas pelas imagens dos vídeos.

Em um dos vídeos apresentados em devolutiva realizada no município de Cabo Frio, entretanto, as trabalhadoras da pesca questionaram uma informação dada por uma colega. Elas consideraram que na forma em que se encontrava no vídeo podia criar confusões de entendimento, solicitando editar novamente o vídeo, retirando o trecho. Esse vídeo foi reeditado e postado no Site do Projeto novamente, seguindo as orientações do grupo.

Um outro questionamento importante de uma trabalhadora da pesca na reunião de Arraial do Cabo girou em torno da discriminação de gênero que elas sofrem no cotidiano da profissão. Por ser uma situação vivida por várias trabalhadoras, mas não sendo caracterizado como socioambiental, não foi feito nenhum vídeo específico abordando tal assunto. Entretanto, a observação serviu para a equipe refletir sobre esta ausência, encontrando-se agora na busca de alternativas para a realização de um novo vídeo sobre esta problemática, a partir das imagens do acervo.

Um terceiro episódio aconteceu em outra das reuniões realizadas em Cabo Frio, na localidade de Tamoios. Após assistir o vídeo “Poluição, assoreamento e alteração do ecossistema do Rio São João” e concordarem com o conteúdo do mesmo, no debate suscitado um outro tema surgiu com muita força, que não havia se manifestado tão significativamente nas rodadas de entrevistas. O mesmo se relaciona ao tema “Identidade e reconhecimento profissional”. A respeito, valeria a pena voltar sobre este caso para a atualização da cartografia em momento futuro.

b) Questionamentos sobre o papel da pesquisa, sem intervenção na realidade.

Em duas oportunidades, e apesar das explicações sobre a investigação ministradas pelas/os condutores das reuniões, pessoas ligadas às entrevistadas que assistiram os resultados da pesquisa questionaram a finalidade da mesma. Em síntese, a pergunta girava em torno do porquê, ou para quê, ou "E agora quê". A equipe, em resposta, explicava novamente as três finalidades da pesquisa reportadas no presente relatório.

c) Estranhamento por parte dos pescadores homens perante o protagonismo feminino.

De forma relacionada à problemática da discriminação de género que sofrem as trabalhadoras da pesca, vale destacar duas situações vivenciada pelo grupo nas atividades de devolutivas de resultados, que dão mostras das relações estabelecidas entre homens e mulheres envolvidos na profissão. A primeira aconteceu na Associação da comunidade de Coroa Grande, em Campos dos Goytacazes. Apesar do Presidente da Associação reconhecer o papel das mulheres, estimular elas para a obtenção dos direitos trabalhistas e entender a importância da pesquisa e dos resultados que se estavam apresentando, a todo momento falava com as trabalhadoras quando estavam assistindo o vídeo, interrompendo e não permitindo a concentração da atenção por parte delas.

Outra situação aconteceu na localidade de Tamoios, em Cabo Frio. O grupo foi na véspera da reunião na sede da Associação onde seria realizada, para tratar dos detalhes da atividade no dia seguinte, como horário de chegada da equipe, reconhecimento do espaço para planejamento, etc. Para decidir o horário em que aconteceria a reunião, se conversou com uma a uma das trabalhadoras no seu local de trabalho, a 100 metros da sede da Associação, com o propósito de envolver o maior número de pessoas possível. Foi observado que elas chegam muito cedo para a limpeza e filetagem de peixe ou descasque de camarão, mas deixam o local antes do meio-dia para poderem fazer o almoço para a família. O combinado era que elas adiantariam o almoço para poderem ficar na reunião por mais um tempo. A grande surpresa começou quando a equipe chegou ao local no horário combinado, e este estava fechado. Depois de uma mobilização pelo entorno, e de alguns telefonemas, foi possível encontrar uma outra pessoa para disponibilizar a entrada ao local, mas a situação deixou a equipe bastante chocada pelo cuidado que havia sido tomado na véspera. No horário combinado, muitas mulheres compareceram à reunião. Mas observando o aglomerado, um grupo de uns cinco pescadores ficaram conversando em um tom muito alto na porta da Associação, dificultando bastante o diálogo. Estas duas situações podem

resultar insignificantes aos olhares mais desatentos, mas representam situações de violências microscópicas e cotidianas no cotidiano do mundo da pesca.

Divulgação das atividades de Devolutiva

Na medida em que as reuniões de devolutivas foram acontecendo, foi sendo realizada uma pequena comunicação (postagem com fotografias), sobre o evento. Algumas dessas postagens tiveram muitas visualizações, como pode ser observado na Figura a seguir:

Figura 33 – Postagem da reunião de devolutiva na página Facebook do Projeto

Fonte: Facebook do Projeto

Produtos gerados:

- 18 (dezoito) reuniões de devolutivas, abrangendo as 27 comunidades nos sete municípios pesquisados;
- 1 (um) tutorial passo a passo;
- 1 (um) folheto explicativo do site;
- 25 (vinte e cinco) vídeos validados pelas protagonistas;
- 18 (dezoito) postagens na página FACEBOOK do Projeto.

TABELA 4: Lista de devolutivas realizadas por município e comunidade

Município	Comunidade	Local	Data
Arraial do Cabo	Cooperativa de mulheres nativas (Trabalho piloto), Praia Grande	Sede do NEA-BC de Arraial do Cabo	25/07/2019
	Praia Grande, Figueira, Prainha, Praia dos Anjos	IFRJ, sede Arraial do Cabo	17/10/2019
Cabo Frio	Chavão	Casa da trabalhadora para devolutiva individual	17/10/2019
	Barra de São João – Tamoios	Sede da Associação de Pescadores de Tamoios	18/10/2019
	Praia do Siqueira	Sede da Colônia de Pescadores de Cabo Frio Z4	18/10/2019
Campos dos Goytacazes	Mundeus, Lagoa do Campelo	Casas das trabalhadoras para devolutiva individual/familiar	24/09/2019
	Coroa Grande	Associação dos Pescadores Artesanais da Coroa Grande do Rio Paraíba do Sul	03/10/2019
	Ponta Grossa	Casa das trabalhadoras da pesca para devolutiva individual/familiar	06/12/2019
	Farol de São Tomé	Colégio Estadual Manoel Pereira Gonçalves	06/12/2019
Macaé	Barra Macaé	Sede do NEA-BC de Macaé, Centro	09/12/2019
Quissamã	Barra do Furado	Bar da Tia Lu (pescadora)	21/09/2019
	Beira da Lagoa	Restaurante da pescadora Leia	22/09/2019
São Francisco	Barrinha	Casa da Lídia, liderança da Comunidade de Barrinha	15/11/2019

de Itabapoana	Gargaú	Casa da catadora de caranguejos para devolutiva individual/familiar	15/11/2019
	Gargaú	Sala 101/CCH/UENF para devolutiva de catadora de caranguejo, hoje doutoranda da universidade	02/12/2019
São Joao da Barra	Açú	Três casas de trabalhadoras da pesca para devolutivas individuais/familiares	08/11/2019
	Quixaba	Casa de trabalhadora da pesca para devolutiva individual/familiar	08/11/2019
	Atafona	Casa de catadora de caranguejo e casa de descascadoras de camarão para devolutivas individuais/familiares	07/02/2020

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Projeto.

ANJOS, K; SANTOS, V.; BOERY, R; BOERY, E. Devolutiva de resultados de pesquisa desenvolvida com cuidadores familiares de idosos dependentes. Extensio UFSC, Florianopolis, v. 13, n.23, 2016 p.99-111.

BOURBUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social, Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 46-54, 2007.

CUNHA, C.; LIMA, Priscila Kellen Alves de; SILVA, Sheila Kaline Leal da; GOIABEIRA, Simone de Souza. Povos ribeirinhos e pescadores devolutiva de pesquisa: uma experiência participativacolaborativa no rio Tocantins, EDUPESQAmazônia, 2017.

DINIZ, D. Ética na pequisa em Ciencias Humanas – Novos desafios. Ciênc. saúde coletiva vol.13 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2008.

KNAUTH, D. R.; MEINERZ, N. E. Reflexões acerca da devolução dos dados na pesquisa antropológica sobre saúde. Ciênc. Saúde coletiva 20 (9) set 2015.

MARTINEZ, S.; VIANA, L. Oficina do Futuro e Reunião de Devolutiva: articulação de saberes e participação social no contexto do PEA Territórios do Petróleo. In: Gantos, Marcelo (coord.) A caravana Territórios do Petróleo. Ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos. Campos dos Goytacazes, Eduenf, 2016, pp203-214.

SANTOS A. FILHO, F. Ética e pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais: um caso a ser pensado. Praxis Educativa (Brasil), vol. 2, n.1, enero-abril, 2017, p 257-266.

Apoio Pesquisa MARINHA &PESQUEIRA

"A realização do Projeto **Mulheres na Pesca** é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa **Chevron**, conduzido pelo **Ministério Público Federal – MPF/RJ** com implementação do **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio**".

1. Quais foram as contingências mais significativas para o andamento do projeto? Por que ocorreram e de que forma vocês conseguiram contornar a situação, caso tenham sido negativas? O que elas agregaram, caso tenham sido positivas?

As contingências mais significativas se referem à parte qualitativa da pesquisa e o tempo de execução do projeto. Apesar da experiência da proponente e coordenadora do projeto em realização de pesquisa de campo, do tipo qualitativo, pela extensão do território do projeto e as condições climáticas que obrigaram remarcar e adiar determinadas atividades, o cronograma teve que ser expandido.

Do ponto de vista da cartografia o que foi mais significativo foi espacializar fenômenos e conflitos dotados de um alto grau de complexidade e subjetividade, tanto nas relações com o ambiente como nas questões de gênero. A partir desse ponto precisaram-se rediscutir alguns conflitos cuja espacialização ficou centrada nas comunidades onde ocorriam. Isso trouxe uma nova forma de abordagem.

Acerca da equipe de trabalho, apesar de só poder tecer elogios com a equipe que permaneceu até o final, e que constituiu o núcleo duro de investigadores, houve necessidade de algumas substituições. Logo nos primeiros meses de funcionamento do projeto, deram início dois projetos de educação ambiental coordenados pela UENF, contratando dois ICs e a secretária executiva do projeto, todos com carteira assinada e com valores mais competitivos. Assim sendo, uma bolsista de apoio técnico assumiu a secretaria, Cintia Bach, presença que foi muito importante ao longo do projeto, vindo a ser substituída, na licença maternidade, pela bolsista Marcela Ribeiro, quem também foi muito competente. Além disso, os três bolsistas vinculados à parte quantitativa também foram substituídos por falta de compromisso. Após essas substituições, a equipe de ICs estabilizou, formando um time que assumiu, com responsabilidade, tanto o trabalho de campo como as tarefas "pós campo" como transcrição das entrevistas. Sobre a dupla de ICs da área de computação, que permaneceu ao longo da extensão do projeto, são merecedores de grandes elogios, pela contribuição e dedicação para com as tarefas da cartografia. Já acerca dos pós-doutorandos, Luceni Hellebrandt permaneceu do início ao fim do projeto, presença fundamental para a pesquisa, principalmente em função da sua competência e conhecimentos sobre pesca artesanal e gênero. O pesquisador que havia sido selecionado pelo seu conhecimento com pesquisa quantitativa, terminada a etapa de leitura de indicadores socioeconômicos e análises de bancos

de dados quantitativos, decidiu não continuar, pelo que apenas permaneceu no primeiro ano. Após nova seleção, entrou na equipe um doutor em antropologia, mas após três meses desistiu, por problemas familiares. Numa terceira seleção entrou Diego Carvalhar Belo, quem, além do seu conhecimento com trabalho de campo qualitativo, fortalecendo a equipe, conhecia a base de dados do Projeto Pescarte, por tê-la utilizado para a realização da sua pesquisa de doutorado, conhecimento que auxiliou numa outra contingencia que será relatada em item posterior. Fernanda Huguenin entrou como pós doutoranda voluntária no segundo ano do projeto, podendo ser incorporada na equipe de pesquisadores após um remanejamento de recursos, somando com seu conhecimento e competência nas áreas de antropologia, gênero e pesca.

A doutoranda Suelen Ribeiro também permaneceu ao longo do período do projeto, com grande contribuição ao trabalho. Ela abriu mão da bolsa do projeto por ter conquistado uma bolsa Faperj Nota 10, com valor mais competitivo. O mesmo aconteceu com a mestranda Deisimara Barreto, quem na seleção, por ter ocupado os primeiros lugares, obteve bolsa da Capes.

Chama-se a atenção para o fato de que, a exceção das bolsas de pós-doc, orçar as bolsas com base na tabela do CNPq não é atrativo para muitos dos estudantes, por existirem outras na UENF ou em instituições de amparo à pesquisa com valores maiores. Uma estratégia utilizada foi a de o projeto também assumir as passagens, tornando os valores mais aproximados das outas bolsas.

Outra contingencia diz respeito à base de dados Pescarte. No primeiro ano do projeto, no ano de 2017, foi usada a sua última versão da base de dados. De 2017 até a atualidade, a base de dados foi sendo revisada e aperfeiçoada. Em função disso, a equipe sentiu necessidade de reelaborar os indicadores, tendo que refazer a Atividade A.31, gerando retrabalho para a coordenadora da atividade Joseane Souza, e para o pós-doutorando, conforme relatado acima.

Já na pesquisa, uma das lições aprendidas foi sobre a produção de vídeos, nomeadamente a parte final de edição, área que demanda grandes quantidades de recursos para obter garantia de maior qualidade. Na realidade do projeto, o valor designado para esta rubrica não cobria os orçamentos encaminhados por muitas das produtoras, pelo que houve que ajustar os trabalhos, assumindo a equipe a elaboração dos roteiros dos vídeos e auxiliando na edição, sobrecarregando as tarefas e tirando tempo para outras produções, como o livro de resultados.

Uma última contingência, portanto, foi falta de tempo da equipe para elaborar a segunda coletânea de capítulos, com os resultados do projeto. Apesar de ter o recurso destinado para esse fim e da extensão de prazo que foi outorgada pelo FUNBIO ao projeto, as atividades de elaboração da cartografia, principalmente de análise de cada caso identificado, a produção dos vídeos, assim como as devolutivas às comunidades, com muitas mais visitas do que as planejadas, demandaram mais dedicação, tempo e esforço do que esperado, restando tempo para a elaboração da publicação. Espera-se contar com outro edital para finalização desta pendência.

2. Quais os aspectos mais relevantes que foram detectados no decorrer da execução do projeto e o que vocês gostariam de garantir em outra proposta? E o que teriam tentado evitar?

Sobre os pontos relevantes, no momento ocorrem 3:

1) Um dos pontos relevantes detectados diz respeito ao trabalho com o FUNBIO, já que esta instituição não tem como tradição a pesquisa no âmbito das ciências humanas. Mas isso será tratado no item 8.

Como garantia para outra proposta:

2) Poder publicar o Livro com os Resultados do Projeto, que não foi feito por falta de tempo hábil;
3) Seria muito importante poder dar continuidade ao projeto, sob dois aspectos principais:

a) poder manter e atualizar a cartografia, voltando a alguns locais para maiores aprofundamentos. (Um exemplo foi relatado na localidade de Tamoios, quando um tema emergiu com muita força na hora do debate na reunião da devolutiva, que na hora de trabalho de campo, com entrevistas individuais, não foi detectado.

b) ampliando o escopo da cartografia, desdobrando a pesquisa por outros municípios da região.

A situação de invisibilidade que sofrem as trabalhadoras da cadeia produtiva da pesca artesanal só poderá ser minimizada com mais pesquisas que possam influenciar tanto a comunidade como as políticas públicas. Outro ponto importantíssimo foi sobre a "necessidade de falar" que muitas das trabalhadoras da pesca artesanal apresentam. Por outro lado, "se assistirem" nos vídeos, tanto elas mesmas como vizinhas da comunidade e as/os próprias/os filhas/os, serve para aumentar a sua

autoestima, o que foi muito observado nas reuniões de devolutivas. Elas também relataram muitos problemas de saúde, demandando pesquisas também dessa perspectiva.

Sobre os aspectos que houvéssemos querido evitar, o mais importante de todos é a dispersão da equipe no momento da finalização da pesquisa, ou seja, de agora em diante, já que entende-se que tem que abrir novas perspectivas de vida.

3. O que deixou de ser feito por falta de apoio de políticas públicas? Isto deixou algum aprendizado? De que forma os responsáveis foram informados?

Uma coisa que não foi possível concretizar foram algumas adaptações nas salas e auditórios da instituição como havia sido solicitado na proposta original. Causa estranheza que nas instituições privadas ou não governamentais isso fosse possível. Na hora da justificativa para tal, o Funbio disse que essa parte devia ser garantida pelo estado nas instituições públicas. Esta postura denota desconhecimento sobre as políticas de financiamento das universidades públicas nas últimas décadas, permeadas pelas políticas neoliberais, que estimulam as parcerias com as agências de pesquisa e fomento ou com empresas para suprir os reduzidos orçamentos. E esta situação tende a piorar.

Outro aspecto planejado e que não foi concretizado também por posição do Funbio foi o pagamento de bolsa de pesquisa para os professores. Esta situação não comprometeu a realização da pesquisa mas não estimulou a dedicação exclusiva na mesma de alguns professores colaboradores.

4. Caso os beneficiários fossem chamados a expor suas opiniões a respeito do projeto e a discorrer sobre as atividades desenvolvidas, qual forma seria a mais adequada para se detectar essa avaliação? Depoimentos livres? Quem os daria (citar nomes e forma de contato); depoimentos orientados (citar nomes e forma de contato)? Onde? Como vocês têm avaliado o projeto do ponto de vista dos beneficiários? Se houver alguma avaliação já realizada, favor anexar ou relatar detalhadamente, com fontes e imagens.

A pesquisa foi realizada principalmente nos domicílios e/ou locais de trabalho das trabalhadoras da cadeia produtiva da pesca artesanal, pelo que a melhor forma de ter acesso a elas para obter seus depoimentos seria a mesma. Em função da realização da cartografia, os pontos aonde elas foram localizadas, ou os locais de maiores impactos socioambientais que elas sofrem foram marcadas no mapa de forma georreferenciada, facilitando essa localização. Entretanto, uma decisão muito importante dos primeiros meses de trabalho de campo foi não georreferenciar os domicílios de cada uma das trabalhadoras, para garantir um mínimo de anonimato.

Outra forma de acesso seria captar depoimentos livres nas associações de pescadores ou nos coletivos de mulheres na pesca.

O projeto, do ponto de vista dos beneficiários, tem a qualidade de tornar aparente, visível, o que não se manifesta a olho nu. Essa visibilizacão, como dito anteriormente no item 2, divulgada por meio dos vídeos na cartografia, assim como as descrições aprofundadas acerca dos problemas que elas sofrem nas fichas de conflitos, se não tem um efeito imediato, pode vir servir tanto para as próprias reivindicações da classe como para os tomadores de decisão e gestores públicos.

A receptividade dos resultados foi, na maioria dos casos, percebida nas reuniões de devolutivas, bastante detalhado e documentado na Atividade A6.5 do Relatório Final de resultados. Nesse mesmo relato também se apresentam alguns questionamentos sofridos com o "depois" da pesquisa, ou seja, com a sua continuidade.

5. Quais instituições e projetos teriam a ensinar para vocês? Por que? O que vocês teriam para contribuir com outros projetos e instituições – públicas ou não, sobre seu trabalho. Por que?

Algumas associações, como a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), ausente nesta região, teria muito a contribuir com a pesquisa e com a luta das trabalhadoras. A respeito ver: Brito, Carmem Imaculada. Uma análise sócio-histórica da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), publicado em Martinez, S.; Hellebrandt, L. (orgs.) Mulheres na Atividade na pesca no Brasil, Eduenf, 2019.

Devido à capacidade de engajamento e articulação, também a Confederação para o Fortalecimento das Resex Costeiras e Marinhas (CONFREM) tem muito a contribuir.

Sobre as contribuições do Projeto Mulheres na Pesca, pode-se afirmar que seus resultados vieram para enriquecer as questões sobre gênero na pesca, e contribuir e enriquecer a discussão sobre gênero nos conflitos socioambientais, tema geralmente negligenciado nas pesquisas sobre o tema.

Considera-se que o olhar dos coordenadores dos demais projetos financiados pela Chamada Pesquisa Marinha podem ter mudado o olhar sobre os trabalhadores/as da pesca artesanal, ao ouvir as apresentações e questões levantadas pelo projeto Mulheres na pesca.

No plano da academia, foi possível observar no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do qual grande parte dos membros da pesquisa faz parte ou fez, um crescimento do número de pós-graduandos abordando essas questões, com o mérito do papel de pioneirismo que o Projeto Mulheres na Pesca representa. A respeito, é bom destacar que duas pós doutorandas ministraram disciplina abordando as questões de Gênero para as/os discentes do Programa.

Por outro lado, no que diz respeito às/aos técnicas/os dos projetos de Educação Ambiental ligados ao Licenciamento Ambiental Federal, nomeadamente o Pescarte, com o qual se mantem vínculo de proximidade, tem também começado a mudar o olhar, até porque o tema de gênero tem aparecido em formações especificas de equipe, assim como porque o projeto Mulheres na Pesca tem sido convidado a ministrar oficinas sobre Gestão Pesqueira junto às trabalhadoras da cadeia produtiva da pesca artesanal que o frequentam.

6. Em que, efetivamente, vocês viram diferença em relação ao impacto do projeto sobre a biodiversidade e o desmatamento. Fez diferença? Qual?

Diversos projetos abordam especificamente o desmatamento e a biodiversidade. Entretanto, o grande diferencial deste projeto é colocar a questão de gênero num lugar de destaque nessa discussão.

7. Quais suas perspectivas de futuro? Discorram sobre as realizações viáveis, mas também sobre as aparentemente inviáveis, sobre as quais que vocês fariam um tremendo esforço para conseguir viabilizar (estamos aqui falando daquelas que dependem também de sua atuação e não apenas da de terceiros. Deixe mais claro o que depende de vocês e não apenas dos potenciais parceiros).

Um esforço necessário para a coordenação do projeto diz respeito à atualização da cartografia uma vez finalizado o financiamento, ou seja, deste momento em diante. Uma possibilidade é prestar atenção a novos editais de financiamento.

8. O projeto acarretou em desdobramentos? Quais?

Sim. Criou-se um estímulo à pesquisa e discussão sobre conflitos socioambientais e gênero que possui um grande potencial para gerar políticas públicas que possam resultar em melhoria da qualidade de vida.

No plano acadêmico, no item 5 deste questionário foram abordados alguns deles. Para além disso, a finalização no ano de 2021 de uma pesquisa de doutorado e o ingresso de uma aluna de IC no Mestrado para dar prosseguimento à pesquisa são questões importantes de serem destacadas. Como foi declarado anteriormente, além disso, observam-se novos ingressantes no Programa de Mestrado e Doutorado em Políticas Sociais com o tema gênero e pesca, podendo ser desdobramentos do PMP.

9. Os procedimentos de acompanhamento do Funbio, tanto na parte financeira quanto na parte física (andamento) foram eficazes? O que poderia ser melhorado?

Trabalhar com o FUNBIO foi muito positivo. Além de uma chamada de investigação com recursos expressivos, ao longo da execução do projeto foi possível manter um diálogo próximo com a equipe de acompanhamento, a qual entendia as necessidades da execução do projeto, tanto no que diz respeito ao remanejamento de recursos (de rubricas sobredimensionadas para outras que haviam sido subdimensionadas), como ao tempo de execução do projeto que, de 24 meses planejados inicialmente, acabou se estendendo a 34 meses. Essa flexibilização no uso dos recursos e no uso do tempo garantiu o sucesso da pesquisa, que teria tido muitas dificuldades para a sua execução sem ter essas demandas atendidas.

A equipe do FUNBIO a todo momento foi atenciosa, solícita e prestativa, tendo somado positivamente para a execução do projeto.

A respeito das melhorias, para futuros Editais, considerar a possibilidade de manter a mesma postura entre as entidades privadas e as públicas, tanto em relação a bolsas para os pesquisadores como em relação a infra-estrutura e adaptações para as instituições. A justificativa da demanda explicitada no item 3.

Outra melhoria a ser considerada diz respeito ao Sistema Cérebro, no que diz respeito à consulta de saldos em tempo real. Em seu painel de entrada poderia apresentar de forma mais objetiva o saldo geral do projeto (ainda que não aprovado o período de lançamento), bem como o saldo dos objetivos/atividades (ao longo dos lançamentos executados). Permitir o acompanhamento do projeto em tempo real e com apresentação dos dados em outros formatos, como, por exemplo, gráficos de execução.

10. Como foi vista a parceria do Funbio com o projeto? Quais foram os pontos fortes e fracos dessa parceria? No caso de críticas negativas, quais as alternativas que poderiam ser seguidas?

Os pontos fortes, assim como os negativos, já foram explicitados anteriormente.

11. Complete com o que faltou ser dito por vocês ou perguntado por nós.

ANEXOS

"A realização do Projeto **Mulheres na Pesca** é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa **Chevron,** conduzido pelo **Ministério Público Federal – MPF/RJ** com implementação do **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio**".

Anexo 1:

Atividade A3.11 - Levantamento de informações demográficas (sexo, idade, cor) no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2010) e na base de dados do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte (2015-2016).

Como adiantado no corpo do Relatório**,** o presente anexo está dividido em duas sessões. A primeira traz os dados demográficos da população total dos municípios selecionados; a segunda, apresenta a caracterização sociodemográfica das populações das comunidades pesqueiras.

Caracterização demográfica das populações totais dos municípios selecionados

O projeto 'Mulheres na Pesca' está sendo realizado nos municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana. Campos dos Goytacazes, com área total de 4.026, 696 Km^2 é o município de maior extensão territorial, seguido por Macaé, com área de 1.216,846 Km^2. Apesar destes dois municípios se destacaram também entre os municípios mais populosos, Cabo Frio é o mais povoado, com 174,36 habitantes/Km^2; Quissamã e São João da Barra são os menos povoados.

Arraial do Cabo e Cabo Frio, nas Baixadas Litorâneas, mais especificamente na Região dos Lagos, destacam-se dentre as principais cidades turísticas do Estado do Rio de Janeiro. Os demais municípios pertencem ao Norte Fluminense, região que no cenário econômico nacional destaca-se como a principal produtora de petróleo e gás natural do país. Na Tabela 1 são apresentados dados sobre das populações residentes nestes municípios, nos anos censitários de 2000 e 2010, bem como a *taxa de crescimento médio anual* para tal período. Esses dados indicaram que, com exceção de São Francisco do Itabapoana, que apresentou baixo crescimento demográfico, taxa de 0,05% ao ano, nos demais municípios a população cresceu em taxa média anual maior se comparado ao ritmo de crescimento médio estadual verificado no período. No período destacaram-se como mais elevadas as *taxas de crescimento médio anual* dos municípios de Macaé (4,55% a.a.), Quissamã (4,00% a.a.) e Cabo Frio (3,92% a.a.).

Ainda analisando os dados da Tabela 1, algumas considerações fazem-se necessárias. No caso de Macaé, por exemplo, o crescimento populacional associa-se diretamente ao processo de implantação e de expansão da Indústria do Petróleo; já em Quissamã, apesar de também estar associado à indústria

petrolífera, seu crescimento populacional observado no período dos anos de 2000 até 2010 é consequência do próprio crescimento da economia do petróleo de Macaé, cuja expansão demográfica atinge seus municípios vizinhos. Ao mesmo tempo, a ocupação desses municípios é também orientada pelo comportamento do mercado imobiliário em Macaé, onde se verifica intensa especulação impactando o preço da terra e com isso gerando a expulsão das populações de menor renda para as periferias ou para municípios vizinhos (SOUZA e TERRA, 2017). Já em Cabo Frio, o crescimento populacional associa-se tanto à indústria petrolífera como pelo turismo que representa um importante setor econômico do município.

TABELA 1: Municípios Selecionados e UF – População, Área (Km2), Densidade Demográfica e Taxa de Crescimento Médio Anual (2000-2010)

Município Selecionado/UF	2000	2010	Área (Km^2)	Densidade Demográfica (hab/Km^2) (2010)	Taxa de crescimento médio anual (2000-2010)
Arraial do Cabo	23.877	27.715	158,952	174,36	1,50
Cabo Frio	126.828	186.227	410,418	453,75	3,92
Campos dos Goytacazes	407.168	463.731	4.026,696	115,16	1,31
Macaé	132.461	206.728	1.216,846	169,89	4,55
Quissamã	13.674	20.242	712,867	28,40	4,00
São Francisco do Itabapoana	41.145	41.354	1.122	36,84	0,05
São João da Barra	27.682	32.747	455	71,96	1,69
Rio de Janeiro- UF	14.391.292	15.989.929	-	-	1,06

Fonte: IBGE. Censos Demográficos (2000, 2010).

A seguir, a Tabela 2 traz dados sobre a *Situação do Domicílio* – Urbana ou Rural, de acordo com os critérios estabelecidos pelo IBGE – e indicador *Grau de Urbanização*[11]. Como resultado encontrou-se que as populações residentes nos municípios selecionados são predominantemente domiciliadas em áreas urbanizadas. Sendo que em Arraial do Cabo encontramos a maior taxa de urbanização, que atingiu 100%; em Macaé o *grau de urbanização* foi de 98,1%; e em Campos dos Goytacazes foi de 90,3%. Dentre os municípios com menor *grau de urbanização* encontram-se São Francisco do Itabapoana com 51,0% e Quissamã com 64,2%.

[11] Esse indicador é produzido pelo cálculo do quociente entre a população urbana no numerador e a população total dos respectivos municípios no denominador.

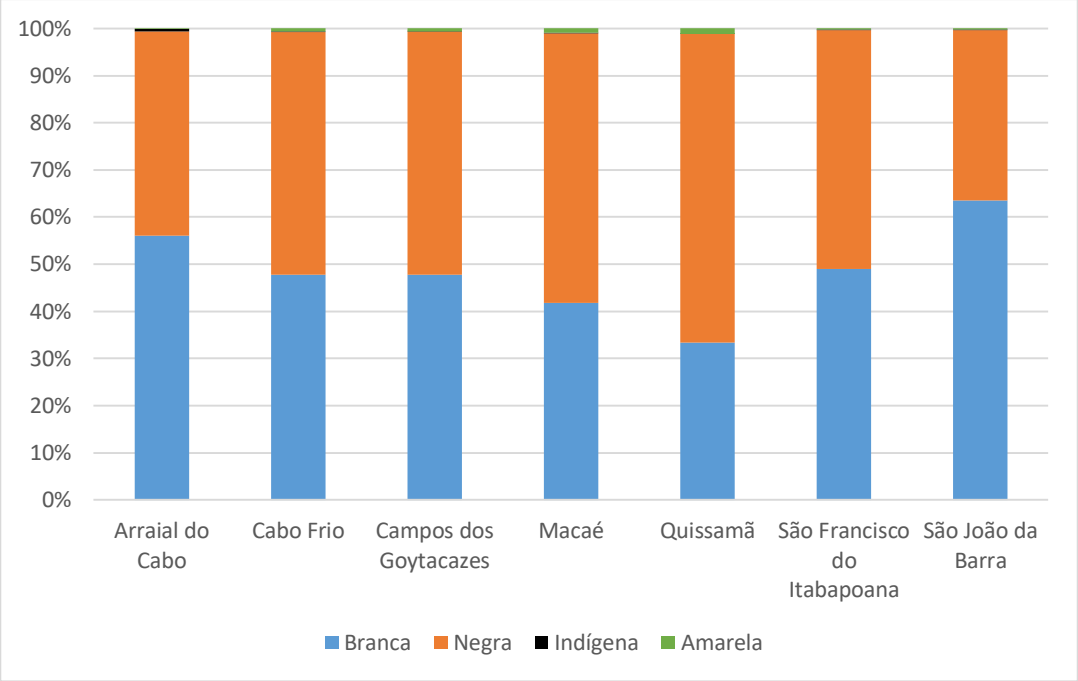
TABELA 2: Municípios Selecionados – População, segundo a situação do domicílio e Grau de Urbanização (2010)

Municípios	Situação do domicílio			Grau de urbanização
	Urbana	Rural	Total	
Arraial do Cabo	27.715	0	27.715	100,0
Cabo Frio	140.486	45.741	186.227	75,4
Campos dos Goytacazes	418.725	45.006	463.731	90,3
Macaé	202.859	3.869	206.728	98,1
Quissamã	12.996	7.246	20.242	64,2
São Francisco do Itabapoana	21.092	20.262	41.354	51,0
São João da Barra	25.693	7.054	32.747	78,5

Fonte: IBGE. Censos Demográficos (2000, 2010).

Quanto ao atributo Cor/Raça, analisado na composição das populações municipais, identificou-se que apenas em Campos dos Goytacazes e em São João da Barra havia predomínio de população de cor/raça branca e, nos demais municípios predominaram pessoas com cor de pele parda ou preta (população classificada como negra, no Gráfico 1).

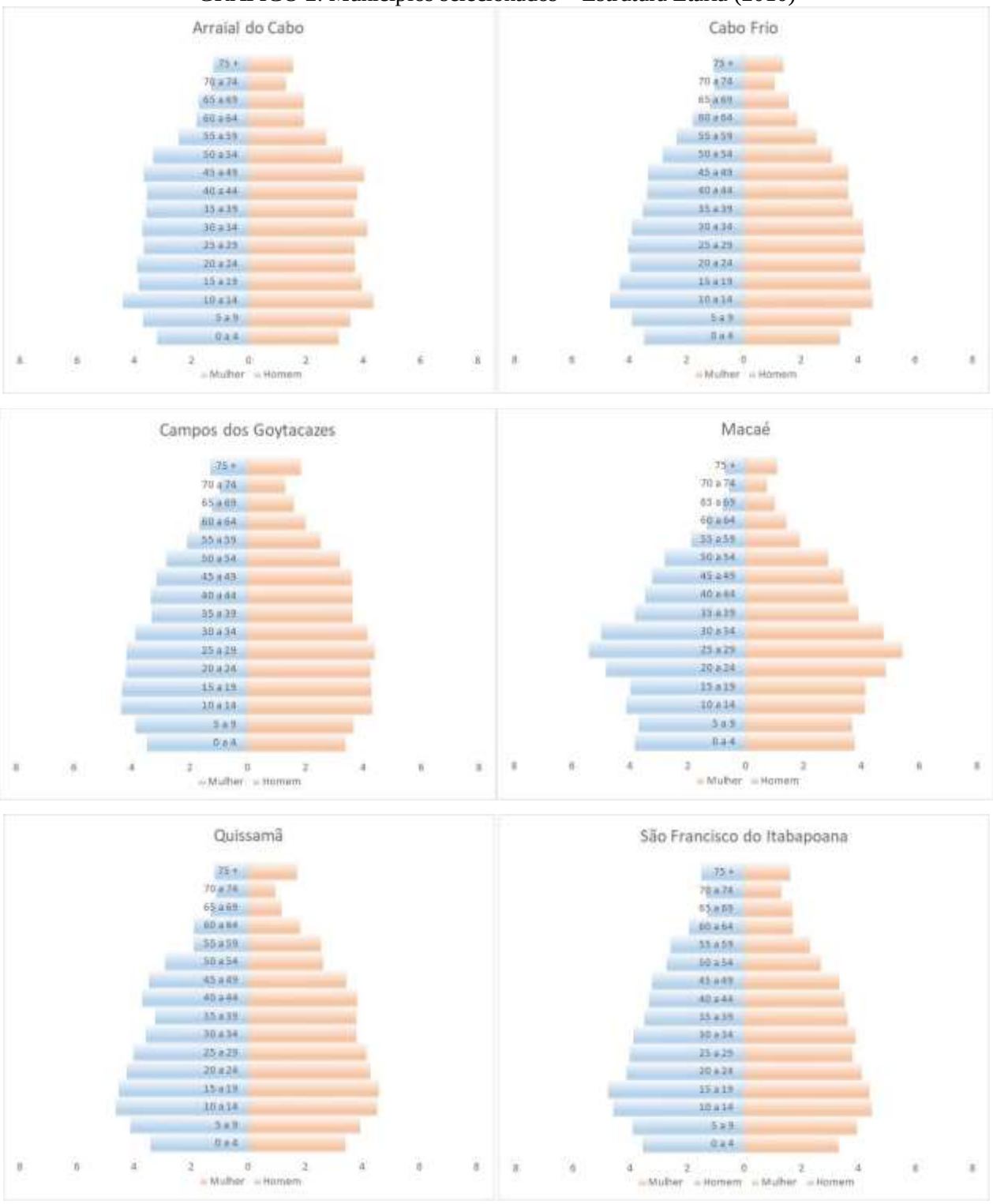
GRÁFICO 1 – Municípios selecionados: População, segundo Cor/Raça (2010)



Fonte: IBGE. Censos Demográficos (2000, 2010).

As populações dos municípios selecionados, a exemplo do que vem ocorrendo com praticamente toda a população brasileira, vem passando por um processo de envelhecimento. Tal dado encontra-se representado nas pirâmides etárias produzidas para cada um dos municípios. Observa-se que a população com estrutura etária mais jovem é a de Macaé, a qual apresenta, inclusive, um número relativamente alto de homens e mulheres em idade adulta jovem, nas faixas etárias 20-24, 25-29 e 30-34 anos (Gráfico 2).

GRÁFICO 2: Municípios selecionados – Estrutura Etária (2010)



Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Em função da tendência de envelhecimento populacional observada nos municípios, produzimos os indicadores idade média da população e a razão Idoso/Criança. Como foi mencionado anteriormente, Macaé é o município com estrutura etária mais jovem, em 2010, com idade média em torno de 30,5 anos e com razão de 33,1 idosos por 100 crianças. Já São João da Barra – conta com idade média de 33,8 anos e com 62,7 idosos por 100 crianças - e Arraial do Cabo – com idade média de 33,9 anos e razão de 575 idosos por 100 crianças - são os que apresentam estruturas etárias mais envelhecidas.

TABELA 3 – Municípios selecionados – Indicadores da Estrutura Etária, Idade Média e Razão Idoso/Criança para a população total (2010)

Município Selecionado/UF	Idade Média da população residente	Razão Idoso/Criança
Arraial do Cabo	33,9	57,5
Cabo Frio	32,2	46,2
Campos dos Goytacazes	32,7	51,6
Macaé	30,5	33,1
Quissamã	32,1	46,8
São Francisco do Itabapoana	32,6	52,1
São João da Barra	33,8	62,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Um outro importante indicador demográfico é a *razão de sexo*, estimada pelo quociente entre a população masculina, no numerador, e a população feminina no denominador. Para a faixa etária 0 a 4 este indicador - denominado para este grupo de '*Razão de Sexo ao Nascer'* em função de fatores biológicos, entre 1,02 e 1,06, aproximadamente. Significa dizer que, em qualquer população, nascem em torno de 2 a 6% a mais de meninos que meninas. Para as demais faixas etárias o parâmetro de comparação é 1: se o indicador estimado for superior a 1 isto indica uma predominância de homens em determinada faixa etária, devido à imigração, tendo em vista que a mortalidade é maior entre os homens, comparativamente às mulheres, em qualquer faixa etária. Se inferior a 1, indica a predominância de mulheres.

TABELA 4 – Municípios selecionados –Indicadores da Estrutura Etária, Razão de Sexo por Faixa Etária, para a população total (2010)

Faixa Etária	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Campos dos Goytacazes	Macaé	Quissamã	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra
0 a 4	1,01	1,04	1,03	1,01	1,01	1,07	1,16
5 a 9	1,04	1,04	1,05	1,00	1,06	0,99	0,99
10 a 14	1,00	1,03	1,01	1,01	1,03	1,03	1,03
15 a 19	0,97	0,98	1,02	0,96	0,99	1,09	0,98
20 a 24	1,05	0,97	0,99	1,00	1,00	1,00	1,11
25 a 29	0,99	0,96	0,95	1,00	0,98	1,06	1,00
30 a 34	0,90	0,93	0,93	1,05	0,95	1,00	0,97
35 a 39	0,98	0,93	0,91	0,98	0,86	0,96	1,02
40 a 44	0,94	0,92	0,92	0,98	0,98	0,95	0,94
45 a 49	0,91	0,91	0,87	0,95	1,02	0,97	0,95
50 a 54	1,02	0,92	0,88	0,99	1,12	1,02	1,04
55 a 59	0,91	0,92	0,83	1,01	0,76	1,13	0,88
60 a 64	0,95	0,96	0,82	0,96	1,06	1,14	0,89
65 a 69	0,92	0,74	0,76	0,81	1,14	0,77	0,67
70 a 74	0,99	0,95	0,73	0,78	1,22	1,04	1,37
75 +	0,80	0,74	0,69	0,66	0,70	0,94	0,68

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).

Os dados expressos na Tabela 4 mostram uma variação relevante no comportamento deste indicador para a faixa etária 0 a 4 anos, no município de São João da Barra: 1,16, indicando que, em

2010, naquele município, nesta faixa etária havia 16% a mais de meninos em relação às meninas. Esse comportamento indica uma tendência para a feminização da estrutura etária, ou seja, para o predomínio de mulheres nas faixas etárias mais avançadas, refletindo a maior mortalidade masculina. Analisando o caso de Macaé, por exemplo, pode-se afirmar que essa feminização mais lenta, comparativamente aos demais municípios, seja também reflexo dos impactos das migrações ocorridas nas últimas décadas. Por ser a sede da indústria petrolífera, este município possui maior poder de atração, de imigrantes de ambos os sexos, embora tendo em vista a natureza dessa atividade de exploração, muito provavelmente havendo predominância de homens nos fluxos imigratórios.

3.1.1.2 - Caracterização demográfica das populações residentes em comunidades pesqueiras

Para realizarmos a caracterização demográficas das populações residentes nas comunidades pesqueiras localizadas nos municípios selecionados produzimos dados a partir da manipulação da Base de Dados produzida pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA)[12]. Tal Base contempla informações gerais de um universo de 10.082 pessoas cadastradas, integrantes das famílias de 3.478 pessoas que responderam o questionário desenvolvido pelo Projeto PEA Pescarte entre os anos de 2015 e de 2016. Essas últimas encontram-se categorizadas na Base Dados PEA Pescarte por respondentes principais. Ressalta-se que, de um modo geral, a maior parte dos dados relativos à atividade pesqueira e demais informações dizem respeito ao universo de respondentes principais.

Na Base PEA Pescarte (2015-2016) encontram-se dados relativos a pessoas residentes e distribuídas entre 36 comunidades pesqueiras situadas em sete municípios integrantes da Bacia de Campos, a saber: Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana, Macaé, Arraial do Cabo, Quissamã e Cabo Frio. Diferentemente do IBGE que utiliza dois tipos de questionário, básico e amostral, o 'PEA Pescarte' estruturou-se em um único questionário contendo um bloco de caracterização familiar que abrangeu informações sobre os familiares dos respondentes principais.

A seguir, na Tabela 5, são apresentados dados das populações residentes em cada uma das comunidades pesqueiras. Sobre este dado é importante uma ressalva: pode haver subestimação, pois parte da população respondente foi selecionada por método 'bola de neve', o que significa dizer que não

[12] O Projeto de Educação Ambiental (PEA) PEA Pescarte é um projeto de mitigação socioambiental desenvolvido por meio da gestão compartilhada entre a Petrobras e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), sob supervisão do IBAMA, em cumprimento a uma exigência legal do Licenciamento Ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás da Petrobras na Bacia de Campos.

adotou universalmente a unidade domiciliar como critério básico para a aplicação do questionário. Deste modo, não abrangeu todas as pessoas residentes nas comunidades pesqueiras, e sim as pessoas indicadas pelas pessoas entrevistadas, resultando uma pesquisa de campo de longa duração, anos de 2015 e 2016. Por outro lado, é também importante ressaltar que no período de referência pode ter havido mortalidade de pessoas residentes, emigrações de população residente para outras localidades dentro do próprio município, para outros municípios selecionados, exclusive para comunidades pesqueiras, e para quaisquer outros municípios brasileiros. Da mesma forma, pode ter havido imigrações. Porém, pressupõe-se que estas são de menor magnitude, tendo em vista a baixa atratividade que este setor vem exercendo sobre os trabalhadores. Enfim, essa questão não torna o dado inválido, são apenas indicativos relevantes para orientar a análise dos dados.

TABELA 5: Municípios selecionados – Comunidades Pesqueiras e População Residente (2015-2016)

Município	Comunidade Pesqueira	População Residente
Arraial do Cabo	Figueira	288
	Monte Alto	52
	Praia dos Anjos	108
	Praia do Pontal	27
	Praia Grande	402
	Prainha	219
	Total (6)	1.096
Cabo Frio	Praia do Siqueira	490
	Gamboa	588
	Tamoios	191
	Ponta do Ambrósio	271
	Passagem	198
	Total (5)	1.738
Campos dos Goytacazes	Coroa Grande	37
	Farol de São Tomé	743
	Lagoa de Cima	191
	Lagoa do Campelo	67
	Parque Prazeres	129
	Ponta Grossa dos Fidalgos	227
	Terminal Pesqueiro	120
	Tocos	129
	Total (9)	1.643
Macaé	Barra de Macaé	563
	Nova Holanda	138

	Nova Esperança	126
	Lagoa de Imboassica	14
	Total (4)	841
Quissamã	Barra do Furado	238
	Centro	127
	Ribeira	3
	Caxias	69
	Total (4)	437
São Francisco do Itabapoana	Gargaú	1196
	Guaxindiba	628
	Barra de Itabapoana	891
	Lagoa Feia	340
	Total (4)	3.055
São João da Barra	Atafona	800
	Açu	276
	Grussaí	45
	São João da Barra	151
	Total (4)	1.272
População Total residente em comunidades pesqueiras		10.082

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)

Em geral as populações residentes nas comunidades pesqueiras apresentaram-se relativamente pequenas quando comparada à população total residente nos municípios. A maior proporção relativa pode ser observada em Quissamã, São João da Barra, Arraial do Cabo e em São Francisco do Itabapoana, todos os valores superiores a 1%. Destacou-se São Francisco do Itabapoana com 7,4% de pessoas residentes em comunidades pesqueiras em relação à população total residente no município em 2016.

TABELA 6: Municípios selecionados – Percentual de População Pesqueira (2015-2016)

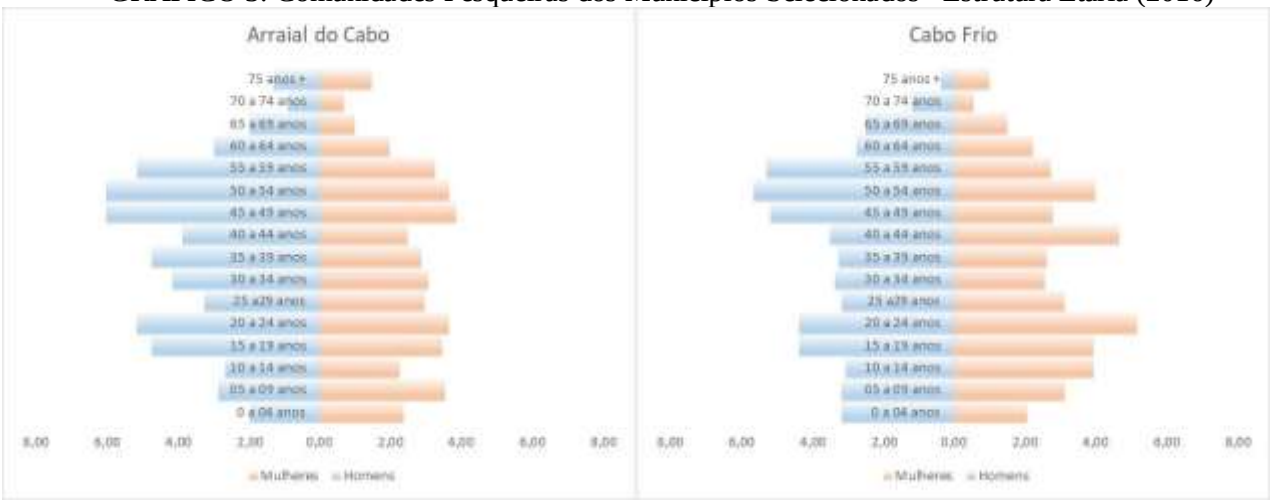
Município Selecionado	População Total 2016*	População residente em Comunidades Pesqueiras	% População residente em Comunidades Pesqueiras
Arraial do Cabo	29.072	1.096	3,8
Cabo Frio	211.497	1.738	0,8
Campos dos Goytacazes	486.403	1.643	0,3
Macaé	238.406	841	0,4
Quissamã	24.702	437	1,8

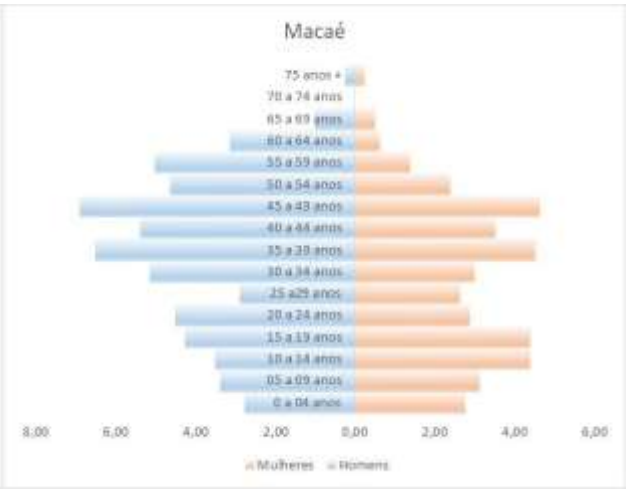
São Francisco do Itabapoana	41.214	3.055	7,4
São João da Barra	34.817	1.272	3,7

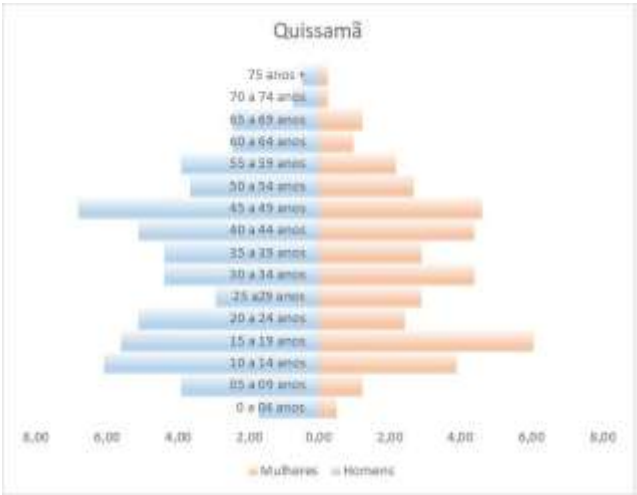
Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - PEA Pescarte (2015-2016)
*As populações de 2016 foram estimadas utilizando-se a taxa de crescimento populacional entre 2010 e 2017. Para esta estimativa utilizamos a população residente nos municípios em 2010, obtida no Censo Demográfico, e a população estimada para 2017, disponível no IBGE Cidades. Estimamos a taxa de crescimento para o período 2010-2017 e aplicamos esta taxa à população de 2010 para estimar a população de 2016. Importante esclarecer que utilizados a população de 2016 no denominador porque naquele ano foi encerrada a pesquisa de campo do PEA Pescarte.

No Gráfico 3, são apresentadas as Estruturas Etárias da população residente nas comunidades pesqueiras. Os resultados mostram que, comparativamente à estrutura dos municípios, as das comunidades são significativamente mais envelhecidas. Essa característica levanta a hipótese de que a mortalidade e a emigração, associadas à transferência intersetorial de mão de obra e de mudanças culturais geracionais ocorridas na comunidade, podem gerar a expulsão de parte da população jovem economicamente ativa para outras áreas em busca de trabalho.

GRÁFICO 3: Comunidades Pesqueiras dos Municípios Selecionados– Estrutura Etária (2016)







Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - PEA Pescarte (2015-2016)

A seguir, apresentamos na Tabela 7 dados que corroboram a afirmativa de haver maior envelhecimento relativo da população residente em comunidades pesqueiras comparativamente às populações totais municipais. Deste modo, em perspectiva comparada, a *idade média* da população residente nas comunidades é, em todos os municípios, maior que a *idade média* das respectivas populações totais; a mesma afirmativa foi mostrada na *razão idoso/criança*, com destaque para os municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé e São Francisco do Itabapoana.

TABELA 7: Comunidades Pesqueiras dos Municípios Selecionados – Indicadores da Estrutura Etária – Idade Média e Razão Idoso/Criança (2016)

Município Selecionado/UF	Idade Média	Razão Idoso/Criança
Arraial do Cabo	36,7	78,0
Cabo Frio	35,4	65,3
Campos dos Goytacazes	33,7	44,4
Macaé	32,9	28,9
Quissamã	34,1	50,7
São Francisco do Itabapoana	33,0	47,3
São João da Barra	35,6	65,0

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - PEA Pescarte (2015-2016)

A seguir, encontra-se na Tabela 8 os indicadores de Razões de Sexo relativa às populações totais dos municípios selecionados. No caso das comunidades pesqueiras, segundo os dados da Base consultada, como se trata de um número pequeno de pessoas por comunidades, o parâmetro para avaliar a Razão de Sexo ao nascer **não se aplica**. De qualquer maneira, os resultados indicam um desequilíbrio das estruturas etárias destas populações, mais evidentes em alguns municípios, sugerindo uma grande seletividade emigratória, com tendência para o predomínio de mulheres no fluxo nos casos de Quissamã, São Francisco e São João da Barra, mais notáveis, já que admitimos não haver sentido algum considerar a sobremortalidade feminina nestas populações.

TABELA 8: Comunidades Pesqueiras dos Municípios Selecionados – Razão de Sexo (2016)

Faixa Etária	Arraial do Cabo[13]	Cabo Frio[14]	Campos dos Goytacazes[15]	Macaé[16]	Quissamã[17]	São Francisco do Itabapoana[18]	São João da Barra[19]
0 a 4	0,83	1,55	1,44	1,00	3,50	1,19	1,13
5 a 9	0,81	1,02	1,00	1,08	3,20	1,15	1,50
10 a 14	1,17	0,78	1,03	0,80	1,56	0,80	1,63
15 a 19	1,37	1,11	1,10	0,97	0,92	1,06	0,90
20 a 24	1,41	0,84	0,78	1,57	2,10	1,34	1,32
25 a 29	1,10	1,02	1,00	1,10	1,00	0,99	1,20
30 a 34	1,35	1,32	0,83	1,71	1,00	1,03	1,47
35 a 39	1,66	1,24	1,29	1,44	1,50	1,21	1,34
40 a 44	1,56	0,75	0,93	1,54	1,17	1,17	1,78
45 a 49	1,56	1,84	1,21	1,49	1,47	1,13	1,93
50 a 54	1,65	1,42	1,33	1,95	1,36	1,38	2,48
55 a 59	1,58	1,93	1,52	3,64	1,78	1,28	1,79
60 a 64	1,50	1,22	1,35	5,00	2,50	1,66	1,74
65 a 69	2,00	1,67	1,40	2,00	2,00	0,95	1,75
70 a 74	1,29	2,11	5,50	-	3,00	2,15	1,56
75 +	0,87	0,38	0,64	1,00	2,00	1,14	1,20

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - PEA Pescarte (2015)

[13] População total residente em comunidade pesqueira nesse município é de 1096 habitantes, sendo que 81 pessoas não informaram sexo e/ou idade.

[14] População total residente em comunidade pesqueira nesse município é de 1.738 habitantes, sendo que 128 pessoas não informaram sexo e/ou idade.

[15] População total residente em comunidade pesqueira nesse município é de 1.643 habitantes, sendo que 77 pessoas não informaram sexo e/ou idade.

[16] População total residente em comunidade pesqueira nesse município é de 841 habitantes, sendo que 41 pessoas não informaram sexo e/ou idade.

[17] População total residente em comunidade pesqueira nesse município é de 437 habitantes, sendo que 24 pessoas não informaram sexo e/ou idade.

[18] População total residente em comunidade pesqueira nesse município é de 3.055 habitantes, sendo que 123 pessoas não informaram sexo e/ou idade.

[19] População total residente em comunidade pesqueira nesse município é de 1272 habitantes, sendo que 91 pessoas não informaram sexo e/ou idade.

Enfim, apresenta-se em seguida, o dado da cor-raça da população residente nas comunidades pesqueiras. Para construção deste dado o PEA-Pescarte apresenta o dado autodeclarado e o *respondido por outrem, neste último caso refere-se aos casos nos quais os respondentes informaram a cor-raça dos demais moradores do domicílio. Os resultados podem ser vistos nas Tabelas 9.a e 9.b e mostram uma distribuição diferente da observada no Censo Demográfico do IBGE.

TABELA 9.a: Comunidades Pesqueiras dos Municípios Selecionados – População Residente, por cor/raça (2015-2016) em valores absolutos

Cor ou Raça	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã	Total
Branca	806	347	1.466	759	486	717	228	4.809
Preta	84	69	285	62	79	206	27	812
Parda	682	379	1.182	395	447	635	168	3.888
Amarela	7	3	18	6	2	14	3	53
Indígena	4	2	5	2	7	17	0	37
Não respondeu	2	0	1	3	4	40	0	50
Não sabe	58	41	98	45	71	109	11	433
Total	1.643	841	3.055	1.272	1.096	1.738	437	10.082

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - PEA PESCARTE (2015-2016)

TABELA 9.b: Comunidades Pesqueiras dos Municípios Selecionados - % População residente, por cor/raça (2015-2016)

Cor ou Raça	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã	Total
Branca	50,9	43,4	49,6	62,0	47,6	45,1	53,5	50,1
Preta	5,3	8,6	9,6	5,1	7,7	13,0	6,3	8,5
Parda	43,1	47,4	40,0	32,3	43,8	40,0	39,4	40,5
Amarela	0,4	0,4	0,6	0,5	0,2	0,9	0,7	0,6
Indígena	0,3	0,3	0,2	0,2	0,7	1,1	0,0	0,4
Total%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total Absoluto	1.583	800	2.956	1.224	1.021	1.589	426	9.599

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - PEA PESCARTE (2015-2016)

Observações sobre a tabela 9.b:

1. % estimados considerando-se no denominador apenas os valores válidos (N, excluindo-se 'não sabe' e 'não respondeu'

2. População Branca = Branca + Branca (declarada por outrem) e assim sucessivamente

Referências:

SOUZA, Joseane de; TERRA, Denise Cunha Tavares. Rio de Janeiro: rumo a uma nova região metropolitana?. **Cad. Metrop.**, São Paulo , v. 19, n. 40, p. 817-840, dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962017000300817&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 março de 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2000). *Microdados do Censo demográfico de 1991*.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2000). *Microdados do Censo demográfico de 2000*.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). *Microdados do Censo demográfico de 2010*.

PEA –PESCARTE (2015-2016). *Microdados Base de Dados do Projeto de Educação Ambiental Pescarte.*

Anexo 2:

Atividade A3.1.2 - Caracterização Socioeconômica dos municípios selecionados e das populações estudadas

Para a caracterização socioeconômica dos municípios selecionados foram utilizados indicadores macroeconômicos como PIB total, PIB setorial, o PIB per capita e o Coeficiente de Gini. Além destes indicadores fundamentais, para esta avaliação, são também consideradas as informações relativas às rendas petrolíferas: royalties e participações especiais, assim como as respectivas receitas totais, por tratar-se de municípios que se destacam dentre os principais produtores de petróleo do país. Por meio destas variáveis estimamos o 'peso' das erráticas rendas petrolíferas na composição da receita total, ou seja, um *indicador do grau de dependência econômico-financeira* das respectivas administrações públicas em relação a estes recursos advindos da economia petrolífera.

Foi incluído nesta análise o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDH-M, um indicador elaborado a partir de dados dos municípios considerando aspectos como renda, educação e expectativa de vida. E também, informações referentes ao grau de alfabetização e ao nível de escolaridade das respectivas populações. Ressaltamos que, para estes fins, serão considerados os indivíduos com 20 anos ou mais de idade. A caracterização socioeconômica das populações estudadas contou também com dados referentes à condição de escolaridade (qual o último grau/ano/série em que foi aprovado), à situação no mercado de trabalho e ao rendimento na ocupação principal levantados a partir Base de Dados PEA Pescarte.

3.1.2.1 – Caracterização Socioeconômica dos municípios selecionados

Quanto ao indicador de produção de riqueza municipal, o PIB, os dados apresentados na Tabela 8 mostram que, dentre sete os municípios selecionados, o menor PIB foi encontrado no município de Arraial do Cabo. Em relação aos valores absolutos, destacaram-se os valores das produções internas brutas de Campos dos Goytacazes (R$ 34,216 bilhões) e de Macaé (R$20,850 bilhões).

TABELA 8: Municípios Selecionados – PIB total a preços correntes e PIB per capita (2015)

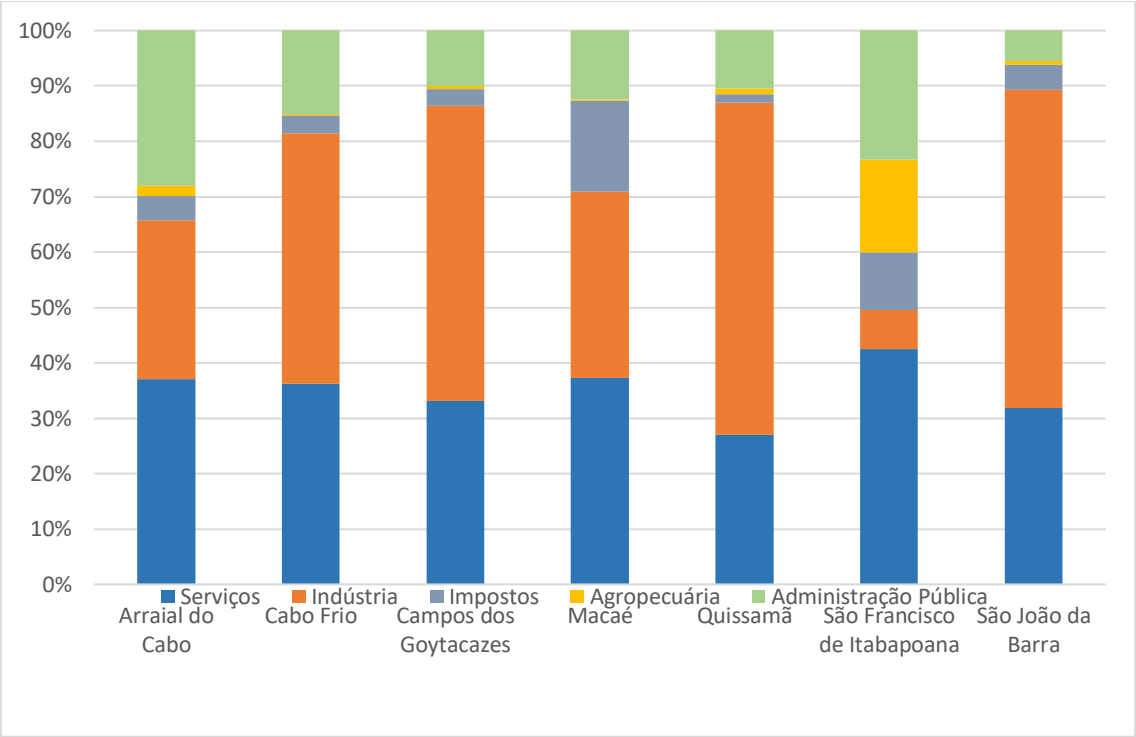
Municípios selecionados	PIB total/ a preços correntes de 2015	PIB per capita
Arraial do Cabo	R$803.628.000,00	R$27.618,93
Cabo Frio	R$10.677.333.000,00	R$51.222,27
Campos dos Goytacazes	R$34.216.751.000,00	R$70.700,15
Macaé	R$20.849.841.000,00	R$88.863,40
Quissamã	R$2.416.536.000,00	R$106.455,30
São Francisco de Itabapoana	R$1.225.797.000,00	R$29.686,77
São João da Barra	R$7.329.729.000,00	R$211.946,00

Fonte: http://www.deepask.com (acesso em 11/04/2018)

Como se trata de municípios bastante heterogêneos, em termos populacionais, o PIB total em si não permite uma análise mais profunda da riqueza relativa. É nesse sentido que o PIB per capita - calculado pelo quociente entre o PIB total, no numerador, e a população total, no denominador – apresenta-se como um indicador necessário à análise. Observa-se em Quissamã um PIB per capita de R$106.455,30, o município destacou-se como relativamente mais rico, seguido por Macaé e por Campos dos Goytacazes. Dentre os relativamente mais pobres encontramos Arraial do Cabo e São Francisco de Itabapoana (Tabela 8).

Para refinar a análise apresentado o PIB decomposto por setores, Gráfico 4, dado que permite identificar a importância relativa de cada setor econômico – serviços, industrial, tributação/impostos, setor agropecuária e administração pública – na composição dos respectivos valores do PIBs municipais apresentados.

GRÁFICO 4: Municípios Selecionados –PIB decomposto por setores da economia (2015)



Fonte: http://www.deepask.com (acesso em 11/04/2018)

Os dados representados no Gráfico 4 mostram que a participação relativa do PIB Industrial é mais significativa em Campos, Quissamã, São João da Barra e Cabo Frio. Tais municipalidades apesar de possuírem PIBs industriais elevados, na verdade não possuem um setor industrial desenvolvido. Isso ocorre porque a produção petrolífera *off shore* é contabilizada como produção industrial do(s) município(s) confrontante(s) ao poço onde se deu a exploração. Outro setor identificado como de extrema importância no contexto da produção econômica interna destes municípios foi o setor de serviços, que normalmente se expande a partir do desenvolvimento do setor industrial. Como terceiro componente do PIB de todos os municípios selecionados destacou-se a administração pública: de fato, o setor público apresenta-se como um importante absorvedor de mão de obra. Além disso, nesta análise baseada em valores relativos, os impostos destacaram-se como importantes componentes do PIB nos municípios de Macaé e de São Francisco de Itabapoana (Tabela 9).

TABELA 9: Municípios Selecionados – Composição (%) setorial do PIB (2015)

Município selecionado	PIB Setorial (%)					Total
	Serviços	Indústria	Impostos	Agropecuária	Administração Pública	
Arraial do Cabo	37,07	28,68	4,37	1,84	28,04	100,00
Cabo Frio	36,25	45,24	3,16	0,30	15,06	100,00
Campos dos Goytacazes	33,19	53,27	2,93	0,57	10,05	100,00
Macaé	37,30	33,63	16,34	0,24	12,49	100,00
Quissamã	26,98	59,97	1,56	1,03	10,46	100,00
São Francisco de Itabapoana	42,55	7,03	10,34	16,81	23,27	100,00
São João da Barra	31,91	57,43	4,45	0,64	5,56	100,00

Fonte: http://www.deepask.com (acesso em 11/04/2018)

O contexto investigado é marcado pela questão da produção de petróleo, que se apresenta como fator responsável pela elevada participação do setor industrial na formação dos PIBs destes municípios. Ressalta-se que a legislação brasileira considera como produtor todos os municípios confrontantes aos poços de petróleo. Segundo a Lei 9.478/97, conhecida como 'Lei do Petróleo', os municípios produtores são beneficiários das rendas petrolíferas: Royalties e Participações Especiais. Os valores recebidos, em 2017, constituem uma importante referência para a análise socioeconômica e, são apresentados na Tabela 10.

TABELA 10: Municípios Selecionados – Royalties e Participações Especiais (2017)

Municípios selecionados	Royalties + Participações Especiais
Arraial do Cabo	R$29.173.405,70
Cabo Frio	R$124.136.531,45
Campos dos Goytacazes	R$470.860.676,51
Macaé	R$402.057.665,36
Quissamã	R$55.655.794,77
São Francisco do Itabapoana	R$7.610.217,64
São João da Barra	R$115.289.310,02

Fonte: https://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php (acesso em 04/04/2018).

Para analisarmos a importância das rendas petrolíferas na composição das receitas orçamentárias dos municípios beneficiários utilizamos como indicador o 'nível e dependência', estimado pelo quociente entre o valor total dos royalties e participações especiais percebidas, no numerador, e a receita total, no denominador. Para tanto utilizou-se dados disponibilizados na publicação 'Finanças dos Municípios Fluminenses' (2015), o mais recente da série que traz um repositório de informações relativas ao ano de 2014 para todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro.

TABELA 11: Municípios Selecionados – Royalties per capita e nível de dependência (2014)

Municípios selecionados	Royalties + Participações Especiais (R$) (2014) (1)	Receita Total (R$) (2014) (2)	Royalties Per capita*	Nível de Dependência
Arraial do Cabo	R$46.109.383,86	R$128.500.688,30	R$1.611,53	35,9
Cabo Frio	R$304.805.595,62	R$891.767.032,80	R$1.503,62	34,2
Campos dos Goytacazes	R$1.208.366.996,05	R$2.742.392.055,50	R$2.524,14	44,1
Macaé	R$542.656.871,95	R$2.211.850.564,60	R$2.386,97	24,5
Quissamã	R$95.103.720,48	R$251.726.713,60	R$4.114,31	37,8
S.F.do Itabapoana	R$8.870.044,88	R$108.242.597,50	R$214,98	8,2
São João da Barra	R$237.085.764,29	R$425.675.192,10	R$6.950,10	55,7

Fonte : (1) inforoyalties; (2) Finanças dos Municípios fluminenses (2015).

* Indicador calculado utilizando-se, no denominador, a população estimada para cada município, em 2014, utilizando-se a taxa de crescimento populacional para o período 2010-2017. A população de 2017, utilizada para estimativa da taxa foi obtida no IBGE Cidades.

Os dados apresentados na Tabela 11 indicam que, com exceção de São Francisco do Itabapoana e de Macaé, há uma parcela significativa das receitas municipais provenientes dos royalties e das participações especiais, evidenciando um *Nível de Dependência Elevado* com destaque à São João da Barra com 55,7 e Campos dos Goytacazes com 44,1. Esse indicador mostra a condição de vulnerabilidade das receitas municipais frente às oscilações dos preços do petróleo no mercado internacional e à produtividade dos poços. Em outras palavras, qualquer acontecimento – exógeno ou endógeno – que afete a produção do petróleo afetará, consequentemente, a receita destes municípios. Esta é exatamente a conjuntura com a qual nos deparamos no presente Projeto: devido à atual crise do

petróleo reduziu-se significativamente o volume de rendimentos petrolíferos repassados pela União aos municípios produtores, gerando uma fragilização da situação econômico-financeira destas municipalidades.

Se por um lado tais municípios possam ser privilegiados por acessarem algum rendimento derivado da atividade petrolífera, por outro lado, tratam-se de áreas de intensa desigualdade social. Essa conjuntura pode ser analisada por meio do indicador desigualdade de distribuição de renda, o Índice de Gini. Este indicador varia de 0 a 1, sendo 0 a situação hipotética de distribuição perfeitamente igualitária da renda e 1 a situação, igualmente hipotética, de distribuição completamente desigual. Os parâmetros servem de referência para analisar o padrão distributivo de renda em uma população, sendo que quanto maior o índice de Gini estimado, maior a desigualdade na distribuição de renda na sociedade estudada.

Observe-se que nos municípios estudados o padrão de concentração de renda não se alterou de forma significativa entre três décadas, de 1991 até 2010 (Tabela 12). Esse dado indica que o padrão distributivo atual pode não ser – e muito provavelmente não é – idêntico ao de 2010, mas pressupõe-se, pelo comportamento deste indicador que não houve mudanças abruptas – nem para melhor nem para pior – neste padrão de distribuição de renda no período. Em suma, o dado mostra que a renda permanece extremamente concentrada e que as maiores desigualdades são observadas nos municípios de Campos dos Goytacazes, de Macaé e de Cabo Frio. Destacou-se o município de Arraial do Cabo com a distribuição menos desigual.

TABELA 12: Municípios Selecionados – Índice de Gini (1991/2000/2010)

Municípios selecionados	1991	2000	2010
Arraial do Cabo	0,5001	0,5116	0,4808
Cabo Frio	0,5619	0,6022	0,5579
Campos dos Goytacazes	0,6228	0,5750	0,5756
Macaé	0,5753	0,5638	0,5664
Quissamã	0,5210	0,5209	0,5402
São Francisco de Itabapoana	...	0,6145	0,5210
São João da Barra	0,5048	0,5128	0,5102

Fonte: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def (acesso em 10/04/2018)

Outro importante indicador socioeconômico refere-se ao Grau de Alfabetização[20], apresentado na Tabela 13. Os dados mostram que em São Francisco do Itabapoana (79,3) e em São João da Barra (88,4%) o Grau de Alfabetização encontra-se relativamente baixo comparado aos demais municípios selecionados.

TABELA 13: Municípios Selecionados – Alfabetização e Grau de Alfabetização

Municípios selecionados	Alfabetização		População 20 anos ou +	Grau de Alfabetização
	Sim	Não		
Arraial do Cabo	18.483	869	19.352	95,5
Cabo Frio	118.935	6.851	125.786	94,6
Campos dos Goytacazes	292.979	23.706	316.685	92,5
Macaé	135.529	6.445	141.974	95,5
Quissamã	12.201	1.334	13.535	90,1
São Francisco do Itabapoana	22.004	5.737	27.741	79,3
São João da Barra	20.253	2.666	22.919	88,4

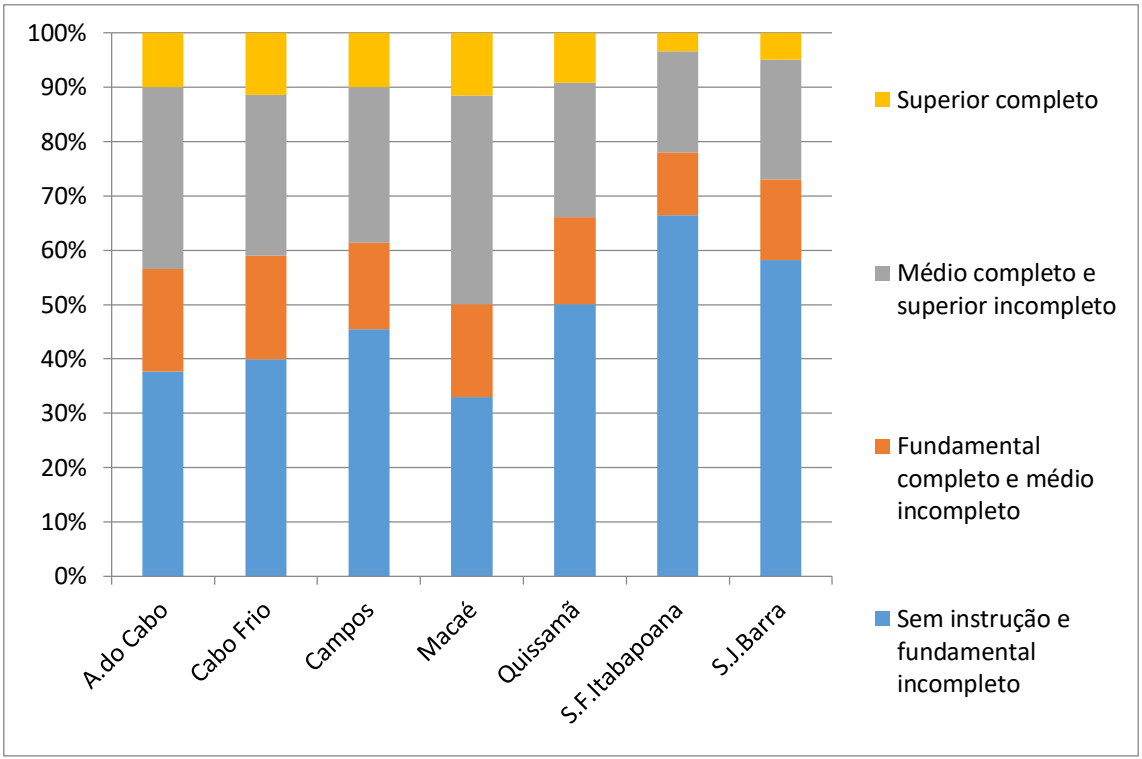
Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Além deste indicador, são apresentados dados referente ao nível de escolaridade da população residente nos municípios selecionados (Gráfico 5 e Tabela 14). Observa-se em todos os municípios um expressivo percentual de pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade baixa (sem instrução e fundamental incompleto), com destaque a São Francisco do Itabapoana (66,45%), São João da Barra (58,15%) e Quissamã (50,08%). Destacou-se Macaé por apresentar uma população mais escolarizada, um elevado percentual de população residente com 'ensino médio completo e superior incompleto' e com 'superior completo'. Somando estas duas categorias temos praticamente 50,0% da população macaense; ressaltando-se que há significativo número de Imigrantes, naquele município, os quais, segundo Souza, Campos e Terra (2012), têm escolaridade mais elevada comparativamente a dos não migrantes. Em Campos dos Goytacazes observou-se que, apesar de se destacar como importante polo

[20] Ressalta-se que para a estimativa deste indicador foram considerados os residentes com idade igual ou superior a 20 anos e o quesito censitário 'Sabe ler e escrever'.

de ensino e cidade universitária da região Norte, são mais de 60,0% de sua população residente atingiu como escolaridade máxima somente o 'ensino médio incompleto'.

GRÁFICO 5: Municípios Selecionados – Nível de escolaridade da população residente (2010)



Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

TABELA 14: Municípios Selecionados: Nível de escolaridade da população residente (2010)

Municípios selecionados	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Total
Arraial do Cabo	37,71	18,86	33,43	10,00	100,00
Cabo Frio	39,93	19,10	29,58	11,40	100,00
Campos dos Goytacazes	45,53	15,88	28,60	9,99	100,00
Macaé	32,96	17,14	38,33	11,58	100,00
Quissamã	50,08	15,96	24,73	9,23	100,00
São Francisco do Itabapoana	66,45	11,57	18,62	3,36	100,00
São João da Barra	58,15	14,94	22,03	4,88	100,00

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Outro indicador útil se avaliar o nível de desenvolvimento de diferentes populações é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), estimado pelo PNUD/Fundação João Pinheiro/Ipea. Trata-se de um indicador composto, constituído por 3 dimensões, a saber: *i) Longevidade* (medida pela expectativa de vida ao nascer, indiretamente estimada); *ii) Educação* (estimativa que considera a escolaridade da população adulta, medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo, e o fluxo escolar da população jovem, medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo); *iii) Renda* (medida pela renda per capita). O IDH-M varia entre 0 e 1.

Para a análise dos municípios utilizamos como referência a seguinte escala: i) de 0 a 0,499 caracteriza uma população com baixíssimo desenvolvimento humano; ii) de 0,500 a 0,599, com baixo desenvolvimento humano; iii) de 0,600 a 0,699, médio desenvolvimento humano; iv) de 0,700 a 0,799, desenvolvimento humano alto; e v) igual ou superior a 0,800, populações com desenvolvimento humano em patamar bastante elevado.

Os dados apresentados na Tabela 15 indicam uma significativa evolução deste indicador, o IDH-Ms, nos municípios selecionados entre os anos de 1991, de 2000 e de 2010. Destacou-se Quissamã, onde o indicador apresentou-se em 1991 como baixíssimo desenvolvimento (0,406) e, em 2010 um alto valor (0,704) que pode representar evolução no desenvolvimento humano no município. Observa-se que em São Francisco do Itabapoana e São João da Barra o indicador evoluiu de uma situação de baixíssimo para médio desenvolvimento humano nesse intervalo de tempo. E, por fim, indica em Arraial do Cabo, em Cabo Frio, em Campos dos Goytacazes e em Macaé também um movimento de evolução de uma situação de médio para alto desenvolvimento humano.

TABELA 15: Municípios Selecionados – IDH-M (1991, 2000, 2010)

Municípios selecionados/UF	1991	2000	2010
Arraial do Cabo	0,513	0,632	0,733
Cabo Frio	0,515	0,614	0,735
Campos dos Goytacazes	0,505	0,618	0,716
Macaé	0,534	0,665	0,764
Quissamã	0,406	0,561	0,704
São Francisco do Itabapoana	0,344	0,503	0,639
São João da Barra	0,484	0,548	0,671

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m. (Acesso 24-04-2018)

A seguir, é apresentado na Tabela 16 o dado do IDH-M decomposto por suas dimensões para cada município, no ano de 2010. Este dado mostra que o maior responsável pelos resultados do IDH-M nos municípios foi a 'Longevidade', seguida pela dimensão 'Renda' e, por último, pela 'Educação'.

TABELA 16: Municípios Selecionados – IDH-M – Decomposto por Renda, Longevidade e Educação (2010)

Municípios selecionados/UF	IDH-M	Renda	Longevidade	Educação
Arraial do Cabo	0,733	0,722	0,805	0,677
Cabo Frio	0,735	0,743	0,836	0,64
Campos dos Goytacazes	0,716	0,715	0,83	0,619
Macaé	0,764	0,792	0,828	0,681
Quissamã	0,704	0,698	0,821	0,61
São Francisco do Itabapoana	0,639	0,618	0,791	0,533
São João da Barra	0,671	0,686	0,8	0,551

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m. (Acesso 24-04-2018)

3.1.2.1 – Caracterização Socioeconômica das populações estudadas

Para a caracterização socioeconômica das populações estudadas são apresentados dados sobre a escolarização, situação perante o mercado de trabalho e de acesso a renda levantados na Base de Dados PEA Pescarte 2015-2016. É importante informar que as faixas de escolaridade definidas na Base de Dados do PEA Pescarte não coincidem com as definidas no Censo Demográfico do IBGE. E, em

nenhum dos casos – Censo Demográfico de 2010 do IBGE e Base de Dados PEA Pescarte – é possível estimar o indicador de escolaridade média, por não constar o dado relativa ao número de anos de estudo.

Inicialmente são analisados os dados sobre os níveis de escolaridade da população residente nas comunidades pesqueiras, apresentados nas Tabelas 17.a e 17.b. Os resultados indicam que, entre a população pesqueira, os níveis de escolaridade são ainda mais baixos comparativamente aos resultados para a população total dos municípios vista por meio dos dados do IBGE.

TABELA 17.a: Municípios Selecionados – Nível de Escolaridade da população residente nas comunidades pesqueiras (2015-2016)

Último grau/ano/série em que foi aprovado	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã	Total
Nunca estudou e não sabe ler nem escrever	105	29	184	87	20	24	19	468
Nunca estudou, mas sabe ler e escrever	34	14	39	26	6	25	14	158
Ensino fundamental incompleto	624	311	1.153	476	337	516	167	3.584
Ensino fundamental completo	78	52	154	46	79	120	23	552
Ensino médio incompleto	71	34	106	67	69	104	30	481
Ensino médio completo	127	93	265	100	155	221	30	991
Ensino superior incompleto	7	7	28	21	22	40	4	129
Ensino superior completo	10	10	35	12	28	42	4	141
Pós-graduação	3	3	4	1	4	4	2	21
Creche	1	0	2	0	0	0	0	3
Pré-escola	1	0	18	0	1	0	0	20
Não respondeu	11	2	8	4	4	14	0	43
Não sabe	18	17	39	31	48	70	1	224
Total	1.090	572	2.035	871	773	1.180	294	6.815

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - PEA PESCARTE (2015-2016)
Nota: Para a estimativa do nível de escolaridade, consideramos apenas os indivíduos com 20 anos ou mais de idade

TABELA 17.b: Municípios Selecionados – Distribuição relativa da população residente nas comunidades pesqueiras, segundo o nível de Escolaridade (2015-2016)

Último grau/ano/série em que foi aprovado	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã	Total
Nunca estudou e não sabe ler nem escrever	9,9	5,2	9,3	10,4	2,8	2,2	6,5	7,1
Nunca estudou, mas sabe ler e escrever	3,2	2,5	2,0	3,1	0,8	2,3	4,8	2,4
Ensino fundamental incompleto	58,8	56,2	58,0	56,9	46,7	47,1	57,0	54,7
Ensino fundamental completo	7,4	,94	7,7	5,5	11,0	10,9	7,8	8,4
Ensino médio incompleto	6,7	6,1	5,3	8,0	9,6	9,5	10,2	7,3
Ensino médio completo	12,0	16,8	13,3	12,0	21,5	20,2	10,2	15,1
Ensino superior incompleto	0,7	1,3	1,4	2,5	3,1	3,6	1,4	2,0
Ensino superior completo	0,9	1,8	1,8	1,4	3,9	3,8	1,4	2,2
Pós-graduação	0,3	0,5	0,2	0,1	0,6	0,4	0,7	0,3
Creche	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pré-escola	0,1	0,0	0,9	0,0	0,1	0,0	0,0	0,3
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto	1.061	553	1.988	836	721	1.096	293	6.548

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - PEA PESCARTE (2015-2016)

Nota:

1.Para a estimativa do nível de escolaridade, consideramos apenas os indivíduos com 20 anos ou mais de idade

2. % estimados considerando-se no denominador apenas os valores válidos (N, excluindo-se 'não sabe' e 'não respondeu'

Os dados mostram que em todos os municípios mais da metade da população pesqueira levantada no PEA-Pescarte possuía o ensino fundamental incompleto – considerando a agregação dos dados de pessoas analfabetas com as que possuem ensino fundamental incompleto. Neste interim, destacou-se a população pesqueira de Campos dos Goytacazes onde 58,8% detinham somente tal nível escolarização, seguido de São Francisco de Itabapoana (58,8%), Quissamã (57,7%) e São joão da Barra (56,9%). Enfim, os dados sobre a escolarização dessa população corroboram com as inferências de que mesmo

na pesca profissional, haja também basicamente indivíduos com baixos níveis de escolaridade, seja por falta de qualificação, seja por falta de outras oportunidades do mercado de trabalho.

A seguir são apresentados os resultados que expressam a situação no mercado de trabalho das populações pesqueiras- neste caso indicador produzido tem como parâmetro as pessoas com 10 anos ou mais de idade. Os dados mostram que predominantemente as pessoas residentes nas comunidades pesqueiras encontram-se na condição de trabalhadores autônomos (situação que atingiu em geral mais de 40,0% dessa população em cada uma das municipalidades). Essa situação de trabalhado relaciona-se, no Brasil, às condições instáveis de acesso à renda e precárias de exercício da atividade. Enfim, a Base de Dados do PEA Pescarte apontou que essa situação é aguda no setor da pesca artesanal, onde a maioria das ocupações são informalizadas desde a captura, ao beneficiamento até a comercialização. Pois, o modo como acessam o trabalho expressa também a condição de acesso à cidadania por parte dessas populações. Destacou-se também o relativo contingente de pessoas em situação de desemprego: 17,3% em Quissamã, 16,6% São Francisco do Itabapoana, e 14,6% em São João da Barra. (Tabela 18.a e 18.b).

TABELA 18.a: Municípios Selecionados – Situação no mercado de trabalho da população residente nas comunidades pesqueiras (2015-2016)

Situação no mercado de trabalho	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã	Total
Empregado com carteira assinada	89	98	130	112	120	213	25	787
Empregado sem carteira assinada	38	47	210	58	77	107	17	554
Autônomo	696	281	1.000	434	332	516	142	3.401
Desempregado	153	32	388	145	78	159	59	1.014
Bolsista	7	3	18	0	2	0	2	32
Aposentado/pensionista	61	13	137	67	82	129	30	519
Aposentado como pescador (inativo)	7	5	44	15	5	13	2	91
Aposentado como pescador (em atividade)	5	2	8	9	6	7	3	40
Desocupado	101	125	346	146	55	60	34	867
Estagiário	19	1	3	3	3	1	11	41
Funcionário público	1	6	21	0	8	10	3	49
Ajudante familiar sem remuneração	15	7	11	1	46	11	14	105

Empreendedor (dono de barco, atravessador)	2	29	5	3	4	1	0	44
Adolescente aprendiz (menor aprendiz)	1	0	12	1	0	38	0	52
Não respondeu	164	53	209	57	85	151	38	757
Não sabe	2	2	4	1	3	9	3	24
Total	1.361	704	2.546	1.052	906	1.425	383	8.377

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - PEA PESCARTE (2015-2016)
Nota: A situação do mercado de trabalho foi verificada apenas para indivíduos com 10 anos ou mais de idade, em qualquer setor de atividade.

TABELA 18.b: Municípios Selecionados – Distribuição relativa da população residente nas comunidades pesqueiras, segundo a situação no mercado de trabalho (2015-2016)

Situação no mercado de trabalho	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã	Total
Empregado com carteira assinada	7,4	15,1	5,6	11,3	14,7	16,8	7,3	10,4
Empregado sem carteira assinada	3,2	7,2	9,0	5,8	9,4	8,5	5,0	7,3
Autônomo	58,2	43,3	42,9	43,7	40,6	40,8	41,5	44,8
Desempregado	12,8	4,9	16,6	14,6	9,5	12,6	17,3	13,3
Bolsista	0,6	0,5	0,8	0,0	0,2	0,0	0,6	0,4
Aposentado/pensionista	5,1	2,0	5,9	6,7	10,0	10,2	8,8	6,8
Aposentado como pescador (inativo)	0,6	0,8	1,9	1,5	0,6	1,0	0,6	1,2
Aposentado como pescador (em atividade)	0,4	0,3	0,3	0,9	0,7	0,6	0,9	0,5
Desocupado	8,5	19,3	14,8	14,7	6,7	4,7	9,9	11,4
Estagiário	1,6	0,2	0,1	0,3	0,4	0,1	3,2	0,5
Funcionário público	0,1	0,9	0,9	0,0	1,0	0,8	0,9	0,6
Ajudante familiar sem remuneração	1,3	1,1	0,5	0,1	5,6	0,9	4,1	1,4
Empreendedor (dono de barco, atravessador)	0,2	4,5	0,2	0,3	0,5	0,1	0,0	0,6
Adolescente aprendiz (menor aprendiz)	0,1	0,0	0,5	0,1	0,0	3,0	0,0	0,7
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100
Total absoluto	1.195	649	2.333	994	818	1.265	342	7.596

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - PEA PESCARTE (2015-2016)

Notas
1. A situação do mercado de trabalho foi verificada apenas para indivíduos com 10 anos ou mais de idade, em qualquer setor de atividade

2. % estimados considerando-se no denominador apenas os valores válidos (N, exclusive 'não sabe' e 'não respondeu'

E por fim, apresentam-se as distribuições das populações pesqueiras dos municípios selecionados segundo faixas de rendimento na ocupação principal[21]. O indicador apontou que os rendimentos da atividade de pesca artesanal foram de baixa remuneração (Tabela 19.a e 19.b, Gráfico 6). Quando se considera o limite de até 1 salário mínimo de rendimento mensal, observa-se que: 45,1% das populações pesqueiras de Arraial do cabo atingiam até essa faixa de rendimento; 44,3% em São Francisco do Itabapoana; 43,0% em São João da Barra; 37,9 % em Campos dos Goytacazes.

Os rendimentos apresentaram-se um pouco mais elevado entre a população pesqueira de Cabo Frio, onde os que recebiam até 2 salários mínimos atingiu 40,3%. Em situação diferenciada destacou-se os rendimentos alcançados em Campos dos Goytacazes onde 16,6% tinham um rendimento de no máximo 2 salários mínimos.

TABELA 19.a: Municípios Selecionados – faixa de rendimento em salários mínimos da população ocupada e residente nas comunidades pesqueiras (2015-2016)

Faixa de rendimento na ocupação principal (em Salários Mínimos)	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã	Total
Até 1/4	146	3	123	31	11	8	5	327
Mais de 1/4 até 1/2	143	7	134	58	37	28	15	422
Mais de 1/2 até 1	256	91	486	201	204	193	57	1.488
Mais de 1 até 2	112	148	255	118	145	222	60	1.060
Mais de 2 até 3	16	63	54	37	34	58	15	277
Mais de 3 até 5	2	48	31	13	18	28	1	141
Mais de 5	1	27	14	9	3	14	0	68
Total (%)	211	78	301	159	101	309	51	1.210
Total absoluto	887	465	1.398	626	553	860	204	4.993

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - PEA PESCARTE (2015-2016)
Nota:
1.Rendimento dos indivíduos com 10 anos ou mais de idade que declararam as seguintes situações no mercado de trabalho: empregado com carteira assinada, empregado sem carteira, autônomo, bolsista, estagiário, funcionário público, empreendedor, jovem aprendiz.

2. Essa estimativa considera todos os indivíduos que declararam ocupação principal em qualquer setor de atividade.

[21] Para esta estimativa foram considerados todos os indivíduos – empregados com carteira assinada, com 10 anos ou mais de idade que informaram ao pesquisador auferirem, na ocupação principal, algum rendimento monetário. Para essa análise foram utilizadas as seguintes faixas de rendimento: até ¼ de salário mínimo, mais de ¼ até ½; mais de ½ até 1; mais de 1 até 2 ; mais de 2 até 3, mais de 3 até 5 e mais de 5 salários mínimos.

TABELA 19.b: Municípios Selecionados – Distribuição relativa da população ocupada residente nas comunidades pesqueiras, segundo a faixa de rendimento em salários mínimos (2015-2016)

Faixa de rendimento na ocupação principal	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã	Total
Até 1/4 SM	21,6	0,8	11,2	6,6	2,4	1,5	3,3	8,6
Mais de 1/4 até 1/2 SM	21,2	1,8	12,2	12,4	8,2	5,1	9,8	11,2
Mais de 1/2 até 1 SM	37,9	23,5	44,3	43,0	45,1	35,0	37,3	39,3
Mais de 1 até 2 SM	16,6	38,2	23,2	25,3	32,1	40,3	39,2	28,0
Mais de 2 até 3 SM	2,4	16,3	4,9	7,9	7,5	10,5	9,8	7,3
Mais de 3 até 5 SM	0,3	12,4	2,8	2,8	4,0	5,1	0,7	3,7
Mais de 5 SM	0,1	7,0	1,3	1,9	0,7	2,5	0,0	1,8
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto	676	387	1.097	467	452	551	153	3.783

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - PEA PESCARTE (2015-2016)

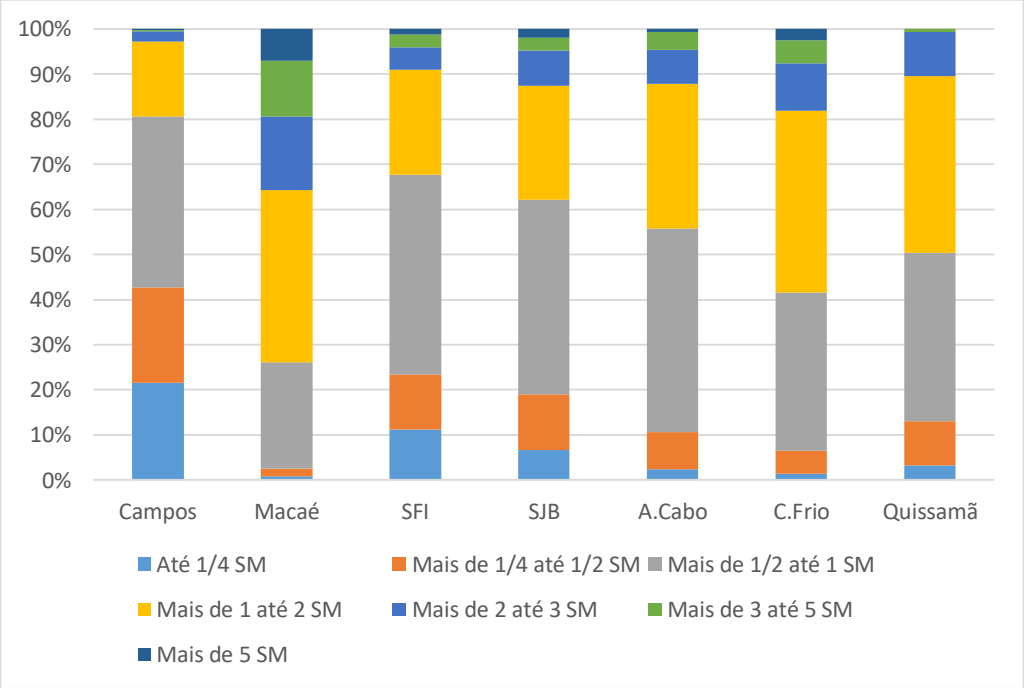
Nota

1.Rendimento dos indivíduos com 10 anos ou mais de idade que declararam as seguintes situações no mercado de trabalho: empregado com carteira assinada, empregado sem carteira, autônomo, bolsista, estagiário, funcionário público, empreendedor, jovem aprendiz.

2. Essa estimativa considera todos os indivíduos que declararam ocupação principal em qualquer setor de atividade.

3. % calculados considerando-se o total de respostas válidas (N, exclusive 'não sabe/não respondeu')

GRÁFICO 6: Municípios Selecionados: Distribuição relativa da população ocupada residente nas comunidades pesqueiras, segundo a faixa de rendimento em salários mínimos



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - PEA PESCARTE (2015-2016)

Nota: Gráfico elaborado a partir da Tabela 19.b

Referências:

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. 2015. Disponível em: . Acesso em 04 de agosto de 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2000). *Microdados do Censo demográfico de 1991*.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2000). *Microdados do Censo demográfico de 2000*.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). *Microdados do Censo demográfico de 2010*.

PEA –PESCARTE (2015-2016). *Microdados Base de Dados do Projeto de Educação Ambiental Pescarte.*

Anexo 3:

Atividade A3.1.3 - Elaboração de indicadores (simples e/ou compostos)

Descrição técnica dos indicadores utilizados:

Popu1ação Total: Refere-se ao número total de pessoas residentes e sua estrutura relativa, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Esse indicador expressa a magnitude do contingente demográfico e sua distribuição relativa. É utilizado em geral para dimensionar a população alvo, analisar as variações geográficas e temporais na distribuição de idades. Possui como limitação eventuais falhas de cobertura na coleta direta de dados demográficos, imprecisões inerentes a metodologia utilizada na elaboração de estimativas e projeções demográficas para períodos intercensitários. Na presente pesquisa teve como principal fonte o Censo Demográfico, realizado a cada 10 anos -1991, 2000 e 2010, e a Base de Dados PEA Pescarte 2015-2016. **Método de cálculo:** utilização direta da base de dados, expressando-se os resultados em números absolutos e relativos.

Taxa de crescimento da população: corresponde ao percentual de incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado. O valor da taxa refere-se a média anual obtida para um período de anos compreendido entre dois momentos, em geral correspondentes aos censos demográficos. A taxa indica o ritmo de crescimento populacional anual, sendo que essa taxa é influenciada pelas dinâmicas da natalidade, da mortalidade e das migrações. É utilizada para analisar variações geográficas e temporais do crescimento populacional. Possui como limitação as imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas a coleta de dados demográficos ou a metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais. Na presente pesquisa teve como principal fonte o Censo Demográfico, realizado a cada 10 anos -1991, 2000 e 2010, e a Base de Dados PEA Pescarte 2015-2016. **Método de cálculo:** As estimativas de crescimento da população são realizadas pelo método geométrico. Em termos técnicos, para se obter a taxa de crescimento (r), subtrai-se 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (Pt) e a população no começo do período considerado (P0), multiplicando-se o resultado por 100, sendo "n" igual ao número de anos no período.

Grau de urbanização: corresponde ao percentual da população residente em áreas urbanas, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Indica a proporção da população total que reside

em áreas urbanas, segundo a divisão político-administrativa estabelecida pelas administrações municipais. É utilizado para acompanhar o processo de urbanização da população brasileira, em diferentes espaços geográficos, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, para adequação e funcionamento da rede de serviços sociais e da infraestrutura urbana. Na presente pesquisa teve como principal fonte o Censo Demográfico. **Método de cálculo:** Esse indicador é produzido pelo cálculo do quociente entre a população urbana no numerador e a população total dos respectivos municípios no denominador, o resultado é multiplicado por 100.

Densidade Demográfica: A densidade demográfica ou populacional é expressa em habitantes por quilômetro quadrados ou habitantes por hectare. Ela é útil para análise do povoamento de determinado espaço geográfico frente a capacidade de suporte do meio ambiente, considerando, por exemplo, a disponibilidades de recursos naturais, ou a capacidade da infraestrutura instalada. Na presente pesquisa teve como principal fonte o Censo Demográfico. **Método de cálculo:** População residente (numerador), Extensão Territorial (denominador).

Produto Interno Bruto-PIB: Refere-se à medida do valor dos bens e serviços que um determinado território político, país, estado ou município produz num período, na agropecuária, indústria e serviços calculado e disponibilizado pelo IBGE. O PIB de cada município brasileiro reflete as mudanças, portanto, de forma singular e diferenciada, em função das suas estruturas setoriais internas, sendo o impacto das mudanças diferenciado em função das características das economias regionais e municipais. **Método de cálculo:** Trata-se de um cálculo complexo, no qual o IBGE coleta informações sobre agricultura, indústria e de todo o resto que não é nenhum dos dois - o chamado setor de serviços.

Produto Interno Bruto Per-capta: O PIB per capita é um indicador utilizado para a análise da macroeconomia, e tem como objetivo expressar os valores alcançados pela economia de um país, estado, município ou região. O PIB per capita é usado como indicador para mostrar a proporção da riqueza produzida segundo a quantidade de população residente em um determinado território, em um determinado tempo. Possui como limitação tratar-se de um média, por isso não mostra detalhadamente a desigualdade de acesso à renda por parte das pessoas. **Método de cálculo**: PIB per capita é o produto interno bruto dividido pela quantidade de habitantes de um determinado espaço geográfico.

Índice de Gini: Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). Possui como limitação as imprecisões da base

de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas a coleta de dados demográficos ou a metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais. **Método de cálculo:** no caso específico do cálculo do PIB dos Municípios, mede o grau de desigualdade existente na distribuição dos municípios segundo o valor adicionado bruto de cada município. Seu valor varia de zero, caso em que não há desigualdade, ou seja, o valor adicionado bruto é o mesmo para todos os municípios, até um, quando a desigualdade é máxima (apenas um município detém o valor adicionado bruto total e o valor adicionado bruto de todos os outros municípios é nulo). O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDH-M: Em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda - conta um pouco da história dos municípios, estados e regiões metropolitanas em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira. A fonte é o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Método de Cálculo**: realizado a partir das informações dos 3 últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 – e conforme a malha municipal existente em 2010. Esse último requisito exigiu, para efeito de comparabilidade intertemporal, minucioso trabalho de compatibilização das malhas municipais existentes em 1991 e 2000 com a de 2010. Posterior ao IDHM dos municípios brasileiros, as três instituições assumiram o novo desafio de calcular o IDHM a nível intramunicipal das regiões metropolitanas do país – desta vez, para as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH).

Razão de sexo: representa o número de homens para cada grupo de 100 mulheres, na população residente em um determinado espaço geográfico, em um tempo considerado. Esse indicador expressa a relação quantitativa entre os sexos. Se igual a 100, o número de homens e de mulheres se equivalem; acima de 100, há predominância de homens e, abaixo, predominância de mulheres. O indicador é influenciado por taxas de migração e de mortalidade diferenciadas por sexo e idade. Sendo útil para

analisar variações geográficas e temporais na distribuição de uma determinada população por sexo, para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, na compreensão de fenômenos sociais relacionados a essa distribuição como migrações, mercado de trabalho, organização familiar, morbimortalidade e identificar necessidades de estudos de gênero sobre os fatores condicionantes das variações encontradas. Possui como limitação as imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas a coleta de dados demográficos ou a metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais. Na presente pesquisa teve como principal fonte o Censo Demográfico, realizado a cada 10 anos -1991, 2000 e 2010, e a Base de Dados PEA Pescarte 2015-2016. **Método de cálculo:** Número de residentes do sexo masculino (no numerador), Número de residentes do sexo feminino (no denominador), o resultado é multiplicado por 100.

Razão idoso/criança: representa a proporção de idosos na população em relação ao número de crianças residentes em um determinado espaço geográfico em um determinado tempo considerado. Indica o ritmo de envelhecimento da população. O crescimento da população de idosos está associado a redução das taxas de fecundidade e de natalidade e ao aumento da esperança de vida. É útil para analisar as variações geográficas e temporais na distribuição de idosos para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas a saúde, previdência. Possui como limitação as imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas a coleta de dados demográficos ou a metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais. Na presente pesquisa teve como principal fonte o Censo Demográfico, realizado a cada 10 anos -1991, 2000 e 2010, e a Base de Dados PEA Pescarte 2015-2016. **Método de cálculo:** Número de pessoas residentes de 60 e mais anos de idade (numerador), população total de pessoas residentes com 12 anos ou menos de idade (denominador), o resultado multiplica-se por 100.

Nível de Dependência: refere-se a um indicador utilizado para a análise da importância das rendas petrolíferas na composição das receitas orçamentárias dos municípios selecionados. Esse indicador justifica-se em consideração a Lei 9.478/97, conhecida como ‘Lei do Petróleo’, na qual os municípios produtores são beneficiários das rendas petrolíferas: Royalties e Participações Especiais. **Método de cálculo:** indicador estimado pelo quociente entre o valor total dos royalties e participações especiais percebidas, no numerador, e a receita total, no denominador. Esse quociente indica o

percentual da receita total dos municípios devido às rendas petrolíferas. Para tanto foram utilizados os dados disponibilizados na publicação 'Finanças dos Municípios Fluminenses' (2015), o mais recente da série, que disponibiliza informações para todos os municípios do estado do Rio de Janeiro, para o ano de 2014.

Referências:

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. 2015. Disponível em: . Acesso em 04 de agosto de 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2000). *Microdados do Censo demográfico de 1991*.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2000). *Microdados do Censo demográfico de 2000*.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). *Microdados do Censo demográfico de 2010*.

MEC/Inep. **Dicionário de Indicadores Educacionais**. Brasília: o Instituto, 2004.
PEA –PESCARTE (2015-2016). *Microdados Base de Dados do Projeto de Educação Ambiental Pescarte.*

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil**: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.349 p.

Anexo 4:

Atividade A3.2.1 - Identificação das ocupações principais quando for o caso, que homens e mulheres exercem no mercado da pesca.

Os resultados apontam destaque para o município de Arraial do Cabo, no qual tanto homens (67,1%) quanto mulheres (24,2%) exerciam a ocupação de 'Pescador(a) (camarada)'. Nos demais municípios o percentual de mulheres exercendo essa ocupação atingiu no máximo 33,0% (São João da Barra). No conjunto dos municípios os homens concentram-se mais nesta ocupação. A atividade 'Pescador de canoa' também apresentou-se como importante no conjunto de ocupações principais exercidas por mulheres. Entre os homens, comparativamente às mulheres a ocupação de 'Dono de Barco' é mais expressiva.

Dos demais municípios destacou-se Campos dos Goytacazes onde as mulheres desempenham a ocupação de 'Marisqueiro(a)' (31,8%), 'seguida de 'Pescador(a) (camarada)' (20,8%) e de Filetador(a) (8,2%). Em São Francisco do Itabapoana identifica-se o mesmo comportamento, onde a ocupação feminina na pesca mais expressiva foi a de marisqueira com 17,9% do total, seguida de pescadoras camaradas (16,7%) e descascadoras com 8,5% do total. Em Cabo Frio, a ocupação de 'Descascador' (13,7%) destacou-se mais entre as mulheres.

Em geral, os resultados indicam que, embora mulheres e os homens possam desempenhar as mesmas ocupações, como visto no caso de 'Pescador Camarada' e outras, no conjunto de ocupações exercidas por elas se concentram mais em algumas ocupações das etapas de beneficiamento do pescado tais como Marisqueiro(a), Descascador(a), Filetador(a), Catador(a), enquanto os homens concentram-se mais na etapa de captura do pescado visto pela ocupação "Pescador(a) (camarada)', bem como noutros ramos mais valorizados do mercado pesqueiro como 'Dono de Barco que não pesca', 'Mestre(a)'. Embora os dados ainda devam ser confrontados com os resultados da pesquisa de campo, eles já anunciam importantes características das populações pesqueiras no que se refere a distribuição das ocupações principais exercidas por homens e por mulheres no mercado da pesca (Tabela 1). Entretanto, a pesquisa qualitativa pode trazer novas informações, que em alguns casos podem contestar os dados, visto o pequeno número de mulheres respondentes ao questionário Pescarte.

TABELA 1: Municípios Selecionados: Ocupação principal exercidas por de homens e mulheres que trabalham na pesca – 2015-2016

Campos dos Goytacazes						
Ocupação Principal	Absoluto			%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Pescador(a) (camarada)	296	96	392	52,2	20,8	38,1
Mestre(a)	8	0	8	1,4	0,0	0,8
Catador(a)	4	10	14	0,7	2,2	1,4
Aquicultor(a)	2	0	2	0,4	0,0	0,2
Mantenedor(a) de barco	3	1	4	0,5	0,2	0,4
Dono(a) de barco que não pesca	8	2	10	1,4	0,4	1,0
Dono(a) de barco e pescador(a)	19	2	21	3,4	0,4	2,0
Gelador(a)	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Marisqueiro(a)	7	147	154	1,2	31,8	15,0
Descascador(a)	3	8	11	0,5	1,7	1,1
Filetador(a)	1	38	39	0,2	8,2	3,8
Cozinheiro(a) de barco de pesca	2	6	8	0,4	1,3	0,8
Pescador(a) de canoa	90	34	124	15,9	7,4	12,1
Atravessador(a)	9	3	12	1,6	0,6	1,2
Mantenedor(a) de petrechos de pesca	4	0	4	0,7	0,0	0,4
Pescador(a) afastado(a) temporariamente	4	3	7	0,7	0,6	0,7
Serviços Gerais de Comércio de Peixe	2	4	6	0,4	0,9	0,6
Vigia de Maré						
Administração da Colônia/Associação						
Preparo/Cozimento	0	1	1	0,0	0,2	0,1
Outras profissões não ligadas a pesca	105	107	212	18,5	23,2	20,6
Total	567	462	1029	100,0	100,0	100,0

Macaé						
Ocupação Principal	Absoluto			%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Pescador(a) (camarada)	187	3	190	51,7	2,2	38,0
Mestre(a)	18	0	18	5,0	0,0	3,6
Catador(a)	1	0	1	0,3	0,0	0,2
Aquicultor(a)	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Mantenedor(a) de barco	4	0	4	1,1	0,0	0,8
Dono(a) de barco que não pesca	13	0	13	3,6	0,0	2,6
Dono(a) de barco e pescador(a)	70	2	72	19,3	1,4	14,4
Gelador(a)	1	0	1	0,3	0,0	0,2
Marisqueiro(a)	3	3	6	0,8	2,2	1,2
Descascador(a)	1	8	9	0,3	5,8	1,8
Filetador(a)	2	6	8	0,6	4,3	1,6
Cozinheiro(a) de barco de pesca	4	0	4	1,1	0,0	0,8
Pescador(a) de canoa	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Atravessador(a)	2	0	2	0,6	0,0	0,4
Mantenedor(a) de petrechos de pesca	2	1	3	0,6	0,7	0,6
Pescador(a) afastado(a) temporariamente	7	0	7	1,9	0,0	1,4

Serviços Gerais de Comércio de Peixe	3	1	4	0,8	0,7	0,8
Vigia de Maré	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Administração da Colônia/Associação	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Preparo/Cozimento	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Outras profissões não ligadas a pesca	44	114	158	12,2	82,6	31,6
Total	362	138	500	100,0	100,0	100,0

São Francisco do Itabapoana

Ocupação Principal	Absoluto			%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Pescador(a) (camarada)	444	114	558	41,0	16,7	31,6
Mestre(a)	81	0	81	7,5	0,0	4,6
Catador(a)	17	32	49	1,6	4,7	2,8
Aquicultor(a)	5	1	6	0,5	0,1	0,3
Mantenedor(a) de barco	4	0	4	0,4	0,0	0,2
Dono(a) de barco que não pesca	28	1	29	2,6	0,1	1,6
Dono(a) de barco e pescador(a)	57	1	58	5,3	0,1	3,3
Gelador(a)	8	0	8	0,7	0,0	0,5
Marisqueiro(a)	8	122	130	0,7	17,9	7,4
Descascador(a)	3	58	61	0,3	8,5	3,5
Filetador(a)	4	33	37	0,4	4,8	2,1
Cozinheiro(a) de barco de pesca	4	3	7	0,4	0,4	0,4
Pescador(a) de canoa	143	55	198	13,2	8,1	11,2
Atravessador(a)	14	1	15	1,3	0,1	0,8
Mantenedor(a) de petrechos de pesca	5	5	10	0,5	0,7	0,6
Pescador(a) afastado(a) temporariamente	62	34	96	5,7	5,0	5,4
Serviços Gerais de Comércio de Peixe	6	2	8	0,6	0,3	0,5
Vigia de Maré	1	0	1	0,1	0,0	0,1
Administração da Colônia/Associação	0	2	2	0,0	0,3	0,1
Preparo/Cozimento	1	2	3	0,1	0,3	0,2
Outras profissões não ligadas a pesca	189	217	406	17,4	31,8	23,0
Total	1084	683	1767	100	100	100

São João da Barra

Ocupação Principal	Absoluto			%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Pescador(a) (camarada)	261	32	293	55,2	33,0	51,4
Mestre(a)	30	0	30	6,3	0,0	5,3
Catador(a)	2	1	3	0,4	1,0	0,5
Aquicultor(a)	1	0	1	0,2	0,0	0,2
Mantenedor(a) de barco	10	2	12	2,1	2,1	2,1
Dono(a) de barco que não pesca	15	2	17	3,2	2,1	3,0
Dono(a) de barco e pescador(a)	50	2	52	10,6	2,1	9,1
Gelador(a)	1	0	1	0,2	0,0	0,2
Marisqueiro(a)	0	8	8	0,0	8,2	1,4
Descascador(a)	1	7	8	0,2	7,2	1,4
Filetador(a)	0	19	19	0,0	19,6	3,3
Cozinheiro(a) de barco de pesca	0	0	0	0,0	0,0	0,0

Pescador(a) de canoa	42	5	47	8,9	5,2	8,2
Atravessador(a)	2	3	5	0,4	3,1	0,9
Mantenedor(a) de petrechos de pesca	18	4	22	3,8	4,1	3,9
Pescador(a) afastado(a) temporariamente	31	3	34	6,6	3,1	6,0
Serviços Gerais de Comércio de Peixe	9	7	16	1,9	7,2	2,8
Vigia de Maré	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Administração da Colônia/Associação	0	1	1	0,0	1,0	0,2
Preparo/Cozimento	0	1	1	0,0	1,0	0,2
Outras profissões não ligadas a pesca	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Total	473	97	570	100,0	100,0	100,0

Arraial do Cabo

Ocupação Principal	Absoluto			%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Pescador(a) (camarada)	300	50	350	67,1	24,2	53,5
Mestre(a)	7	0	7	1,6	0,0	1,1
Catador(a)	2	4	6	0,4	1,9	0,9
Aquicultor(a)	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Mantenedor(a) de barco	5	0	5	1,1	0,0	0,8
Dono(a) de barco que não pesca	6	0	6	1,3	0,0	0,9
Dono(a) de barco e pescador(a)	38	2	40	8,5	1,0	6,1
Gelador(a)	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Marisqueiro(a)	5	2	7	1,1	1,0	1,1
Descascador(a)	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Filetador(a)	1	6	7	0,2	2,9	1,1
Cozinheiro(a) de barco de pesca	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Pescador(a) de canoa	2	0	2	0,4	0,0	0,3
Atravessador(a)	0	1	1	0,0	0,5	0,2
Mantenedor(a) de petrechos de pesca	1	0	1	0,2	0,0	0,2
Pescador(a) afastado(a) temporariamente	8	4	12	1,8	1,9	1,8
Serviços Gerais de Comércio de Peixe	2	0	2	0,4	0,0	0,3
Vigia de Maré	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Administração da Colônia/Associação	0	1	1	0,0	0,5	0,2
Preparo/Cozimento	0	1	1	0,0	0,5	0,2
Outras profissões não ligadas a pesca	70	136	206	15,7	65,7	31,5
Total	447	207	654	100	100	100

Cabo Frio

Ocupação Principal	Absoluto			%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Pescador(a) (camarada)	288	23	311	44,7	5,5	29,3
Mestre(a)	26	0	26	4,0	0,0	2,5
Catador(a)	7	5	12	1,1	1,2	1,1
Aquicultor(a)	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Mantenedor(a) de barco	7	0	7	1,1	0,0	0,7
Dono(a) de barco que não pesca	7	0	7	1,1	0,0	0,7
Dono(a) de barco e pescador(a)	61	1	62	9,5	0,2	5,8
Gelador(a)	2	0	2	0,3	0,0	0,2

Marisqueiro(a)	2	13	15	0,3	3,1	1,4
Descascador(a)	5	57	62	0,8	13,7	5,8
Filetador(a)	6	17	23	0,9	4,1	2,2
Cozinheiro(a) de barco de pesca	3	1	4	0,5	0,2	0,4
Pescador(a) de canoa	70	9	79	10,9	2,2	7,4
Atravessador(a)	9	1	10	1,4	0,2	0,9
Mantenedor(a) de petrechos de pesca	5	1	6	0,8	0,2	0,6
Pescador(a) afastado(a) temporariamente	22	2	24	3,4	0,5	2,3
Serviços Gerais de Comércio de Peixe	11	6	17	1,7	1,4	1,6
Vigia de Maré	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Administração da Colônia/Associação	2	1	3	0,3	0,2	0,3
Preparo/Cozimento	0	2	2	0,0	0,5	0,2
Outras profissões não ligadas a pesca	111	278	389	17,2	66,7	36,7
Total	644	417	1061	100,0	100,0	100,0

Quissamã

Ocupação Principal	Absoluto			%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Pescador(a) (camarada)	100	21	121	59,9	22,6	46,5
Mestre(a)	8	0	8	4,8	0,0	3,1
Catador(a)	1	1	2	0,6	1,1	0,8
Aquicultor(a)	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Mantenedor(a) de barco	1	0	1	0,6	0,0	0,4
Dono(a) de barco que não pesca	2	0	2	1,2	0,0	0,8
Dono(a) de barco e pescador(a)	5	2	7	3,0	2,2	2,7
Gelador(a)	1	0	1	0,6	0,0	0,4
Marisqueiro(a)	0	4	4	0,0	4,3	1,5
Descascador(a)	0	2	2	0,0	2,2	0,8
Filetador(a)	1	6	7	0,6	6,5	2,7
Cozinheiro(a) de barco de pesca	2	1	3	1,2	1,1	1,2
Pescador(a) de canoa	22	3	25	13,2	3,2	9,6
Atravessador(a)	3	0	3	1,8	0,0	1,2
Mantenedor(a) de petrechos de pesca	1	0	1	0,6	0,0	0,4
Pescador(a) afastado(a) temporariamente	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Serviços Gerais de Comércio de Peixe	0	2	2	0,0	2,2	0,8
Vigia de Maré	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Administração da Colônia/Associação	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Preparo/Cozimento	0	1	1	0,0	1,1	0,4
Outras profissões não ligadas a pesca	20	50	70	12,0	53,8	26,9
Total	167	93	260	100,0	100,0	100,0

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - PEA PESCARTE (2015-2016)

Nota: Os dados levam em conta apenas as ocupações principais ligadas à cadeia produtiva da pesca, excluindo, portanto, aqueles que mencionaram possuir como ocupação principal uma atividade que não esteja ligada à atividade pesqueira.

Identificação das ocupações secundárias, quando for o caso, que homens e mulheres exercem no mercado da pesca.

Em geral os dados mostram que as mulheres ocupadas no mercado da pesca e que desempenhavam outra ocupação secundária encontravam-se predominantemente envolvidas em ocupações secundárias tais como 'Empregada Doméstica', 'Comerciante', 'Artesã'. Também foram expressivas as mulheres que declararam 'Aposentada' e 'Do Lar' como ocupação secundária. Outras ocupações menos expressivas entre as mulheres foram 'Manicure', 'Costureira', 'Cozinheira', 'Cabeleireira', 'Carpinteira', 'Doceira', 'Salgadeira' (Tabela 2). Entre os homens ocupados no mercado da pesca e que desempenhavam outra ocupação secundária destacaram-se as ocupações de 'Comerciante', 'Ajudante de Pedreiro', 'Pedreiro', 'Agricultor', 'Pintor residencial' e 'Carpinteiro'.

Quando se observa em cada município, identifica-se a mesma tendência geral. Destacaram-se em Campos dos Goytacazes as ocupações de 'Empregada Doméstica' (34,1%) e de 'Comerciante' (22,7%) entre as mulheres, enquanto os homens encontravam-se mais nas ocupações de 'Ajudante de Pedreiro' (16,7%), 'Agricultor' (16,7%). Em Macaé não houve nenhum caso segundo a base consultada. Chamaram a atenção as mulheres em São João da Barra exercendo a ocupação de 'Artesã' (28,6%), e de 'Comerciante' (28,6%). Destacou-se em Cabo Frio a ocupação secundária de 'Empregada Doméstica' (25%) entre as mulheres.

As ocupações secundárias são muito diversas e os dados mostram que os homens exercem mais tipos de ocupações secundárias comparativamente às mulheres. Além disso, observa-se também uma tendência de as mulheres exercerem ocupações tradicionalmente/culturalmente estabelecidas como femininas tais como "Empregada Doméstica', 'Do Lar', 'Manicure', 'Costureira', 'Cozinheira', 'Cabeleireira', 'Carpinteira', 'Doceira'. E, embora haja uma 'Gerente' entre as mulheres, não havia entre elas ocupações secundárias mais valorizadas e que exigem um nível técnico ou superior de formação tais como 'Advogado', 'Profissional da Educação Física' ou 'Radiologista'.

Enfim, os resultados apontam que as ocupações secundárias exercidas por homens e por mulheres ocupadas no mercado da pesca são muito variadas e em grande maioria trabalhos informais, ocupações que podem ser realizadas concomitantemente à ocupação principal, tais como 'Manicure', 'Doceira', 'Salgadeira', 'Artesã'. Em muitos casos as ocupações secundárias assumem quase que uma dimensão de biscate, algo que pode ser feito sem causar danos à administração da rotina da casa, da

jornada de trabalho e do âmbito do doméstico. E, de um modo geral tanto homens quanto mulheres encontravam-se em ocupações secundárias braçais, ou seja, ocupações que são aprendidas na prática e não exigem cursos ou formação prévia, fator que evidencia tratar-se mesmo de complementação da renda, inclusive em período de proibição da pesca por parte dos órgãos fiscalizadores (Tabela 2). Na análise dos dados final seria interessante cruzar com dados de pesquisas, por exemplo, as que tratam do projeto de qualificação profissional "Mulheres Mil" oferecido em parceria com o IFFluminense, que qualifica as mulheres mas sem romper com os papeis historicamente determinados.

TABELA 2: Municípios Selecionados: Ocupações Secundárias exercidas por homens e mulheres que trabalham na pesca (2015-2016)

CAMPOS DOS GOYTACAZES						
	Absoluto			%		
Ocupação secundária	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Advogado(a)	1	1	2	1,2	2,3	1,6
Agricultor(a)	14	2	16	16,7	4,5	12,5
Ajudante De Pedreiro	14	1	15	16,7	2,3	11,7
Artesão	1	2	3	1,2	4,5	2,3
Atravessador De Produtos Agricolas	1	0	1	1,2	0,0	0,8
Auxiliar Administrativo	1	0	1	1,2	0,0	0,8
Auxiliar De Serviços Gerais	8	0	8	9,5	0,0	6,3
Barbeiro	1	0	1	1,2	0,0	0,8
Carpinteiro	3	0	3	3,6	0,0	2,3
Comerciante	11	10	21	13,1	22,7	16,4
Costureiro(a)	0	4	4	0,0	9,1	3,1
Cozinheiro(a)	1	1	2	1,2	2,3	1,6
Do Lar	0	3	3	0,0	6,8	2,3
Eletricista	1	0	1	1,2	0,0	0,8
Empregado(a) Doméstico(a)	2	15	17	2,4	34,1	13,3
Garçom	1	0	1	1,2	0,0	0,8
Manicure	0	1	1	0,0	2,3	0,8
Marceneiro(a)	1	0	1	1,2	0,0	0,8
Mecânico(a)	2	0	2	2,4	0,0	1,6
Merendeira	0	1	1	0,0	2,3	0,8
Motorista	4	0	4	4,8	0,0	3,1
Pedreiro(a)	9	1	10	10,7	2,3	7,8
Salgadeira	0	1	1	0,0	2,3	0,8
Serviços Diversos	5	1	6	6,0	2,3	4,7
Tratorista	1	0	1	1,2	0,0	0,8
Vigilante	1	0	1	1,2	0,0	0,8
Zelador(a)	1	0	1	1,2	0,0	0,8

Total	84	44	128	100,0	100,0	100,0

MACAÉ

	Absoluto			%		
Ocupação secundária	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Ajudante de pedreiro	1	0	1	2,4	0,0	2,2
Aposentado(a)	1	0	1	2,4	0,0	2,2
Calafate	2	0	2	4,8	0,0	4,3
Caminhoneiro	1	0	1	2,4	0,0	2,2
Carpinteiro	4	0	4	9,5	0,0	8,7
Comerciante	5	4	9	11,9	100,0	19,6
Copeiro	1	0	1	2,4	0,0	2,2
Do lar	1	0	1	2,4	0,0	2,2
Eletricista	2	0	2	4,8	0,0	4,3
Eletrotécnico(a)	1	0	1	2,4	0,0	2,2
Empresario	1	0	1	2,4	0,0	2,2
Guarda-vidas	1	0	1	2,4	0,0	2,2
Mergulhador	1	0	1	2,4	0,0	2,2
Operador(a) de maquinas	2	0	2	4,8	0,0	4,3
Pastor	1	0	1	2,4	0,0	2,2
Pedreiro(a)	7	0	7	16,7	0,0	15,2
Pintor(a) residencial	2	0	2	4,8	0,0	4,3
Pintura naval	3	0	3	7,1	0,0	6,5
Radiologista	1	0	1	2,4	0,0	2,2
Reciclador(a)	1	0	1	2,4	0,0	2,2
Servidor(a) público(a)	2	0	2	4,8	0,0	4,3
Triatleta	1	0	1	2,4	0,0	2,2
Total	42	4	46	100,0	100,0	100,0

SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA

	Absoluto			%		
Ocupação secundária	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Abertura de poços	1	0	1	0,6	0,0	0,4
Agricultor(a)	21	1	22	11,7	1,0	7,7
Ajudante de motorista	1	0	1	0,6	0,0	0,4
Ajudante de pedreiro	32	1	33	17,9	1,0	11,6
Aposentado(a)	1	1	2	0,6	1,0	0,7
Artesão	1	9	10	0,6	8,6	3,5
Auxiliar de serviços gerais	7	4	11	3,9	3,8	3,9
Calafate	3	0	3	1,7	0,0	1,1
Carpinteiro	2	0	2	1,1	0,0	0,7
Caseiro(a)	0	1	1	0,0	1,0	0,4
Comerciante	20	14	34	11,2	13,3	12,0
Costureiro(a)	0	5	5	0,0	4,8	1,8
Cozinheiro(a)	0	1	1	0,0	1,0	0,4
Do lar	0	31	31	0,0	29,5	10,9

Doceira	0	1	1	0,0	1,0	0,4
Eletricista	2	0	2	1,1	0,0	0,7
Empregado(a) doméstico(a)	1	16	17	0,6	15,2	6,0
Estudante	15	12	27	8,4	11,4	9,5
Gerente	0	1	1	0,0	1,0	0,4
Manicure	0	4	4	0,0	3,8	1,4
Marceneiro(a)	1	0	1	0,6	0,0	0,4
Mecanico de barco	1	0	1	0,6	0,0	0,4
Mecânico(a)	6	0	6	3,4	0,0	2,1
Motorista	1	0	1	0,6	0,0	0,4
Pastor	1	0	1	0,6	0,0	0,4
Pedreiro(a)	43	0	43	24,0	0,0	15,1
Pintor(a) residencial	4	0	4	2,2	0,0	1,4
Pintura naval	1	0	1	0,6	0,0	0,4
Professor(a)	0	1	1	0,0	1,0	0,4
Salgadeira	0	2	2	0,0	1,9	0,7
Salineiro(a)	1	0	1	0,6	0,0	0,4
Serralheiro	1	0	1	0,6	0,0	0,4
Serviços diversos	5	0	5	2,8	0,0	1,8
Servidor(a) público(a)	1	0	1	0,6	0,0	0,4
Taifeiro	3	0	3	1,7	0,0	1,1
Taxista	1	0	1	0,6	0,0	0,4
Vigilante	2	0	2	1,1	0,0	0,7
Total	179	105	284	100,0	100,0	100,0

SÃO JOÃO DA BARRA

	Absoluto			%		
Ocupação secundária	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Agricultor(a)	9	1	10	13,8	4,8	11,6
Ajudante de pedreiro	8	0	8	12,3	0,0	9,3
Artesão	3	6	9	4,6	28,6	10,5
Auxiliar de serviços gerais	6	1	7	9,2	4,8	8,1
Bombeiro civil	1	0	1	1,5	0,0	1,2
Bombeiro hidráulico	1	0	1	1,5	0,0	1,2
Borracheiro	2	0	2	3,1	0,0	2,3
Carpinteiro	1	0	1	1,5	0,0	1,2
Caseiro(a)	1	0	1	1,5	0,0	1,2
Comerciante	3	6	9	4,6	28,6	10,5
Do lar	0	4	4	0,0	19,0	4,7
Doceira	0	1	1	0,0	4,8	1,2
Eletricista	1	0	1	1,5	0,0	1,2
Empregado(a) doméstico(a)	0	1	1	0,0	4,8	1,2
Estudante	2	0	2	3,1	0,0	2,3
Marceneiro(a)	1	0	1	1,5	0,0	1,2
Marinheiro(a)	1	0	1	1,5	0,0	1,2

Motorista	1	0	1	1,5	0,0	1,2
Pastor	1	0	1	1,5	0,0	1,2
Pecuarista	1	0	1	1,5	0,0	1,2
Pedreiro(a)	14	1	15	21,5	4,8	17,4
Pintor(a) industrial	1	0	1	1,5	0,0	1,2
Pintor(a) residencial	2	0	2	3,1	0,0	2,3
Serviços diversos	4	0	4	6,2	0,0	4,7
Vigilante	1	0	1	1,5	0,0	1,2
Total	65	21	86	100,0	100,0	100,0

ARRAIAL DO CABO

	Absoluto			%		
Ocupação secundária	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Abertura de poços	2	0	2	1,6	0,0	1,3
Agricultor(a)	1	0	1	0,8	0,0	0,6
Ajudante de pedreiro	19	1	20	15,2	3,1	12,7
Aposentado(a)	2	0	2	1,6	0,0	1,3
Artesão	2	2	4	1,6	6,3	2,5
Auxiliar administrativo	1	0	1	0,8	0,0	0,6
Auxiliar de serviços gerais	6	4	10	4,8	12,5	6,4
Cabeleireira	1	1	2	0,8	3,1	1,3
Calafate	1	0	1	0,8	0,0	0,6
Carpinteiro	2	1	3	1,6	3,1	1,9
Caseiro(a)	1	1	2	0,8	3,1	1,3
Comerciante	10	3	13	8,0	9,4	8,3
Cuidador(a) de idosos	0	1	1	0,0	3,1	0,6
Do lar	0	7	7	0,0	21,9	4,5
Empregado(a) doméstico(a)	0	2	2	0,0	6,3	1,3
Empresario	1	0	1	0,8	0,0	0,6
Estudante	1	2	3	0,8	6,3	1,9
Guarda	1	0	1	0,8	0,0	0,6
Guarda marítimo	5	0	5	4,0	0,0	3,2
Guarda-vidas	2	0	2	1,6	0,0	1,3
Guia turístico	4	0	4	3,2	0,0	2,5
Manicure	0	2	2	0,0	6,3	1,3
Marinheiro(a)	3	1	4	2,4	3,1	2,5
Mecânico(a)	2	0	2	1,6	0,0	1,3
Motorista	2	1	3	1,6	3,1	1,9
Pedreiro(a)	32	0	32	25,6	0,0	20,4
Pesca esportiva	1	1	2	0,8	3,1	1,3
Pintor(a) industrial	2	0	2	1,6	0,0	1,3
Pintor(a) residencial	3	0	3	2,4	0,0	1,9
Profissional de educação física	1	0	1	0,8	0,0	0,6
Reciclador(a)	1	1	2	0,8	3,1	1,3
Salineiro(a)	2	1	3	1,6	3,1	1,9

Serviços diversos	5	0	5	4,0	0,0	3,2
Servidor(a) público(a)	2	0	2	1,6	0,0	1,3
Trabalha com passeio de barco	1	0	1	0,8	0,0	0,6
Turismo	4	0	4	3,2	0,0	2,5
Vigilante	1	0	1	0,8	0,0	0,6
Zelador(a)	1	0	1	0,8	0,0	0,6
Total	125	32	157	100,0	100,0	100,0

CABO FRIO

	Absoluto			%		
Ocupação secundária	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Ajudante de pedreiro	9	0	9	9,4	0,0	6,8
Aposentado(a)	2	1	3	2,1	2,8	2,3
Artesão	2	2	4	2,1	5,6	3,0
Auxiliar de serviços gerais	1	0	1	1,0	0,0	0,8
Cabeleireira	0	1	1	0,0	2,8	0,8
Cargo de confianca	1	0	1	1,0	0,0	0,8
Caseiro(a)	1	2	3	1,0	5,6	2,3
Comerciante	13	8	21	13,5	22,2	15,9
Costureiro(a)	0	5	5	0,0	13,9	3,8
Cozinheiro(a)	1	0	1	1,0	0,0	0,8
Cuidador(a) de idosos	0	1	1	0,0	2,8	0,8
Dj	1	0	1	1,0	0,0	0,8
Doceira	0	1	1	0,0	2,8	0,8
Eletricista	2	0	2	2,1	0,0	1,5
Empregado(a) doméstico(a)	0	9	9	0,0	25,0	6,8
Garçom	1	0	1	1,0	0,0	0,8
Gari	1	1	2	1,0	2,8	1,5
Guia turístico	1	2	3	1,0	5,6	2,3
Lavadeira	0	1	1	0,0	2,8	0,8
Marceneiro(a)	2	0	2	2,1	0,0	1,5
Marinheiro(a)	3	0	3	3,1	0,0	2,3
Mecanico de barco	1	0	1	1,0	0,0	0,8
Mecânico(a)	6	0	6	6,3	0,0	4,5
Mergulhador	1	0	1	1,0	0,0	0,8
Motoboy	1	0	1	1,0	0,0	0,8
Motorista	2	0	2	2,1	0,0	1,5
Pedreiro(a)	19	0	19	19,8	0,0	14,4
Piloto de embarcação	2	0	2	2,1	0,0	1,5
Pintor(a) residencial	9	0	9	9,4	0,0	6,8
Pintura naval	2	0	2	2,1	0,0	1,5
Professor(a)	0	1	1	0,0	2,8	0,8
Profissional de educação física	1	0	1	1,0	0,0	0,8
Reciclador(a)	1	0	1	1,0	0,0	0,8
Salgadeira	0	1	1	0,0	2,8	0,8

Serviços diversos	4	0	4	4,2	0,0	3,0
Servidor(a) público(a)	3	0	3	3,1	0,0	2,3
Vigilante	3	0	3	3,1	0,0	2,3
Total	96	36	132	100,0	100,0	100,0

QUISSAMÃ

	Absoluto			%		
Ocupação secundária	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Ajudante de pedreiro	7	0	7	19,4	0,0	14,3
Aposentado(a)	2	1	3	5,6	7,7	6,1
Artesão	2	1	3	5,6	7,7	6,1
Auxiliar de serviços gerais	1	1	2	2,8	7,7	4,1
Caseiro(a)	1	0	1	2,8	0,0	2,0
Comerciante	8	6	14	22,2	46,2	28,6
Do lar	0	3	3	0,0	23,1	6,1
Lanterneiro	2	0	2	5,6	0,0	4,1
Pedreiro(a)	5	0	5	13,9	0,0	10,2
Pintor(a) residencial	2	0	2	5,6	0,0	4,1
Serviços diversos	5	0	5	13,9	0,0	10,2
Vigilante	1	1	2	2,8	7,7	4,1
Total	36	13	49	100,0	100,0	100,0

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - PEA PESCARTE (2015-2016)

Nota: As tabelas foram separadas por municípios, visto que as ocupações secundárias diferem entre eles.

Anexo 5:

Atividade A3.2.2- Identificação dos rendimentos auferidos por homens e mulheres no mercado da pesca por ocupação

Um importante indicador da desigualdade de gênero nas relações de trabalho refere-se aos níveis de rendimento auferidos. Os dados levantados corroboram a hipótese de que os homens alcançam rendimento médio mais elevado que as mulheres mesmo quando desempenham ocupações idênticas. Em geral, os resultados indicam que as mulheres ocupadas no mercado da pesca atinjam o rendimento médio mensal de R$504,9 reais, já os homens auferiram mais que o dobro, cerca de R$1.226,9 reais, na prática significa uma diferença de 2,4 vezes o valor auferido pelas mulheres.

O dado indica que a diferença de valores de rendimento pode ser visto no desempenho das mesmas ocupações, e a maior diferença de valor foi na ocupação de 'Mantenedor(a) de barco' onde homens auferiram 4,7 vezes a mais o valor médio auferido pelas mulheres, seguida da ocupação 'Mantenedor(a) de petrechos de pesca' na qual a diferença foi de 3,6 vezes o valor (Tabela 3).

Nas ocupações específicas o dado do rendimento médio é ainda mais desigual quando observado no caso de 'Gelador(a)', 'Vigia de Maré', 'Mestre(a)', 'Aquicultor(a)" e 'Cozinheiro(a) de barco de pesca' onde o rendimento das mulheres foi nulo. Neste último caso, ficam mais evidente as questões de gênero neste ramo de atividade pois, embora haja mulheres ocupadas como 'Cozinheiro(a) de barco de pesca', elas não auferem rendimentos, como se o ato de cozinhar por ser culturalmente percebida como uma espécie de "ajuda", ou "obrigação', não se contabiliza no momento de divisão dos ganhos. Essa diferença de rendimentos também pode expressar as diferenças no tempo de dedicação exclusivo à atividade, pois as mulheres em geral dedicam tempo a outras atividades como os cuidados as pessoas e a manutenção da vida doméstica e isso pode impactar nos valores recebidos por elas.

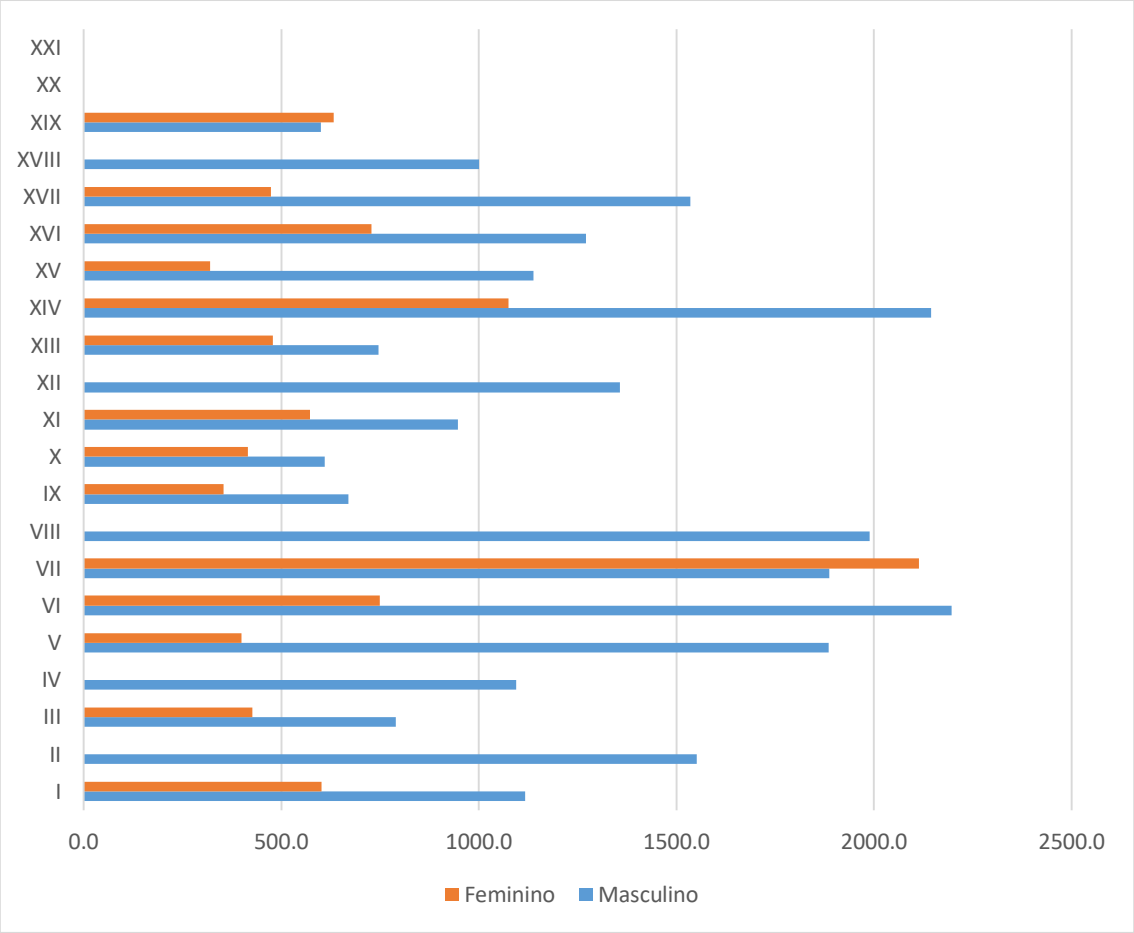
TABELA 1 População Pesqueira: Rendimento médio auferidos por homens e por mulheres no mercado da pesca, por ocupação 2015-2016

Ocupação Principal		Masculina	Feminina	M/F
I	Pescador(a) (camarada)	1117,9	602,3	1,9
II	Mestre(a)	1552,0	0,0	...
III	Catador(a)	790,7	426,5	1,9
IV	Aquicultor(a)	1095,2	0,0	...
V	Mantenedor(a) de barco	1885,8	400,0	4,7
VI	Dono(a) de barco que não pesca	2197,3	750,0	2,9
VII	Dono(a) de barco e pescador(a)	1886,6	2113,6	0,9
VII I	Gelador(a)	1988,7	0,0	...
IX	Marisqueiro(a)	669,9	353,3	1,9
X	Descascador(a)	610,0	416,1	1,5
XI	Filetador(a)	947,6	572,4	1,7
XII	Cozinheiro(a) de barco de pesca	1357,3	0,0	...
XII I	Pescador(a) de canoa	746,4	479,1	1,6
XI V	Atravessador(a)	2144,4	1075,0	2,0
XV	Mantenedor(a) de petrechos de pesca	1138,4	319,7	3,6
XV I	Pescador(a) afastado(a) temporariamente	1270,6	728,0	1,7
XV II	Serviços Gerais de Comércio de Peixe	1534,7	474,5	3,2
XV III	Vigia de Maré	1000,0	...	...
XI X	Administração da Colônia/Associação	600,0	632,4	0,9
XX	Preparo/Cozimento	...	...	...
XX I	Outras profissões não ligadas a pesca	...	...	...
Total		1226,9	504,9	2,4

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta estimativa considera apenas os indivíduos com idade igual ou maior que 10 anos.

Já nas ocupações onde as mulheres auferiram rendimentos pode-se observar, exceto pela ocupação de 'Dono(a) de barco e pescador(a)', em todas as demais os homens possuíam rendimentos superiores aos das mulheres. O Gráfico 1 a seguir ilustra esse contexto.

GRÁFICO 1: População Pesqueira: Rendimento médio auferidos por homens e por mulheres no mercado da pesca, por ocupação 2015-2016



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)

Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

Apoio
Pesquisa MARINHA &PESQUEIRA
MPF anp FUNBIO
"A realização do Projeto **Mulheres na Pesca** é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa **Chevron**, conduzido pelo **Ministério Público Federal – MPF/RJ** com implementação do **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio**".

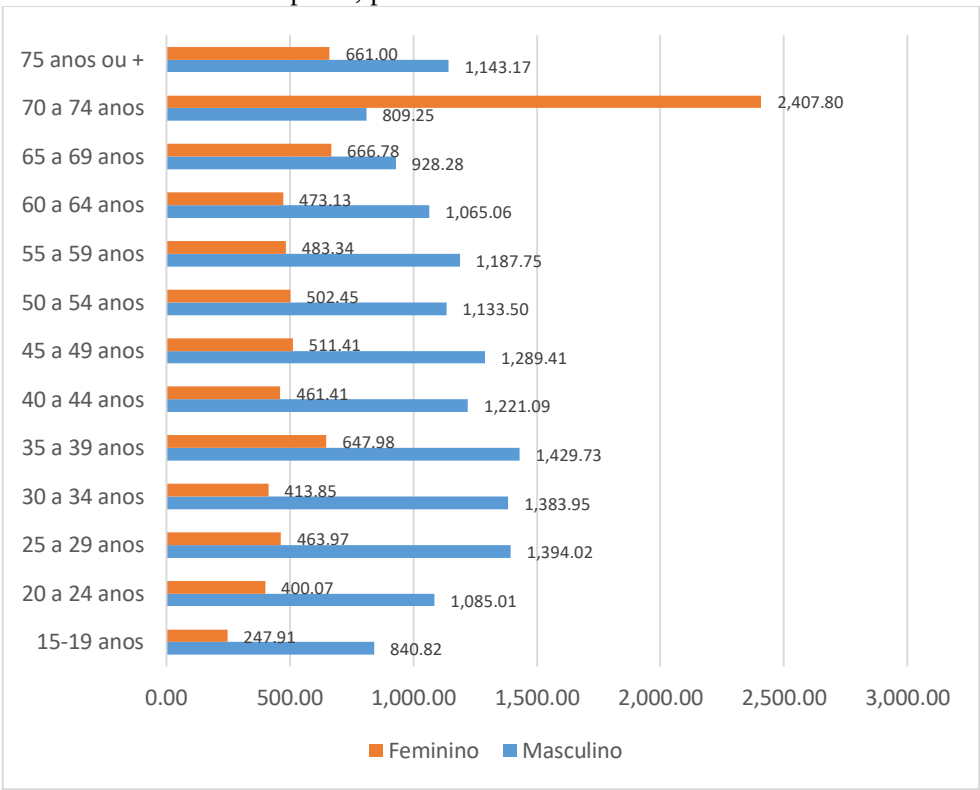
Já os dados levantados e apresentados a seguir mostram também a tendência de discrepância aguda nos valores dos rendimentos médios auferidos por mulheres e por homens no mercado analisado por faixa etária. Sendo a razão entre os rendimentos distribuídas por faixa etária são ainda mais desiguais, embora a média total seja a mesma, 2,4 vezes a mais os valores recebidos pelos homens (Tabela 2, Gráfico 2).

TABELA 2: População Pesqueira: Rendimento médio auferidos por homens e mulheres no mercado da pesca, por faixa etária -2015-2016

Faixa etária	Rendimento Médio		
	Masculino	Feminino	Razão M/F
15-19 anos	840,82	247,91	3,4
20 a 24 anos	1.085,01	400,07	2,7
25 a 29 anos	1.394,02	463,97	3,0
30 a 34 anos	1.383,95	413,85	3,3
35 a 39 anos	1.429,73	647,98	2,2
40 a 44 anos	1.221,09	461,41	2,6
45 a 49 anos	1.289,41	511,41	2,5
50 a 54 anos	1.133,50	502,45	2,3
55 a 59 anos	1.187,75	483,34	2,5
60 a 64 anos	1.065,06	473,13	2,3
65 a 69 anos	928,28	666,78	1,4
70 a 74 anos	809,25	2.407,80	0,3
75 anos ou +	1.143,17	661,00	1,7

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

GRÁFICO 2: População Pesqueira: Rendimento médio auferidos por homens e por mulheres no mercado da pesca, por faixa etária -2015-2016



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - PEA PESCARTE (2015-2016)

Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

Anexo 6:

Atividade 3.2.3 Análise da divisão social do trabalho, no mercado de trabalho da pesca, por gênero

Para realização da análise da divisão social do trabalho no mercado da pesca apresentamos dados sobre trabalho e trajetória profissional entre homens e mulheres, a partir de uma perspectiva de gênero. Primeiramente apresentamos a informação do tipo de relação de trabalho praticada na pesca com embarcações. Foi perguntado ao respondente principal – homem e mulher no mercado da pesca – qual a relação de trabalho mais frequente nas embarcações em que trabalha. A questão só admite uma resposta.

De um modo geral, os dados apresentados na Tabela 1a. e 1b. evidenciam a dimensão estruturante da informalidade na divisão social do trabalho na pesca, fator que impacta a formalização do setor, das atividades em geral, principalmente no universo da população feminina.

TABELA1.a: Municípios Selecionados – Tipos de relações de trabalho praticada na Pesca por sexo da população residente nas comunidades pesqueiras (2015-2016)

MASCULINO								
Relação de trabalho na embarcação	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã	Total
Acordo/partilha/camaradagem	156	205	537	299	251	338	62	1848
Sociedade	37	9	15	3	10	18	6	98
Salário com carteira assinada	0	0	5	0	0	9	1	15
Salário sem carteira assinada	1	2	8	1	2	2	1	17
Por produção	67	62	138	18	37	74	8	404
Pesca sozinho	93	8	91	70	26	40	48	376
Não respondeu	99	30	103	68	53	65	15	433
Não se aplica	8	3	12	10	3	7	2	45
Não sabe	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras relações	20	2	8	4	4	5	8	51
Total	481	321	917	473	386	558	151	3287
FEMININO								
Relação de trabalho na embarcação	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã	Total
Acordo/partilha/camaradagem	28	2	71	20	21	16	8	166
Sociedade	21	0	13	3	4	8	1	50
Salário com carteira assinada	0	0	0	0	1	0	1	2
Salário sem carteira assinada	0	0	1	1	1	0	0	3

Por produção	50	2	168	7	6	35	1	269
Pesca sozinho	13	0	17	3	3	2	7	45
Não respondeu	239	19	206	52	27	78	23	644
Não se aplica	6	1	4	11	1	5	2	30
Não sabe	2	0	0	0	0	1	0	3
Outras relações	10	1	10	0	7	0	1	29
Total	369	25	490	97	71	145	44	1241

TOTAL								
Relação de trabalho na embarcação	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã	Total
Acordo/partilha/camaradagem	184	207	608	319	272	354	70	2014
Sociedade	58	9	28	6	14	26	7	148
Salário com carteira assinada	0	0	5	0	1	9	2	17
Salário sem carteira assinada	1	2	9	2	3	2	1	20
Por produção	117	64	306	25	43	109	9	673
Pesca sozinho	106	8	108	73	29	42	55	421
Não respondeu	338	49	309	120	80	143	38	1077
Não se aplica	14	4	16	21	4	12	4	75
Não sabe	2	0	0	0	0	1	0	3
Outras relações	30	3	18	4	11	5	9	80
Total	850	346	1407	570	457	703	195	4528

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

TABELA1.b: Municípios Selecionados– Distribuição relativa da população ocupada, segundo os tipos de relações de trabalho praticada na Pesca e o sexo (2015-2016)

MASCULINO								
Relação de trabalho na embarcação	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã	Total
Acordo/partilha/camaradagem	8,4	11,1	29,1	16,2	13,6	18,3	3,4	100,0
Sociedade	37,8	9,2	15,3	3,1	10,2	18,4	6,1	100,0
Salário com carteira assinada	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	60,0	6,7	100,0
Salário sem carteira assinada	5,9	11,8	47,1	5,9	11,8	11,8	5,9	100,0
Por produção	16,6	15,3	34,2	4,5	9,2	18,3	2,0	100,0
Pesca sozinho	24,7	2,1	24,2	18,6	6,9	10,6	12,8	100,0
Não respondeu	22,9	6,9	23,8	15,7	12,2	15,0	3,5	100,0
Não se aplica	17,8	6,7	26,7	22,2	6,7	15,6	4,4	100,0
Não sabe	...	...	...	...	...	...	...	...
Outras relações	39,2	3,9	15,7	7,8	7,8	9,8	15,7	100,0
Total	14,6	9,8	27,9	14,4	11,7	17,0	4,6	100,0

FEMININO								
Relação de trabalho na embarcação	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã	Total

Acordo/partilha/camaradagem	16,9	1,2	42,8	12,0	12,7	9,6	4,8	100,0
Sociedade	42,0	0,0	26,0	6,0	8,0	16,0	2,0	100,0
Salário com carteira assinada	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	50,0	100,0
Salário sem carteira assinada	0,0	0,0	33,3	33,3	33,3	0,0	0,0	100,0
Por produção	18,6	0,7	62,5	2,6	2,2	13,0	0,4	100,0
Pesca sozinho	28,9	0,0	37,8	6,7	6,7	4,4	15,6	100,0
Não respondeu	37,1	3,0	32,0	8,1	4,2	12,1	3,6	100,0
Não se aplica	20,0	3,3	13,3	36,7	3,3	16,7	6,7	100,0
Não sabe	66,7	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	100,0
Outras relações	34,5	3,4	34,5	0,0	24,1	0,0	3,4	100,0
Total	29,7	2,0	39,5	7,8	5,7	11,7	3,5	100,0

TOTAL

Relação de trabalho na embarcação	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã	Total
Acordo/partilha/camaradagem	9,1	10,3	30,2	15,8	13,5	17,6	3,5	100,0
Sociedade	39,2	6,1	18,9	4,1	9,5	17,6	4,7	100,0
Salário com carteira assinada	0,0	0,0	29,4	0,0	5,9	52,9	11,8	100,0
Salário sem carteira assinada	5,0	10,0	45,0	10,0	15,0	10,0	5,0	100,0
Por produção	17,4	9,5	45,5	3,7	6,4	16,2	1,3	100,0
Pesca sozinho	25,2	1,9	25,7	17,3	6,9	10,0	13,1	100,0
Não respondeu	31,4	4,5	28,7	11,1	7,4	13,3	3,5	100,0
Não se aplica	18,7	5,3	21,3	28,0	5,3	16,0	5,3	100,0
Não sabe	66,7	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	100,0
Outras relações	37,5	3,8	22,5	5,0	13,8	6,3	11,3	100,0
Total	18,8	7,6	31,1	12,6	10,1	15,5	4,3	100,0

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

Outro elemento central na discussão de gênero na pesca diz respeito ao reconhecimento das atividades exercidas, e isso se relaciona diretamente ao acesso aos documentos específicos que regulamentam a atividade pesqueira tais como Carteira de Pescador Profissional (CPP), Registro Geral de Pesca (RGP), Registro da embarcação e, inclusive, se não possuía documento algum. A posse desses documentos representa não meramente o porte em sim, mas acarreta em reconhecimento político/social da ocupação exercida, com uma forma de acesso a cidadania por parte dessas populações, pois, possibilita o acesso delas a alguns benefícios sociais como, por exemplo, o seguro defeso. A posse dos documentos é também um importante mecanismo de reconhecimento do próprio indivíduo na construção da sua identidade pública como pescador(a).

Para estimarmos o percentual de pescadores e pescadoras que dispõe de cada um dos documentos excluímos, do denominador, a população para a qual a questão 'não se aplica'. Implicitamente estamos

admitindo que aqueles que não responderam a questão – não marcaram esta opção de resposta – não possuem o referido documento.

Os resultados indicam que em todos os municípios há diferenças substanciais, entre homens e mulheres, em relação à posse deste documento, com destaque para os municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé e Quissamã onde as diferenças registradas são as maiores. Em Campos dos Goytacazes, 62,4% dos homens declararam possuir a CPP, ao passo que somente 19,8% das mulheres possuem o mesmo documento. Já em Macaé a diferença é ainda maior, 75,1% dos homens declararam possuir o documento, enquanto apenas 8% das mulheres possuem o documento. Por sua vez, em Quissamã 74,8% dos homens e 20,5% das mulheres declararam possuir o referido documento (Tabela 2b.). Neste sentido, é possível inferir que limitantes estruturais com dimensões de gênero atuam no sentido de impedir ou dificultar o acesso das mulheres à formalização que garante a elas acesso à direitos sociais, como previdenciários, reforçando assim as desigualdades nas relações de poder dentro do espaço doméstico.

TABELA 2.a: Municípios Selecionados – Disponibilidade de Carteira Profissional da Pesca, por sexo, da população residente nas comunidades pesqueiras (2015-2016)

Municípios	Masculino				Feminino				Total			
	Possui	Não possui	Não se aplica	Total	Possui	Não possui	Não se aplica	Total	Possui	Não possui	Não se aplica	Total
Campos dos Goytacazes	300	88	93	481	73	129	167	369	373	217	260	850
Macaé	241	29	51	321	2	17	6	25	243	46	57	346
São Francisco do Itabapoana	468	84	365	917	66	113	311	490	534	197	676	1407
São João da Barra	255	48	170	473	22	26	49	97	277	74	219	570
Arraial do Cabo	190	46	150	386	19	22	30	71	209	68	180	457
Cabo Frio	243	49	266	558	3	40	102	145	246	89	368	703
Quissamã	113	13	25	151	9	21	14	44	122	34	39	195
Total	1810	357	1120	3287	194	368	679	1241	2004	725	1799	4528

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)

Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

TABELA 2.b: Municípios Selecionados – Distribuição relativa dos trabalhadores da pesca segundo a disponibilidade de Carteira Profissional da Pesca e sexo (2015-2016)

Municípios	Masculino				Feminino				Total			
	Possui	Não possui	Não se aplica	Total	Possui	Não possui	Não se aplica	Total	Possui	Não possui	Não se aplica	Total
Campos dos Goytacazes	62,4	18,3	19,3	100,0	19,8	35,0	45,3	100,0	43,9	25,5	30,6	100,0
Macaé	75,1	9,0	15,9	100,0	8,0	68,0	24,0	100,0	70,2	13,3	16,5	100,0
São Francisco do Itabapoana	51,0	9,2	39,8	100,0	13,5	23,1	63,5	100,0	38,0	14,0	48,0	100,0
São João da Barra	53,9	10,1	35,9	100,0	22,7	26,8	50,5	100,0	48,6	13,0	38,4	100,0
Arraial do Cabo	49,2	11,9	38,9	100,0	26,8	31,0	42,3	100,0	45,7	14,9	39,4	100,0
Cabo Frio	43,5	8,8	47,7	100,0	2,1	27,6	70,3	100,0	35,0	12,7	52,3	100,0
Quissamã	74,8	8,6	16,6	100,0	20,5	47,7	31,8	100,0	62,6	17,4	20,0	100,0
Total %	55,1	10,9	34,1	100,0	15,6	29,7	54,7	100,0	44,3	16,0	39,7	100,0

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)

Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

Continuando a análise por gênero do acesso aos documentos relevantes na atividade pesqueira, em seguida os dados sobre o acesso ao Registro Geral da Atividade Pesqueira-RGP, exigido para a concessão do seguro defeso. Ressalta-se que o acesso a esse seguro é de fundamental importância em um universo social demarcado por baixos rendimentos, vínculos informais e precárias condições de trabalho. No vulnerável contexto socioeconômico no qual se encontram parcelas significativas de pescadores artesanais, principalmente as mulheres, o acesso ao defeso pode significar a garantia da sobrevivência familiar ao longo do período de proibição da pesca por motivo da reprodução do pescado.

Os resultados mostram que, do total de pessoas ocupadas na pesca nos municípios selecionados, 54,62% declararam possuir o RGP. E, quando se observam os dados por segmento sexual, identifica-se que, para o total de municípios, apenas 34,4% das mulheres declararam possuir o RGP (Tabela 3a. e 3b.).

TABELA 3.a: Municípios Selecionados – Disponibilidade de Registro Geral da Pesca-RGP, por sexo, da população residente nas comunidades pesqueiras 2015-2016

Municípios	Masculino			Feminino			Total		
	Possui	Não possui	Total	Possui	Não possui	Total	Possui	Não possui	Total
Campos dos Goytacazes	313	168	481	89	280	369	402	448	850
Macaé	237	84	321	5	20	25	242	104	346
São Francisco do Itabapoana	577	340	917	221	269	490	798	609	1.407
São João da Barra	274	199	473	33	64	97	307	263	570
Arraial do Cabo	222	164	386	31	40	71	253	204	457
Cabo Frio	311	247	558	38	107	145	349	354	703
Quissamã	112	39	151	10	34	44	122	73	195
Total	2.046	1.241	3.287	427	814	1.241	2.473	2.055	4.528

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

TABELA 3.b: Municípios Selecionados – Disponibilidade de Registro Geral da Pesca-RGP, por sexo, da população residente nas comunidades pesqueiras 2015-2016

Municípios	Masculino			Feminino			Total		
	Possui	Não possui	Total	Possui	Não possui	Total	Possui	Não possui	Total
Campos dos Goytacazes	65,1	34,9	100,0	24,1	75,9	100,0	47,3	52,7	100,0
Macaé	73,8	26,2	100,0	20,0	80,0	100,0	69,9	30,1	100,0
São Francisco do Itabapoana	62,9	37,1	100,0	45,1	54,9	100,0	56,7	43,3	100,0
São João da Barra	57,9	42,1	100,0	34,0	66,0	100,0	53,9	46,1	100,0
Arraial do Cabo	57,5	42,5	100,0	43,7	56,3	100,0	55,4	44,6	100,0
Cabo Frio	55,7	44,3	100,0	26,2	73,8	100,0	49,6	50,4	100,0
Quissamã	74,2	25,8	100,0	22,7	77,3	100,0	62,6	37,4	100,0
Total %	62,2	37,8	100,0	34,4	65,6	100,0	54,6	45,4	100,0

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

O acesso ou não acesso a direitos sociais constitui uma das principais dimensões da igualdade/desigualdade social e da conflitualidade social em contextos marcados pela normatividade e pelas instituições da política social moderna. Historicamente, ao longo de boa parte do século XX, as mulheres estiverem excluídas de direitos sociais como seguro desemprego e previdência social. Mesmo

em países desenvolvidos e com robustos sistemas de bem-estar social, o *status* da mulher enquanto titular de direitos sociais foi, por muito tempo, tornado dependente do *status* de seu marido enquanto detentor principal destes direitos. O critério ascriptivo de gênero bloqueia o tratamento individual igualitário para as mulheres, vedando a elas o acesso a um tipo de inclusão social e política baseada na dissolução deste tipo de critério. No entanto, por diversas razões, este quadro tem se alterado em muitos países com a dissolução de barreiras jurídico-formais que institucionalizam critério ascriptivo de gênero. Conhecido como o seguro desemprego do pescador artesanal, o seguro defeso é um benefício financeiro concedido em períodos de proibição da pesca, para preservar o período de reprodução dos peixes, e pode ser considerado como o mais importante direito social no horizonte de mulheres e homens que exercem esta atividade.

Os dados indicam que não existem diferenças significativas entre homens e mulheres inseridos na atividade da pesca quanto ao acesso/não acesso ao Seguro Defeso, nos dados agregados para todos os municípios, sendo que a quantidade de homens (44,7%) que recebem o benefício é levemente superior aos das mulheres (36,3%). Na verdade, a maior variação parece ocorrer por município, e não por gênero: existem diferenças significativas entre os municípios quanto ao acesso a este direito social para ambos os sexos, mas não se identifica diferença de gênero dentro de nenhum município (Tabela 4.a e Tabela 4.b).

Apoio Pesquisa MARINHA &PESQUEIRA MPF anp FUNBIO

"A realização do Projeto **Mulheres na Pesca** é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa **Chevron**, conduzido pelo **Ministério Público Federal – MPF/RJ** com implementação do **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio**".

TABELA 4.a: Municípios Selecionados – Acesso ao Seguro Defeso, por sexo, da população residente nas comunidades pesqueiras 2015-2016

MASCULINO				
Municípios	Recebe	Não recebe	Não respondeu Não sabe	Total
Campos dos Goytacazes	278	107	96,00	481
Macaé	203	89	29,00	321
São Francisco do Itabapoana	464	352	101,00	917
São João da Barra	191	228	54,00	473
Arraial do Cabo	82	252	52,00	386
Cabo Frio	164	289	105,00	558
Quissamã	88	47	16,00	151
Total Masculino	1470	1364	453,00	3287
FEMININO				
Municípios	Recebe	Não recebe	Não respondeu Não sabe	Total
Campos dos Goytacazes	180	67	122,00	369
Macaé	4	2	19,00	25
São Francisco do Itabapoana	195	183	112,00	490
São João da Barra	23	38	36,00	97
Arraial do Cabo	8	38	25,00	71
Cabo Frio	30	48	67,00	145
Quissamã	10	11	23,00	44
Total feminino	450	387	404,00	1241
Total				
Municípios	Recebe	Não recebe	Não respondeu Não sabe	Total
Campos dos Goytacazes	458	174	218	850
Macaé	207	91	48	346
São Francisco do Itabapoana	659	535	213	1407
São João da Barra	214	266	90	570
Arraial do Cabo	90	290	77	457
Cabo Frio	194	337	172	703
Quissamã	98	58	39	195
Total	1920	1751	857,00	4528

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)

Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

TABELA 4.b: Municípios Selecionados– Acesso ao Seguro Defeso, por sexo, da população residente nas comunidades pesqueiras 2015-2016

MASCULINO				
Municípios	Recebe	Não recebe	Não respondeu Não sabe	Total
Campos dos Goytacazes	57,8	22,2	20,0	100,0
Macaé	63,2	27,7	9,0	100,0
São Francisco do Itabapoana	50,6	38,4	11,0	100,0
São João da Barra	40,4	48,2	11,4	100,0
Arraial do Cabo	21,2	65,3	13,5	100,0
Cabo Frio	29,4	51,8	18,8	100,0
Quissamã	58,3	31,1	10,6	100,0
Total Masculino	44,7	41,5	13,8	100,0
FEMININO				
Municípios	Recebe	Não recebe	Não respondeu Não sabe	Total
Campos dos Goytacazes	48,8	18,2	33,1	100,0
Macaé	16,0	8,0	76,0	100,0
São Francisco do Itabapoana	39,8	37,3	22,9	100,0
São João da Barra	23,7	39,2	37,1	100,0
Arraial do Cabo	11,3	53,5	35,2	100,0
Cabo Frio	20,7	33,1	46,2	100,0
Quissamã	22,7	25,0	52,3	100,0
Total Feminino	36,3	31,2	32,6	100,0
Total				
Municípios	Recebe	Não recebe	Não respondeu Não sabe	Total
Campos dos Goytacazes	53,9	20,5	25,6	100,0
Macaé	59,8	26,3	13,9	100,0
São Francisco do Itabapoana	46,8	38,0	15,1	100,0
São João da Barra	37,5	46,7	15,8	100,0
Arraial do Cabo	19,7	63,5	16,8	100,0
Cabo Frio	27,6	47,9	24,5	100,0
Quissamã	50,3	29,7	20,0	100,0
Total	42,4	38,7	18,9	100,0

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)

Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

Como solução alternativa de acesso para os que não possuem o Seguro Defeso-SD, e mesmo entre os que possuem, no mercado da pesca é relativamente comum, embora proibido entre os beneficiários do SD, a busca por outras fontes de rendimento por meio do exercício esporádico de alguma outra atividade laboral no período de proibição da pesca. O dado apresentado em seguida expressa as respostas dos(as) pescadores(as) – homens e mulheres entrevistados pelo PEA-Pescarte – se praticavam ou não outra atividade no período do defeso.

Os resultados indicam ser relativamente baixos os percentuais de mulheres que declararam realizar outra atividade profissional nesse período, ressaltando-se que em quase todos os municípios esse número é menor comparativamente aos percentuais masculinos. Somente em Macaé há um percentual de mulheres (33,3%) superior ao de homens (23%) que possuem outra atividade profissional. Essa diferença pode estar refletindo uma seletividade de gênero no mercado de trabalho destes municípios que se expressa na relação entre os sexos no acesso ao trabalho, havendo uma tendência para maior absorção da mão de obra masculina, comparativamente à feminina. Ressalta-se que a seletividade por sexo é um dos problemas clássicos do mercado de trabalho brasileiro. Assim como o acesso seletivo e regulado a direitos sociais, esta seletividade no mercado de trabalho constitui uma importante dimensão da desigualdade de gênero a ser considerada na análise (Tabela 5a. e 5b.).

TABELA 5.a: Municípios Selecionados – Exerce alguma atividade laboral no período do defeso, por sexo, da população residente nas comunidades pesqueiras 2015-2016

Municípios	Masculino			Feminino			Total		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Campos dos Goytacazes	130	247	377	36	200	236	166	447	613
Macaé	61	204	265	2	4	6	63	208	271
São Francisco do Itabapoana	284	457	741	69	268	337	353	725	1.078
São João da Barra	154	233	387	21	33	54	175	266	441
Arraial do Cabo	171	145	316	17	24	41	188	169	357
Cabo Frio	162	219	381	16	47	63	178	266	444
Quissamã	83	45	128	7	12	19	90	57	147
Total	1.045	1.550	2.595	168	588	756	1.213	2.138	3.351

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

TABELA 5.b: Municípios Selecionados – Exerce alguma atividade laboral no período do defeso, por sexo, da população residente nas comunidades pesqueiras 2015-2016

Municípios	Masculino			Feminino			Total		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Campos dos Goytacazes	34,5	65,5	100,0	15,3	84,7	100,0	27,1	72,9	100,00
Macaé	23,0	77,0	100,0	33,3	66,7	100,0	23,2	76,8	100,00
São Francisco do Itabapoana	38,3	61,7	100,0	20,5	79,5	100,0	32,7	67,3	100,00
São João da Barra	39,8	60,2	100,0	38,9	61,1	100,0	39,7	60,3	100,00
Arraial do Cabo	54,1	45,9	100,0	41,5	58,5	100,0	52,7	47,3	100,00
Cabo Frio	42,5	57,5	100,0	25,4	74,6	100,0	40,1	59,9	100,00
Quissamã	64,8	35,2	100,0	36,8	63,2	100,0	61,2	38,8	100,00
Total %	40,3	59,7	100,0	22,2	77,8	100,0	36,2	63,8	100,00

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)

Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

Anexo 7:

Atividade A3.2.4 – Análise da divisão sexual do trabalho no mercado da pesca e no domicílio, a partir da base de dados Pescarte.

Para realização da análise da divisão sexual do trabalho no mercado da pesca e no domicílio foram levantados e sistematizados os dados do bloco gênero da Base de Dados PEA-Pescarte 2015-2016 onde foi possível a produção de análises sobre a situação do quotidiano do domicílio e sobre a questão da inserção das mulheres no mercado da pesca e sua inclusão/exclusão na esfera política - especialmente nas associações e organizações profissionais - no modo como ocorre a participação feminina nessas organizações. Enfim, os dados permitem identificar aspectos relevantes da divisão sexual do trabalho as desigualdades de gênero no contexto das populações pesqueiras. Ressalta-se que na pesca artesanal a atividade econômica não representa um projeto individual do(a) pescador(a), mas sim um projeto de vida econômico sustentado pela estrutura familiar, e assim, a divisão social do trabalho no mercado da pesca perpassa as relações sociais vividas dentro do domicílio e não somente as relações de mercado em si mesmas.

Inicialmente são apresentados os dados sobre a questão da organização das tarefas domésticas quotidianas como o ato cozinhar, o cuidado com as crianças e o cuidado com as pessoas idosas que vivem no mesmo domicílio. Esse último dado é pertinente tendo em vista que a composição demográfica das populações pesqueiras indica o envelhecimento populacional. Os resultados mostram que, no conjunto das comunidades pesqueiras dos municípios selecionados, 79,0% das mulheres informaram que os demais membros da família também se dedicam a cozinhar; 65,0% informaram que outros membros da família auxiliam nos cuidados com as crianças e; 24,7% das mulheres declararam que outros membros da família ajudam no cuidado com os idosos.

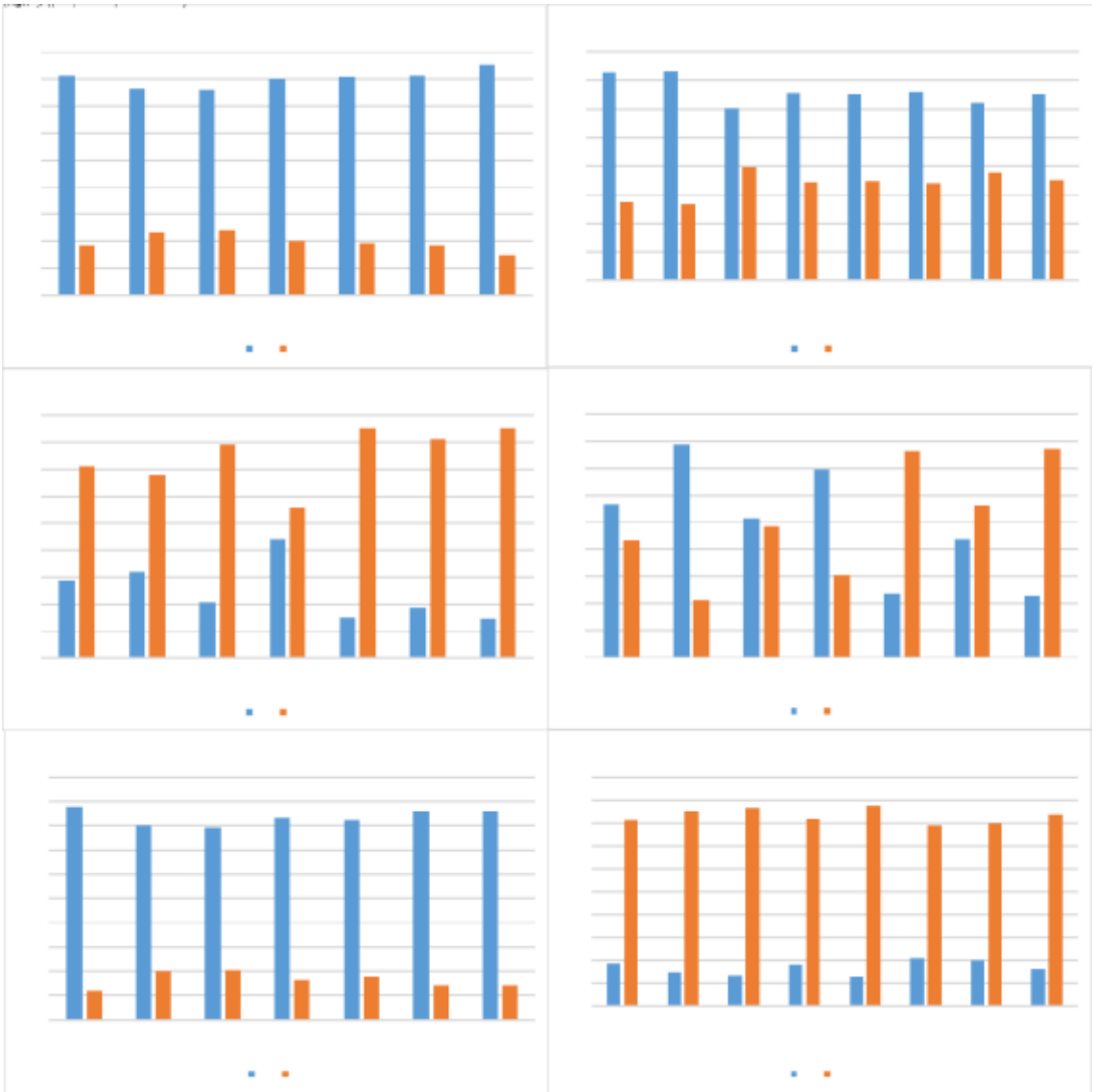
Podem-se observar diferenças significativas quando comparamos os percentuais de ‘ajudam a cuidar das crianças’ (65,0%) em relação aos que ‘ajudam a cuidar dos idosos’ (24,7%). Esse dado pode indicar que nos domicílios onde há crianças mais velhas, estas podem exercer o cuidado com as crianças mais novas, mas não têm condições de cuidar dos idosos. Ainda em relação ao exercício das tarefas domésticas, 54,9% das mulheres declararam que contam com ajuda de outros membros para os cuidados

com os mesmos; 82,8% informaram contar com ajuda de outros membros para a limpeza do domicílio; e 16,3% que contam com ajuda de outros membros para a realização de serviços de pequenos reparos.

Os dados para cada um dos municípios selecionados, individualmente, encontram-se representados no Gráfico 1. Os resultados mostram a mesma tendência observada no conjunto, onde a grande maioria das mulheres entrevistadas respondeu ter ajuda para cozinhar, para o cuidado com as crianças e para a realização das tarefas relacionadas à limpeza do domicílio. Destacou-se o caso específico do cuidado com os doentes: em Campos dos Goytacazes, Macaé, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra a maioria das mulheres declarou contar com ajuda de outros residentes do domicílio para esta atividade; em Arraial do Cabo, Cabo Frio e Quissamã, o comportamento foi exatamente oposto, ou seja, a maioria informou não contar com ajuda de outras pessoas residentes do domicílio para esta atividade.

De um modo geral, os dados indicam que, no interior dos domicílios, existem formas de divisão do trabalho muito provavelmente estruturadas por sexo e por idade. Onde o ambiente domicílio embora tradicionalmente as mulheres tendem a assumir um papel central na organização e estruturação das tarefas domésticas, observou-se que essas tarefas são compartilhadas com os outros membros da família, porém com ressalvas quanto à questão do cuidado com os mais velhos, nem para a realização de pequenos reparos.

GRÁFICO 1: Mulheres das Comunidades Pesqueiras – Percepção das Mulheres sobre a Divisão de Tarefas Domésticas Quotidianas (2015-2016)



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada a todas as mulheres do domicílio.

Outro dado importante para lançar luz sobre a questão da divisão social do trabalho no mercado da pesca diz respeito à atribuição da responsabilidade pelo sustento do domicílio/da família. Os resultados indicam que do total de mulheres que responderam a essa questão, 60% responderam que o esposo (ou companheiro) era o principal provedor do domicílio; 23,5% que ela e o esposo são igualmente responsáveis pelo sustento da família, ressaltando-se que a divisão igualitária das despesas

é relativamente maior quando se trata de uniões consensuais; 13,2% declaram-se provedoras principais; havendo casos em que outra pessoa – como sogro ou sogra, por exemplo, no caso dos domicílios compostos – é o provedor (Tabela 1).

TABELA 1: Mulheres das Comunidades Pesqueiras: Responsabilidade pelo sustento do domicílio/família, segundo o por estado civil das respondentes (2015-2016)[22]

Responsável pelo sustento da família	Total	%	Total (2)	%
A senhora	300	12,5	300	13,2
Seu(sua) esposo(a)	1368	57,0	1368	60,0
Meu(minha) esposo(a) e eu somos igualmente responsáveis	536	22,3	536	23,5
Outra pessoa	77	3,2	77	3,4
Não respondeu	115	4,8	...	...
Não sabe	3	0,1	...	...
Total	2399	100,0	2281	100,0

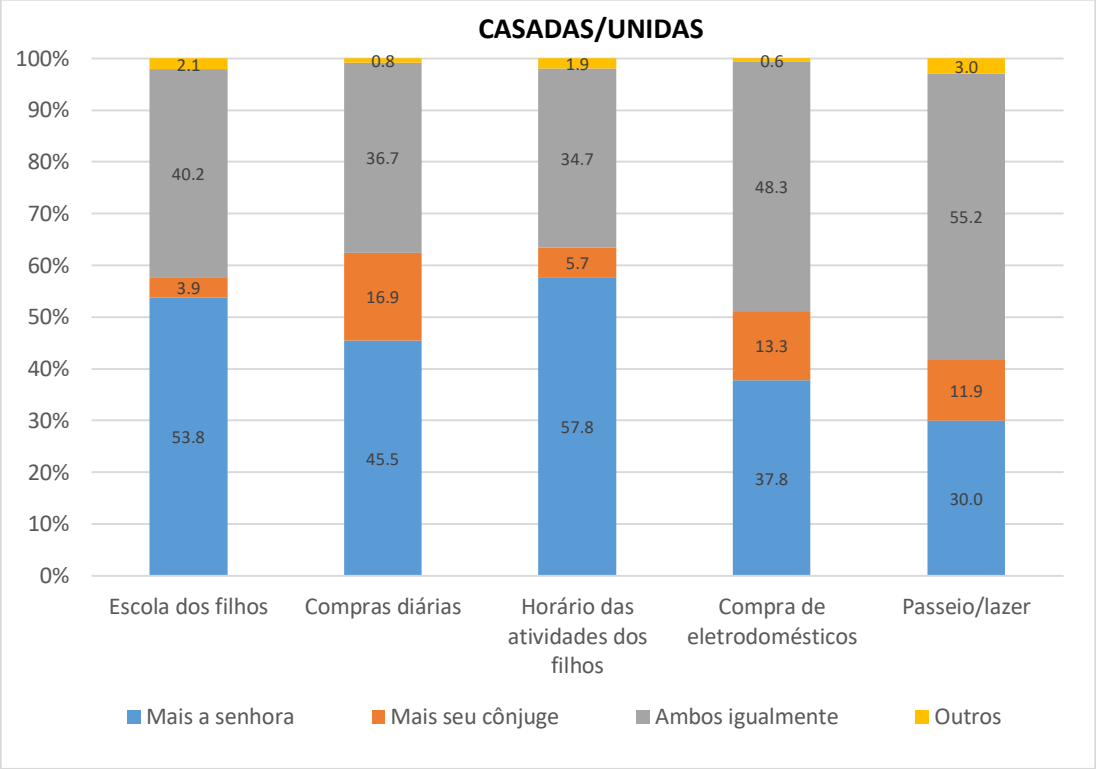
Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas à mulher responsável pelo domicílio.

Considera-se na análise que, em termos das relações intrafamiliares, uma das principais dimensões da igualdade/desigualdade de gênero seja o poder de decisão sobre as questões domésticas. Neste interim, são apresentados os dados sobre as seguintes situações de decisão familiar na vida quotidiana: escola e horário das atividades dos filhos, compras diárias e de eletrodomésticos e passeio/lazer. Optou-se por analisar as respostas considerando-se a situação conjugal feminina, reconhecendo que a relevância de ser ou não casada no universo social do mercado da pesca.

Os resultados mostram que dentre as mulheres casadas ou unidas, percebe-se o predomínio da decisão unilateral feminina em relação à definição do horário das atividades dos filhos, a escola, e em relação às compras diárias. A decisão sobre passeio e lazer tende a ser tomada em conjunto pelo casal (55,2% das mulheres selecionaram esta opção de resposta), enquanto 37,8% das mulheres informaram decidirem sozinhas e 48,3% de forma compartilhada sobre as compras de eletrodomésticos. Dentre as não-casadas, há predomínio da decisão unilateral feminina em todas as atividades da vida domiciliar.

[22] Esta variável não foi analisada por município, uma vez que em alguns deles este número não apresenta significância estatística.

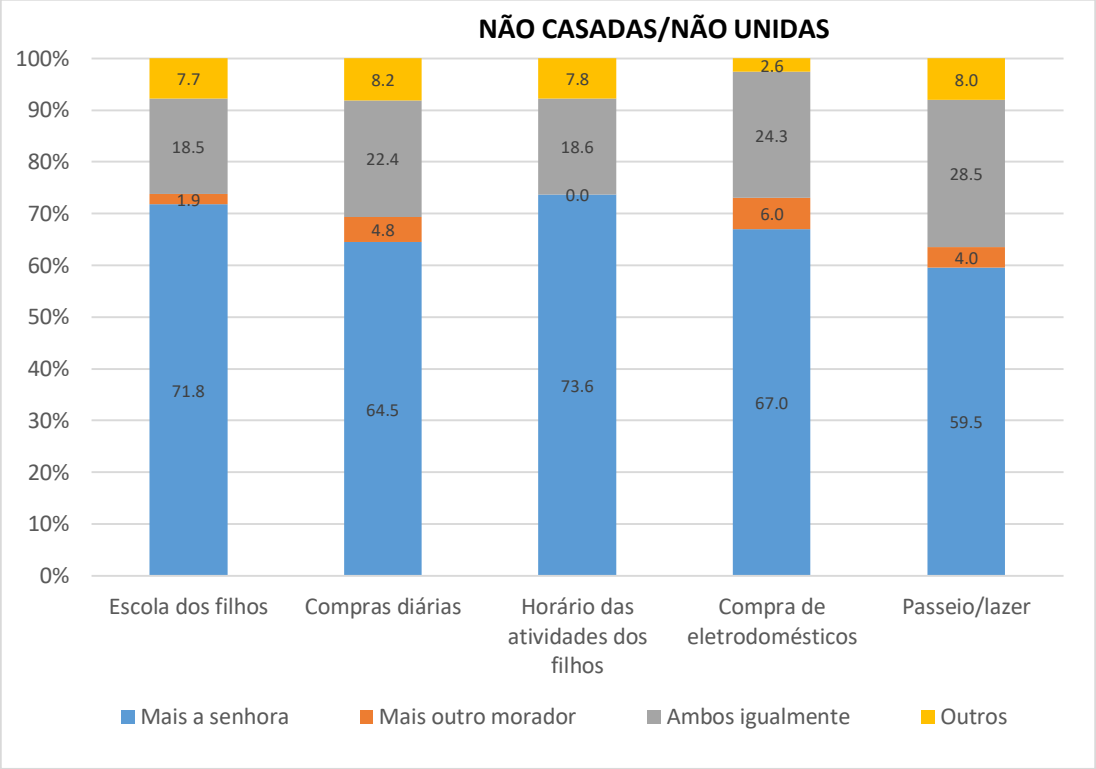
GRÁFICO 2.a: Mulheres das Comunidades Pesqueiras: Decisão sobre questões domésticas, por estado civil das respondentes (2015-2016)[23]



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas à mulher responsável pelo domicílio.

[23] Esta variável não foi analisada por município, uma vez que em alguns deles número de mulheres respondentes não apresenta significância estatística.

GRÁFICO 2.b Mulheres das Comunidades Pesqueiras: Decisão sobre questões domésticas, por estado civil das respondentes (2015-2016)[24]



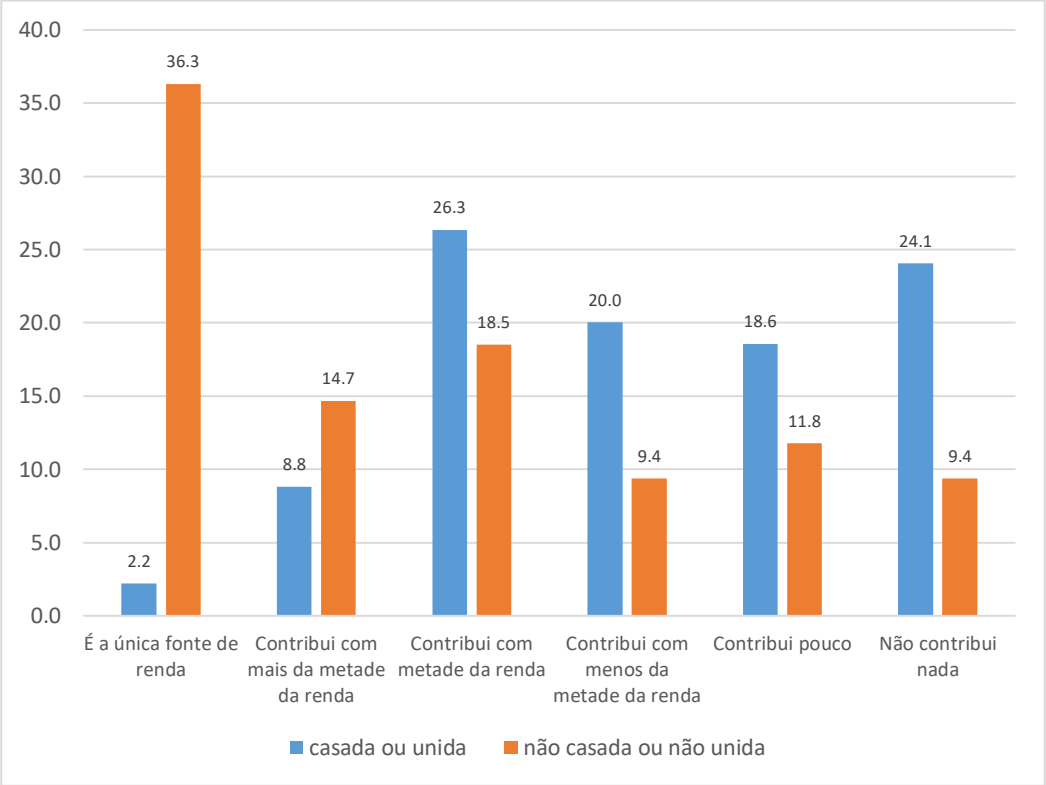
Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas à mulher responsável pelo domicílio.

Articulando a esfera doméstica com a esfera econômica, dimensão central na divisão social do trabalho no mercado da pesca, apresentam-se os dados sobre a quantidade de trabalho realizado pelas mulheres e a remuneração dele proveniente destinada ao orçamento familiar. De um modo geral, os resultados indicam que o rendimento do trabalho feminino é uma importante fonte na composição do rendimento domiciliar ainda que menor do que o dos homens quando a mulher é casada, considerando-se que 44,8% das mulheres, tanto casadas quanto não casadas. Contribuem com metade do orçamento familiar. A seguir são apresentadas as variações segundo a situação conjugal, onde 36,3% das mulheres não-casadas/não unidas e apenas 2,2% das mulheres casadas/unidas declararam que o rendimento

[24] Esta variável não foi analisada por município, uma vez que em alguns deles número de mulheres respondentes não apresenta significância estatística.

proveniente do seu trabalho é a única fonte na renda da família; 26,3% das mulheres casadas informaram contribuir com a metade do orçamento familiar, ressaltando-se, ainda, que 18,6% declararam que contribuem pouco para a composição da renda familiar (Gráfico 3).

GRÁFICO 3: Mulheres das Comunidades Pesqueiras: Contribuição do Trabalho das Mulheres para o Orçamento Familiar, por estado civil das respondentes (2015-2016)[25]



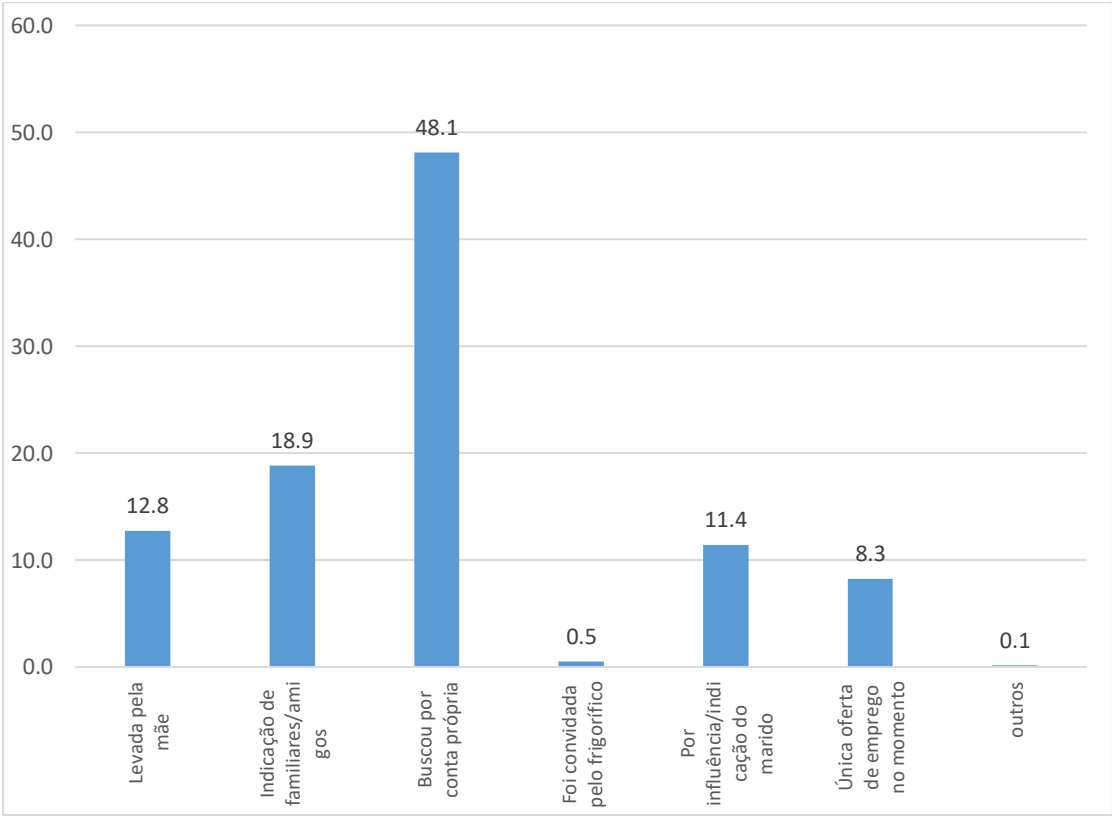
Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas à mulher responsável pelo domicílio.

A seguir são apresentados os dados sobre os fatores que levaram as mulheres a atuarem no mercado da pesca (Gráfico 4). Os resultados indicam que, do total de mulheres entrevistadas, 12,8% declararam que estão na atividade por influência da mãe; 18,9% por indicação de amigos e/ou

[25] Esta variável não foi analisada por município, uma vez que em alguns deles número de mulheres respondentes não apresenta significância estatística.

familiares; 48,1% buscaram a atividade por iniciativa própria; 11,4% por influência do marido/companheiro; 8,3% relacionaram sua inserção nas atividades da Pesca porque esta era a única oferta de emprego; e 0,1% informaram que foram convidadas pelo frigorífico. Os resultados sugerem que a decisão das mulheres é fortemente influenciada pela experiência de outros membros da comunidade havendo, inclusive, a questão da transferência intergeracional do conhecimento sobre a atividade como legado, na perpetuação desse capital humano.

GRÁFICO 4: Mulheres das Comunidades Pesqueiras: Fatores que Influenciaram na Inserção das Mulheres na Atividade da Pesca[26] (2015-2016).



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas à mulher responsável pelo domicílio.

[26] Esta variável não foi analisada por município, uma vez que em alguns deles número de mulheres respondentes não apresenta significância estatística.

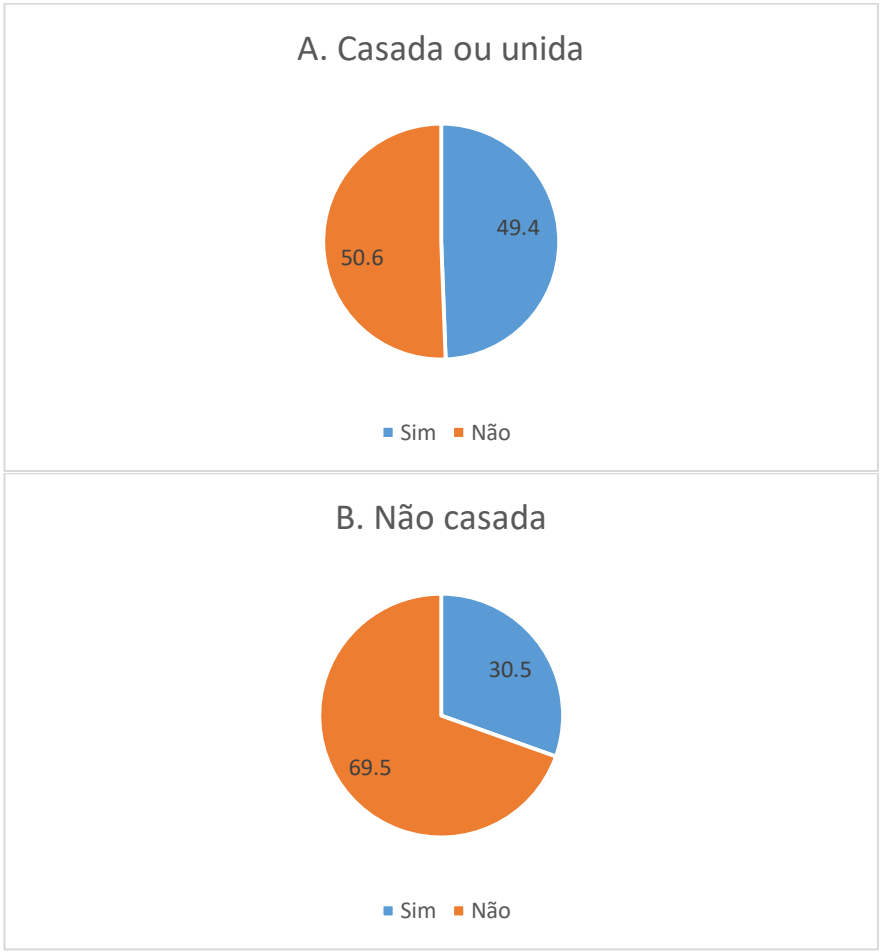
A seguir são apresentados os dados sobre a participação em instituições/organizações associativas, como por exemplo, associações de bairro, colônia etc. (Tabela 2, Gráfico 5). Os resultados mostram que, em geral, a participação política/associativa feminina foi relativamente baixa: de um total de 383 mulheres que responderam a esta questão, 43,1% informaram participar de alguma instituição associativa, enquanto 56,9% disseram que não participam. Observe, ainda, que a participação política é significativamente maior entre as mulheres casadas (52%) comparativamente às não-casadas (30,4%). É importante destacar que, a maior participação das respondentes casadas pode ser meramente como coadjuvante ao acompanhar o marido e não por uma atitude política autônoma. Por outro, a menor participação das não casadas pode estar relacionada à maior carga de trabalho doméstico e de responsabilidades pela manutenção do domicílio assumidas por essas mulheres.

TABELA 2: Mulheres das Comunidades Pesqueiras: Participação em Entidades Associativas, por estado civil das respondentes (2015-2016)

Participa de alguma instituição/organização associativa	Casada		Não-casada		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	117	52	48	30,4	165	43,1
Não	108	48	110	69,6	218	56,9
Total	225	100	158	100	383	100

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada a todas as mulheres do domicílio que estão inseridas na cadeia produtiva da pesca.

GRÁFICO 5: Mulheres das Comunidades Pesqueiras: Participação em Entidades Associativas, por estado civil das respondentes (2015-2016)



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada a todas as mulheres do domicílio que estão inseridas na cadeia produtiva da pesca.

Os resultados mostram que, independentemente do estado civil, a Colônia de Pescadores e a Associação de Pescadores são as instituições associativas das quais as mulheres incluídas da vida associativa responderam participar mais: 95,1% das respondentes desta questão. Sendo que, 3,7% responderam a Cooperativa, 1,2% Partidos Políticos e 0,6% Associação de Moradores e 0,6% a Associação de Marisqueiras/Catadoras.

Os dados mostram que apesar de 43,1% das mulheres informarem que participam de alguma Instituição Associativa, esta participação dá-se, principalmente, na condição de ouvinte (84,5%). (Tabela 3). A partir destes resultados é possível inferir que o espaço físico destas instituições não está

fechado à presença feminina, mas, por outro lado, sugerem que o espaço político, no processo de tomada de decisões e participação ativa, é predominantemente masculino. Resta saber porque as mulheres frequentam estas instituições na condição de ouvinte: se por escolha própria ou se por uma imposição – explícita ou implícita – masculina.

TABELA 3.a: Mulheres das Comunidades Pesqueiras: Forma da Participação nas instituições/organizações associativas das respondentes (2015-2016)

Forma de participação	casada ou unida	não casada ou não unida	Total
outros	2	0	2
Participo diretamente das decisões	41	9	50
Participo apenas como ouvinte	239	45	284
Não respondeu	43	12	55
Não sabe	3	1	4
Total	328	67	395

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada a todas as mulheres do domicílio que estão inseridas na cadeia produtiva da pesca.

TABELA 3.b: Mulheres das Comunidades Pesqueiras: Forma da Participação nas instituições/organizações associativas das respondentes (2015-2016)

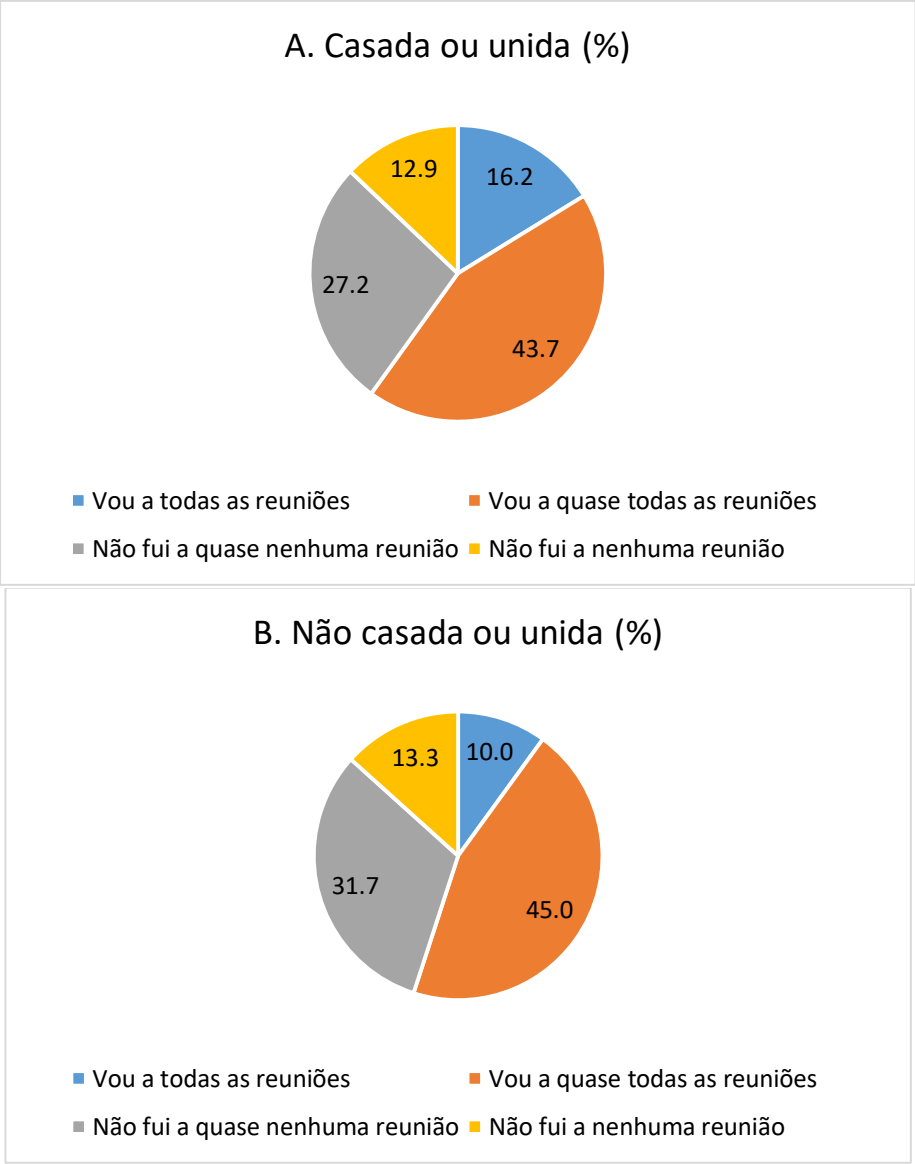
Forma de participação	casada ou unida	não casada ou não unida	Total
outros	0,7	0,0	0,6
Participo diretamente das decisões	14,5	16,7	14,9
Participo apenas como ouvinte	84,8	83,3	84,5
Total	282	54	336

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada a todas as mulheres do domicílio que estão inseridas na cadeia produtiva da pesca.

O dado sobre a frequência com que participam das reuniões nas instituições associativas está apresentado em seguida (Gráfico 6). Os resultados mostram que 59,9% das mulheres casadas ou unidas responderam "Vou a todas as reuniões/ ou/ a quase todas as reuniões", enquanto 55% das mulheres não casadas responderam "Vou a todas as reuniões/ ou/ a quase todas as reuniões", e 40% das mulheres

casadas ou unidas responderam “Não fui a quase nenhuma reunião/ Não fui a nenhuma reunião”, enquanto 45% das mulheres não casadas responderam “Não fui a quase nenhuma reunião/ Não fui a nenhuma reunião”.

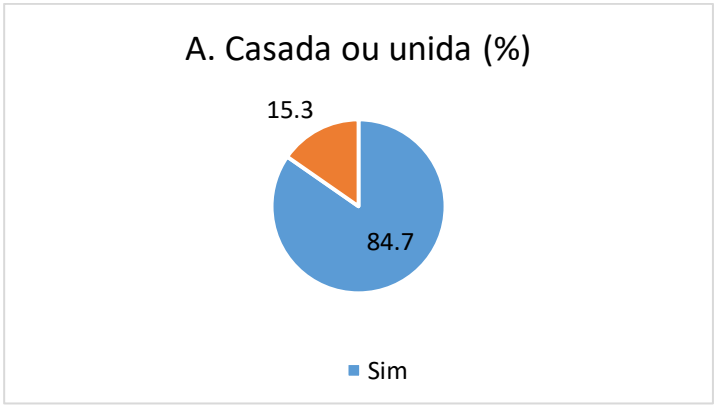
GRÁFICO 6: Mulheres das Comunidades Pesqueiras: Frequência nas instituições/organizações associativas das respondentes (2015-2016)

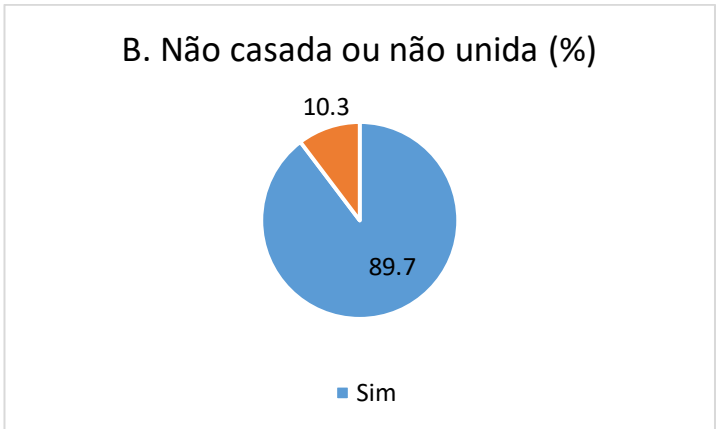


Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – ‘PEA Pescarte’ (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada a todas as mulheres do domicílio que estão inseridas na cadeia produtiva da pesca.

Outra questão relevante levantada refere-se à percepção da intenção das respondentes se aceitariam, ou não, caso fossem convidadas, a fazer parte de uma cooperativa/associação/indústria. Os dados mostram que 84,7% das mulheres casadas ou unidas responderam sim e 15,3% responderam que não, enquanto 89,7% das mulheres não casadas e não unidas responderam que sim e 10,3% responderam que não. O elevado percentual das mulheres que disseram que sim, juntamente com o elevado percentual de mulheres que não participam de nenhuma instituição associativa pode estar relacionada a algum conflito de gênero, onde os homens inibem ou impedem, através de algum instrumento ou meio, a participação política mais ativa das mulheres. Esse resultado reforça a hipótese elaborada através da questão relativa à participação – ativa ou como ouvinte – nas Instituições Associativas.

GRÁFICO 7: Mulheres das Comunidades Pesqueiras: Intenção de Participar de Cooperativa/Associação/Indústria, segundo as respondentes (2015-2016)

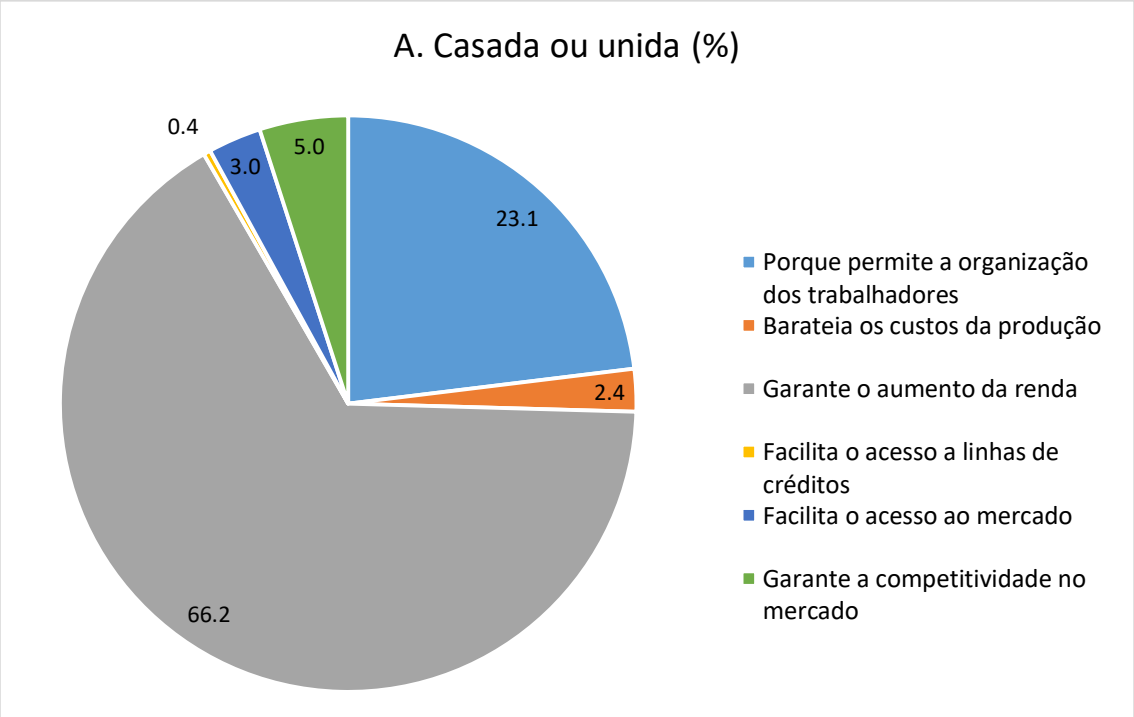


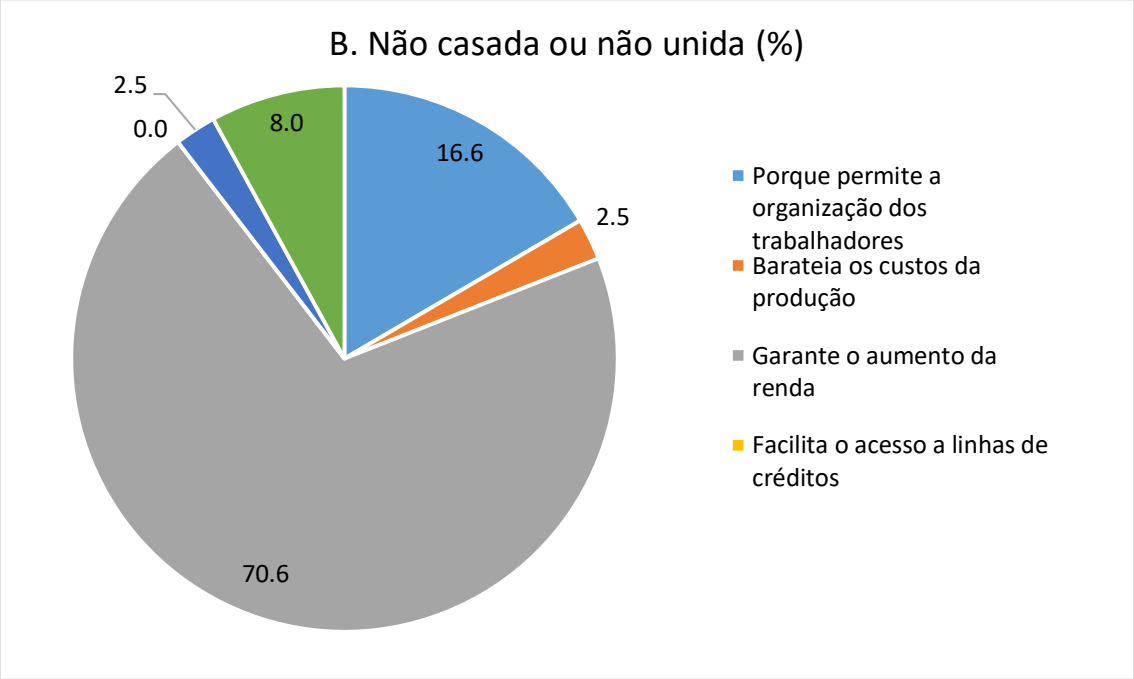


Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada a todas as mulheres do domicílio que estão inseridas na cadeia produtiva da pesca.

Dentre as mulheres que responderam que sim, como mostra o Gráfico 7, foram questionadas por que aceitariam fazer parte de uma cooperativa/ associação/indústria. Das respondentes casadas ou unidas, 66,2% afirmaram "garante o aumento da renda", para 23,1% "porque permite a organização dos trabalhadores", 5% respondeu que "garante a competitividade no mercado", 2,4% "barateia os custos da produção/facilita o acesso ao mercado", enquanto das respondentes não casadas ou não unidas, 70,6% afirmaram "garante o aumento da renda", para 16,6% "porque permite a organização dos trabalhadores", 8% respondeu que "garante a competitividade no mercado", 2,5% "barateia os custos da produção/facilita o acesso ao mercado" (Gráfico 8).

GRÁFICO 8: Mulheres das Comunidades Pesqueiras: Razões para Participar de Cooperativa/Associação/Indústria segundo as respondentes (2015-2016).

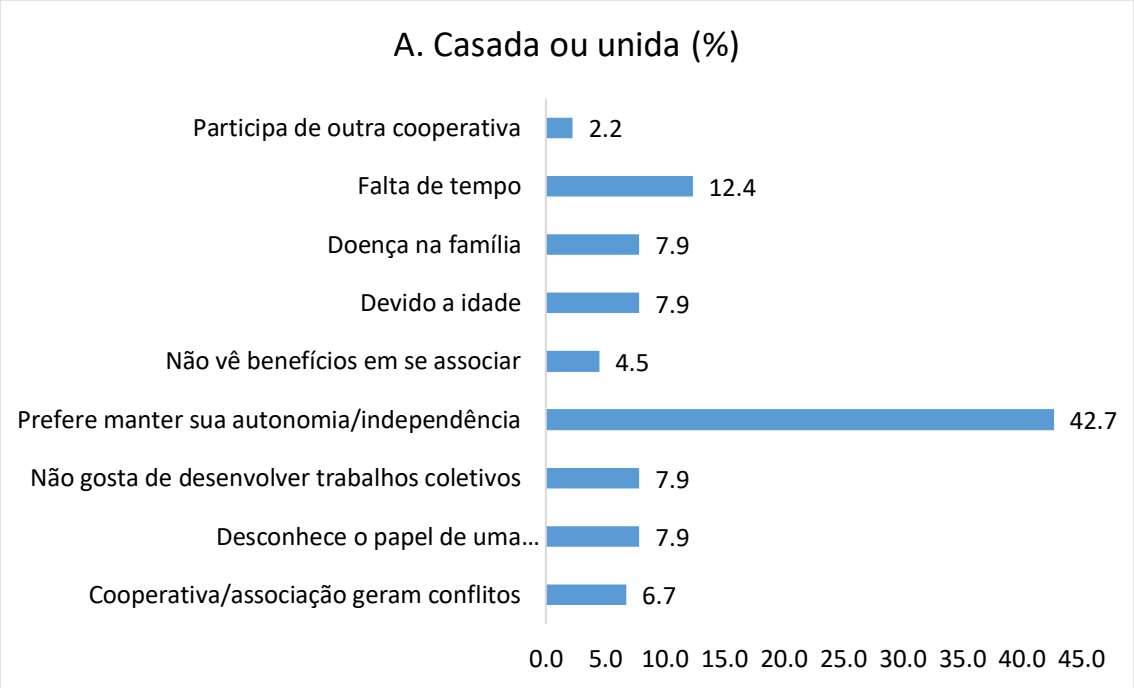


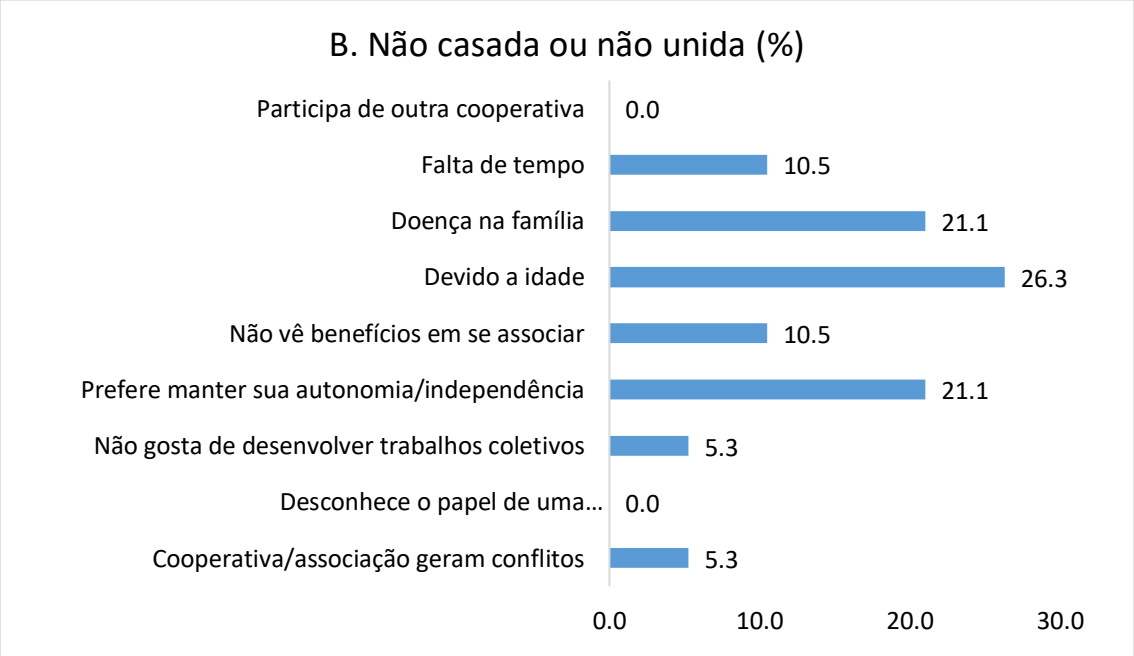


Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada a todas as mulheres do domicílio que estão inseridas na cadeia produtiva da pesca.

A seguir os dados daquelas que responderam 'não' no Gráfico 7. Apenas 26 mulheres responderam essa questão, sendo as respostas dispersas entre os seguintes motivos: "Porque cooperativa-associação gera conflitos": nesse aspecto consideramos que seria importante, no âmbito desta pesquisa, averiguar essa questão, buscando compreender se estas instituições geram conflitos entre os trabalhadores e, mais importante ainda, a natureza dos mesmos, se existirem. Outras respostas foram: Porque desconhece o papel de uma cooperativa-associação-indústria/ Porque não gosta de desenvolver trabalho coletivo; Porque prefere manter sua autonomia-independência; Porque não vê benefícios em se associar numa cooperativa-associação-indústria; Devido à idade/Doença na família/Participa de outra cooperativa (Gráfico 9).

GRÁFICO 9: Mulheres das Comunidades Pesqueiras: Razões para não Participar de Cooperativa/Associação/Indústria, segundo as respondentes (2015-2016)

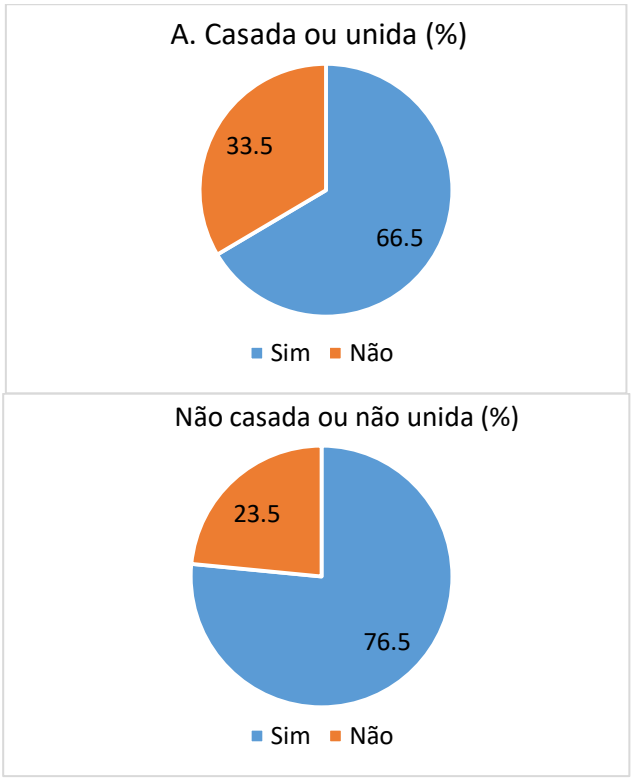




Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada a todas as mulheres do domicílio que estão inseridas na cadeia produtiva da pesca.

Perguntou-se às mulheres se gostariam que seu filho/filha participasse desta cooperativa/associação/pequena empresa/unidade produtiva. 66,5% das mulheres casadas ou unidas responderam que sim, e 33,5% responderam que não gostaria que seu filho/filha participasse, enquanto 76,5% das mulheres não casadas e não unidas responderam que sim, e 23,5% responderam que não gostaria que seu filho/filha participasse. Chama atenção que boa parte das mulheres tem intenção de participar como também gostariam que seus filhos participassem (Gráfico 10).

GRÁFICO 10: Mulheres das Comunidades Pesqueiras -Intenção de que Filho/Filha Participe de Cooperativa/Associação/Indústria, segundo as respondentes (2015-2016)



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada a todas as mulheres do domicílio que estão inseridas na cadeia produtiva da pesca.

Anexo 8:

Resultado esperado: A3.3 Análise de conflitos vinculados à condição feminina no mercado de trabalho da pesca, a partir da base de dados Pescarte (2015-2016)

Primeiramente é apresentado o dado sobre a percepção de conflitos com organizações estatais de fiscalização da pesca. Esse dado foi construído pelo PEA-Pescarte[27] por meio de perguntas feitas aos pescadores – homens e mulheres – a respeito da existência ou não conflitos entre pescadores e órgãos fiscalizadores. É importante destacar que o termo 'percepção' pode ter o mesmo efeito do termo 'opinião' no contexto do Questionário PEA Pescarte.

Os dados indicam que não havia diferenças relativas significativas entre homens e mulheres, embora os resultados apontem para uma tendência para relações mais conflituosas entre as mulheres, comparativamente às relações masculinas. Em Macaé 100% das mulheres pescadoras declararam haver conflito, mas note que se trata apenas de 2 pessoas, um número estatisticamente não representativo. Significa dizer que para esse município não podemos afirmar nada. Os principais conflitos apontados por homens e mulheres são exatamente os mesmos: abuso de poder, por parte do órgão fiscalizador; fiscalização excessiva no período do defeso; legislação deficiente; e período de defeso errado. Ou seja, embora possam haver eixos de conflitos opondo homens e mulheres, a percepção de conflitos com órgãos fiscalizadores parece indicar a existência de uma identidade ou posição social compartilhada (posição de classe no sentido weberiano de chances relativas de ganho econômico é o que pare indicar os principais conflitos apontados) por ambos.

[27] Para maiores informações sobre o questionário e as referidas questões Ver: TIMÓTEO, Geraldo M. Educação ambiental com participação popular : avançando na gestão democrática do ambiente. Campos dos Goytacazes, RJ : FUNDENOR, 2016.

TABELA 1: Municípios Selecionados– Percepção de Conflitos entre Pescadores e Órgãos Fiscalizadores, por sexo (2015)

Municípios	Feminino			Masculino			Total		
	Sim	Total	%	Sim	Total	%	Sim	Total	%
Campos dos Goytacazes	45	179	25,1	89	362	24,6	134	541	24,8
Macaé	2	2	100,0	101	254	39,8	103	256	40,2
São Francisco do Itabapoana	54	250	21,6	105	707	14,9	159	957	16,6
São João da Barra	11	46	23,9	96	375	25,6	107	421	25,4
Arraial do Cabo	27	41	65,9	147	282	52,1	174	323	53,9
Cabo Frio	40	65	61,5	198	436	45,4	238	501	47,5
Quissamã	5	17	29,4	32	115	27,8	37	132	28,0
Total	184	600	30,7	768	2531	30,3	952	3131	30,4

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

A segunda informação abrange outros tipos de conflitos envolvendo a atividade da pesca. O PEA- Pescarte inquiriu os entrevistados sobre outros tipos de conflito, além daqueles envolvendo pescadores e órgãos ambientais, que ocorrem em sua atividade de pesca. 53,4% dos homens entrevistados afirmaram existir conflitos entre os próprios pescadores, mas parecem relevantes os conflitos entre os pescadores e a atividade de exploração de petróleo (ou seria entre pescadores e as empresas produtoras de petróleo?); entre os pescadores e a colônia; com instituições municipais, como as Secretarias de Pesca; e entre os pescadores artesanais e a pesca industrial. Entre as mulheres, as categorias mais declaradas foram os conflitos entre os próprios pescadores e entre os pescadores e as instituições municipais. Neste caso, é preciso aprofundar, através de uma pesquisa qualitativa se o conflito entre os pescadores relatados por homens e, principalmente pelas mulheres, consiste em um conflito de gênero ou não, ou seja, se há conflito de gênero entre as mulheres e os homens pescadores e, em caso afirmativo, qual o motivo que leva ao estabelecimento da relação conflituosa.

Outra informação diretamente relacionada a um possível conflito de inegável natureza socioambiental é a percepção sobre a influência da atividade do petróleo na atividade pesqueira. Foi perguntado aos pescadores – homens e mulheres – se a atividade do petróleo influencia na atividade pesqueira. Os resultados indicam também que há uma não percepção desta influência sobre a pesca encontrada em um número relativamente alto de pescadores, e mais notadamente entre as mulheres. No entanto, esta percepção promove processos de contenção ou neutralização de possíveis conflitos, já que

parece resultar de um desconhecimento sobre os impactos negativos da atividade de exploração do petróleo sobre a atividade da pesca e, portanto, sobre o rendimento monetário das famílias envolvidas. A variação desta percepção entre os municípios indica uma possível desigualdade de acesso a informações: por exemplo, enquanto em Macaé 81% dos entrevistados percebem influência da exploração de petróleo na pesca, em São João da Barra apenas 32,5% tem esta percepção.

TABELA 2: Municípios Selecionados– – Percepção da Influência da atividade do Petróleo na Atividade Pesqueira, por sexo (2015)

	Feminino			Masculino			Total		
Municípios	Sim	Total	%	Sim	Total	%	Sim	Total	%
Campos dos Goytacazes	80	178	44,9	179	361	49,6	259	539	48,1
Macaé	2	3	66,7	223	273	81,7	225	276	81,5
São Francisco do Itabapoana	64	229	27,9	293	714	41,0	357	943	37,9
São João da Barra	13	51	25,5	131	392	33,4	144	443	32,5
Arraial do Cabo	17	39	43,6	152	325	46,8	169	364	46,4
Cabo Frio	53	73	72,6	287	447	64,2	340	520	65,4
Quissamã	7	19	36,8	63	131	48,1	70	150	46,7
Total	236	592	39,9	1328	2643	50,2	1564	3235	48,3

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

Foi perguntado aos pescadores – homens e mulheres – que reconhecem esta influência, se ela é positiva ou negativa. Como se pode notar na Tabela 3 – MUNICÍPIOS – Opinião sobre a Influência da Atividade de Petróleo sobre a Atividade Pesqueira, por sexo (2015), a grande maioria dos entrevistados considera que esta influência é negativa (trouxe mais prejuízos que benefícios + trouxe somente prejuízos).

TABELA 3: Municípios Selecionados– – Opinião sobre a Influência da Atividade de Petróleo sobre a Atividade Pesqueira, por sexo (2015)

Municípios	Sexo	Trouxe somente benefícios	Trouxe mais benefícios que prejuízos	Nem prejuízo nem benefício	Trouxe mais prejuízos que benefícios	Trouxe somente prejuízos	Total (%)	Total (Absoluto)
Campos dos Goytacazes	F	2,6	13,0	13,0	35,1	36,4	100,0	77
	M	2,9	7,4	9,1	44,0	36,6	100,0	175
	T	2,8	9,1	10,3	41,3	36,5	100,0	252
Macaé	F	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	2
	M	0,9	3,6	6,8	26,6	62,2	100,0	222
	T	0,9	3,6	6,7	26,3	62,5	100,0	224
São Francisco do Itabapoana	F	1,5	10,8	9,2	61,5	16,9	100,0	65
	M	2,0	6,4	11,9	58,0	21,7	100,0	295
	T	1,9	7,2	11,4	58,6	20,8	100,0	360
São João da Barra	F	7,7	0,0	7,7	69,2	15,4	100,0	13
	M	2,3	5,3	4,6	65,6	22,1	100,0	131
	T	2,8	4,9	4,9	66,0	21,5	100,0	144
Arraial do Cabo	F	0,0	0,0	25,0	25,0	50,0	100,0	16
	M	0,7	7,9	9,2	38,8	43,4	100,0	152
	T	0,6	7,1	10,7	37,5	44,0	100,0	168
Cabo Frio	F	0,0	1,9	0,0	90,4	7,7	100,0	52
	M	0,7	3,2	3,5	69,6	23,0	100,0	283
	T	0,6	3,0	3,0	72,8	20,6	100,0	335
Quissamã	F	14,3	28,6	0,0	42,9	14,3	100,0	7
	M	1,6	9,7	11,3	64,5	12,9	100,0	62
	T	2,9	11,6	10,1	62,3	13,0	100,0	69
Total	F	2,2	8,6	9,1	56,0	24,1	100,0	232
	M	1,5	5,6	7,8	52,2	32,9	100,0	1320
	T	1,6	6,1	8,0	52,8	31,6	100,0	1552

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

Sobre a percepção de homens e mulheres sobre a abertura do ramo (atividade da pesca) para a participação feminina nos últimos anos. Os resultados mostram que, ao contrário do que se poderia esperar, em praticamente todos os municípios a percepção tanto dos homens quanto das mulheres em relação à abertura desse ramo para a atuação feminina é relativamente elevada. Também foi perguntado aos pescadores – homens e mulheres – a justificativa desta percepção de abertura do ramo. O principal motivo apontado é o fato de tanto os homens quanto as mulheres entrevistadas conhecerem muitas mulheres pescadoras. No entanto, a nosso ver, o fato de também as mulheres perceberem que este mercado de trabalho está se abrindo para a participação feminina pode indicar um dimensão importante

de desigualdade (e talvez também de conflitos) intra-gênero: como o número de mulheres pescadoras é significativamente menor que o número de homens pescadores, e como esta pergunta foi respondida apenas pelo respondente principal, ou seja, por mulheres e homens já inseridos neste nicho do mercado de trabalho, podemos aventar a hipótese de que a inclusão de algumas mulheres nesta atividade social, ainda que resulte da superação de barreiras sociais e culturais que as colocam em posição de desvantagem em relação aos homens, incentiva, entre os incluídos, o desenvolvimento de uma visão que ignora as desigualdades de gênero. Na verdade, a elevada percepção de abertura do ramo da pesca por parte das mulheres pode estar refletindo um conhecimento já adquirido por elas sobre o funcionamento deste mercado de trabalho, fazendo com que algumas barreiras à entrada, que representam grandes obstáculos para quem não entrou, sejam mais facilmente rompidas pelas mulheres incluídas, não sendo selecionadas na construção de sua visão a partir "de dentro".

Os entrevistados que perceberam um fechamento do ramo da pesca para as mulheres, também foram perguntados sobre o que justifica esta percepção. Dentre homens e mulheres as respostas com maior frequência foram: 'porque a pesca é tarefa de homem'; 'a pesca é uma atividade muito pesada para ser realizada por mulheres'; 'porque as mulheres não se interessam pela pesca'; e 'porque as mulheres não são ensinadas a serem pescadoras'. Para a fase qualitativa da pesquisa pode ser interessante trabalhar com mulheres que almejam algum tipo de inserção não alcançada na atividade da pesca, a fim de verificar se há posição de inclusão ou exclusão influencia na percepção de abertura ou fechamento deste nicho do mercado de trabalho.

Do ponto de vista da produção de conflitos de gênero, cabe notar que a elevada percepção de abertura do ramo tende a ser um fator inibidor de conflitos, já que homens e mulheres incluídos parecem compartilhar uma visão que produz mais solidariedade do que antagonismo entre eles, frustrando, muito provavelmente, também uma possível solidariedade entre mulheres incluídas e excluídas. No entanto, estas são questões que só podem ser respondidas por meio do trabalho de campo.

Tabela 4: Municípios Selecionados – Percepção da Abertura da Atividade da Pesca à Participação das Mulheres, por sexo (2015)

Municípios	Feminino				Masculino				Total			
	Sim	Não	Total (%)	Abs	Sim	Não	Total (%)	Abs	Sim	Não	Total (%)	Abs
Campos dos Goytacazes	87,6	12,4	100,0	202	70,9	29,1	100,0	381	76,7	23,3	100,0	583
Macaé	66,7	33,3	100,0	6	66,3	33,7	100,0	276	66,3	33,7	100,0	282
São Francisco do Itabapoana	89,5	10,5	100,0	285	80,8	19,2	100,0	757	83,2	16,8	100,0	1042
São João da Barra	78,7	21,3	100,0	61	62,3	37,7	100,0	416	64,4	35,6	100,0	477
Arraial do Cabo	83,0	17,0	100,0	47	85,1	14,9	100,0	329	84,8	15,2	100,0	376
Cabo Frio	81,6	18,4	100,0	103	79,7	20,3	100,0	469	80,1	19,9	100,0	572
Quissamã	78,9	21,1	100,0	19	72,7	27,3	100,0	132	73,5	26,5	100,0	151
Total	86,0	14,0	100,0	723	75,1	24,9	100,0	2760	77,4	22,6	100,0	3483

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

É relevante para avaliarmos a possibilidade de conflitos de gênero no mercado da pesca a percepção de exclusividade de atividades deste mercado para homens e mulheres. Foi perguntado aos pescadores – homens e mulheres – se existem atividades exclusivas para homens e para mulheres. Os resultados mostram que 66,7% das mulheres afirmaram acreditar na existência de atividades exclusivas para homens e mulheres, em todos os outros municípios destaca-se a percepção – mais intensa entre as mulheres e menos intensa entre homens– de que não há atividades exclusivas. Novamente ressalta-se que o número de mulheres pescadoras é relativamente baixo e que esta baixa percepção pode se relacionar à experiência das mulheres nesse mercado de trabalho. Na fase de pesquisa qualitativa, seria interessante investir no conhecimento das razões que informam esta (não) percepção de exclusividade.

TABELA 5: Municípios Selecionados – Percepção sobre a Exclusividade de Atividades da Pesca para Homens e Mulheres, por sexo (2015)

Municípios	Feminino				Masculino				Total			
	Sim	Não	Total (%)	Abs.	Sim	Não	Total (%)	Abs.	Sim	Não	Total (%)	Abs.
Campos dos Goytacazes	18,6	81,4	100,0	204	28,7	71,3	100,0	380	25,2	74,8	100,0	584
Macaé	66,7	33,3	100,0	6	40,2	59,8	100,0	281	40,8	59,2	100,0	287
São Francisco do Itabapoana	42,0	58,0	100,0	286	47,5	52,5	100,0	767	46,0	54,0	100,0	1053
São João da Barra	16,4	83,6	100,0	61	42,8	57,2	100,0	411	39,4	60,6	100,0	472
Arraial do Cabo	15,6	84,4	100,0	45	28,5	71,5	100,0	323	26,9	73,1	100,0	368
Cabo Frio	12,6	87,4	100,0	103	21,8	78,2	100,0	454	20,1	79,9	100,0	557
Quissamã	26,3	73,7	100,0	19	40,5	59,5	100,0	131	38,7	61,3	100,0	150
Total	27,2	72,8	100,0	724	36,6	63,4	100,0	2747	34,7	65,3	100,0	3471

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

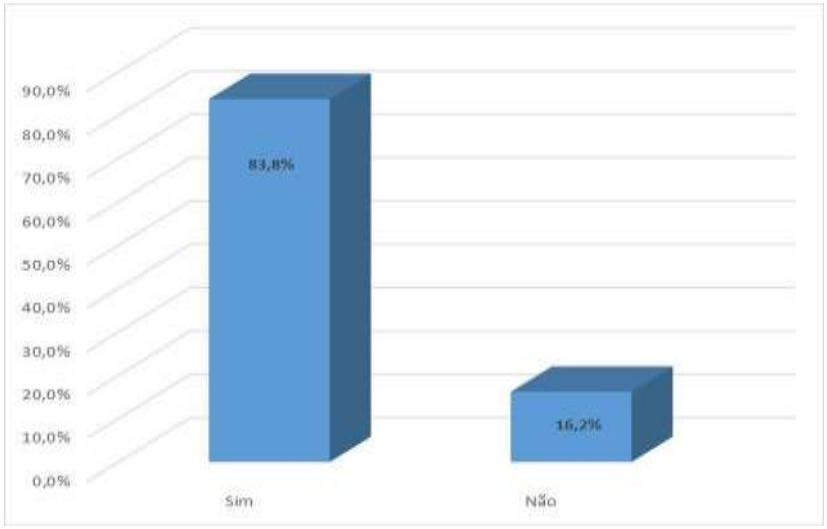
Para aqueles que responderam que na Pesca existem atividades exclusivas para homens, o PEA-Pescarte perguntou quais seriam, então, essas atividades; mais de 70% dos homens e mais de 81% das mulheres identificaram a atividade de pesca, propriamente dita, como uma atividade masculina. O PEA-Pescarte também levantou quais seriam as atividades específicas para mulheres. Nesse caso, verifica-se maior dispersão entre as respostas, porém tanto na perspectiva masculina quanto feminina destacam-se as atividades de descasque, filetagem e limpeza.

Anexo 9:

Atividade A3.3.1 - Análise, na perspectiva de gênero, da percepção sobre a participação feminina no mercado da pesca

Para cumprir este objetivo foram levantados os dados que expressam a percepção das respondentes quanto ao ramo da pesca, se está aberto ou não à participação das mulheres. Os resultados mostram que 83,8% disseram que sim e 16,2% delas responderam que o ramo da pesca não está aberto à participação das mulheres. Dentre as que responderam sim, seria interessante verificar, sob a perspectiva das entrevistadas, se há alguma divisão do trabalho explícita e, caso haja, se é de natureza conflitiva (Gráfico 12).

GRÁFICO 12: Mulheres das Comunidades Pesqueiras: Percepção sobre a abertura da atividade da pesca à participação das mulheres (2015-2016)

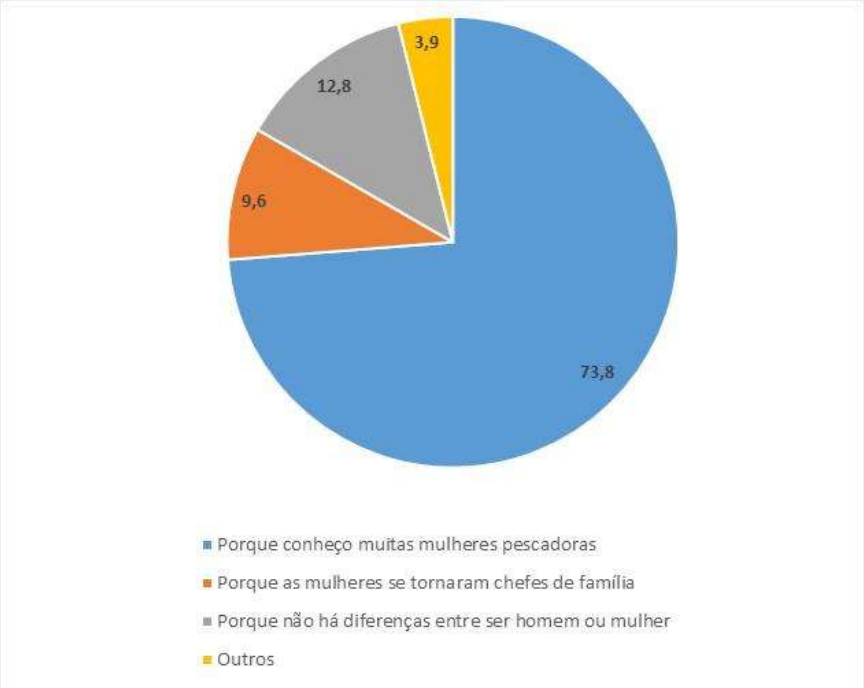


Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

Segundo as respondentes que consideraram que o ramo da pesca está aberto à participação das mulheres, 73,8% afirmaram "Porque conheço muitas mulheres pescadoras", 12,8% "Porque não há diferenças entre ser homem ou mulher", 9,6% responderam "Porque as mulheres passaram a serem

chefes de família tendo que assumir todas as tarefas", e, 3,9% por outros motivos. Deve-se ressaltar que as respondentes são justamente as mulheres já inseridas na cadeia produtiva da pesca.

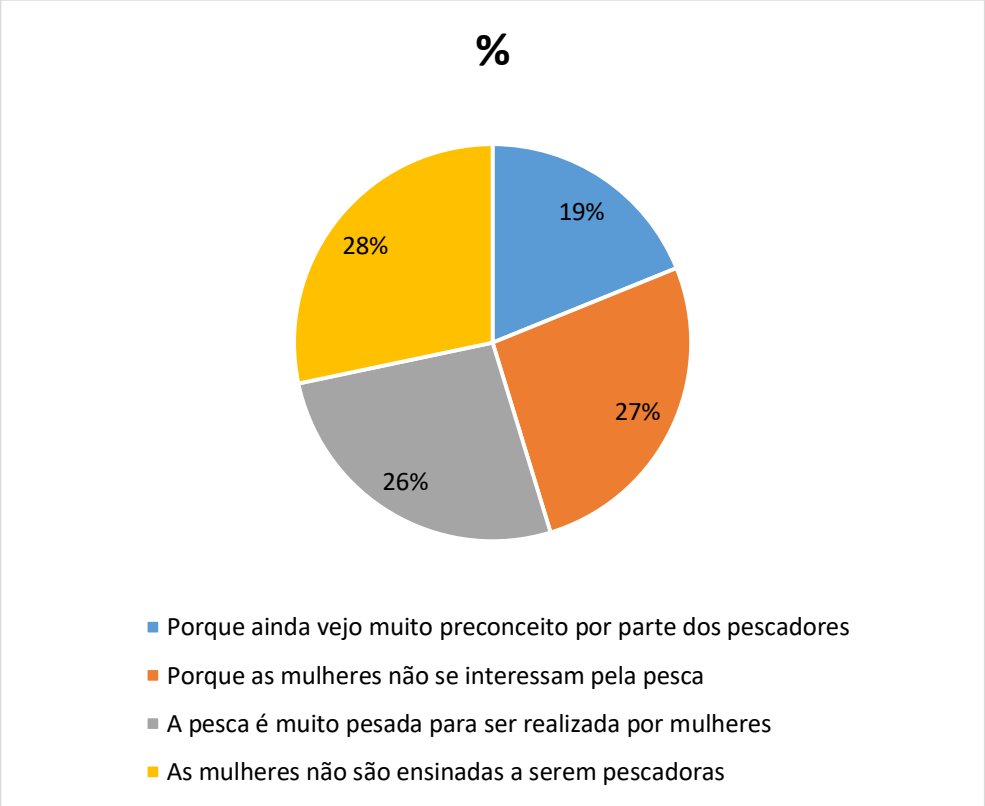
GRÁFICO 13: Mulheres das Comunidades Pesqueiras: razões para a percepção de abertura da atividade da pesca à participação das mulheres (2015-2016)



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

Entre as respondentes que consideraram que o ramo da pesca **não está** aberto à participação das mulheres observou-se o seguinte: 28,3% respondeu que "As mulheres não são ensinadas a serem pescadoras", 26,4% "A pesca é muito pesada para ser realizada por mulheres", 26,4% "Porque as mulheres não se interessam pela pesca", e, 18,9% "Porque ainda vejo muito preconceito por parte dos pescadores".

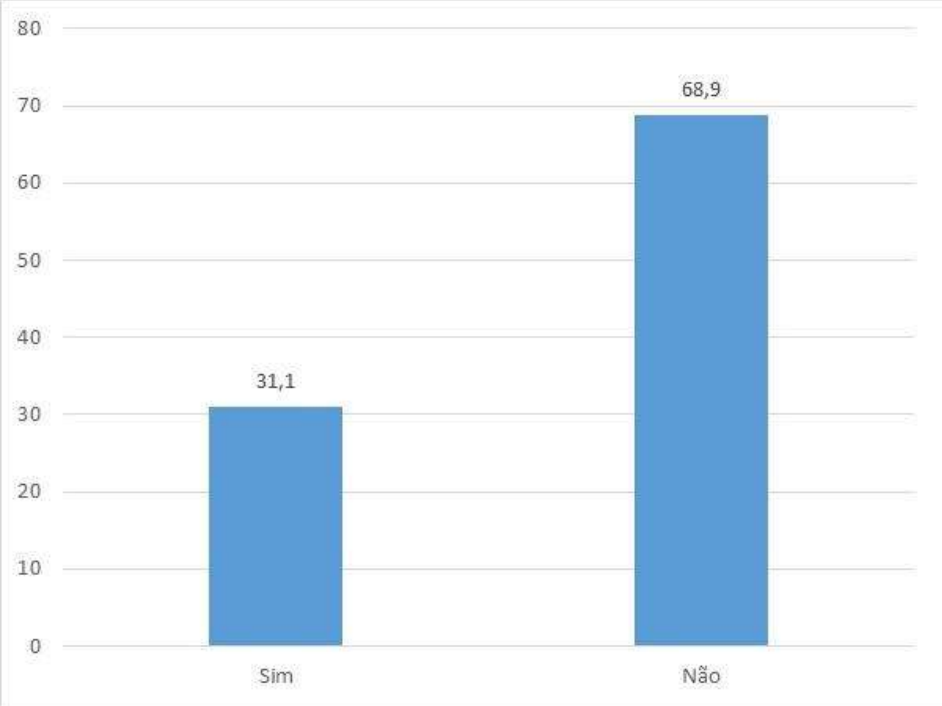
GRÁFICO 14: Mulheres das Comunidades Pesqueiras: razões para a percepção de não abertura da atividade da pesca à participação das mulheres (2015-2016)



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

Os dados mostram que, para 68,9% das respondentes não existem atividades exclusivas para homens e para mulheres na pesca, e 31,1% acredita que haja atividades exclusivas para homens e para mulheres neste ramo de atividade. 83,3% das mulheres que acreditam que há uma divisão do trabalho bem clara na atividade da pesca informaram que a pesca (captura) é uma atividade exclusivamente masculina e 96% informaram que o beneficiamento, filetagem, descasque e limpeza são atividades exclusivamente femininas (Gráfico 15).

GRÁFICO 15: Mulheres das Comunidades Pesqueiras: percepção sobre a exclusividade de atividades na pesca para homens e para mulheres (2015-2016)



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – 'PEA Pescarte' (2015-2016)
Nota: esta questão é aplicada apenas para os indivíduos com idade igual ou maior que 16 anos e que possuem ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca.

Anexo 10:

Resultado esperado - A3.4 Construção da estrutura do banco de dados

É importante algumas considerações sobre a concepção de Banco de Dados adotada nessa proposta. Inicialmente faz necessário reiterar que não se trata de um mero conjunto de informações dispostas na forma de uma planilha cartesiana, e sim um Banco de Dados é um conjunto coerente de informações previamente escolhidas e correlacionadas que posteriormente são tratadas, sistematizadas e ordenadas segundo os objetivos de um determinado projeto (KORTH e SILBERSCHATZ, 1994). Nesse sentido, um Banco de Dados deve ser capaz de gerar representações sobre uma realidade social específica. Quanto a questão da estrutura do Banco de Dados, ela relaciona-se com a determinação dos campos semânticos e a escolha da categoria de análise que irá compor as Linhas e do conjunto de variáveis que irão compor suas Colunas. Essa estruturação, que é um processo que antecede outras etapas da construção de um Banco de Dados como a etapa de alimentação e a de checagem de consistência final.

Para o presente Projeto é apresentada aqui a estrutura do Banco de Dados que irá conter dados de tipos diversos como sociais, econômicos, políticos e também dados espaciais, geográficos (*raster* e vetorial). O objetivo é que o Banco de Dados possa ser um instrumento útil para a produção de representações de um contexto histórico, geográfico e também um público particular: as mulheres inseridas na cadeia pesqueira artesanal do Norte Fluminense, onde, nas últimas décadas as atividades industriais, a urbanização, o turismo e a regulação estatal passaram a disputar espaço com o exercício da pesca artesanal e reorientou os sentidos das práticas sociais nas comunidades pesqueiras dos municípios selecionados no Projeto.

Para definição da Estrutura do Banco de Dados que refere-se a decisão prévia de quais tipos de variáveis deverão compor as suas Colunas, em relação a uma categoria de análise reproduzida nas Linhas, tem-se como referência principal os *campos semânticos relacionais* que perpassam o contexto social e pesqueiro, os conflitos socioambientais e a participação das mulheres na pesca definidos na atividade A.1.1.4, a saber: Campo Político; Campo Econômico; Campo Sociocultural; Campo Sociodemográfico; Campo Ambiental; Campo Pesqueiro. São também consideradas variáveis a comporem as Colunas os indicadores já elaborados na atividade A3.1.3 do Projeto tais como: População

Total; Taxa anual de crescimento populacional; Razão de sexo; Densidade demográfica; Grau de urbanização; Razão idoso/criança; PIB total; PIB setorial; o PIB per capita; Coeficiente de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, IDH-M.

A seguir apresenta-se a descrição literal da Estrutura do Banco de Dados, por Linhas e Colunas:

***Linhas**:* Mulheres entrevistadas.

***Colunas**:*

1. Identificação: Nome da Comunidade Pesqueira; Nome da *entrevistada*; Idade em anos completos; Cor-raça; Estado Civil; Se possui filhos; 2. Geo – Código do Município onde se situa a comunidade pesqueira – (Código do IBGE):3. Latitude; Longitude; 4. Mudanças sócio-ocupacionais na população investigada; 5. Dados que apontem a questão da desapropriação fundiária e/ou Migração entre população pesqueira investigada (escala/ saídas ou entradas /saldo permanente ou sazonal/); 6. Dados sobre Mortalidade na população investigada (suicídios, acidentes e mortes por causas externas indeterminadas e/surtos de epidemias/doenças); 7. Alterações ambientais drásticas/problemas no território pesqueiro notados no meio ambiente (existência de assoreamento, desmatamento, poluição da água, poluição do ar, poluição sonora); 8. Insegurança Alimentar (necessidade de receber cesta básica ou outras políticas da assistência social: transformando/ou reconhecendo a população atingida como público da assistência social); 9. Atividades Econômicas presentes no território pesqueiro (tempo de existência, área: turismo, indústria extrativista, comércio, especulação imobiliária); 10. Atores/Instituições diretamente envolvidos (tempo de existência; tipo de atuação denúncia, defesa DH, natureza delas associativismo civil político ou religioso via Religião/Igreja); 11. O acesso as Políticas Públicas no território pesqueiro (tempo de existência, assistência, saúde, profissionalização); 12. Formas de Participação Política no território pesqueiro (atores envolvidos no contexto político: colônia, deputada, prefeita); 13. Dados que apontem para a questão de violações de Direitos de Crianças e Adolescentes no território pesqueiro (trabalho infantil, evasão escolar, fracasso escolar, uso/consumo de drogas);

14. Tipos de atividades pesqueiras predominantes na região pesqueira (tipos de pescado);
15. Atividades pesqueiras desenvolvidas pelas Mulheres (tipos de formas de participação, relações de gênero e condição feminina na pesca);
16. Acesso a RGP/ Reconhecimento profissional/ jurídico; Redes sociais de solidariedade.
17. Acesso aos recursos ambientais por parte das mulheres e famílias de pescadores na região pesqueira (constrangimentos jurídicos e sociais – cercas/muros/ poluição).

Referências

KORTH, H.F. e SILBERSCHATZ, A.; Sistemas de Bancos de Dados, Makron Books, 2a. edição revisada, 1994.

Anexo 11:

Atividade A4.4.1 – Preenchimento do banco de dados.

Municípios	Grandes empreendimentos	Degradação de rios e lagoas	Identidade e reconhecimento profissional	Disputa de territórios e recursos hídricos	Pesca inadequada
Arraial do Cabo	**Impactos da operação da Indústria de Petróleo e Gás em Arraial do Cabo**	**Poluição da Lagoa de Araruama em Arraial do Cabo.**	**Reconhecimento profissional e identificação das trabalhadoras da pesca artesanal de Arraial do Cabo**	**A indústria do turismo e os impactos na pesca artesanal em Arraial do Cabo**	**"Os grandes barcos" e o impacto para a pesca artesanal**
	[...] tem o Porto né, lá na praia dos anjos né, que não sei nem se tá funcionando, falaram que tava parado, mas também não sei, ali é onde vem assim, muito navio grande, muita coisa grande, mas vem assim por conta desse negócio do petróleo né, aí quer dizer, a	[...] a poluição pior [...] é a poluição da PROLAGOS que tá fazendo a devolução de todo o esgoto. E nós temos, aqui em Arraial do Cabo, uma central de tratamento de água que despeja tudo isso no córrego da antiga Álcalis [A Companhia Nacional de Álcalis foi uma empresa	Olha o nosso RG, o registro geral de pesca, RGP. Nossa que dificuldade, mas tá geral até pros meninos também. [...] eu tenho o meu já pronto e tal, mas as meninas na cooperativa estão com o protocolo até hoje, desde	É, é igual o bonito né, o bonito é mais assim verão né, na época mais do verão, mas tá dando bonito, no inverno agora deu bonito... não muito né, porque peixe::: não é nem que o peixe tá se acabando, é que o peixe tá sendo muito desviado né, muita embarcação, é muita embarcação, aí o que que	Aqui na prainha [...] e na praia do pontal [e Praia Grande] ainda existe [...] a pesca bem antiga mesmo, que é a pesca artesanal, mas bem antiga. Que ainda se vai o barco [para o] mar, se rema, joga [a rede] e tem aquele

	gente não sabe quando pescador vai ter o espaço dele porque já tá acabando também né, porque até os pescador já tem os pontos da pescaria né, que também já tá acabando devido esse negócio do petróleo, aí também querem colocar assim esse negócio de [porto]. – R.C.S.P., beneficiadora de pesca (Prainha).	brasileira produtora de barrilha e sal] que tá sendo bloqueado né, na entrada da nossa estrada que vai pra Monte Alto, só que não tá bloqueada. [...] todo o esgoto passa por cima da [...] ponte levadiça [...]. É uma comporta né, que existia aqui na Álcalis, então essa comporta agora foi lacrada e foi utilizada pela prefeitura de Arraial do Cabo e pela PROLAGOS. [...] E também, [em] Figueira [..] existe uma estação de tratamento, que também não devolve água da lagoa da forma que deveria ser, eles devolve a água in natura apesar de dizer que não, mas várias pessoas pescando, já tiveram lá de madrugada né, com lanterna, pra poder vê e você vê nitidamente as fezes	dois mil e treze, só renovando. – C.R.R., catadora de marisco, processadora e beneficiadora do pescado (Prainha).	acontece, o peixe fica assustado e vai pra outros lugares. É::: tem gente que fala assim, ah, o peixe tá acabando. O peixe não tá acabando, né? Só acaba::: pode até acabar né, não sei, mas eu creio que não tá acabando, ele tá sendo desviado, eles estão muito assustados. Rose Pitta	vigia que faz o sinal, você tem que se ligar no modo do vigia. Para competir com os barcos que tem o GPS e que tem rede de arrastão é complicado. – J.A.R.R., catadora de marisco (Prainha).

		boiando na saída. [...] Então a lagoa tá sendo prejudicada pela PROLAGOS, pela prefeitura, que pelos acordos da PROLAGOS não tá tomando iniciativa nenhuma. (G.L.S., pescadora, Figueira).			
	Olha, primeiro o peixe está mudando de rota, tá indo cada vez mais pra longe. [...] o peixe boi grande tá lá fora. Porque olha só, a plataforma tem aquelas coisas tudo pro fundo do mar. Então, ali se forma, nós chamamos de comedoria, nós cabistas chamamos de comidia. [...]. Todos os peixes vão pra lá comer, se eu pegar essa caneta e deixar ela dentro do mar, aqui vai se formar um monte de moluscos, um monte de coisinhas que	Eu acredito ainda que seja muito esgoto também. [...] esgoto agora rola nessa lagoa né, a cidade toda. Todo mundo joga esgoto dentro dessa lagoa. [...]. Muitas vezes [...] eu senti, puxando a rede, [...] o cheiro de esgoto na rede, entendeu? Aquilo ali é muito esgoto dentro da lagoa. Acabou com a nossa lagoa. (W.R.S., pescadora, Figueira).	O pescador é um profissional e como profissional, ele tem que ter o seu registro, é de direito e atualmente não está sendo fácil fazer não. [...] Então, o quê isso? Como é que fica o direito do profissional? Perante o INSS, porque todo mundo contribui, mas e a carteira? E perante o banco também, o pescador não tem direito a esses empréstimos, tudo isso do PRONAF, mas sem	O turismo,né? Esse turismo desenfreado que está em Arraial do cabo. Os barcos grandes, que vem pra fazer turismo e os barcos grandes de pesca lá fora,menina, estão acabando com o polvo. Como é que é esse barco grande, que pesca polvo? Como é esse barco grande que vem cheio de pote.	[...] enquanto a nossa [pesca artesanal] pega no máximo seis tonelada[s], um barco industrial que entra aí para pescar [...] tira cento e vinte toneladas. Eu fiz estágio [...] numas empresas de Cabo Frio. Eu cheguei a ver uns porões lotados e ainda vem peixe em cima do convés, entendeu? Então, não tem como o pescador de pesca artesanal

	serve como o alimento do peixe. [...] nós chamamos de recife artificial [...]. Então, agora tá migrando tudo lá pra plataforma. Por que? São recifes artificiais, o peixe está mudando de rota. - C.R.R., catadora de marisco, processadora e beneficiadora do pescado (Prainha).		o registro geral de pesca, não tem como você adquirir, todos os seus direitos. Então, não tá fácil não. - C.R.T.; catadora de marisco, processadora e beneficiadora do pescado, artesã (Prainha).		concorrer com um pescador de pesca industrial. [...] Então aí eu acho que dentro da pesca é o maior impacto que os pescadores enfrentam [...]. – N.C.F., funcionária da Colônia Z5 (Praia dos Anjos).
	.[...] e hoje tem um outro agravante também, hoje os cardumes eles estão sendo desviados, muito em função das plataformas aqui encostadas, porque o descarte de comida deles é muito grande, então esse cardume ele vem, ele chega ali, ele encontra a comida, ele para e dali ele não segue pra procurar comida, ele volta ou ele	Aqui nem os peixes tão entrando mais. [...] É água suja né, [...] igual uma lama. [...] ninguém conseguia tomar banho aqui. [...] Isso [aí é] um bueirozinho [...]. Aí passa aquela tubulação que vai pra lagoa, que era só água de chuva. [...] Mas o que aconteceu, [...] os moradores enfiaram o cano [...] de fora a fora. [...] Você pode olhar ali, óh. [...] Aquela	[a carteira do] ministério da pesca é como se fosse [...] uma identidade do pescador [...]. [por] ela tem direito aos benefícios [...], que é o defeso [...], aposentadoria. [...] você tem que realmente ter carteira ou então você tem um protocolo que em dois mil e quatorze [...] foram validados. –	SUELEN- Não é a traineira,não? CLEUSA- É a traineira,mas tem o nome .Esse barco está acabando com o peixe,porque eles metem a rede por baixo e arrasta tudo,filhote o que vier,se você estiver ali mergulhando você vai na rede deles e por aí e com isso vai matando tudo.Vai matando,pequeno,médio e grande.Aí, é polvo é tudo,mas tem uns que já vem com vários	Esses grandes barcos que vão pescar, quer dizer, [...], já deixou de ser pesca artesanal. Porque antigamente era só esses barquinhos que ia, né, [...], com lampião. Hoje você vai o mar é uma claridade só, então, a lula vai para onde tá mais claro. Aí a gente, fica ali pescando uma

	abre porque as plataformas tem muito ruído, muita coisa. Então muitos deles chegam ali perto e eles abrem e eles saem. Foi feito um estudo agora sobre isso. - C. M. S.J., pescadora (Praia Grande).	dali é até casa de [representante] dos pescadores, mas tem um esgotinho lá pra lagoa. (V.S.R., pescadora, Figueira).	N.C.F., funcionária da colônia (Praia dos Anjos).	potes de polvo,e vocês sabem quem entra nesses potes,né? Só a fêmea, é uma covardia.Elas se esconde para desova,ela pensa que é uma toca, entra, é um pote, ela já foi capturada.Estão devastando aí fora com essa pesca.Tudo isso teria que ter o quê? Uma fiscalização boa por parte do governo.Porque o que adianta fazer defeso,só pro pequeno pescador,só pra gente ficar na beira da praia e detalhe, que quase ninguém recebe.Você tem documento pra receber defeso?Se não tem carteira, como é que vai receber defeso?Quer dizer, na época do defeso,quem passa o veneno somos nós,porque os grandes pescadores estão lá no mar,devastando com tudo,querem nem saber.	a uma, e eles colocam aquela rede [e] a luz muito forte, as lulas vão toda para lá e eles pegam com aquela rede. - M.H.O.S., pescadora (Praia Grande), negrito da autora.

	Lá não pode pescar [...]. Tudo tem área de segurança. Só acho que eles deveriam fazer assim ó, de hora tal a hora tal, pode pescar, toca uma sirene qualquer coisa lá, mandando os pescadores se afastarem. Por causa do perigo, a gente sabe que não é assim, mas vamos conciliar. Por que será que uma plataforma se chama garoupa, cherne, anchova? Não era o point da anchova ali não? Será? Da garoupa, do cherne? E o pescador não tem acesso mais esses pontos. É bom? É favorável até que ponto? É pro país, né? E pros profissionais da pesca? Peixe bom, tá lá fora. Cada vez mais o peixe tá	[...] pelos moradores que não tem as fossas sépticas né, com suas devidas colocações [...]. Então muitas casas também não têm, então existe algumas bocas de saída de água tanto no Figueira, quanto em Monte alto, quanto Praia Seca, quanto Arraial do Cabo né, então toda região ela tá sendo contaminada também né, pela falta de organização da própria comunidade né, das próprias pessoas. (G.L.S., pescadora, Figueira). [...] uma problemática que acontece na lagoa [é] muito jet-ski agora nesse período de férias, eles invadem a lagoa, muitos sem documentação e causam um	Hoje já está liberado a DAP pra quem tem o protocolo [...] sem tá registrado lá, o governo tomou essa atitude tem um mês, dois meses, mas ainda assim não consegue emitir o documento final de todo mundo e aí também quem não tem oh...[...] então a maioria não tem, algumas sim, mas não adianta uma ter, duas ter não resolve a gente. É isso que tá acontecendo, se não a nossa cooperativa hoje estava trabalhando igual maria fumaça. - C.M., pescadora (Praia Grande).		De três anos para cá a pescaria caiu muito, mas muito mesmo. Porque eu costumava assim, nessa época de janeiro, fevereiro e março a gente ia pescar e voltava com sessenta quilos de lula, cinquenta quilos de lula, lógico que não era todo dia, mas tinha quantidade, enchia dois baldes, três baldes. Hoje o máximo que a gente está conseguindo trazer é seis, oito quilos, isso quando acontece. Esse ano a gente ainda não conseguiu. Eu matei o máximo num dia [foram] seis quilos e meio, não está

	migrando pra fora. É um impacto. - C.R.R., catadora de marisco, processadora e beneficiadora do pescado (Prainha). E se não respeitar o nosso limite de pesca, porque quando eles estão com plataforma onde estão trabalhando a gente tem que pescar quinhentos metros fora. A gente tem que ficar quinhentos metros afastado e as vezes o peixe tá envolta deles, porque joga comida e essas coisas. [Os peixes] vai tá em volta deles [plataforma], então fica difícil. – J.A.R.R., catadora de marisco e beneficiadora de pescado (Prainha).	problema muito grande porque várias redes de pescadores na lagoa já foram arrebentadas por causa de jet-ski e já houve também desafios né com as pescadoras que são mulheres né, passa o jet-ski e porque você é mulher o cara fala assim "ah, pode sair daqui porque agora é a nossa hora de lazer" aí a pescadora diz assim "não, essa é minha área de trabalho, eu sou pescadora artesanal daqui" então quem tem que sair daqui não sou eu, e vocês tem um limite pra poder se aproximar né. Eles abusam, então muitos deles do jet-ski, eles bebem e vão pilotar seu jet-ski, colocando várias pessoas em risco né, já houveram casos de acidentes	o espaço, não está de acordo [...]. E não estando de acordo, eu não posso pedir a vigilância sanitária, né? que é o primeiro passo na conquista de um selo, né que hoje é o federal né. [...] então por esse motivo a gente não conseguiu ainda. [...] Mais uma vez o recurso que falta né, estamos aí numa luta também junto ao poder público municipal para ver se a gente consegue uma área, nós estivemos com o recurso na mão pra construir a sede e perdemos porque não tivemos a área pra construção. – Z. M. S., presidenta da		tendo pescaria. O peixe sumiu. Muito difícil! [...] lá para fora o pessoal tem ido muito longe para pescar, lógico é uma pescaria diferente e eles ainda conseguem, não com a mesma quantidade, mas aqui está muito difícil. Mas tem um motivo: [...] não é dizer que o peixe está acabando não, são as redes que estão colocando, os três malhos que não deixa[m] o peixe entrar. Porque quando coloca o pessoal da guarda trabalha e eles conseguem pegar essas redes, na mesma semana você

	Hoje em dia tá bem difícil, devido mesmo a derramamento de óleo. Agora mesmo teve um, a gente tá impedido de pescar, principalmente as marisqueiras, porque o [...] marisco é um molusco muito sensível. Então, qualquer tipo de coisa que não seja da própria cadeia alimentar deles atrapalha o fluxo dele. Pode nos trazer infecções, várias coisas, porque ele é um molusco muito sensível. – J.A.R.R., beneficiadora de pescado (Prainha). No dia que eu fui pescar foi no primeiro dia, [...] numa terça-feira, e nós estávamos indo lá pra fora. Eu ia e a gente vendo o óleo	por causa de jet-ski há anos atrás, então em relação ao turismo na lagoa, a problemática é jet-ski. (G.L.S., pescadora, Figueira).	cooperativa (Praia Grande).		consegue pescaria. [...]. [E essas redes são redes de que?] É clandestina. O pessoal atravessa não sei quantos quilômetros de rede a noite e antes de amanhecer eles vão lá e tiram. Que eles não tiram só o peixe grande, eles tiram o pequenino também, porque eles usam uma malha errada. Então, eles seguram tudo que passa. Eles vão exatamente na Praia Grande por onde o peixe passa e colocam essas redes. Se fosse uma ou duas, mas não, é muita, é quantidade muito

	passando direto pelo barco e eu nem sabia ainda do vazamento. Eu falei, "isso aqui é óleo", até o Onildo falou: "não, não é óleo não". Falei, "é sim". E assim a gente começou a ver, ir navegando e o óleo passando, passando, muita coisa. Aí depois que eu fui saber que tinha acontecido. – C.M.S.J., pescadora (Praia Grande). [...] o impacto é muito grande, igual agora, inclusive esse derramamento de petróleo, né, impactou muito pros pescadores. Até os ambulantes, né, foi afetado, o pessoal que faz o passeio de barco também foi muito				grande. – C.M.S.J., pescadora (Praia Grande). Aqui na Prainha é tipo um boqueirão [...], tipo uma ferradura [...]. Aí os barcos de pesca com sonda passam por fora, ele não deixa o peixe entrar. Eles lá, eles vão cercar, com outras pessoas de outros municípios. – J.A.R.R., catadora de marisco (Prainha). [...] tem dois meses que [...] algum barco desse de grande porte fez um descarte aí desse tipo de pescaria, que Monte Alto e Figueira ficou

	afetado. Aí o impacto foi muito grande. Por exemplo, quem é marisqueira não tá podendo tirar marisco, porque [...] a gente não sabe se tá contaminado ou não, com certeza tá contaminado. E as pedras tá muito danificada, aí não tem nem como tirar marisco. – R.C.S.P., beneficiadora de pescado (Prainha). Nós não estamos podendo colher o mexilhão até que venha a amostra que foi levada aí para ver [...] o grau de contaminação. Enquanto isso, fica um mês pra saber o grau de contaminação e se tiver contaminado fica mais um				enfestado de peixinho, encalhou morto lá na praia. C.M.S.J., pescadora (Praia Grande). É... isso aí [...] foi criado uma reserva extrativista para fiscalizar né. [...] E infelizmente o sistema [...] é muito deficiente [...]. O ICMBio não tem funcionário suficiente para fazer essa fiscalização. Existe vários conflitos, [...] não é só a pesca industrial, são os barcos de passeio, esse tráfico de embarcação e mergulho. – N.C.F.,

	ou dois meses pro marisco descontaminar. E o marisqueiro, catador de marisco como fica nisso? – C.R.R., catadora de marisco, processadora e beneficiadora do pescado (Prainha).				funcionária da Colônia Z5 (Praia dos Anjos). Vamos imaginar que a gente está numa reserva extrativista, era para existir uma fiscalização que realmente impedisse esses acontecimentos, mas não acontece. E o pesador antigo, pescador artesanal se afasta da beira mar, se afasta da pesca porque não vai querer seus filhos, sua família passando a mesma necessidade de que ele se encontra passando. [...] tá complicado até pra nós hoje fazermos os nossos produtos [...]

					pela falta do pescado. – Z.M.S., pescadora (Praia Grande).
Município	**Grandes empreendimentos**	**Degradação de rios e lagoas**	**Identidade e reconhecimento profissional**	**Disputa de territórios e recursos hídricos**	**Pesca inadequada**
Cabo Frio	**Impactos da operação da indústria do Petróleo e Gás em Cabo Frio**	**Poluição da Lagoa de Araruama**			**As trabalhadoras da pesca em desacordo com o período do defeso.**
	As plataformas atrapalham, porque não pode [pescar no seu em torno] ... tem um espaço [...] de mais de 500 metros de distância da plataforma para os barcos pequenos pescarem. Isso atrapalha muito (Ja.R.C., trabalhadora da pesca de Cabo Frio)	Porque pela poluição, o impacto que ela [poluição] dá no camarão... o pouco oxigênio, o camarão ele cresce... ele fica adulto, mas ele não cresce. Estudo de biólogos, mesmo. Ele é um camarão adulto, só que considerado um camarão anão, que não consegue alcançar o seu porte (A.C.L.,			É aqui que eu te digo... é uma coisa que é pra pensar... defeso... hoje o camarão tá grande na lagoa... tá... desovando... mas por que que não dá um jeito de... do pescador... ter um jeito de catar o camarão quando ele já tiver

		pescadora da comunidade da Praia do Siqueira)			saindo? que ele vai pro mar e não volta...Aí tira o defeso... quando você vai catar... o camarão desse tamanho [simula um tamanho pequeno com os dedos]... que ainda tá crescendo... (C.C.R., descascadora de camarão de Cabo Frio)
	Onde a Petrobrás é fundada é uma área que o pescador já perde. Ele não pode pescar naquela área. Ele tende a se afastar. [...] eles têm a distância... de o pescador encostar ali. Ali perto dela [plataforma] ele não pode pescar, ele tem que se afastar. (M. C. N., limpadora de peixe de Cabo Frio)	Meu pai me criou com uma fartura de camarão, de tainha e de outras espécies que tinham na lagoa e que não se encontram mais. Com a poluição muitas espécies não se reproduzem, não se criam mais na lagoa (A.C.L., pescadora da comunidade da Praia do Siqueira)			O nosso defeso era junto com o defeso que pega nacional do camarão. [...] só que na Lagoa eles fizeram uma jogada que tiraram [...] o defeso do camarão e o defeso da tainha e fizeram a paralisação da lagoa, que é primeiro de agosto a trinta e um de

					outubro, que é a safra do camarão. Pro peixe, “show de bola”. Não é a época que eles pescam a tainha, mesmo. Pro peixe está ótimo (A.C.L., pescadora de Cabo Frio)
	Agora apareceu [óleo no mar] em Cabo Frio nessa chuva que deu subiu... Então ele [óleo] subiu e sujou tudo, tanto que a [Praia] do Peró que tinha bandeira azul, não tem mais. Arrearam a bandeira azul, por quê? Por causa do óleo. [...] pescadores aqui acharam peixe sujo de óleo... isso tudinho, olha só! Olha o que já gerou! Eu achei uma tartaruga morta. [...] até hoje não sabem	Eles [PróLagos] vem a poluir a lagoa também. [...] e o problema é os pescadores tá se colocando em perigo também né... porque é muita coisa jogada nessa lagoa... que às vezes você vai pra mais longe... nem tão longe... aqui perto... mas mesmo assim você ainda tem contato (C. C. R., descascadora de camarão da comunidade Praia do Siqueira).			Porque o peixe que entra pra lagoa, ele não volta pro mar. Ele fica na lagoa, até que alguém mate, ele fica engordando na lagoa. Agora o camarão, não. Ele entra em larva, cresce, fica grande, com quinze dias depois ele vai pro mar, pra “namorar” de novo e voltar as larvas. Eles botam um defeso de noventa dias pro um

	explicar aonde isso veio. A Petrobras assumiu o erro, mas ainda não sabe da onde que veio. Eles disseram que não acharam qual é o problema. [...] eles falam que [a praia] não está impróprio [para banho]. [...] Então, prejudicou... prejudicou a vida do pescador, prejudicou a vida do ambulante, prejudicou a vida de todo mundo. [...] [e] enquanto o mar ficar agressivo vai jogar [o óleo] pra fora e vai trazendo mais, porque já vai fazer praticamente um mês que isso aconteceu (L.B.H., pescadora de Cabo Frio).				camarão que cresce em quinze dias. De quinze em quinze entra, cresce com a mudança de lua e sai. Ele não fica na lagoa. 'Ah, mas olha só a quantidade de camarão quando abre o defeso'! Vamos supor: primeiro de novembro a gente pode pescar... a gente vai pescar [...] três dias... depois acabou (A.C.L., pescadora de Cabo Frio).
		Primeiramente a poluição na lagoa está cada vez mais crítica [...] e a Pró Lagos,			Tem esse lance do defeso né... que agora mesmo... a sardinha

		jogando o esgoto diretamente [na Lagoa de Araruama) [...] É uma empresa de água que abastece a água de Cabo Frio e também o esgoto né. Ela tem um maquinário lá que eles falam que tratam tudo e jogam só a água, entendeu? Mas é mentira. [...] A gente já provou para eles que é mentira que a gente já cercou ali, essa época [...] [e] se a gente for ai perto aonde fica o cano deles e der um lance, só vai ser papel de bala [...] binga de cigarro... não está tratando. [...]Se eles tivessem jogando só água era para tá só água né, mas sai muita sujeira, latinha, saco plástico... (A.C.L.,			saiu do defeso, mas a gente abre ela e está com óvulo. Então tá no período errado. Não era pra estar desovando agora. Então ainda tem isso... a parte do defeso que não bate... (K. C. S. N., limpadora de peixe de Cabo Frio)

		pescadora da comunidade Praia do Siqueira)			
		[...] eu sei que quando eu era criança eu tomava banho na lagoa, brincava muito aí depois eu fui, eu já fui ficando adolescente [e] hoje não tem nem condições de deixar uma criança na beira daquela lagoa. [...] Eu acho que é um pouco de cada [poluição, esgoto e lixo], uns dizem que é esgoto, outros dizem que é lixo, uns dizem que é aquele tratamento ali [...]que parece que é da Pro Lagos. [...]uns dizem que foi depois que ela fez aquele tratamento ali que mexeu com a poluição (G.S.C., descascadora de camarão da comunidade Praia do Siqueira).			Muitos estavam comentando que o defeso foi criado no período errado, no período da desova do peixe. Deliberaram e no período do defeso que era pra poder estar aberto, não está. (A. S. R., separadora de peixe de Cabo Frio)

		O prefeito Alair Correia fez, participativamente, com os pescadores dali da Praia do Siqueira para fazer a engorda da Praia do Siqueira, porque na Praia do Siqueira a margem de água batia junto do calçadão. Não tinha aquela quantidade de areia que tem hoje. Então ele escavou uma parte da lagoa pra pegar toda essa areia e jogar e fazer a engorda na beira da praia [...] que hoje virou gramado. E ai eles fizeram essa escavação da beira da praia tirando essa areia. Fez um buraco em toda a beira da praia. Então a Prolagos jogando esses resíduos in natura que é lama... eles dizem que não, mas é lama... [...] Se aqui no mar que está quente,			Eu acho que está errado... tá errado sim [o período do defeso], porque a época que eles estão liberando [...] é a época que era pra estar fechado, porque de noite você vai aqui, oh, com a lanterna e você vê os guaiamum ovados... as fêmeas [ovadas]. Então, assim... a época da reprodução deles é agora e agora que tá liberado pra pegar. (K.M.S., catadora de caranguejo de Cabo Frio)

		imagina na lagoa com essa lama que bate o sol quente, ferve. [...] as larvas que entram não ficam, porque a própria lama esquenta de uma certa forma, que as larvas que batem ali morrem. [...] A cada ano que vai passando, vai se agravando mais, ao ponto de você vim de lama com um palmo só de água (A.C.L., pescadora da comunidade da Praia do Siqueira)			
		[...] eu acho que é muita ambição também, porque a gente tem a [PróLagos]... tem vários outros órgãos... se você rodar aqui... até na faculdade lá perto você vê algumas coisas erradas... (C.C.R., descascadora de camarão da comunidade Praia do Siqueira)			O camarão está em uma data [do defeso] errada. Quando tem o peixe, não pode pescar, quando está no defeso, é quando você tem fartura. Ele tá ovado, ai fica difícil (J.R.C., trabalhadora

					da pesca de Cabo Frio)
		Até a faculdade Veiga de Almeida. [...] A gente chama rio rosa, direto mesmo, direto dentro da lagoa, a Veiga a universidade e... tem quatro no cás dela ali tem quatro bocas de cano direto pra dentro da lagoa também, muito me admira eles fazerem isso tendo Gestão Ambiental lá (A.C.L., pescadora da comunidade da Praia do Siqueira).			Agora sim, a gente pode pegar tranquilo que tá liberado, mas antes não estava. E tava todo mundo pegando. Todo mundo! Eu não posso falar nome de ninguém e não posso apontar ninguém, mas todo mundo que vive, tava pegando, [...] porque não saiu e as pessoas estavam esperando o defeso sair (K.M.S., catadora de caranguejo de Cabo Frio) [...] porque eu acho uma covardia, você ir lá, vê um cardume, [...] vai com um barco com

					uma rede gigante... um monte de gente na praia... cerca e arrasta aquilo. Poxa! Eu acho uma covardia muito grande. Eu pesco com isso aqui [mostra um molinete]. Eu pego de um por um [no anzol]. Eu tenho raiva de rede e tarrafa. Eu não gosto [...] de rede nem tarrafa. A minha pescaria é isso aqui, óh! [...] pescando com anzol, ou quando o guaiamum tá liberado, eu faço minhas armadilha... vou lá, pego meu caranguejo e meu guaiamum... (Pescadora K.M.S., pescadora do Chavão, Cabo Frio).

		A gente passou lá e [...] eu amostrei os pontos que polui diretamente a Sal Cisne que eles lavam o sal que eles fazem lá na salina para levar para dentro da Sal Cisne para tratar. Eles jogam o produto nela que deixa a água rosa e essa água rosa vai direto para lagoa, a gente até tirou foto. (A.C.L., pescadora da comunidade Praia do Siqueira).			O camarão está em uma data [do defeso] errada. Quando tem o peixe, não pode pescar, quando está no defeso, é quando você tem fartura. Ele tá ovado, ai fica difícil (J.R.C., trabalhadora da pesca de Cabo Frio)
		Poluição, assoreamento e alteração do ecossistema do Rio São João			**Os "grandes barcos industriais" no caminho da pesca artesanal**
		O que que acontece aqui todo ano, quando tem uma... é... como é que se fala... a Agrisa, que tem aí pra cima... então todo ano quando dá			Impacta bastante o arrasto, né. (...) (as traineiras) só podem pescar de um metro em diante (...) (deve-

		aquela chuvada... muita chuva mesmo... aí o que que acontece?... o rio é doce e salgado... quando o mar joga, enche e então joga o sal pra cima. Então quando chove muito eles (Agrisa) abrem lá, a comporta da barragem. Então, desce um veneno e mata muito peixe...mata caranguejo, mata guaiamum... o que tiver ele mata. (...) mata muito mesmo... os peixinhos vem boaindo assim... alguns querendo oxigênio aí vem cá encima. (Pescadora K. M., pescadora do Chavão, Cabo Frio).			se) proibir a modalidade de cerco. O cerco... a indústria nunca está sendo afetada por nada, só os artesanais estão sendo prejudicados. Elas podem... elas podem pescar anchovas, sardinhas elas podem pescar... (Alexandre Marques, presidente da Colônia de Pescadores Z-4)
					A quantidade de embarcação... muita embarcação... principalmente a industrial... é a que

					mata mais (peixe). (...) por todo lugar você vê uma embarcação industrial. Até barcos de outros países a gente vê. A gente cansa de ver pescando na costa nossa, barco de outro país. (...) E isso tá acabando com tudo (Ja.R.C., trabalhadora da pesca de Cabo Frio)
		(...) o que acontece de acordo com a portaria 82 do Rio São João (...) o pescador artesanal ou o ribeirinho ele não poderia trabalhar. Ele não poderia colocar uma rede dentro do Rio São João para pegar peixe. (...) Essa reunião que vai ser feita vai ser no objetivo de é de entrar			Fracassou muito... os peixes sumiram... (...) acho que é muito barco. Muita embarcação, que montou com esse negócio de sonar (...) aí os peixes sumiram (...) sonar você vê a quantidade de peixe

		em acordo com os pescadores para que seja demarcado uma área aqui na foz, na boca da Barra, onde desagua ali o rio para o mar (...) para que não seja utilizada aquela área ali para que eles não coloquem redes lá naquela entrada, para que não venha atrapalhar a entrada dos cardumes, que ali é a entrada e saída da Boca de Barra. Entra vários tipos de peixes. Então o intuito ali é de proteger para que não venha causar um impacto do crescimento das espécies de peixe dentro do rio São João, que possa ter entrada livre (...) dos peixes (Claudeci Borges, presidente da Associação dos Pescadores do Rio São João)			até pequeno... a maioria desses barcos tudo tem sonar (...) é igual uma câmera. O barco tá aqui e vê a pescaria lá embaixo (...) aí pega o cardume todinho. Ai os peixes nem vem pra beira da praia (Jo.R.C., trabalhadora da pesca de Cabo Frio)

		O pescador ele vai ter aí o direito de trabalhar com tantas redes. Não vai ser a vontade do pescador chegar e colocar quantas redes ele quiser. O que foi acordado aí foi que cada pescador pode trabalhar com até três redes de malha [...] de até 50 milímetros. O tamanho da rede é um tamanho tal até 100 metros, que depois de preparada [...] fica com 45 metros cada uma rede. A forma como eles vão trabalhar, com esse material dentro do rio, não pode ser de qualquer jeito; não pode ser de barranco a barranco; não pode ser colocado de lado a lado fechando, tem que ser em diagonal para dar a oportunidade dos peixes caírem na rede, mas também			

		passar [...] (Claudeci Borges, presidente da Associação dos Pescadores do Rio São João).			
Município	**Grandes empreendimentos**	**Degradação de rios e lagoas**	**Identidade e reconhecimento profissional**	**Disputa de territórios e recursos hídricos**	**Pesca inadequada**
Campos dos Goytacazes		**Dessecamento da Lagoa do Campelo**		**Turismo, poluição e pesca predatória em Lagoa de cima**	
		Lá na década de 70 pra cá veio o DNOS. Esse foi o que acabou com a nossa região inteira aqui. Esse aí que destruiu a pesca na nossa região e não só a pesca. Ele causou um impacto ambiental que a sociedade hoje inteira... nós guerreava, botava fogo nas máquinas, nós queimamos umas dez dragas do DNOS, queimamos um flutuante, eu queimei umas cinco dessas de braço [...]. A pesca pra ter		Que até então ninguém acredita que a gente joga tarrafa, que a gente coloca rede. Quem olha de longe, acha que a gente tá mentindo. Mas a gente pesca mesmo. A gente não diz que pesca de mentirinha, não. A gente pesca mesmo! – A.S.N, Conceição da Barra (Barra do Ururaí).	

		hoje na Lagoa Feia e na Lagoa do Campelo, só existe por guerra da pesca. [...] Então, o que mais destruiu a nossa região foi o DNOS. Ele veio com os estudos dele para as usinas de açúcar e aplumaram muita terra, acabaram com a região.			
		A gente ficou tão apavorada com aquilo da lagoa ter secado. Eu acredito que foram porque os próprios donos de fazenda, eles não se preocupava em limpar os valões, os canais pra água passar. Quer dizer, só foi secando, não entrava água na Lagoa. È uma dificuldade muito grande quando o rio enche pra abrir as comportas pra entrar água pra lagoa. Depois que a Lagoa ficou na terra mesmo e todo mundo		Até me sinto honrada de dizer que sou uma pescadora, né. Ser pescadora é isso, eu me sinto assim corajosa. Uma pessoa que é trabalhadora, honesta. Eu gosto de trabalhar na pesca – V.R.S., Barra de Conceição (Barra do Ururaí).	

		viu que secou a lagoa, aí acordaram pra realidade – M.A.C.M., limpadora e filetadora (Mundéus).			
		Nós não dependemos da água de chuva, dependemos também da água do Paraíba, por que vai chover e vai encher a Lagoa, mas nós precisamos de peixe e só entra pelo Canal Vigário e o Canal Cataia. Quer dizer, é complicado! Tá certo que vem a água, vai controlar um pouquinho. Mas nós precisamos agora de peixe!		Lili é pescadora! Ela pesca igual um homem e vive da pesca a vida inteira. Ela pesca mais que o pai e o irmão que são pescadores. Ela pesca mais e ela ganha direitinho. Ela traz peixe aqui. Ela sempre é a campeã. Se o irmão dela traz 200, ela traz 300 quilos – R.C.F., São Benedito.	
		Todo dia tem peixe, só não é todo dia que eu limpo essa quantidade de peixe. Tem dia que eles vão e não pegam quase nada, entendeu? Aí aparece uma faxina... [...] [Um filho me] seguiu. Aí depois ele falou,		Diminuiu muito porque é muito pescador, já não é mais como antigamente – A.S.N., Barra de Conceição	

		'pô a lagoa tá muito ruim de peixe'. Aí ele parou e foi procurar serviço. Aí ele trabalha numa fazenda. Um pesca... um pescou... aí percebeu que a Lagoa ficou ruim de peixe, não deu pra ele e ele saiu. Porque essa lagoa secou. Ela ficou sequinha, sem água nenhuma. Os pescadores daqui receberam sacolão, recebia verdura. Porque o Paraíba deu lá um negócio de comporta, aí a lagoa secou. Acabou. O peixe acabou tudo, agora que tão entrando uns peixinho. Porque a Lagoa secou e os peixes demoram pra crescer. – A. F. M, limpadora e filetadora (Mundéus).			

		Assoreamento, poluição e perda da biodiversidade do Rio Paraíba do Sul, Campos dos Goytacazes "Aquela poluição da Cataguazes que nós passamos um impacto muito grande. Afetou muito nós. Chorei muito. Sofri muito na beira do rio. Aquilo quase matou. Aquilo quase me matou. Os peixe descendo. Na beira do rio os peixinho tudo borbulhando, pedindo socorro, e a gente sem poder fazer nada. Aquilo foi uma tristeza pra gente. Um impacto tão grande que não tem peixe no Paraíba." – Z.M.S.M.; pescadora, beneficiadora e empreendedora (Santa Cruz).		Uma vez que eu fui receber o defeso... eu sofri por um guarda. Eu era mais nova, o guarda olhou pra mim e conversando com uma outra pessoa, falou assim "da onde que uma pessoa dessa é pescadora?". Eu simplesmente olhei pra ele e não falei nada. E ele continuou... "você já viu pescadora de unha pintada? Você já viu pescadora de cabelo...?". Aí eu virei pra ele e falei assim: "meu querido, só porque eu sou pescadora não significa que eu tenha que andar suja e fedendo a peixe. Se você quer saber da minha realidade vai ali na minha comunidade que você vai saber se eu sou pescadora ou não...simples assim!". Então, eu sofri de uma certa forma, eu	

				senti foi um preconceito da parte dele. Eu me senti discriminada, sinceramente. E como muitas pessoas... Na verdade, as pessoas não vê o pescador, não vê a pesca como uma profissão – J.F.A., São Benedito.	
		“Aquilo ali também foi outro derrame. Aquilo ali acabou de acabar. Eu com o espinhel dentro d’água e os homens da defesa civil veio de barco pra avisar a gente pra tirar o que tivesse dentro d’água que vinha veneno. Aquele monte de peixe morrendo. Destruiu tudo.” – A.F.C.; pescadora (Parque Aldeia).		É mais pescador. O pescado criou mais valor. Hoje o pessoal procura muito o pescado, antigamente não. O pessoal botava na cesta, saía, vendia. Hoje cada um tem o seu lugar, tem o mercado. No mercado sempre teve, mas tem as feiras agora, em campos lá você vai ter uma feira... Pra pegar peixe esses anos atrás não tinha dificuldade não, você dava um lance aqui perto na ponta já pegava bastante peixe. Hoje você tem que ir longe, muitos vão lá pro Imbé, dorme dois,	

				três dias pra chegar aqui com 10, 12 quilos de peixe. Acho que por dois motivos. Aumentou muito o número de pescadores, antigamente era pouco, quase não tinha assim, o pescado não tinha um grande valor, então um trabalhava pra casa de família, outro pra roça, outra na usina. Então teria pouco pescador, tinha bastante peixe na época. Uns dizem que é o bagre, mas eu acredito que é muitos pescadores, que hoje a maioria de Lagoa de Cima, todos pescam – C.C.S, Barra de Conceição	
		"Depois daquela Cataguazes o rio não dá mais não. Semana passada pegaram uma tilapiazinha. Achamos até bonito, porque não encontra." – V.A.; limpadora		Os turistas de jet, lancha, eles não respeitam os pescadores. Muitos fazem até de maldade. Passa com as lanchas por cima das redes quando não é período do defeso. Em outubro mais ou menos, o tempo esquentou tem	

		e filetadora (Parque Prazeres).		turista na lagoa. Então, eles veem a boia da rede e não querem saber. Eles não vão passar por fora, eles vão passar por cima com motor e vai acabar com o seu material. Daí você perde tudo, você não consegue reaproveitar nada. E tem aqueles que andam com prevenção, né? Por saber que é um local de pescadores, eles andam com cuidado, mas de certa forma atrapalha – J.F.A., São Benedito.	
		“Depois que teve o acidente de Cataguases, de bauxita, depois que teve esses acidentes todinhos, fracassou muito o peixe aqui.” – J.C.A.; gestora (Parque Prazeres).		A moita é a moradia do peixe. Eles [os turistas] rancam moita – C. S., São Benedito.	
		Acabou tudo, acabaram com a natureza, saíram arrastando tudo e foi		Olha... eu creio que seja mais na época também da seca... é aonde vem dificultando o	

		acabando tudo. Aquele acidente de Cataguases acabou as espécies, acabou tudo. Você ia ali dentro do Rio, encontrava Jundiá, cada Jundiá de dois quilos, Bagre...Nós já embarcamos Bagre que não deu nem pra ir pra baixo do banco do barco de tão grande que parecia um tubarão, grande mesmo. É muito Robalo, muita Tainha muita coisa... traíra. Olha, tinha um peixe igual a traíra, moroba, que peixe delicioso fritinho, faz tique. Não vê nada disso mais no Rio não. Você pode pescar a noite toda que não panha nada. Consegue panhar uma Acará lá uma vez você dá duas ou três tarrafada pra panhar uma acará. Aí, vai mais em frente		peixe... o lugar que a gente preservava né... às vezes a gente colocava a rede de fora pra preservar o lugar pra não destruir os esconderijo do peixe... então esse pessoal de fora que vem pra farra mesmo tira a quantidade de peixe que eles querem... arrancam as moitas... foi onde foi dificultando os peixe no nosso meio... que tem época que o peixe se esconde. Mais fácil pra eles que não são pescador, né? Que a gente que somos pescador somos passível, né? A gente bota a rede, a gente espera, mas aí vem um monte de gente que cerca, aí não fica peixe nenhum. Eu creio que seja isso. Há uns tempos atrás não tinha. Aí fica mais difícil – V.R.S., Barra de Conceição.	

		panha uma tilápia, uma tainha. Agora o peixe que tá caindo muito aí é o tal do Africano. Olha aquilo come tudo. Aquilo tem uma boca, ele ranca e engole. É ruim de venda, a gente panha aí e dá os outros aí. Não vale nem a pena vender. Eu nunca comi não. Não tive curiosidade de comer ele não. Porque ele é tão esquisito. Pra gente limpar ele, tem que sangrar ele e é muito sangue. Aquilo apavora, muito sangue e ele tem uma carne vermelhada que não é fácil pra tirar aquele sangue não. Eu tentei salprezar um, mas não deu muito certo não. Não gosto dele não. Disse que foi solto aí no Paraíba. E destruiu um cado de peixe, ele come tudo mesmo, ele é forte, ele fica a			

		noite toda vivo, andando no quintal. Eu botei um aqui, dentro da piscina que tem ali, ele saiu da piscina pra procurar o Rio, saiu andando aqui no quintal. O bicho é uma coisa doida, parece até que pensa, bicho feio mesmo. Meu peixe mesmo favorito é o Robalo. Robalo eu consigo vender ele a vinte e cinco, trinta, se limpar eu peço mais um cadinho – A.F.C.; pescadora (Parque Aldeia).			
				A quantidade de pescador cresce muito, ainda mais com esse desemprego aí cresce muito. O pessoal que trabalhava em firma, trabalhava em outros tipo de… veio tudo para a pesca. Aí tumultua tudo – C. S., São Benedito.	

				Às vezes as pessoas dizem que na época da enchente invade a água e espalha muito em certos lugares. Às vezes, eles veio para cá para lagoa. É igual a história da Tucunaré. Às vezes, as pessoas acha que é de criador de alguém, outro já fala que não, foi os meninos que soltaram num projeto que teve, que soltaram algum indevido – C. S., São Benedito. *Agora apareceu um tucunaré na nossa região que não tinha* – V.R.S., Barra de Conceição. *Aparece esse peixe grande, o Bagre Africano. Ele está até destruindo a Lagoa, que ele é carnívoro, está destruindo os outros peixes. Ele apareceu aí agora, ele não é nativo daqui não*	

				e aparece outros peixes aí – R.C.F., São Benedito. *Aqui na época que o meu pai pescava, quando nós eram crianças, tinha muita tainha. Hoje é muito raro você pegar uma tainha aqui, não consegue. Só que agora apareceu peixe que até antes a gente não tinha, o tucunaré* – C.C.S, Barra de Conceição.	
				Aterramentos e gestão de comportas da Lagoa Feia	
				[...] Não entra água do mar pra cá, na Lagoa. Por que, se entrasse, o peixe entrava junto, sabe como? Por causa da comporta. A comporta fechada não entra. Tem lá no Canal das Flechas, tem uma comporta. Então, quando ela joga água pra lagoa, vem tainha, vem robalo, vem carapeba, vem	

				tudo... Agora, não jogando, não vem! O rio que vem pra Lagoa Feia é o Ururaí, [mas] está tudo entupido. Então, o peixe fica tudo acuado pra lá – J.R.B, vendedora, Ponta Grossa dos Fidalgos.	
				É muito rio que tão entupido. Aí os peixe fica tudo escondido ali. Ele esconde tudinho nos rios. As moitas tomam conta e não tem como você passar mais. Aí os peixes vão pra onde? Fica tudo ali. É falta de limpeza! – A.F.M, pescadora, Ponta Grossa dos Fidalgos.	
				[...] nem todo dia você está com aquela fartura de peixe. O sairu é muito difícil você ver na Lagoa. O nosso robalo tá escasso também, não tem mais. É muito difícil ter na Lagoa. A gente agora só está pescando mesmo é a traíra, acará e sairu	

				é peixe que a gente tá pescando. A corvina o carregador não quer	
				A nossa lagoa agora tá um pouco fraquinha, devido tão fazendo muito aterramento aqui pra cima, então deu uma caída nos peixes. Inclusive na reunião dos pescadores que nós temos aqui todo mês, os pescadores abordaram esse assunto, pra o que a gente poderia fazer pra impedir, porque se continuar do jeito que tá, essa lagoa que vocês tão vendo aqui vai ser pouco tempo de vida pra ela. Ela vai secar, porque a água vem daqui de cima, se esses aterramentos todos que tão fazendo pra virar pasto, daqui uns dias não vai ter como mais, porque atravessa dois rios por dentro dela, esses dois rios não vão ter mais acesso aqui... Os	

				pescadores abordaram de tirar foto, chamar o INEA pra dar uma olhada, pra ver se eles podem interferir com alguma coisa ou ir atrás do órgão que fiscaliza essa parte, porque atrapalha. Nós estamos no período do defeso, a gente não pode pescar, mas é um período que vem a chuva e que o peixe sobe o rio pra fazer a desova. Então tá encontrando dificuldade pra subir, tá assoreando tanto que não tá tendo espaço pros peixe subir pra desovar e depois não tem o espaço pra voltar. E ele até consegue, alguns até consegue subir, mas não tem como voltar pra lagoa e fica por lá mesmo, vem fracassar a quantidade aqui da lagoa – J. F.A., São Benedito.	

				Na época de chuva chove muito, essa água escorre tudo pra dentro dos rios e lagoas, traz esse veneno que foi colocado nas canas ... acaba matando não fica nada não, aí fica muito escasso, está muito escasso de peixe mesmo – C. S., São Benedito.	
				É o bagre de uma pedreira de que fizeram ali que disseram que espantou um pouco o peixe, porque eles fizeram uma coisa lá embaixo da água, lá então os peixe não... até que hoje a gente tá vendo que deu uma parada lá e tá subindo uns peixinho pra cá, porque antes não tinha como não. Era difícil você matar uma piaba ainda aqui... porque eles explodiam na beirinha do rio. Mas agora deu uma parada lá, mas o peixe diminuiu muito. Lagoa de Cima	

				não é como era, vamos colocar assim. Há dez anos atrás era muito peixe e agora hoje já tá mais difícil – C. C.S, Barra de Conceição.	
Município	**Grandes empreendimentos**	**Degradação de rios e lagoas**	**Identidade e reconhecimento profissional**	**Disputa de territórios e recursos hídricos**	**Pesca inadequada**
Macaé	**Impactos da operação da indústria do Petróleo e Gás em Macaé**	**Poluição e salinização do Rio Macaé**			
	porque passa muitos rebocadores... você sabe que ali a rota onde passa... passa muito navio, rebocadores, passa muito nessa rota ali que atrapalha o pescador (E. O., pescadora de Nova Esperança, Macaé).	Aquele rio hoje tá totalmente poluído, mas na época que eu fui morar em Macaé aquela água daquele rio era transparente. (...) A poluição começou depois que a comunidade começou a crescer, porque depois que eu fui morar lá na Nova Holanda tinha muita pouca casa (...) Então a comunidade foi crescendo e o pessoal fazia assim, joga o			

		esgoto dentro do rio (...) A própria população joga lixo no rio, joga resto de móveis no rio (S.B.A., trabalhadora da pesca da comunidade de Nova Holanda)			
	(...) nós achava muito galão, muitos tanques esses galão assim de Petrobras. Meu marido mesmo sofreu um acidente, meu marido teve um acidente (...) que caiu em cima do cano de leme e pegou na rede de camarão, a boca estourou com o galão daquele de lata (E. O., pescadora de Nova Esperança, Macaé).	Tem o esgoto do (bairro) Aeroporto, esgoto da invasão da Nova Holanda, da Nova Esperança e acabando tudo. Tá desmatando aquelas árvores (do manguezal) que alimentavam os caranguejos. (...) E lá, final da minha rua, aterraram o rio e não tem como mais passar e a prefeitura não faz nada. (C.M.V., descascadora de camarão da comunidade de Barra de Macaé).			
	Impactos da construção do Terminal Portuário de Macaé (TEPOR)	(...) nós achava muito galão, muitos tanques; esses galão assim de Petrobras. Meu			

	[...] tem aqueles navios, que estão com aquelas sonda, eles estão revirando ali. E tudo que estão revirando, é tipo que está tendo um sonoro, alguma coisa, porque, a pescaria que dava aqui na Boca da Barra, a gente não temos mais, depois disso tudo. [...] A gente pegava pescadinha, a gente pegava muito bagre, cada bagre muito bonito! Tinha umas misturas, que era cada mistura linda, que era de encher os olhos. Tu bota ali, tu vem pura. Não pega mais e isso daí vai vindo essas consequências. Inclusive, até depois da Boca da Barra ali, aproximando da ilha, aquilo ali dava muito	marido mesmo sofreu um acidente, meu marido teve um acidente (...) que caiu em cima do cano de leme e pegou na rede de camarão; a boca estourou com o galão daquele de lata (E. O., pescadora de Nova Esperança).			
		(...) eu observo ali que tem época da lua cheia, inclusive foi na segunda-feira, a maré subiu tanto, mas tanto e água salgada purinha, que meu quintal ficou alagado. E você poderia fazer a prova da água, que a água estava totalmente salgada. Você vê que é a água do rio, do mar entrando pra dentro do rio, entendeu? Que não era a água doce. Porque, quando é água doce, você vê que vai descendo da serra pro mar,			

	camarão, a gente tem notado que tem sumido. (E.O.C., pescadora de Macaé)	e já essa estava entrando do mar pra dentro do rio. Eu já vi também, já presenciei também, é vários (peixes), mais ou menos de um palmo, tentando buscar oxigênio, tontos, a gente pegava; peguei muito (E. O., pescadora de Nova Esperança, Macaé).			
	Estão entrando pra dentro do rio. Pra você ter ideia que [...] o que me leva a pensar, pelas quantidades de peixes, a variedade da espécie de peixes que nós estamos pegando na água doce, me leva a analisar de que, algum impacto eles estão sofrendo ali no mar. E é próximo aqui, aonde eles estão tirando aquelas areias pra poder passar o Porto [do Barreto]. Porque,				

	[...] som, alguma poluição, alguma coisa está acontecendo (E.O.C., pescadora de Macaé)				
	[...] pelo o que a gente está [...] acompanhando o Porto, se ele vier o pescador vai ter que sair. Muitos pescadores que trabalha na beirada vai perder, não vai poder pescar mais. Então vai acabar com a pesca de beirada. Porque tem muitos pescadores que pescam na beirada aqui da praia. Então isso vai se acabar e os barcos maiores que o meu esposo trabalha ele vai ter que dar uma volta muito grande pela ilha, por trás da ilha pra poder passar pelo Porto pra poder conseguir ir pro				

	Norte. Então quer dizer, esse aumento de distância, dele ter que fazer essa volta vai aumentar a despesa dele (S.B.A., esposa de pescador de Macaé)				
	Como Macaé tá prevista a construir um porto lá no [bairro do] Barreto, então se eles não fizerem um quebra mar ali, até quem mora na Barra [Bairro Barra de Macaé] o mar vai comer aquelas casa todas ali. Isso aí com certeza vai atingir todas as casas na Barra, porque o mar quando fica bravo ele já vai com a água quase até ao asfalto, você imagine fazendo mais outro quebra mar lá no Barreto pra construir um porto? O mar				

	vai comer tudo como comeu o Pontal (R.R.S., secretaria da Colônia de Pesca Z-3 de Macaé)				
Município	**Grandes empreendimentos**	**Degradação de rios e lagoas**	**Identidade e reconhecimento profissional**	**Disputa de territórios e recursos hídricos**	**Pesca inadequada**
Quissamã	**Mudanças no território pesqueiro da Barra do Furado**			**Cercamento da Lagoa**	
	Barra do furado, no caso lá, caiu muito, muito mesmo. Depois que fizeram aquela obra imensa da odebrecht, que eles mexeram com a flora com a fauna, com tudo, que eles cavaram muito lá pro local onde tinha os criadores, que eles meteram o maquinário, saíram puxando tudo...eu vi, e não deram uma compensação que é			Para entrar nessa lagoa ninguém tem entrado nela, ninguém tem entrado na lagoa, ninguém tem, ai para passar dentro do que é dos fazendeiros que eles tomaram conta de tudo que ai pra gente não poder passar eles botam cadeado nas cercas, cerca elétrica, e maior sufoco para a gente poder entrar de madrugada na lagoa se quando panhava o peixe, tinha que levar aquelas coisas toda na cabeça o maior sufoco	

	Governo do Estado, nunca deu contrapartida nenhuma, só simplesmente acharam que tinha que destruir o local, dali pra cá as coisas piorou muito pro pescador.			menina para a gente tirar um peixinho da lagoa, ai os fazendeiros não deixam entrada para ninguém, depois fica acusando todo mundo de ladrão, não querem dar a chave para ninguém ai o que eu acho. - G. A. R.; pescadora e comerciante.	
	Novas propriedades, beirando as lagoas, pegando braços do rio, é propriedade que você vê hoje, que praticamente era lagoa, hoje tá tomada por fazendeiros […] a lagoa foi se estreitando, estreitando[…] abrindo também diques […] Pegando braço também pra irrigação, ai as lagoa vai estreitando, vai diminuindo. Essas empresas que vem,			Chegou na cancela passou […] o pessoal já está acostumado já conhece os pescadores, já deixa passar né ai alguém de fora tem pedir né, não conhece vai chegando vai entrar assim né, vai ter que pedir […] eles só pedem para não deixar a cancela aberta porque tem animal né pode ir para a rua dá problema mas a maioria do pessoal passa ali. - J. R.; pescadora e comerciante.	

	começa dragar de qualquer maneira, vem arrancando vegetação. - M.L.R.; pescadora e comerciante.				
	Depois que inventaram esse pequeno estaleiro em Barra do Furado, a pesca da gente deu uma piorada muito grande, porque veio a odebrecht […] foi lá pra cima dos canais não sei lá pra onde lá, fez a gente chegou ai com colônia com tudo, pra lá pra fazer manifestação e tudo, implosão de pedra, onde guarda o peixe, robalo, que a gente sabe que no outro dia tinha robalinhos mortos nas beiradas que todo mundo viu. […] Os canais que eles fizeram lá pra cima assorearam, porque isso aqui não era			Lá tava arrendado, esses dias o cara até fechou a cancela, porque o pessoal deixa aberto, tinha gado, né? Aí eu até entendo. Agora que ele abriu, de novo, a outra, e a de cá tá trancada. Mas aí carro não entra, só que, agora, como deu essa chuva, tá na lama, agora eu vou até de bota, porque esses dias eu fui descalça, cheio de lama. Aí agora secou, só que ainda tá meio molhado. Entrar lá agora de carro, não tem como. Só na metade. […] O dono, se ele quiser trancar, ele pode. […] A gente entra, assim... Só que a gente avisa, né? Antes. Primeiro, a gente... primeiro, avisa. Que aí eles já	

	assoreado desse jeito, nem com barra aberta nós tínhamos canal assoreado do jeito que tá. O canal lá em cima num tinha um lugar que tinha taboa, hoje voce passa e tem taboa é como se fosse ilha. Não existia aquilo ali era fundo, de 20 metros. […] a gente pescava ali, naquela região da ponte que você vai para o farol ali, aonde tem aquelas taboa ali do rio não existia. Aquilo ali, era fundo demais. Lugar que você não conseguia botar um remo de 10 metros hoje tá com água no pé. - R.R.B.; pescadora e comerciante.			ficam sabendo que a gente entrou. E sai. Cê não chega entrando a primeira vez. […]Tem que chamar o rapaz pra poder pedir autorização pra entrar. Eles deixam entrar, mas tem que chamar, lá é fechado. - R. M.; pescadora e comerciante.	
	Tinham umas ocas, profundas, grandes, que quando a água descia, ficava aqueles monte de				

	água. […] A gente era muito... fazia muita estripolia, brincando de pique-esconde. A gente se enfiava lá embaixo, que não podia nem se enfiar, a gente ia descobrindo. - R.R.B.; pescadora e comerciante.				
	Barra do furado, no caso lá, caiu muito, muito mesmo. Depois que fizeram aquela obra imensa da odebrecht, que eles mexeram com a flora com a fauna, com tudo, que eles cavaram muito lá pro local onde tinha os criadores, que eles meteram o maquinário, saíram puxando tudo...eu vi, e não deram uma compensação que é Governo do Estado, nunca				

	deu contrapartida nenhuma, só simplesmente acharam que tinha que destruir o local, dali pra cá as coisas piorou muito pro pescador.				
Município	**Grandes empreendimentos**	**Degradação de rios e lagoas**	**Identidade e reconhecimento profissional**	**Disputa de territórios e recursos hídricos**	**Pesca inadequada**
São João da Barra	**Implantação e operação do Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açu (CLIPA)**	**O Pontal de Atafona e suas transformações**	**Reconhecimento profissional e identificação das trabalhadoras da pesca artesanal de São João da Barra**		

	É, é o lugar ali onde tá o Porto. Onde tá aquela ponte ali. Ali era o pesqueiro de camarão. – S.D.G.; descascadora de camarão (Atafona).	Eu acho que nem tem mais mangue. A gente vai alí na Ilha [da Convivência] não tem mais mangue não, [o mar] comeu tudo. - A.G.R., pescadora (Atafona).	Eles [colônia Z-2] nunca deram [...] direito a gente receber de marisqueira, eles falavam que nunca tem esse direito de marisqueira, só tem de pescadora, mas de pescadora a gente tem que comprar canoa, a gente tem que se embarcar, tem que ir pro Rio falar negócio de peixe de mar e eu não quero isso, eu quero falar de marisqueira porque eu não vou saber falar isso, eu não entendo nada de peixe, de mar, eu entendo mesmo de camarão, aí não tem como falar. – V.D.G., descascadeira de camarão (Atafona).		

	Não tem nada e o Porto não dá auxílio nenhum ao pescador, nenhum. Porque acabou com o lugar do pesqueiro deles né. – A.R.B.; descascadora de camarão (Atafona). Porque a maioria vai pescar, [...] ali tem um pesqueiro, eles mandam se afastar, o pessoal do porto mesmo. Eles mandam os pescadores se afastar. Eles [os pescadores] se revoltam, fizeram até uma barreira [...] ali no porto. Aí teve aquele alvoroço todo. Aí eu sei que agora eles estão mais calmos, a pescaria não está muito boa não. - A.B.P;	[o caranguejo] tem diminuído também, porque o mar está aterrando também, de pouco a pouco vai acabando. – M.C.B., catadora de caranguejo (Atafona). [...] o mar tá buscando o que é dele. O mar tá invadindo o rio, né. Mas o que eu sei é isso. Esse assoreamento, né. Ia dragar mais aí parece que o pessoal dos frigoríficos não quer dragar porque se dragar vai comer mais rápido ainda. As informações que eu tenho é essa. – F.P.A., presidenta da Cooperativa Arte Peixe (Atafona). Ali no rio é tainha, bagre, esses peixes, robalinho. Mas na boca da Barra é mais	Se a gente for se afiliar [na colônia Z-2] a gente tem que ter a documentação. Aí para a gente ter a documentação precisa pagar um monte de coisa e precisa ter a carteirinha profissional [RGP]. Aí ele falou que não [...] tem como tá fazendo. – S.D.G., descascadeira de camarão (Atafona).		

	descascadora de camarão (Atafona).	peixes maiores, os frigodos. Mas agora não existe mais isso. [...] Diminuiu, bastante. [...] eu acho que é por causa da vazão do rio, né tá seco, não tem mais. E o pessoal não respeita o defeso, eu acho que pode ser isso. [...] ou também o mar entrar em mangue. Que teve, né [...] o mar entrou no mangue aonde é o rio que [desagua]. – A.G.R., pescadora (Atafona).			
	Vou falar como [...] artesã e como fileteira. O Parque chegou sem informação nenhuma, aqui todo mundo cresceu pescando, tirando taboa e filetando peixe, aí eles chegam do nada e vão ali fazer o Parque, mas não avisam a comunidade. Dois pescador vai pescar, isso		Porque o pescador [com] registro, ele é assegurado especial, tá entendendo? aí passa a ter direito no INSS de tudo, ele sem essa carteira ele não tem direito a nada, então tem muita gente que vem aqui "eu quero		

	me marcou muito, não sabia que era um Parque e foi preso. [...] Então eu acho que eles [INEA] faltaram com respeito, chegaram e prenderam os caras [que nem] sabiam que aquilo ali tinha se tornado um Parque. Ia tá atento, mas ninguém tinha informação disso. - A.G.R.; filetadora e artesã (Quixabá, Barra do Açu).		afiliar na colônia", mas nós não podemos porque depois que se panha filiado, ele acha que ele vai ter o mesmo direito do que os outros. – E.B.M., Presidente da Colônia (Atafona).		
	Então, é a gente no caso pesca dentro do Pelag. [...] a área [...] do Açu que tem restrição, se você não tiver a carteirinha você não pode pescar, nós temos a carteirinha [...] de acesso ao Pelag. [...] Aí você pode pescar e se eles chegarem e não encontrarem você com a carteira eles podem		Porque a gente trabalha em lugar clandestino né [...]. A gente não culpa eles, a gente agradece a eles pelo serviço [...], mas [...] a maioria das mulheres daqui trabalham com filetagem, mas não tem a carteira de pesca, não tem direito a nada. –		

	apreender a sua rede, o INEA né. – D.R.S.A.;		A.G.R., filetadora de pescado (Quixaba-Barra do Açu).		
			A gente [...] não tem DAP também. [...] Porque com a [..] DAP física você pode acionar o PRONAF e você tem que ter 60% de DAP física para ter a DAP jurídica, para vender para merenda escolar, essas coisas. – F.P.A., presidenta da cooperativa (Atafona).		
			[...] do jeito que a cooperativa está a gente não consegue o selo. [...] A gente precisa de uma estação de tratamento [...] de resíduos sólidos. Você liga tem umas empresas		

			que já vem buscar, né. E a gente precisa fazer também algumas adequações lá na cooperativa. Tem que ter banheiro masculino, feminino. A cozinha não pode tá dentro da cooperativa ela tem que tá fora, né. O escritório também tem que ser fora, não pode estar naquele ambiente lá onde tá fazendo a produção. Então são essas adequações que a gente tem que fazer. - F.P.A., presidenta da cooperativa (Atafona).		
	[...] camarão, siri, todos os tipos de peixe de água doce que é a tilápia, a cara preta, o bagre, a salbinha que tem a taínha do mar				

"A realização do Projeto **Mulheres na Pesca** é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa **Chevron**, conduzido pelo **Ministério Público Federal – MPF/RJ**, com implementação do **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio**".

	né, e ela chama de salbinha aqui, é... traíra, nossa... era demais, nosso maior alimento era o peixe. - D.S.C.B.; limpadora e filetadora (Barra do Açu).				
	Aqui a 20 anos atrás ia ali botava uma gaiolazinha de camarão e pegava camarão Pitú, 5, 6 quilos. Hoje você não vai pegar meio quilo. Agora porque eu não sei… os pescadores falam que a tilápia comeu muito esses que era para reproduzir. [...] Hoje eles não têm essa reprodução frequente, porque a tilápia entrou comendo e pro próprio ambiente mesmo ficou [...] assim degradou, né? Tinha muito caranguejo, muito siri hoje não tem mais. Antes a				

	gente ia lá, assim há 15 anos atrás ali pegava os caranguejos. Muito, era muito! O meu pai levava nós era muito. Hoje não pega mais. [...] As espécies também foram sumindo. - M.B.M.; limpadora e filetadora (Quixaba - Barra do Açu).				
	[Nós sabemos] do que era, do que tá sendo hoje, porque o pessoal fala assim: mas a água sempre foi salgada no nosso solo, mas a gente planta a mais de 30 anos, pelo menos eu estou na agricultura há mais de 30 anos, e eu sei a diferença hoje, eu sei definir como era, como é hoje, e o porquê. Então a gente teve até que trocar de poço. - D.R.S.A.;				

	pescadora, filetadora e agricultora (Alto Cardeiro, Barra do Açu).				
	Na agricultura pelas plantas que eu planto, como é mais folhagem: alface, couve são mais sensíveis então você percebe mais. E na pesca você percebe da seca no rio que tá seco, é muito sal aí os peixes, né, não têm a produção do peixe. - D.R.S.A.; pescadora, filetadora e agricultora (Alto Cardeiro, Barra do Açu).				
	Tem uns ali perto do estaleiro mesmo que até hoje não recebeu, não recebeu nada, nada. E continua no sofrimento perderam onde eles nasceram, criaram, criaram os filhos e tudo. E o duro,				

	[...] maior ainda, que as terras eles desapropriaram e fico parada, derrubaram casa, plantação e ficou, tá lá a terra parada limpa e as famílias mesmo que morava ali, que era pra eles te pago não pago. E teve gente que morreu de desgosto, isso magoou muito profundo. Ta fazendo oito dias hoje que morreu um, mas só que ele o porto comprou a terra dele, [...] mas porque ele era legalizado. - D.S.C.B.; limpadora e filetadora (Barra do Açu).				
Município	**Grandes empreendimentos**	**Degradação de rios e lagoas**	**Identidade e reconhecimento profissional**	**Disputa de territórios e recursos hídricos**	**Pesca inadequada**
São Francisco de Itabapoana		**Degradação do Rio Paraíba do Sul do manguezal em Gargaú**	**Registro na pesca e direitos previdenciários**		

			inexistentes para as catadoras de ostra do Quilombo de Barrinha – RJ		
		se eu não for no mangue eu até morro de tanto que eu gosto [de ir ao mangue] – [V.M.R. – catadora de caranguejo – Gargaú – SFI]	"Somos donos da nossa terra agora. Aqui temos 99 famílias convivendo, que vão passando a terra de pais para filhos, terra de herança. Com esse documento de Palmares, estamos seguros. Plantamos, colhemos, fabricamos queijo e nosso grupo de mulheres cata ostras na Praia de Manguinhos. Uma tranquilidade para a gente, saber que somos os donos desse lugar. Temos um lugar para viver". (*Lídia Ferreira – Presidente da Associação* Rural de		

			Mulheres Artesãs e Agricultores *Quilombolas de Barrinha*).		
		as vezes quando a gente vai puxar está cheio de mosquito, cheio de maruí e a gente puxa com tudo, não quer saber de nada, que sair do mangue, né? Quando pega chuva, começa chover no mangue a gente fica desesperado quer sair do mangue. Que mosquito dana a comer a gente. Passamos repelente, mas aí a gente sua demais e sai. E aí vem pro olho, arde o olho prejudica a vista. Olha! É uma situação difícil. [V.M.R. – catadora de caranguejo – Gargaú – SFI]	Uma leva o que catou de bicicleta, as outras levam a pé. Sofrem de muita dor na coluna, nas pernas. Aquela que vem com o saco nas costas, não tem garantia de nada. Não temos garantia de nada. Ela é diabética, o marido dela é diabético, tem 64 anos, Não tem como sobreviver e não existe garantia de nada. O marido dela trabalha na enxada, com problema de varizes, ele trabalha se firmando, porque não aguenta ficar em pé, e não tem benefício		

			nenhum. Eu já rodei, fui na prefeitura, na promoção social e não dá nada a eles.		
		o que decepciona mais a gente nesse caminhar da gente é o desmatamento que a gente não pode fazer nada. Porquê a gente sozinho faz o que? Se você chegar no mangue e ver o pessoal desmatando, você vai ali peitar eles, né? Eles não vão querer dialogar com você. O que é você diante de um homem que está desmatando o mangue? [pergunta da entrevistadora] Esse pessoal que desmata assim, a senhora tem ideia de quem que seja? *É o pessoal daqui mesmo. É morador daqui. Eles vendem*	"Acordei as 5 horas da manhã para tirar essas ostras. O caldeirão vai ferver na lenha. Depois vamos tirar com a faca, uma por uma, dentro da concha. Esse tanto aqui [mostra o monte de conchas extraídas], vai dar uns dois litros (M.G.P., catadora de ostras do Quilombo de Barrinha)		

		para esse pessoal fazendeiro, para cercar. [pergunta da entrevistadora] O desmate prejudica? Prejudica. Porque se você ali tirar um pé daquele mangue grossão, você vai podar lá em baixo. E aí aquilo ali até brotar de novo vai demorar. Até chegar no tamanho que ele tirou, olha só quantos anos vai levar. [pergunta da entrevistadora] E daí os caranguejos que estariam ali na volta saem dali? *Sai, porque não vai ter o que comer.* [V.M.R. – catadora de caranguejo – Gargaú – SFI]			
		Quando teve aquele problema de Cataguazes eu fiquei desolada. Cheguei na beira do Rio de manhã e tava aquela quantidade de	[...] vou falar a verdade para você: é muito difícil! Meu marido não é aposentado, eu não sou aposentada e não		

		peixe morto, eu disse: Agora acabou. Veio aquela água em tudo. Do pescador o peixe se esconde, o peixe tem refúgio. Agora, aquela água...o peixe não pode viver fora d'água. Aí pensei agora acabou! Quem diz? Passou a água suja, foi embora, e daqui a pouco tinha peixe de novo. Eu fico encantada com a vida da pesca. [M. pescadora – Gargaú – SFI]	somos reconhecidas. E ainda querem mudar isso. Parece que aposenta com 65 anos. Meu marido tá lá capinando na roça de mandioca e amendoim, mas tá muito difícil para a gente. Aí dizem que a gente tem que saber votar. Mas como a gente vai saber votar na pessoa boa? Fazem a promessa e não cumprem. [...] Eu gosto de ter meu dinheiro para comprar minhas coisinhas. Ou é a ostra ou é a aroeira, porque a gente tem que se virar como pode, né (M.G.P., catadora de ostras do Quilombo de Barrinha).		

		O jeito que abaixa também e tem aquelas raizadas, no meio das raizadas você tem que passar abaixadinha. Às vezes você tem que pular por cima. Tem que ser contorcionista, e você atola a perna até aqui aí você tira e atola a outra também. [V.M.R. – catadora de caranguejo – Gargaú – SFI]			
		Houve uma época em que achava-se que o local onde fica o manguezal ia ser muito propício a pastagens e aí começaram a abrir manguezal pra plantar pastagens. Só que ninguém consegue manter pastagem no manguezal porque o manguezal tem uma propriedade de auto renovação que ninguém			

		cerca [...] e quando você menos espera, o manguezal voltou e retomou o seu lugar. O manguezal cresceu. O Paraíba vai trazendo sedimentos de onde vai assoreando lá pra cima. O mar joga pra terra e aí, nessa parte [...] começou a crescer o manguezal e a povoar de caranguejos. É uma coisa linda de se acompanhar. [..] Isso é uma característica do manguezal que me traz muita admiração. Esta capacidade de resistir e de se auto renovar. [M. pescadora – Gargaú – SFI]			
		Impactos no Rio Itabapoana, afetando Lagoa Feia do Itabapoana			
		Apareceu aqui no nosso rio bagre africano, já ouviu			

		falar? Ele come tudo mais tudo, sabe o que é tudo, tudo que é peixe pequeno que estiver no rio ele come. Ele é predador, quando tem inseto ele come; parece que o bicho tem sete vidas, mas tem muito. […] Depois que passou a ter o bagre africano aqui, eu acredito também que ele fez diminuir os peixes pequenos, porque ele come tudo, cobra, tudo ele come. [E.O.A - pescadora e filetadora – Lagoa Feia - SFI]			
		Minha profissão: sou pescadeira, Faço filé quando não tem outra opção. Quando não tem peixe... quase não tem peixe no rio mais. A gente tem que optar por outro tipo de trabalho e o trabalho aqui é fazer filé de peixe. [E.O.A - pescadora e			

		filetadora – Lagoa Feia - SFI]			
		Os donos de frigoríficos, […] quando você chegou não sei se você viu na chegada perto da escola, se você viu um negócio grandão de portão azul, aquilo é do dono, como se diz, o cabeça. Ele que viaja para Linhares, [para] panhar peixe e traz. Ele abastece as peixarias todinha.			
		A maioria daqui do povo é tudo pescador. Aí, quando não tem peixe, o que o povo faz? Como não tem peixe no rio, para o povo não passar necessidade, as peixarias panha peixe de fora, de criador e abastece. Aqui temos 11 peixarias que panha os peixes fora e distribui para as pessoas			

		cortar. Aí, tem a mulher, com o marido que corta também, porque não tem peixe, não tem emprego. Aí, é obrigado a fazer isso, porque não tem outra opção. [E.O.A - pescadora e filetadora – Lagoa Feia - SFI] [Pergunta da entrevistadora] É mais mulher que limpa ou tem homens que limpam também? *Ah... mais difícil. Sempre geralmente trabalha na peixaria. Trazer, pra embalar, essas coisas assim, lá, é mais os homens.* [Pergunta da entrevistadora] Empregados pela peixaria? Eles tem contrato, alguma coisa? *Alguma coisa assim.* *O deles é por dia.*			

		[Pergunta da entrevistadora] Mas também não tem, assim, nenhum direito, carteira assinada? *Não. Nada.* *Eu acho que é bem pior do que o nosso mesmo.* [Pergunta da entrevistadora] *Vocês têm ideia de quanto que eles ganham o dia?* *Eu acho que é 60 [reais]. Jogando isso aqui fora lavando a caixa.* [G.M.L. e E.M.L – filetadoras – Lagoa Feia - SFI]			
		A gente limpa na casa da gente. Eles vêm trazendo na nossa casa. Um tempo atrás, a gente trabalhava nas peixarias, só que aí eu pescava e trabalhava. Mas aí como a gente tem filho pequeno, né? A gente tem			

		mais despesa. A gente trabalhava na peixaria e dava muita confusão. As pessoas começavam a brigar um com os outros. Decidimos cada um limpar os peixes na sua casa, porque aí a gente trabalha até a hora que quer. Bem melhor, entendeu? [E.O.A - pescadora e filetadora – Lagoa Feia - SFI]			
		A gente estava rezando para não chover essa semana, porque se chovesse, ninguém rompe. Ninguém entra, ninguém sai. [Pergunta da entrevistadora] Isso prejudica por causa do pescado? *Prejudica muito. Eles deixa até de viajar [para buscar o pescado de cultivo em Linhares/ES]. Porque*			

		não tem como romper essas estradas. *[…]* *[Pergunta da entrevistadora para as 2 interlocutoras que trabalham juntas] Quantas caixas vocês fazem por dia? Hoje foram 15.* *Depende muito… Depende muito também, sabe do quê? Que, às vezes, nem sempre tem.* *Tem vezes que não tem.* *Às vezes é muito difícil vim. Às vezes até três caixas e a gente faz. [G.M.L. e E.M.L. – filetadoras – Lagoa Feia - SFI]* *A gente corta tilápia. Aí cada um panha a quantidade que consegue fazer. […] Aí eles trazem aqui, […] Eles trazem e de duas em duas horas*			

		vão panhar o filé que você já fez. *[Pergunta da entrevistadora] Deixa no gelo para armazenar ou só limpa e ele vem aqui buscar?* *Limpa o peixe. Geralmente é fresquinho, não tem como nem estragar, entendeu? A gente coloca assim na caixa, aí fica batendo vento, não fica abafado. Entendeu? Não fica nada sentando. Só fica sentando dependendo do ambiente, entendeu? Porque se for lama [aponta para o chão], vai dar assim muita mosca, essas coisas... mas se não tiver, não vai não. A gente acabou de fazer aquela caixa, a gente tampa com outra para poder o inseto não ficar pousando.*			

		[Pergunta da entrevistadora] Que horas trazem pra ti? No mínimo sete horas da manhã. [Pergunta da entrevistadora] Quantas caixas? Eu não estou querendo pegar muito não, eu só panho 8. [E.O.A - pescadora e filetadora – Lagoa Feia - SFI]			
		Às vezes a gente faz um lanche, dá para aguentar até o final. Eu gosto de almoçar depois que termino. [E.M.L. – filetadora – Lagoa Feia - SFI] – Lagoa Feia - SFI Tem hora que tem que parar pra tomar um café, alguma coisa... Vai lá, toma um café e volta de novo.			

		Não dá pra parar muito tempo senão não tem como... Depois que a gente acaba a gente almoça. [C.C.V. e L.L.C. – filetadoras] Não tem horário, mas quanto mais você demora é cansativo, porque você fica o tempo todo em pé, né? O tempo todo em pé... e quanto mais você demora é pior para você mesmo. Quanto mais rápido você acaba, você aproveita o dia. Você acaba ali, toma um banho, vai descansar para o outro dia, aí chega. Você está no meio do trabalho, está doidinho que acaba, chega de noite você está moída, está cansada, mas você fica "aí meu Deus! Tomara que			

		amanhã tenha peixe". Você vai dormir moído, mas quando chegar no outro dia, mesmo cansada, você está ali. [E.O.A - pescadora e fileteadora – Lagoa Feia - SFI] O sol vai aumentando e a gente vai fazendo as barracas. [E.M.L. – filetadora – Lagoa Feia - SFI] A caixa tem 20 quilos. Depois de limpo ela tem que dar 7 [quilos]. [E.O.A - pescadora e filetadora – Lagoa Feia - SFI] [Pergunta da entrevistadora] E quando dá menos? Aí vem reclamação. Não pode dar menos.			

		Eles vêm reclamar. [G.M.L. e E.M.L – filetadoras – Lagoa Feia - SFI] [Pergunta da entrevistadora] Como é o pagamento? É por caixa. É 8,00 reais cada caixa. Dinheiro em papel. [E.O.A - pescadora e fileteadora – Lagoa Feia - SFI] O resto de peixe é jogado no rio. Quando é jogado no rio aquilo azeda. Debaixo da água os peixes ao invés de vir, eles voltam; eles não criam, vão embora. [Pergunta da entrevistadora] E quem joga esses restos? Infelizmente a gente corta peixe [e] não tem onde jogar, não tem uma fábrica para fazer farinha dos peixes nem			

		nada. A gente é obrigado a dar fim. Aí joga lá para baixo, no rio. [E.O.A. - pescadora e filetadora – Lagoa Feia - SFI] [Pergunta da entrevistadora] Com o que vocês gostariam de trabalhar? Um trabalho? Eu nem sei, tenho nem opção. Já estamos acostumadas que a gente nem sabe. Não é as coisas boas, que a gente já acostumou. Não tem outra... a gente tem que se conformar aqui mesmo, nascido e criado aqui não tem lugar... [Pergunta da entrevistadora] Tem um lado positivo de morar aqui?			

"A realização do Projeto **Mulheres na Pesca** é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa **Chevron,** conduzido pelo **Ministério Público Federal – MPF/RJ,** com implementação do **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio**".

		Costume. [G. e M.E. – filetadoras – Lagoa Feia – SFI]			

Anexo 12:

Atividade A6.1.1- Organização, divulgação e realização do seminário

Data: 18/06/2019 **Horário: 08h às 18h** **LOCAL: Auditório Mulimídia do CCH**	
08h às 09h	**Credenciamento** **Café da manhã de boas vindas**
MESA DE ABERTURA	
09h às 09h30min	**Apresentação:** Silvia Alicia Martínez
APRESENTAÇÃO DO PROJETO E LANÇAMENTO DA CARTOGRAFIA DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE E BAIXADAS LITORÂNEAS	
09h30min às 11h	**Apresentação:** Silvia Alicia Martínez
RESULTADOS DAS PESQUISAS EM INICIAÇÃO CIENTÍFICA (IC)	
	Diana de Sales Construindo um Banco de Imagens acessível para o Projeto Mulheres na Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas
11h às 12h	**Pedro Henrique Bonfim** Desenvolvimento ético e testes de software do Banco de Imagens do "Mulheres na Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas" **Mediador:** Diego Carvalhar Belo
12h às 14h	**ALMOÇO**

RESULTADOS DAS PESQUISAS EM INICIAÇÃO CIENTÍFICA (IC)	
14h às 15h30min	**Mariana Sena** Mulheres na Pesca: Análise da escolarização das mulheres envolvidas na atividade pesqueira no município de São João da Barra/RJ **Mayara Silva** Atividade das mulheres no mercado de peixe de Campos dos Goytacazes e Macaé **Nayara Felicíssimo** Estudo sobre o nível de escolarização das mulheres envolvidas na atividade pesqueira do município de Campos dos Goytacazes **Sarah Ferreira** Mulheres na Pesca: Análise das condições de trabalho que afetam a saúde e qualidade de vida de mulheres nos municípios de São Francisco de Itabapoana e Campos dos Goytacazes/RJ **Mediadora:** Márcia Araújo
15h30min às 16h	**Abertura da Exposição Audiovisual: Mulheres na atividade pesqueira no Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas** **Coffee Break**
MESA	
MESA 1 - CONFLITO: REGISTRO NA PESCA E DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS	
16h às 18h	**Deisimara Peixoto** **Fernanda Pacheco Huguenin** **Márcia Araújo** **Mediadora:** Luceni Hellebrandt **Debatedoras:** Cátia Antônia da Silva (UERJ) Sana Gimenes Alvarenga Domingues

Data: 19/06/2019
Horário: 8h e 30min às 18h
LOCAL: Auditório Mulimídia do CCH

MESAS	
MESA 2 - DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DE RIOS E LAGOAS	
08h e 30min às 12h	**Diego Carvalhar Belo** **Fernanda Pacheco Huguenin** **Luceni Hellebrandt** **Mediadora:** Suelen Ribeiro de Souza **Debatedores:** Aristides Arthur Sofiatti (UFF-Campos) Ednilson G. de Souza Junior (UENF)
09h30min às 10h	**Coffee Break**
12h às 14h	**ALMOÇO**
MESA 3 - IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS NO AMBIENTE MARÍTIMO	
14h às 16h e 30min	**Diego Carvalhar Belo** **Luceni Hellebrandt** **Suelen Ribeiro de Souza** **Mediadora:** Fernanda Pacheco Huguenin **Debatedores:** Carlos Abraão Moura Valpassos (UFF-Campos) María Gabriela Scotto (UFF-Campos)
LANÇAMENTO DO LIVRO "MULHERES NA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL" E ENCERRAMENTO DO EVENTO	
16h e 30min às 18h	**Apresentação:** Silvia Alicia Martinez
	Coquetel de encerramento